



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1370

Terça-feira - 19 de Novembro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### **Municípios**

Água Doce .....	2
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta .....	3
Biguaçu .....	3
Bom Jesus do Oeste .....	14
Brunópolis .....	15
Caçador .....	37
Camboriú .....	37
Campo Alegre .....	40
Campos Novos .....	49
Canoinhas .....	49
Chapadão do Lageado .....	50
Cocal do Sul .....	55
Concórdia .....	76
Cordilheira Alta .....	77
Coronel Martins .....	87
Correia Pinto .....	87
Corupá .....	88
Curitibanos .....	89
Ermo .....	90
Forquilha .....	112
Fraiburgo .....	112
Garopaba .....	130
Garuva .....	131
Gaspar .....	141
Governador Celso Ramos .....	143
Guaramirim .....	144
Herval d'Oeste .....	144
Ilhota .....	144
Imbituba .....	159
Ipumirim .....	159
Irineópolis .....	166
Itaiópolis .....	167
Itapoá .....	168
Jacinto Machado .....	169
Joaçaba .....	171
Lages .....	179
Lauro Muller .....	179
Lebon Regis .....	179
Leoberto Leal .....	180
Lindóia do Sul .....	198
Luzerna .....	220
Mafrá .....	221
Maravilha .....	222
Massaranduba .....	222
Navegantes .....	222
Nova Trento .....	223
Ouro Verde .....	224
Palhoça .....	226

Passos Maia .....	237
Paulo Lopes .....	237
Pomerode .....	237
Porto Belo .....	237
Porto União .....	238
Rio do Sul .....	242
Salto Veloso .....	257
Santa Rosa do Sul .....	257
São Bento do Sul .....	257
São João do Sul .....	261
São José .....	265
São Lourenço do Oeste .....	275
São Pedro de Alcântara .....	278
Schroeder .....	279
Serra Alta .....	300
Sombrio .....	302
Timbé do Sul .....	303
Timbó .....	303
Turvo .....	304
Videira .....	308
Vitor Meireles .....	315

### **Consórcios**

CIM-AMAVI .....	316
CINCO .....	354

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### Portaria 254/2013

PORTARIA Nº 254/2013 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013  
"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, ônibus - placa MIU 8581, microônibus - placa MIS 1247, microônibus placa MLF 3047, Microônibus placa MKV 7606, Microônibus placa MID 7108 e Ducato placa MJF 5769 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 16 de novembro de 2013 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior e centro da cidade para a comunidade de Vista Alegre Município de Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de novembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 77/2013  
CONVITE 8/2013

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 77/2013, na modalidade "CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº 8/2013", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de materiais e equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 29 de novembro de 2013 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 14 de novembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 78/2013  
CONVITE 9/2013

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO

LICITATÓRIO nº 78/2013, na modalidade "CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 9/2013", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a aquisição de materiais e contratação de serviços para instalação e retirada da decoração natalina, o qual será processado e julgado no dia 27 de novembro de 2013 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 14 de novembro de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Decreto N° 118/2013

DECRETO N° 118/2013

Outros no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.779,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0007.2.031-4.4.90.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.779,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.779,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 14 de Novembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Chamamento Público N° 012/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 12/2013

Contratação Temporária de Motorista categoria "D"

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Motorista categoria "D", tudo conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretaria de Administração e Finanças desta municipalidade, sito a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 22/11/2013, sexta - feira, das 07:00h às 13:00h, aos cuidados do Secretária Municipal José Roberto do Amorim, munidos

dos seguintes documentos: Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho e CNH.

Cargos	Vagas	Formação/Exigência	Período de Trabalho	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Motorista Categoria "D"	03	Alfabetizado	Integral	40h	Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC	R\$ R\$1.047,06 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	01 ano	Contrato temporário

#### CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função: Motorista Categoria "d":

- 1) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;
- 2) Grau de Escolaridade;
- 3) Idade;
- 4) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 18 de novembro de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial N° 0003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2013  
Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09:00h do dia 03/12/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 03/12/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 13 de novembro de 2013.  
TARCISIO LIDANI  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Lei N° 3417/2013

LEI N° 3417/2013 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2014 e dá outras providências.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Biguaçu, para o exercício de 2014 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº

101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;  
 II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2014 e Metas Financeiras para 2014, 2015 e 2016;  
 III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;  
 IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa  
 V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;  
 VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;  
 VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2012;  
 IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;  
 X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;  
 XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
 XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;  
 XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;  
 XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;  
 XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;  
 XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.  
 XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2013;  
 XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2014 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;  
 XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;  
 X - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;  
 XI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e  
 XII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;  
 II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação

especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;  
 IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;  
 V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;  
 VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;  
 VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;  
 VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;  
 IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;  
 X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.  
 XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência dos Funcionários de Biguaçu e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);  
 II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);  
 III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN



Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2014. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, ou de cada programa de governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando integrante dos programas relacionados à saúde

e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2011 e 2012 e despesa fixada para 2013 e 2014;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2014;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2013;

IX - Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2010 a 31/10/2013.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2014.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Biguaçu-prev será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2014 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação, transferindo, em 31/12/2013, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para as Unidades Gestoras correspondentes.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2014 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços gerais; e  
IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2014, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta LEI.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2014 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2014 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2014 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita na caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2014, constantes do ANEXO I.8, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial social, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de co-operação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Biguaçu quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços projetados para 2014.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2014, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;
- II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e
- III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2014 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício e gastos com ações e serviços públicos de saúde serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na Constituição Federal, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado as despesas liquidadas e empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB até o período de referência.



§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada as despesas liquidadas e empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada as despesas liquidadas e empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS até o período de referência.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado n°s 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 34 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Biguaçu, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em

elementos de despesa diverso do "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2014 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2014 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 12 de novembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3417/2013, de 12/11/2013  
Sanccionada em 12/11/2013  
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS  
Escriturária



**Decreto N° 185/2013**

DECRETO N° 185/2013 DE: 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

REVOGA OS DECRETOS N° 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168 E 170 DE 2010 E DECRETO N° 30 DE 2011, QUE "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E SOCIAL, PARA FINS DE AQUISIÇÃO POR DOAÇÃO OU DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, OS IMÓVEIS ATINGIDOS PELAS OBRAS DE GALERIAS, TRAVESSIAS, E CANAIS TRAPEZOIDAIS REVESTIDOS, DA EXECUÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, OBJETO DO CONTRATO PAC DE REPASSE N° 0292.753-66 / 2009 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA, QUE SERÃO REALIZADAS NESTA CIDADE".

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e, CONSIDERANDO que os imóveis descritos nos decretos 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168 e 170 de 2010 e 30 de 2011, que "declara de utilidade pública e social, para fins de aquisição por doação ou desapropriação, amigável ou judicial, os imóveis atingidos pelas obras de galerias, travessias, e canais trapezoidais revestidos, da execução do projeto do sistema de drenagem urbana, no município de Biguaçu/SC, objeto do contrato PAC de repasse n° 0292.753-66 / 2009 / Ministério das Cidades / Caixa, que serão realizadas nesta cidade", não serão utilizados e não receberão as obras da Macrodrenagem Urbana.

CONSIDERANDO a necessidade de proceder à revogação dos decretos, vez que as obras de galerias, travessias, e canais trapezoidais da Macrodrenagem Urbana de Biguaçu não atingiram os imóveis descritos nos referidos decretos.

CONSIDERANDO que é de iniciativa do Executivo Municipal proceder a revogação dos decretos para que os imóveis não utilizados retornem a seus devidos proprietários e não fiquem mais vinculados a esta municipalidade.

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos n°145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168 e 170 de 2010 e Decreto n° 30 de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de Novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

**Decreto N° 187/2013**

DECRETO N° 187/2013 DE: 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal n° 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal n° 3.275/2012 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 7.229.100,00 (sete milhões duzentos e vinte e nove mil e cem reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2013 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 2.616.400,00 e

FONTE 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0402.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Munic.	117.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	117.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.451.0009.1046	Reurbanização de Loteamentos	100.000,00
4.4.90.00	Investimentos	100.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0007.2079	Conservação de Estradas Municipais	157.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	157.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2083	Melhoria e Manutenção do Cemitério	200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.16.482.0006.1026	Construção e Melhorias de Habitações Popul.	396.000,00
4.4.90.00	Investimentos	396.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0007.1035	Construção de Pontes	100.000,00
4.4.90.00	Investimentos	100.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0007.1037	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	20.000,00
4.4.90.00	Investimentos	20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.451.0009.1045	Revitalização de Orla Marítima	100.000,00
4.4.90.00	Investimentos	100.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1601.06.182.0009.1058	Prevenção à Cheias	640.000,00
4.4.90.00	Investimentos	640.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2501.20.606.0007.2072	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	110.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	110.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2084	Manutenção da Secretaria de Obras e Urb.	440.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	440.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.26.782.0007.2078	Manut. Secret. de Desenv. Urbano e Transp.	236.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	236.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1006	Ampliação Rede Física Ens. Fundamental	98.000,00
4.4.90.00	Investimentos	98.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1007	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	220.000,00
4.4.90.00	Investimentos	220.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.1008	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	686.800,00
4.4.90.00	Investimentos	686.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2021	Ampliação do Acervo Bibliográfico na Escolas	40.000,00
4.4.90.00	Investimentos	40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Capacitação e Formação Continuada Prof.	80.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.2027	Manutenção da Educação Infantil	248.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	248.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0007.2079	Conservação de Estradas Municipais	200.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.26.782.0007.2078	Manut. Secret. de Desenv. Urbano e Transp.	14.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.16.482.0006.1026	Construção e Melhoria de Habitações Popul.	32.100,00
4.4.90.00	Investimentos	32.100,00

#### FONTE 0.1.05.000000 – CIDE – R\$ 175.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0007.2079	Conservação de Estradas Municipais	175.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	175.800,00

#### FONTE 0.1.06.000000 – Transferência do salário Educação – R\$ 9.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Manutenção do Ensino Fundamental	9.600,00
4.4.90.00	Investimentos	9.600,00

#### FONTE 0.1.09.000000 – Transf. Do FNDE ref. PNATE – R\$ 4.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2023	Manutenção do Transporte Escolar	4.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.200,00

#### FONTE 0.1.12.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magist. 89,93%– R\$ 112.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.2028	Remuneração dos Profissionais do Magistério	112.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	112.400,00

#### FONTE 0.1.13.000000 – Transferências de Recursos do FUNDEB 10,07% R\$ 241.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.2027	Manutenção da Educação Infantil	241.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	241.800,00

#### FONTE 0.1.80.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 89.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2601.28.843.0000.003	Amortização de Dívidas	89.300,00
4.6.90.00	Amortização de Dívidas	89.300,00

#### FONTE 0.1.81.000001 – Receita rendimento Aplicação FUNDEB – R\$ 11.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2020	Remuneração dos Profissionais do Magistério	11.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.800,00

#### FONTE 0.1.81.000011 – Receita rendimento Aplicação Transp. Esc. – R\$ 8.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2023	Manutenção do Transporte Escolar	8.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.700,00

#### FONTE 0.1.81.000003 – Receita rendimento Aplicação CIDE – R\$ 800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.26.782.0007.2079	Conservação de Estradas Municipais	800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	800,00

#### UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### FONTE 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS – R\$ 1.055.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.302.0004.2090	Manut. Do Hospital da Comarca de Biguaçu	1.055.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.055.700,00

#### FONTE 0.2.28.000043 – ASPS Vigilância sanitária – R\$ 17.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.304.0004.2041	Ações de Vigilância Sanitária	17.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	17.800,00

#### FONTE 0.2.28.000044 – ASPS Farmácia Básica – R\$ 43.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.3010004.2037	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	43.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	43.500,00

#### FONTE 0.2.28.000049 – ASPS - CEO – R\$ 20.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2039	Centro de Especialidades Odontológicas	20.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.700,00

**FONTE 0.2.28.000050 – ASPS – NASF – R\$ 240.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2038	Núcleo de Apoio a Saúde da Família	240.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	240.000,00

**FONTE 0.2.28.000184 – ASPS – Saúde Bucal – R\$ 45.200,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	45.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	45.200,00

**FONTE 0.2.28.000185 – ASPS – Pólos de Academia de Saúde – R\$ 30.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2094	Implantação de Pólos de Academia de Saúde	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	30.000,00

**FONTE 0.2.29.000053 – ASPS – CEO – R\$ 800,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2039	Centro de Especialidades Odontológicas	800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	800,00

**FONTE 0.2.29.000125 – ASPS – Co-Financiamento – R\$ 93.500,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	93.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	93.500,00

**FONTE 0.2.29.000188 – ASPS – MAC Produção Ambulatorial – R\$ 701.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	701.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	701.000,00

**FONTE 0.2.30.000000 – ASPS – SAMU – R\$ 22.100,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.302.0004.2040	SAMU	22.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.100,00

**FONTE 0.2.81.000041 – ASPS – R\$ 25.600,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2101.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	25.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	25.600,00

**UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FONTE 0.2.37.000071 – Benefício de Prestação Continuada– R\$ 1.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2301.08.244.0006.2058	Inclusão dos Benefícios de Prestação Contin.	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00

**FONTE 0.2.37.000072 – Piso de Transição de Med. Complexidade– R\$ 700,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2301.08.242.0006.2065	Atenção a Pessoa com Deficiência	700,00
3.3.50.00	Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	700,00

**FONTE 0.2.37.000159 – PAIF – R\$ 5.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2301.08.244.0006.2063	Execução dos Serviços de Proteção Social Esp.	5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00

**FONTE 0.2.37.000160 – Piso Variável de Média Complexidade – R\$ 7.000,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2301.08.243.0006.2050	Manutenção de Ações Sócio Educativas	7.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00

**FONTE 0.2.81.000067 – Remuneração de Depósitos Bancários – R\$ 600,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2301.08.244.0006.2053	Manutenção do FMS	600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	600,00

**UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA****FONTE 0.2.26.000000 – FIA Manutenção do Conselho – R\$ 100,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2401.08.243.0006.2049	Funcionamento e Manutenção do FIA	100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100,00

**UNIDADE GESTORA FUNREBOM****FONTE 0.2.81.000058 – Manutenção do FUNREBOM – R\$ 1.300,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2201.06.182.0006.2047	Funcionamento e Manutenção FUNREBOM	1.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.300,00

**UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL****FONTE 0.2.34.000000 – Manutenção do FMDR – R\$ 27.700,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2501.20.606.0007.2071	Manutenção do FMDR	27.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	27.700,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 148/2013.

Biguaçu, 13 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito de Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 126/2013 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL, BEM COMO UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 20/11/2013, às 14h59minh do dia 02/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00minh do dia 02/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 20/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 128/2013 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N° 128/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu,

informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS RADIOLÓGICOS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 20/11/2013, às 12h59minh do dia 02/12/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00minh do dia 02/12/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 20/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 14 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

### **Contrato - PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 400-3/2011

Licitação:134/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SULCATARINENSE- MIN ARTCIM BRIT CON LTDA

Valor: 36564,51 (trinta e seis mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos)

Vigência: Início: 01/10/2013 Término: 03/03/2014

Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia N°: 134/2011

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de sistema de Macrodrenagem - galerias de águas pluviais e canais de drenagem urbana - para o Município de Biguaçu, conforme projeto anexo,exceto projeto sócio ambiental

Contrato N°: 327-5/2012

Licitação: 82/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA



Valor: 22770,81 (vinte e dois mil setecentos e setenta reais e oitenta e um centavos)  
Vigência: Início: 04/10/2013 Término: 01/12/2013  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia N°: 82/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO, TERRAPLENAGEM E DRENAGEM PLUVIAL DE 16 RUAS

Contrato N°: 88-1/2013  
Licitação: 45/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: MARCELO KUHNEN 02195142910  
Valor: 7000,00 (sete mil reais)  
Vigência: Início: 04/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços N°: 45/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO NA ÁREA CONTÁBIL, COM CONHECIMENTO EM CONTABILIDADE PÚBLICA E EXPERIÊNCIA NO CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Contrato N°: 383/2013  
Licitação: 132/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA  
Valor: 4980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais)  
Vigência: Início: 14/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°: 132/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE AUTO DE INFRAÇÃO PARA A POLÍCIA MILITAR

Contrato N°: 142-1/2013  
Licitação: 43/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: MARIANA KASPER VIDAL  
Valor: 7800,00 (sete mil e oitocentos reais)  
Vigência: Início: 14/10/2013 Término: 31/12/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°: 43/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATUALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE ROTEIROS DE ATUALIZAÇÕES A SEREM EFETUADAS PELO CPD NO PORTAL DA PREFEITURA

Contrato N°: 384/2013  
Licitação: 131/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: MAPA COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME  
Valor: 8437,00 (oito mil quatrocentos e trinta e sete reais)  
Vigência: Início: 14/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°: 131/2013

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOTOR ELETRÔNICO PARA O SETOR DE VISTORIA, DE CÂMERAS DE SEGURANÇA E ALARME PARA SEREM INSTALADOS NA CITRAN

Contrato N°: 381/2013  
Licitação: 135/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: TECNOHIDRO COMERCIO E INSTALACAO HIDRAULICA LTDA -

Valor: 7745,40 (sete mil setecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos)

Vigência: Início: 10/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N°: 135/2013

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MODULADORES DE VAZÃO DE ÁGUA PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contrato N°: 385/2013  
Licitação: 140/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: PAEMI COMERCIAL E DISTR LTDA EPP  
Valor: 4550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais)  
Vigência: Início: 24/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°: 140/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS PONTOS LOGICOS, TELEFONICOS E ELETRICOS (ATERRADOS), DA DIRETRAN, NA NOVA SEDE DA SEDUT

Contrato N°: 342-1/2013  
Licitação: 88/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP  
Valor: 3361,14 (três mil trezentos e sessenta e um reais e quatorze centavos)  
Vigência: Início: 30/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços N°: 88/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI PARA A SALA DE COORDENAÇÃO E BACKUP (SOLUÇÃO DE GESTÃO DO AMBIENTE DE TI)

Contrato N°: 271-7/2010  
Licitação: 190/2009  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: OFICINA MECÂNICA SILVEIRA LTDA ME  
Valor: 24050,00 (vinte e quatro mil e cinquenta reais)  
Vigência: Início: 30/10/2013 Término: 22/03/2014  
Licitação: Concorrência p/ Compras e Serviços N°: 190/2009

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPEC/ EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, COM O FORNECDE PEÇAS ORIGINAIS, PARA ATENDER A FROTA DE AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES, MOTOS, ROÇADEIRAS, CORTADOR DE SOLO E VEÍCULOS DO TRANSPESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, E FROTA DE VEÍCULOS DA POLICIA CIVIL/MILITAR

Contrato N°: 442-5/2010  
Licitação: 77/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada: MEGA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA  
Valor: 0,00 (zero)  
Vigência: Início: 30/10/2013 Término: 28/02/2014  
Licitação: Concorrência p/ Compras e Serviços N°: 77/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPEC/ EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, COM O FORNECDE PEÇAS ORIGINAIS, PARA ATENDER A FROTA DE

CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES, ROÇADEIRAS, CORTADOR DE SOLO E VEÍCULOS DO TRANSPESCOLAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 381/2013  
Licitação:14/2013  
Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI  
Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA  
Valor: 2753,20 (dois mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)  
Vigência: Início: 15/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 14/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA CAMINHONETE DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BIGUAÇU

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 478-1/2012  
Licitação:30/2012  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU  
Contratada: AMANDA MARQUIS PEREIRA  
Valor: 4080,00 (quatro mil e oitenta reais)  
Vigência: Início: 11/10/2013 Término: 03/02/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 30/2012  
Dotação : 205333900000000000 (27)

Objeto: CONTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PROGRAMA ACESSUAIS/PRONATEC SOCIAL, PARA ATUAREM NESTA SECRETARIA

Contrato Nº: 479-1/2012  
Licitação:30/2012  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU  
Contratada: FERNANDA CARDOSO FRANCISCO  
Valor: 3960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)  
Vigência: Início: 11/10/2013 Término: 03/02/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 30/2012  
Dotação: 205333900000000000 (27)

Objeto: CONTRAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PROGRAMA ACESSUAIS/PRONATEC SOCIAL, PARA ATUAREM NESTA SECRETARIA

Contrato Nº: 600-4/2010  
Licitação: 28/2010  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU  
Contratada: NILTON MARIOT FILHO  
Valor: 14044,95 (quatorze mil e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência: Início: 18/10/2013 Término: 18/10/2014  
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 28/2010

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 78, CENTRO,

BIGUAÇU-SC

Contrato Nº: 386/2013  
Licitação:24/2013  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU  
Contratada: SETUF-SINDICATO DAS EMPDE TRANSPURB  
Valor: 7000,00 (sete mil reais)  
Vigência: Início: 29/10/2013 Término: 31/12/2013  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 24/2013

Objeto: COMPRA DE CRÉDITO DE VALE TRANSPORTE PARA FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ATENDIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

BIGUAÇU, 13 DE NOVEMBRO DE 2013  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

**Decreto Nº. 4464/13**

DECRETO Nº. 4464/13 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013  
APROVA DESDOBRO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRO DE PARTE DOS LOTES URBANOS Nº. 172 e 173, DA QUADRA Nº. 17, com áreas respectivas de 600,00m² cada, totalizando a área total de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados) localizado na Rua Padre Darci, esquina com Rua Irmão Ambrosio, centro, neste município de Bom Jesus do Oeste/SC, de propriedade do Sr. Adelmo José Schwertz.

DESDOBRO DOS LOTES

1-) Lote Urbano nº. 172-A, na Quadra nº. 17, com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Volmir Antônio Schwertz, com as seguintes confrontações

Ao Norte: com Parte do Lote Urbano nº. 174, de propriedade do Sr. Pedro R. da Rosa, na extensão de 30,00 metros;  
Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 173-A, de propriedade do Sr. Ademir Saugo, na extensão de 15,00 metros;  
Ao Leste: com a Rua Padre Darci, na extensão de 13,333 metros;  
Ao Oeste: com Parte dos Lotes Urbanos nº. 172 e 173, de propriedade do Sr. Leonelo Dornhauser, na extensão de 13,333 metros.

2-) Lote Urbano nº. 173-A, na Quadra nº. 17, com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Ademir Saugo, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº. 172-A, de propriedade do Sr. Volmir Antônio Schwertz, na extensão de 15,00 metros;  
Ao Sul: com a Rua Irmão Ambrosio, na extensão de 15,00 metros;  
Ao Leste: com o Lote Urbano nº. 173-B, de propriedade do Sr.

Jackson Eston Laux, na extensão de 26,667 metros;  
Ao Oeste: com Parte dos Lotes Urbanos nº. 172 e 173, de propriedade do Sr. Leonelo Dornhauser, na extensão de 26,667 metros;

3-) Lote Urbano nº. 173-B, na Quadra nº. 17, com área de 400,00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Jackson Eston Laux, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº. 172-A, de propriedade do Sr. Volmir Antônio Schwertz, na extensão de 15,00 metros;  
Ao Sul: com a Rua Irmão Ambrosio, na extensão de 15,00 metros;  
Ao Leste: com a Rua Padre Darci, na extensão de 26,667 metros;  
Ao Oeste: com o Lote Urbano nº. 173-A, de propriedade do Sr. Ademir Saugo, na extensão de 26,667 metros;

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), 13 de Novembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Brunópolis

### PREFEITURA

#### Lei Comp N° 49

LEI COMPLEMENTAR Nº 49, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei Complementar:

#### TÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece o Novo (redação incluída pela emenda legislativa 01/2013) Plano de Carreira do Magistério Público do Município, e o respectivo quadro de cargos, dispõe sobre o regime de trabalho e estabelece as normas de direito administrativo dos profissionais da educação em consonância com os princípios básicos da Constituição Federal; da Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996; da Lei Federal 11.738/2008 de 16 de julho de 2008; da Lei Federal 11.301/2006 de 10 de maio de 2006; Lei Federal 12.014/2009 de 06 de agosto de 2009; da Resolução 02/2009, do Conselho Nacional de Educação e demais legislações correlatas.

Parágrafo Único – As tabelas de demonstrativos salariais e os demais anexos fazem parte desta Lei.

Art. 2º Os cargos do Magistério Público Municipal, do Município de Brunópolis, são acessíveis a todos os brasileiros e aos estrangeiros, preenchidos os requisitos estabelecidos em Lei e nos Regulamentos.

Art. 3º O regime jurídico é estatutário e o regime previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social, a partir da Lei Complementar Municipal nº 10/2003.

#### TÍTULO II

#### DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

##### CAPÍTULO I

##### DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 4º A carreira do Magistério Público do Município tem como princípios básicos:

I – Habilitação Profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação específica;

II – Valorização Profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão, com aperfeiçoamento profissional continuado;

III – Piso salarial profissional: definido por lei específica e assimilado por este plano;

IV – Progressão funcional na carreira: mediante promoção baseada no aperfeiçoamento e merecimento;

V – Hora-atividade: período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho.

##### CAPÍTULO II

##### DO ENSINO

Art. 5º O Município incumbir-se-á de oferecer a Educação Básica nos seguintes níveis:

I – Na Educação Infantil em Creches e Pré-escolas.

II – No Ensino Fundamental.

III – Em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades previstas nos incisos anteriores, especialmente os de sua área de competência.

Parágrafo Único – O ensino previsto no inciso terceiro somente pode ser realizado com recursos que excedam dos 25% (vinte e cinco por cento) determinados para a Educação Básica.

Art. 6º A Rede Municipal de Ensino será própria, compreendida pela Educação Infantil e o Ensino Fundamental, mantidos com recursos do Poder Público Municipal.

##### CAPÍTULO III

##### DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art. 7º Para efeitos da aplicação desta lei considera-se:

I – Plano de Carreira: o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e vencimentos dos profissionais do Magistério;

II – Carreira: o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Vencimentos, observada a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional;

III – Cargo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades do profissional do magistério, previstas no Plano de Carreira e Vencimentos, de acordo com área de atuação e formação profissional;

IV – Categoria Funcional: o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

V – Profissional em Educação: o conjunto de profissionais descrito no artigo 6º nesta lei;

VI – Vencimento: é a expressão pecuniária do cargo, consoante nível próprio, fixado em Lei. O vencimento do profissional da educação será fixado de acordo com a sua habilitação e qualificação;

VII – Remuneração: é a retribuição mensal paga ao profissional da educação pelo exercício do cargo correspondente ao vencimento e vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidos em lei;

VIII – Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuição, grau de complexidade e responsabilidade, especificados nesta Lei;

IX – Nível: graduação vertical ascendente, existente no Grupo Ocupacional do Magistério;

X – Referência: graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;

XI – Progresso Funcional: deslocamento do servidor nos níveis e



referências contidas no seu cargo, o qual se dará de modo vertical e horizontal:

- a) entende-se por progressão vertical a ascensão obtida pelo profissional quando da obtenção de novo grau acadêmico;
- b) entende-se por progressão horizontal a ascensão obtida pelo profissional por meio da apresentação de horas de aperfeiçoamento, avaliação de desempenho e tempo de serviço.

XII – Enquadramento: atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado;

XIII – Quadro de Pessoal: conjunto de cargos de provimentos efetivos dos profissionais da educação;

XIV – Lotação: é o local de atuação preferencial dos membros do Magistério, de acordo o número necessário ao desenvolvimento das atividades específicas do quadro de cada unidade escolar e do órgão central;

XV - Alteração Definitiva: procedimento destinado a suprir, em caráter definitivo a falta de profissionais, com alteração da carga horária dos profissionais já efetivos na rede.

XVI - Alteração Temporária Transitória: procedimento destinado a suprir falta de profissionais efetivos na rede, com os já efetivos, habilitados para a vaga, com disponibilidade de carga horária, sem efetivação definitiva decorrente da alteração.

XVII - Tempo de serviço: é contado em dias, transformado em anos, contados com 365 dias, serve para efeitos de progressão na carreira e período aquisitivo para aposentadoria.

XVIII – Reabilitação: promovida pelo INSS, quando o profissional é acometido por doença ocupacional ou de outra natureza, que não permita a continuidade de suas funções originárias.

XIX – Readaptação: promovida pelo próprio Município, quando o profissional é acometido por doença ocupacional ou de outra natureza, que não permita a continuidade de suas funções originárias, sendo que o mesmo é designado para função semelhante, para a qual esteja em condições de saúde e de dignidade.

XX – Função Gratificada: é o conjunto de atribuições e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, cometidas a servidor ocupante de cargo efetivo.

Art. 8º Os cargos do Magistério Público Municipal, do Município de Brunópolis são classificados como de provimento efetivo e provimento em comissão.

## SEÇÃO I

### DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 9º Fica criado o quadro de pessoal do Magistério Público, do Município de Brunópolis, composto pelos seguintes cargos de carreira, que compõem o grupo do Magistério:

§1º Profissionais do Magistério Público Municipal que desempenham as atividades de docência, atuante na Educação Básica; Educação Infantil; Séries Iniciais do Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial e demais atividades pedagógicas, determinadas nesta Lei.

I - Professor

§2º Equipe de suporte pedagógico à docência, direção, administração, planejamento, supervisão, orientação e coordenação educacional, com habilitação de Nível Superior.

I – Assistente Técnico Pedagógico;

II – Técnico Administrativo Educacional;

§3º Profissionais auxiliares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com habilitação ao Magistério de Nível Médio Normal:

I - Agente de Serviços Administrativos;

II - Auxiliar de Ensino.

§4º Profissionais do Magistério Público Municipal que desempenham as atividades de caráter técnico nas unidades escolares e Secretaria Municipal da Educação:

I – Nutricionista

§5º Profissionais para atuação em projetos específicos de origem municipal ou convênios com os demais entes federados:

I – Instrutor Profissional.

§6º Para o ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, previsto no inciso II do parágrafo 3º deste artigo, será assegurada a remuneração prevista na Lei do Piso Nacional Salarial do Magistério, na proporção da respectiva carga horária, sendo limitada a carreira ao nível médio de escolaridade (nível I da tabela de vencimentos), com incentivo (progressão na tabela salarial) para aos que se habilitarem, com limite até o nível de graduação (nível II da tabela de vencimentos), nos mesmos percentuais dos demais profissionais da educação.

§7º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo 9º, parágrafo 4º, terão sua remuneração regida pela Lei Complementar 20/2006 e suas alterações posteriores.

§8º Para os ocupantes do cargo de Instrutor Profissional, o enquadramento e posterior progressão funcional horizontal ficam limitados ao nível médio de escolaridade (Nível I da tabela de vencimentos).

## SEÇÃO II

### DOS CARGOS EM COMISSÃO E/OU FUNÇÃO GRATIFICADA

Art. 10. Ficam criados, no quadro de pessoal do Magistério Público, do Município de Brunópolis, os seguintes cargos em comissão ou função gratificada, que compõem o grupo do Magistério:

§1º Profissionais para atuação nos cargos em comissão, no desempenho de funções de confiança do governo municipal:

I – Diretor de Educação Infantil;

II – Diretor do Ensino Fundamental;

III – Coordenador pedagógico;

IV – Coordenador de projetos;

V – Diretor do Departamento de Cultura;

VI – Diretor do Departamento de Desporto;

VII – Diretor do Departamento de Merenda e Transporte Escolar;

VIII – Assessor Administrativo.

§2º Profissionais para atuação nos cargos em comissão ou de função gratificada, a ser desempenhada por pessoas com formação universitária no magistério, no desempenho de funções de confiança do governo municipal:

I – Diretor Escola; e

II – Diretor de Centro de Educação Infantil.

§3º O número de vagas disponíveis e ocupadas e o local principal de atuação estão previstas detalhadamente nos anexos I e II desta Lei, e os vencimentos iniciais e a progressão horizontal e vertical, no anexo III desta Lei.

## SEÇÃO III

### DO QUADRO DOS CARGOS POLÍTICOS OU ESSEMElhADOS

Art. 11. Fica criado o cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

## SEÇÃO IV

### DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA PARA INGRESSO

Art. 12 Os cargos do Magistério Público Municipal, do Município de Brunópolis, são acessíveis a todos os brasileiros e aos estrangeiros naturalizados, preenchidos os requisitos estabelecidos em Lei e nos Regulamentos.

Art. 13 São requisitos mínimos para o exercício da docência na carreira do Magistério Público Municipal:

I – Formação em nível Médio, técnico em Magistério, para o exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou graduação em Pedagogia, com habilitação específica para cada área;

II – Para a atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental exige-se curso de nível Superior, com licenciatura nas disciplinas específicas de atuação com qualificação mínima para o ingresso através de concurso público.

Art. 14 Entende-se como curso de Nível Superior.

I – Ensino superior em curso de Graduação em Licenciatura Plena,



com habilitação específica na disciplina de atuação, para a docência nos componentes curriculares das séries finais do Ensino Fundamental e Médio;

II – Formação Superior em Pedagogia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil e complementação nos termos da legislação vigente, para a docência na Educação Básica.

Art. 15 Para o exercício da atividade de Assessor em Planejamento Educacional, Coordenador de Educação Infantil, Coordenador do Ensino Fundamental, Assistente Técnico Pedagógico, é exigida a habilitação mínima de Licenciatura Plena nas áreas da Educação.

Art. 16 Para o ingresso no cargo de Nutricionista de que trata esta Lei, exige como qualificação mínima a Graduação em Nutrição.

Art. 17 O cargo de professor com área de atuação específica, como inglês, informática, artes e educação física, será ocupado por profissional habilitado, preferencialmente de Licenciatura.

Parágrafo Único – Em caso de existência de disputa, com semelhante grau de habilitação o portador de Licenciatura na área terá preferência de classificação e escolha.

Art. 18 O exercício da atividade no cargo de Auxiliar de Ensino e Agente de Serviços Administrativos, depende de habilitação de Ensino Médio, no Curso de Magistério.

Parágrafo Único – O portador de habilitação em Nível Superior na área de Pedagogia pode suprir a vaga dos cargos previstos no caput deste artigo, com a remuneração do cargo, prevista na carreira, de Nível Médio.

Art. 19 Na falta de profissionais efetivos serão contratados profissionais temporários – ACT, que podem ser:

- a) habilitados na área específica de atuação, com a remuneração correspondente ao início da carreira de cada Nível de Habilitação, até o limite da graduação (nível II da tabela de vencimentos);
- b) não habilitados, com remuneração equivalente ao primeiro nível (Nível I), primeira letra (letra A).

Art. 20 Os cargos em provimento efetivo de que trata esta Lei são classificados em níveis e referências e tem as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante do anexo I.

#### Subseção I

Da qualificação e especificidades dos cargos em comissão

Art. 21 Os cargos em comissão e as funções gratificadas se destinam a atender as atividades de Direção, Chefia e Assessoramento, nos diferentes setores da Secretaria Municipal de Educação.

§1º As direções das Unidades Escolares e dos Centros de Educação Infantil do Município serão ocupadas por profissionais com habilitação ou cursando nível superior afins ao magistério.

§2º Os cargos do parágrafo anterior, quando preenchido por profissionais não efetivos no quadro, serão de caráter comissionado, recebendo remuneração prevista no anexo II desta lei.

### TÍTULO III

#### DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

##### Do provimento

Art. 22 A investidura em cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, do Município de Brunópolis depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Art. 23 Para que ocorra o provimento é necessário que:

- I – Exista vaga;
- II – Preencha o candidato, todos os requisitos inerentes ao cargo;
- e

Art. 24 As formas de provimento dos cargos efetivos previstos nesta lei são os seguintes:

I – Nomeação;

II – Progressão funcional vertical;

III – Progressão funcional horizontal;

IV – Reintegração;

V – Reabilitação; e

VI – Readaptação.

Art. 25 Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal prover os cargos públicos de Magistério.

§1º Às pessoas com deficiências, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições lhes sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservados até 5,0% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§2º Não havendo inscrito ou aprovados no concurso, como determina o parágrafo anterior, as vagas serão ocupadas pelos demais aprovados, respeitada a ordem de classificação.

#### Subseção II

Da Posse e do Exercício

Art. 26 A posse é o ato que completa a investidura no cargo.

Art. 27 Tem-se por empossado o membro do Magistério Público Municipal após assinatura do termo de compromisso contendo as atribuições, deveres e responsabilidades, os direitos inerentes ao cargo ocupado, devendo ser precedido de prova da capacidade física e mental para o exercício do magistério, a ser comprovada por atestados médicos e exames admissionais.

Art. 28 O Chefe do Poder Executivo Municipal é autoridade competente para dar posse aos membros do magistério público municipal.

Art. 29 A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do ato de nomeação, no Mural Público do Município e em jornal de circulação regional, momento este que se iniciará o exercício.

§1º Se a posse não se der no prazo previsto no caput, a nomeação é tornada sem efeito não gerando nenhum direito ao nomeado.

§2º É obrigatória a apresentação da declaração de bens e rendimentos, no ato em que o servidor for tomar posse, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.730 de 10/11/1993.

Art. 30 A escolha de vagas precederá o ato da posse.

Parágrafo Único – O quadro de vagas por área, disciplinas, carga horária e os locais de exercício será disponibilizado aos candidatos aprovados em 05 (cinco) dias úteis antes da escolha de vagas.

Art. 31 Respeitados os casos previstos neste plano de cargos e carreira, o membro do Magistério Público Municipal que interromper o exercício da função por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, estará sujeito à pena de demissão por abandono de cargo, apurado em competente processo disciplinar, assegurado o amplo direito de defesa.

Parágrafo único – Será considerada inassiduidade habitual a ausência do servidor ao serviço, sem justificativa, por 10 (dez) dias a cada 12 (doze) meses, também punível mediante processo disciplinar.

Art. 32 Nenhum membro do Magistério Público Municipal, em horário de trabalho, poderá ausentar-se do local de trabalho ou de suas funções para estudos ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem a prévia autorização ou designação da autoridade competente, exceto quando estiver em gozo de férias.

Art. 33 O afastamento do exercício do cargo poderá ser permitido para:

I – Exercer cargo de provimento em comissão na Administração Municipal e respectivas autarquias;

- II – Candidatar-se a exercer mandato eletivo;
- III – Atender convocação do serviço militar;
- IV – Exercer função de direção de unidade escolar;
- V – Exercer outras atividades específicas do magistério, devidamente regulamentadas;
- VI – Realizar pós-graduação (mestrado e doutorado) na área de atuação no Magistério; e
- VII – Atender imperativo de convênio relacionado com a educação.

§1º Ressalvados os casos previstos nos incisos I, III, IV e V, deste artigo, o ato de afastamento fixará o prazo de sua duração, respeitando sua natureza e, com verificação da conveniência para o ensino.

§2º O candidato a cargo eletivo é afastado do exercício pelo prazo e na forma estabelecida pela legislação eleitoral.

§3º Ao candidato eleito a mandato eletivo se aplica o disposto no artigo 38 da Constituição Federal.

§4º O afastamento previsto no inciso VI deste artigo, obedecerá aos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo que o beneficiado deve obedecer as condições desta Lei:

- a) O beneficiado deve apresentar o projeto de estudo, sendo na área relacionada as determinações de suas funções;
- b) Deve ser apresentado à autoridade competente periodicamente relatórios dos estudos;
- c) O beneficiado com afastamento remunerado não pode, durante o afastamento previsto neste inciso, exercer outra atividade remunerada;
- d) Obriga-se o membro do Magistério Público Municipal a continuar vinculado em atividades originárias por período igual ao do afastamento, salvo o disposto na alínea "e" abaixo; e
- e) O descumprimento das condições estabelecidas neste parágrafo implica em interrupção imediata da remuneração e a consequente devolução dos valores recebidos.

§5º Ficam assegurados aos membros do Magistério Público Municipal os vencimentos integrais quando afastados para exercer atividades previstas neste artigo, incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII.

§6º O número de vagas e os critérios para a contemplação do inciso VI deste artigo fica a critério do interesse público, definida mediante Portaria ou Decreto.

### Subseção III

#### Do Estágio Probatório

Art. 34 O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, durante o qual são apurados os requisitos necessários e indispensáveis ao exercício do cargo.

§1º Os requisitos de que trata este artigo são:

- assiduidade;
- disciplina e urbanidade;
- responsabilidade;
- produtividade;
- eficiência;
- dedicação e comprometimento com as atividades educacionais; e
- iniciativa e liderança;

§2º A verificação dos requisitos mencionados no §1º deste artigo será efetuada, sem prejuízo das demais atribuições, pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho instituída pelo artigo 13 da Lei Complementar nº 20/2006.

§3º Ao membro do Magistério Público Municipal em estágio probatório será dada ciência semestralmente do processo de acompanhamento do seu desempenho, concedendo-lhes vistas, a cada avaliação, e na hipótese de conclusão para fim de exoneração, o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da defesa em caso de resultado considerado insatisfatório.

§4º Três meses após o término do período do estágio probatório, será submetida a homologação da avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispõem as alíneas "a" a "h" do presente artigo à autoridade competente para julgamento do mérito.

§5º A avaliação do estágio probatório será feita anual e registrados

em instrumentos específicos.

§6º O membro do Magistério Público Municipal que não satisfizer os requisitos exigidos neste artigo, e não estável, será exonerado do cargo que ocupa, após competente processo administrativo.

§7º Ao membro do Magistério Público Municipal é assegurada a mesma comissão de avaliação, do início ao final da avaliação do estágio probatório, salvo impedimento ou desistência voluntária de seus membros.

§8º A avaliação do estágio probatório deve ser exclusivamente na função para a qual foi concursado.

Art. 35 Durante o período do estágio probatório, o membro do Magistério Público Municipal não terá direito aos benefícios do progresso funcional.

Parágrafo Único – Concluído o estágio probatório será computado o tempo de trabalho do membro do Magistério, prestado ao Município de Brunópolis, concedendo-lhe a devida progressão correspondente ao mesmo.

### SEÇÃO III

#### DAS PROGRESSÕES

Art. 36 O membro do Magistério Público Municipal fará jus a progressão funcional vertical a cada nova titulação, e horizontal, seja pela comprovação de conclusão de cursos de aperfeiçoamento, seja por tempo de serviço, nos termos desta Lei.

§1º As progressões previstas na presente lei começam a ser remunerada após a última avaliação positiva final no estágio probatório, sendo enquadramento, neste caso na alínea "B" da tabela dentro da respectiva habilitação.

§2º Para os possuidores de tempo de serviço prestado ao Município de Brunópolis além do estágio probatório o enquadramento será na alínea correspondente ao total do tempo prestado.

§3º Para os ocupantes de cargos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que não desempenham atividades eminentemente pedagógicas, será dado o direito a uma única progressão vertical, além da sua habilitação de origem no concurso.

§4º O vencimento básico máximo dos membros do magistério público do município de Brunópolis é a indicada na tabela de vencimento com a referencia "letra J" em cada um dos níveis de titulação.

Art. 37 Não serão concedidas as progressões de que trata esta lei, se no período aquisitivo correspondente, o servidor:

I – sofrer qualquer das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Complementar nº 10/2003 (Estatuto dos Servidores Públicos);

II – ter 05 (cinco) faltas injustificadas ao serviço, no período aquisitivo;

III – ter 10 (dez) chegadas tardias ou saídas antecipadas, sem justificativa e devidamente documentadas;

IV – ausentar-se, justificadamente, por período superior a 150 (cento e cinquenta) dias; e

V – ter desempenho insuficiente nas avaliações periódicas.

Art. 38 A progressão por aperfeiçoamento e a progressão por tempo de serviço serão concedidas em anos diferentes, vedada a concessão de ambas em um mesmo exercício letivo.

#### Subseção I

Da progressão por aperfeiçoamento

Art. 39 A progressão por cursos de aperfeiçoamento, concedida após a realização de, pelo menos 180 (cento e oitenta) horas de aperfeiçoamento em cursos na área do magistério, com interstício mínimo de 03 (três) anos entre uma promoção e outra.

§1º A compensação salarial de que trata o caput deste artigo corresponde ao equivalente de 2% (dois por cento), sobre o valor da referência em que estava enquadrado, respeitando as seguintes condições:

I – A progressão por cursos de aperfeiçoamento se dará até dia 31 do mês de dezembro do ano correspondente, com atualização

salarial no mês seguinte, sendo a primeira do ano subsequente a sua aprovação;

II – A carga horária por curso apresentado deverá ser no mínimo de 08 (oito) horas/aula;

III – O mesmo curso, para efeitos de progressão por cursos de aperfeiçoamento, somente será computado uma vez;

IV – Os cursos contados deverão ter sido feitos no máximo em 03 (três) anos anteriores a data da contagem;

V – As horas restantes de um certificado em ano anterior não podem ser reapresentadas para uma próxima progressão por cursos;

VI – Serão aceitos somente cursos presenciais ou semi-presenciais, oferecidos pela Administração Municipal de Brunópolis, por ela indicado ou oferecidos por instituição oficial de ensino;

§2º O membro do Magistério Público Municipal deverá protocolar requerimento escrito, acompanhado dos originais e fotocópias dos certificados correspondentes aos cursos de aperfeiçoamento, até o dia 10 de dezembro do ano em que completar a carga horária mínima exigida neste artigo.

#### Subseção II

Da progressão por tempo de serviço

Art. 40 A progressão por tempo de serviço acontece a cada 03 (três) anos, contado da data de ingresso no serviço público do Município de Brunópolis.

§1º A progressão prevista neste artigo será concedida sempre no mês de outubro de cada ano.

§2º A progressão prevista neste artigo será recompensada no percentual de 2% (dois por cento), sobre a referência na qual estava enquadrado o Profissional da Educação.

Art. 41 As progressões previstas na presente Lei, começam a ser aplicadas após a última avaliação positiva no estágio probatório, podendo ser cumulativas apenas as decorrentes do tempo de serviço no serviço público do município de Brunópolis.

§1º Ao concluir o estágio probatório o membro do Magistério passará a ocupar a letra "B" da tabela salarial, do respectivo nível de habilitação, sendo o tempo de estágio o único prestado ao município.

§2º Nos casos de maior tempo, conta-se todos os anos de serviços prestados ao Município de Brunópolis, sendo o enquadramento na letra de referência na tabela salarial, correspondente aos anos que possui o profissional.

#### Subseção III

Da progressão por nova titulação

Art. 42 O progresso funcional vertical é a progressão na carreira mediante apresentação de certificado de nova titulação na área do magistério, em conformidade com o anexo III.

Parágrafo único. A progressão por nova titulação ocorrerá no nível correspondente à habilitação, em referência imediatamente superior ao seu nível de vencimento.

Art. 43 O membro do Magistério Público Municipal poderá obter as seguintes incorporações ao salário base, de forma não cumulativa:

I – Pela obtenção da graduação em Licenciatura Plena, na habilitação específica de sua efetivação no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o salário base. Será enquadrado no NÍVEL II de titulação;

II – Pela obtenção da titulação de pós-graduação em nível de Especialização, na área específica de atuação, a incorporação ao salário base, no percentual de 15% (quinze por cento). Será enquadrado no NÍVEL III de titulação;

III – Pela obtenção da titulação de pós-graduação em nível de Mestrado, na área específica de atuação, a incorporação ao salário base, no percentual de 15% (quinze por cento). Será enquadrado no NÍVEL IV de titulação;

IV – Pela obtenção da titulação de pós-graduação em nível de Doutorado, na área específica de atuação, a incorporação ao salário base, no percentual de 20% (vinte por cento). Será enquadrado

no NÍVEL V de titulação.

§1º Para fins desta lei aceitar-se-ão os cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu:

a) na área de Educação;

b) na área específica de atuação.

§2º As incorporações ao salário base de que trata o presente serão permanentes, de acordo com a tabela salarial do Anexo III.

§3º As incorporações ao salário base previstas neste artigo serão concedidas ao membro do Magistério interessado, no mês subsequente ao do requerimento devidamente protocolado, que deverá ser acompanhado da documentação comprobatória da nova titulação, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura.

§4º Para fins de concessão das incorporações previstas neste artigo serão consideradas todas as titulações obtidas pelo servidor em todos os graus de escolaridade, não sendo, no entanto, cumulativas titulações de mesmo grau.

#### SEÇÃO IV

##### DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO

Art. 44 A verificação dos requisitos exigidos nesta lei para as progressões na carreira do magistério público municipal, será efetuada, sem prejuízo das demais atribuições, pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho instituída pelo artigo 13 da Lei Complementar nº 20/2006.

Art. 45 Compete à Comissão de Avaliação da progressão:

I – Informar aos profissionais de educação sobre o processo de progressão em todos os seus aspectos;

II – Fazer registro sistemático e objetivo da atuação do profissional da educação, dando-lhe conhecimento do resultado até dez (10) dias após a data do término da avaliação correspondente, para seu pronunciamento;

III – Considerar o período anual letivo para fins de registro de atuação do profissional avaliado na Secretaria de Educação;

IV – Fornecer a cada membro do magistério avaliado até trinta (30) dias após o encerramento da avaliação anual, cópia da respectiva ficha de registro de atuação profissional devidamente visada pela autoridade competente;

V – O membro do Magistério terá cinco (05) dias úteis a partir da data do conhecimento da avaliação para manifestar seu inconformismo, se assim o desejar.

#### TÍTULO IV

##### DA FIXAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL

#### CAPÍTULO I

##### DA LOTAÇÃO

Art. 46 A lotação dos membros do Magistério Público Municipal será na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com preferência na escolha de vaga na Unidade de atuação.

§1º Conforme a necessidade, a partir da abertura e fechamento de vagas haverá a destinação dos profissionais para as unidades escolares.

§2º A escolha das vagas ocorre de acordo com o tempo de efetivação, no Município de Brunópolis, de cada profissional, quando da necessidade de distribuição de vagas, será feito por decreto fixando as mesmas e, a escolha é efetuada e registrada em ata com a ciência de cada profissional.

§3º A escolha de vagas ocorre anualmente, antes do início do ano letivo, caso houver alteração no quadro de vagas para o ano letivo que iniciará.

§4º Os critérios para escolha e desempate da unidade escolar são os seguintes:

a) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Brunópolis;

b) maior habilitação profissional, compatível, nos termos da legislação em vigor;

c) maior idade; e



d) número de filhos.

Art. 47 O membro do Magistério não perde a sua vaga na unidade escolar nos seguintes casos:

- I – Por afastamento para exercer cargo de provimento em comissão na rede municipal de ensino de Brunópolis;
- II – Para realizar pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) na área do magistério;
- III – Para atender imperativo de convênio relacionado com a educação;
- IV – Para atender convocação do serviço militar;
- V – Para exercer mandato eletivo;
- VI – Nos casos de tratamento de saúde devidamente comprovado mediante atestado médico aprovado pela junta médica, aceito pelo INSS ou decorrente de decisão judicial; e
- VII – Nos casos de licença para repouso a gestante.

Art. 48 O membro do Magistério que se afastar por motivos diversos dos constantes no artigo anterior, perde sua vaga na unidade escolar, quando retornar ao exercício ocupará vaga em estabelecimento de ensino que tiver disponibilidade, respeitando o cargo e a habilitação, até que seja efetuada nova escolha.

Parágrafo Único – O preenchimento de vagas será sempre precedido de edital, divulgando as vagas e os critérios de preenchimento, respeitando a legislação em vigor.

## CAPÍTULO II

### DA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 49 A alteração de carga horária pode ser definitiva ou temporária, conforme descrito na presente Lei.

Art. 50 O Servidor do magistério municipal que tiver sua carga horária alterada receberá vencimento proporcional à nova carga horária, tendo como referência seu salário da carga horária anterior.

Art. 51 Sendo do interesse público, a pedido do membro do Magistério, por escrito, com protocolo de praxe, poderá ser reduzida a carga horária, em proporção que não comprometa a qualidade do ensino e o funcionamento da educação municipal.

Art. 52 A alteração da carga horária se dará quando comprovada a existência de vaga definitiva, para a alteração definitiva ou sazonal, quando da alteração temporária.

§1º - A alteração de carga horária precede a realização de concurso público, sempre mediante edital público.

§2º - A alteração majorando a carga horária dos membros do magistério público municipal será precedida, sempre, da redução de que trata o artigo 51 desta Lei.

§3º - Não será reduzida nem aumentada a carga horária do membro do magistério que ter desempenho insuficiente na avaliação de desempenho que anteceder ao pedido.

## SEÇÃO I

### ALTERAÇÃO DEFINITIVA

Art. 53 No prazo de 01 (um) ano de vigência da presente lei, a administração municipal poderá, mediante processo seletivo simplificado e após criterioso estudo das vagas preenchidas e da demanda existente, permitir que os professores efetivos alterem suas respectivas cargas horárias.

§1º A alteração de que trata o caput será objeto de Decreto específico que conterá as regras do certame, indicando, obrigatoriamente, o número de vagas existentes; a carga horária dos professores efetivos; a carga horária dos professores contratados temporariamente; e a carga horária necessária para as atividades escolares do Município.

§2º Poderão participar do certame todos os professores efetivos em exercício no município de Brunópolis, com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais.

§3º Serão critérios de seleção para a alteração da carga horária

semanal:

- a) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Brunópolis;
- b) maior habilitação técnico-profissional;
- c) maior idade; e
- d) número de filhos.

## SEÇÃO II

### ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA/TRANSITÓRIA

Art. 54 Para atender necessidades emergenciais a administração municipal pode promover a Alteração Temporária Transitória, dos profissionais efetivos no quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Brunópolis, mediante processo seletivo, até o limite de 40 horas semanais.

Art. 55 Os critérios para preenchimento da carga horária que trata o artigo 54 serão os seguintes:

- a) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Brunópolis;
- b) maior habilitação técnico-profissional;
- c) maior idade; e
- d) número de filhos.

Art. 56 A alteração prevista no artigo 54 limita-se ao tempo da existência da vaga; desaparecendo a necessidade será imediatamente reduzida a carga horária do profissional que a ocupava.

§1º - A remuneração para a Alteração Temporária Transitória será equivalente a do cargo efetivo do profissional, respeitando a carga horária.

§2º - Havendo necessidade para o bom desempenho dos serviços da administração pública, o chefe do poder executivo poderá designar servidor do magistério para desempenhar atividades na área administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, reduzindo ou majorando, com sua concordância, a jornada de trabalho, sem que isso implique em mudança de cargo ou remuneração adicional de qualquer gratificação, salvo a adequação da remuneração à carga horária eventualmente modificada.

## TÍTULO V

### DOS DIREITOS E VANTAGENS

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS

## SEÇÃO I

### DA REMUNERAÇÃO

Art. 57 O membro do Magistério Público Municipal, enquadrado nos parágrafos 1º e 2º e do inciso II do parágrafo 3º do artigo 9º desta Lei receberá, a título de vencimento importância não inferior ao Piso Nacional do Magistério, respeitando a proporcionalidade da carga horária semanal, instituído pela Lei Federal nº Lei 11.738/2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 17/7/08, p. 1.

Art. 58 É vedada a prestação de serviços gratuitos ao Magistério Público do Município de Brunópolis, salvo em situações de calamidade.

Art. 59 O membro do Magistério Público Municipal perderá a remuneração:

- I – dos dias que faltar ao serviço sem justificativa; e
- II – das parcelas proporcionais aos atrasos, ausências parciais e saídas antecipadas que ocorrerem sem justificativa.

Art. 60 Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo Único – Mediante autorização do membro do Magistério, ou de decisão judicial, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, observada a legalidade do desconto.



Art. 61 O vencimento do cargo efetivo, acrescido as vantagens de caráter permanente, é irredutível e observará o princípio da isonomia, quando couber, observada a carga horária e habilitação.

Art. 62 O vencimento do membro do Magistério Público Municipal será fixado de acordo com a sua habilitação e qualificação, sem distinção do grau de ensino em que atua.

## SEÇÃO II DA REGÊNCIA DE CLASSE

Art. 63 Apenas os cargos do parágrafo 1º do artigo 9º, terão direito ao estímulo de Regência de Classe, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário base de sua referência de enquadramento na tabela salarial, exclusivamente enquanto estiver em sala de aula.

§1º A Regência de Classe será paga em evento específico no demonstrativo de pagamento, sem incidência na tabela salarial, não sendo cumulativa para nenhum efeito.

§2º Para fazer jus ao direito da Gratificação de Regência de Classe o professor deverá atingir o mínimo de 90% do número de aulas estabelecidos no artigo 94.

§3º A redução prevista no parágrafo anterior será admitida apenas quando não houver aulas disponíveis na rede, ficando a cargo da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto comunicar ao Departamento de Recursos Humanos os casos de não pagamento da gratificação de Regência de Classe.

Art. 64 Em caso de não disponibilidade de aula para compor a carga horária prevista para a Regência de Classe a mesma poderá ser paga proporcional a carga horária trabalhada em sala de aula. Parágrafo Único – O cálculo para pagamento da Regência de Classe, proporcional ao número de aulas em sala de aula, será correspondente a 10; 20; ou 30 horas semanais.

## SEÇÃO II DO REAJUSTE DO VALOR DO PISO SALARIAL

Art. 65 No mês janeiro de cada ano o valor do Piso será reajustado pelas normas estabelecidas pela Lei Nacional nº 11.738/2008, assegurado o percentual mínimo, nunca inferior ao do INPC.

§1º O reajuste será automático, podendo ser concedido por decreto, após a apuração oficial dos valores inflacionários do ano anterior, respeitando o que determinar a legislação nacional que trata do Piso Nacional Salarial.

§2º O primeiro reajuste previsto neste artigo, será no ano seguinte ao da entrada em vigor da presente Lei.

## SEÇÃO III DAS VANTAGENS

Art. 66 Vantagens pecuniárias são acréscimos aos vencimentos, sendo constituídos em caráter definitivo na progressão funcional horizontal, conforme o estabelecido nos artigos 38 a 41 ou em caráter transitório ou eventual, a título de gratificação.

Art. 67 São concedidas ao membro do Magistério as seguintes gratificações fixadas em lei.

- I – Gratificação pelos cargos em comissão; e
- II – Gratificação por regência de classe.

### Subseção I Da Gratificação por Cargo de Coordenação e Assessoramento

Art. 68 O membro efetivo do Magistério nomeado para cargo de direção, chefia e assessoramento, terá direito a receber gratificação de função na seguinte proporção:

- a) Diretor de Escola e Centro de Educação Infantil – 20% (vinte por cento);
- b) Diretor do Ensino Fundamental – 20% (quinze por cento);
- c) Diretor da Educação Infantil – 20% (quinze por cento);
- d) Assessor Administrativo, Coordenador de Projetos e Coordenador

Pedagógico – 10% (dez por cento);

e) Diretor de Departamento – 20% (quinze por cento).

§1º O percentual que trata este artigo incide sobre o vencimento de servidor nomeado, respeitado o seu nível de enquadramento na tabela salarial, mas correspondente à carga de quarenta horas.

§2º Ao Diretor de Unidade Escolar e de Centro de Educação Infantil é assegurada as vantagens de caráter definitivo conquistadas na carreira.

§3º O servidor efetivo do Magistério, nomeado para o exercício de função gratificada ou cargo comissionado, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou do cargo comissionado.

Art. 69 As vagas de Diretor de Unidade Escolar e de Centro de Educação Infantil Municipal, serão preenchidas exclusivamente por pessoas com formação universitária na área do Magistério.

Parágrafo Único – O Diretor de Unidade Escolar e de Centro de Educação Infantil Municipal, não tem direito a Regência de Classe.

Art. 70 Os cargos de Assessoramento, Chefias ou Direções, serão contratados como de cargos em comissão do Magistério, quando não efetivos no quadro e receberão como remuneração o estabelecido no Anexo II, da presente Lei.

## SEÇÃO IV DAS LICENÇAS

Art. 71 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

- I – Para tratamento de saúde;
- II – Por motivo de doença de pessoa da família;
- III – Para repouso a gestante;
- IV – Para serviço militar obrigatório;
- V – Para casamento;
- VI – Por nascimento de filho ao homem;
- VII – Pela adoção;
- VIII – Para trato de interesses particulares;
- IX – Para exercício de mandato eletivo; e
- X – Por motivo de falecimento de membro da família (pai, mãe, irmãos, avós, filhos e cônjuges).

Parágrafo primeiro – As licenças indicadas nos incisos IV, VIII e IX não serão concedidas aos servidores nomeados em cargos de comissão.

Parágrafo segundo – A concessão da licença prevista no inciso II dependerá da prova da enfermidade do ente familiar e da necessidade de cuidado do servidor requerente.

### Subseção I

#### Da Licença Para Tratamento de Saúde

Art. 72 A licença para tratamento de saúde é concedida a pedido do membro do Magistério ou de seu representante legalmente constituído, quando impossibilitado de fazê-lo, mediante a apresentação de atestado ou requisição médica.

Art. 73 A licença é concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado médico, respeitadas as normas previstas na legislação previdenciária.

Art. 74 Findo o prazo da licença ou cientificado da alta medida pelo INSS, o membro do Magistério deve retornar ao trabalho imediatamente, salvo interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo.

Parágrafo Único – As ausências ao trabalho sem cobertura de atestado médico ou deferimento do benefício previdenciário pelo INSS serão consideradas como faltas injustificadas.

Art. 75 Os primeiros 15 (quinze) dias da licença serão remunerados pelo Município, mantida a remuneração do cargo.

Art. 76 No caso de licença para tratamento de saúde o membro do Magistério deve se abster de outras atividades remuneradas,

sob pena de interrupção da licença, com perda total da remuneração, até que reassuma o cargo, além de apuração de eventual ato ilícito.

#### Subseção II

##### Licença Maternidade/Paternidade

Art. 77 À gestante é concedida, mediante inspeção médica realizada por junta médica oficial, licença com vencimento ou remuneração integral pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

I – A licença pode ser concedida a partir do oitavo mês de gestação;  
II – Até o oitavo mês, se houver impossibilidade ao trabalho, a gestante é assegurada a antecipação da licença de que trata esta Lei.

Art. 78 Pelo nascimento ou adoção de filhos, o membro do Magistério homem, terá direito à licença paternidade de 07 (sete) dias consecutivos.

Art. 79 O membro do Magistério Público Municipal, mulher que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, terá o mesmo direito a Licença Maternidade, na forma determinada pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Art. 80 No caso de natimorto ou aborto, dar-se-á licença para tratamento de saúde.

Art. 81 Para amamentar o próprio filho, com até seis meses de idade, a servidora lactante terá direito, a 01 (uma) hora de descanso, para cada 04 (quatro) horas de trabalho, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

#### Subseção IV

##### Licença Por Falecimento de Membro da Família

Art. 82 A licença por falecimento por membro da família, previsto no parágrafo X do art. 71, será pelo período de 07 (sete) dias.

#### Subseção V

##### Licença para trato de interesses particulares

Art. 83 A licença para trato de interesses particulares será pelo período máximo de 04 (quatro) anos, sem qualquer remuneração.

§1º Terminada a licença sem retorno do servidor ao serviço público, além das faltas injustificadas responderá processo administrativo disciplinar.

§2º A concessão da licença que trata este artigo, ao ser concedida deve levar em consideração o interesse público e os princípios da administração pública.

§4º Não se concederá nova licença antes de decorrido o exercício efetivo do cargo em período igual ao da licença concedida e gozada anteriormente.

#### Subseção VI

##### Licença para exercer mandato eletivo

Art. 84 O servidor do magistério público municipal terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a desincompatibilização do cargo, determinada por lei ou sua escolha em convenção partidária, para concorrer a cargo eletivo e o dia do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

Parágrafo Único – A partir do registro da candidatura e até o quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo fará jus a licença com remuneração integral, como se em efetivo exercício estivesse.

Art. 85 Se eleito e havendo compatibilidade de horário, como determina o artigo 38 da Constituição Federal, poderá desempenhar o mandato e suas atividades no magistério público. Não havendo compatibilidade de horário, deverá licenciar-se do cargo, podendo, no entanto, optar pela respectiva remuneração.

#### Subseção V

##### Licença pelo casamento

Art. 86 Ao servidor do magistério público municipal será concedida

licença de 05 (cinco) dias corridos em decorrência do casamento civil ou religioso, contados da data da celebração.

#### Subseção VI

##### Licença para exercício do serviço militar obrigatório

Art. 87 Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença sem remuneração.

§ 1º A licença será concedida a vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º O servidor desincorporado reassumirá o cargo no prazo de 10 (dez) dias.

#### TÍTULO VI

##### DO REGIME DE TRABALHO

Art. 88 O regime normal de trabalho dos profissionais da educação será da seguinte forma.

§1º Cargo de professor com atuação nas áreas de Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Especial – 20 (vinte) ou (40) quarenta horas semanais.

§2º Cargos de professor com atuação na área de Educação Infantil – 20 (vinte); 30 (trinta) ou (40) quarenta horas semanais.

§3º Cargo de professor de séries finais do Ensino Fundamental, nas disciplinas específicas, de 10 (dez); 20 (vinte); 30 (trinta) ou (40) quarenta horas semanais.

§4º A abertura de vaga na respectiva carga horária será em conformidade com as demandas da rede municipal de ensino.

§5º Aos profissionais do §4º do art. 9º a contratação poderá ser de 20 (vinte) ou (40) quarenta horas semanais.

#### SEÇÃO I

##### DA AULA EXCEDENTE

Art. 89 Havendo necessidade na escola o professor/a das séries finais do Ensino Fundamental ou das disciplinas específicas das séries iniciais pode ter até 03 (três) aulas acrescidas à sua carga horária de efetivo trabalho em sala de aula, essa horas aula chamar-se-á aula excedente.

§1º Para cada aula excedente o professor da disciplina receberá o valor de 3% (três por cento) sobre a remuneração, considerado o valor da carga horária de 40 horas semanais, enquanto perdurar a existência da referida condição.

§2º As aulas excedentes são de caráter excepcional, limitando-se ao tempo de existência da necessidade.

§3º As aulas excedentes serão utilizadas apenas em caso de adequação de carga horária nas unidades escolares e não poderão exceder ao limite da carga horária do profissional.

#### SEÇÃO II

##### DA HORA-ATIVIDADE

Art. 90 Na jornada de trabalho dos profissionais da educação se observará a proporção máxima de 2/3 (dois terços) da carga horária para as atividades de interação com os educandos e 1/3 (um terço) como hora-atividade, que devem ser cumpridas nas formas dessa lei.

§1º As aulas correspondentes à hora-atividade serão cumpridas na unidade escolar ou em local indicado pela direção da unidade ou pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para todos os membros do Magistério Público de Brunópolis, com as atividades a seguir descritas:

- a) preparação do trabalho didático, planejamento individual ou coletivo;
- b) para o aperfeiçoamento;
- c) para formação continuada; e
- d) para preparação de aulas e demais atividades inerentes ao ensino de sala de aula;
- e) elaboração e execução de projetos didáticos da unidade escolar e interação com a comunidade escolar.

§2º Somente será considerada cumprida a hora-atividade prevista no parágrafo anterior tendo autorização da Direção da unidade

escolar.

§3º A unidade escolar e a Secretaria da Educação de Brunópolis podem aglutinar o tempo correspondente a cada tarefa, concentrando as referidas atividades em dias específicos.

§4º A hora-atividade sempre será cumprida na contagem da hora-relógio.

§5º No período destinado à hora-atividade, dos professores de 1ª a 5ª série/ano, do Ensino Fundamental, será oferecido ao aluno, as disciplinas de: Educação Física; Artes; Língua Estrangeira; Música; Educação Ambiental; Informática e/ou outras, ministradas por professores habilitados do quadro de pessoal do Magistério ou por profissional legalmente autorizado, devidamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

§6º É considerado acúmulo ilegal de cargo a contratação do membro do Magistério para o exercício de qualquer atividade remunerada durante o tempo destinado ao cumprimento da hora-atividade, na unidade escolar ou fora dela.

## SEÇÃO II

### DA CARGA HORÁRIA EM SALA DE AULA

Art. 91 Para contagem da carga horária será contada a hora relógio, caso as aulas sejam com tempo de duração menor, devem ser compensadas pelo número de aulas.

§1º A carga horária, em desempenho das atividades de interação com o aluno na sala de aula será assim distribuída:

a) Carga Horária de 10 horas semanais – atividades em sala de aula, 6,6 (seis vírgula seis) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 08 (oito) aulas;

b) Carga Horária de 20 horas semanais – atividades em sala de aula, 13,3 (treze vírgula três) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 17 (dezesete) aulas;

c) Carga Horária de 30 horas semanais – atividades em sala de aula, 19,9 (dezenove vírgula nove) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 26 (vinte e seis) aulas;

d) Carga Horária de 40 horas semanais – atividades em sala de aula, 26,6 (vinte e seis vírgula seis) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 35 (trinta e cinco) aulas.

§2º O docente do currículo por disciplinas, cujo número de horas lecionadas for inferior a carga horária normal, estabelecidas neste artigo, terá de completar a jornada em outras atividades constantes das atribuições do cargo de professor.

§3º É obrigatória a participação de todos os membros do Magistério em atividades de planejamento e aperfeiçoamento organizados pelas unidades escolares ou Secretaria Municipal de Educação.

§4º O tempo das atividades previstas no parágrafo anterior são contados como hora-atividade.

§5º Não ocorrendo a participação será promovido o referido registro da falta e posterior desconto dos valores correspondentes.

## TÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 92 Este Plano de Cargos, Carreira e Salários não prejudica direito adquirido sob a vigência da legislação anterior.

Art. 93 Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a proceder, por ato próprio o reenquadramento dos membros do Magistério Público Municipal, na forma prevista na presente Lei.

§1º No período de até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor da presente Lei, será emitida portaria com a listagem de reenquadramento de cada Membro do Magistério do Município de Brunópolis.

§2º A administração, no reenquadramento, pode adequar a nomenclatura aos termos desta Lei.

§3º Para os possuidores de tempo de serviço prestado ao Município de Brunópolis além do estágio probatório o enquadramento, em referência a tabela salarial será na alínea correspondente ao total do tempo prestado.

Art. 94 Os critérios para o reenquadramento são os seguintes:

I – Publicar Portaria ou Decreto de reenquadramento.

II – Identificar os direitos do Profissional da Educação (avanço trienal, titulação e cursos de aperfeiçoamento), colocados em planilha anexa a Portaria ou Decreto de reenquadramento.

III – O Profissional da Educação será reenquadrado na referência que lhe garanta valor igual ao recebido e, não coincidindo, na referência imediatamente superior.

IV – O Profissional da Educação será reenquadrado no nível de acordo com a sua habilitação.

Parágrafo único – Para o reenquadramento não será considerada a anuidade de cada alínea da tabela salarial, continuando as progressões a partir da referência que foi reenquadrado.

Art. 95 Aos profissionais efetivos, detentores de 02 (dois) cargos de professor, no Município de Brunópolis, será concedido o prazo de 60 (sessenta) dias, após a entrada em vigor da presente Lei, para optar pela unificação dos cargos, o que se dará pela soma das cargas horárias e reenquadramento nos termos do artigo anterior.

Art. 96 O novo piso salarial fixado para o Magistério público Municipal do Município de Brunópolis, que consta do art. 60 da presente Lei, passa a vigorar a partir da entrada em vigor desta lei e será de R\$ 1.567,00 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais), com reajuste de acordo com o art. 5º, parágrafo único da Lei Federal nº 11.738/2008.

Parágrafo Único – O valor indicado no caput corresponde à carga horária de 40 (quarenta) horas/aula.

Art. 97 Para suprir as necessidades de substituição ou casos emergenciais nos termos do art. 37 da Constituição Federal, serão contratados profissionais temporariamente (ACT), mediante processo seletivo simplificado.

Art. 98 Para fazer face as despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão usados Dotações Orçamentárias Próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 99 Aplica-se subsidiariamente no que for omissa a presente Lei, o Estatuto dos servidores Públicos e demais leis vigentes do Município de Brunópolis e a Legislação Federal que couber ao caso.

Art. 100 Fica revogada a Lei Complementar nº 43/2013 e as demais disposições em sentido contrário.

Art. 101 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos econômicos retroativos a 1º de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis (SC), 14 de novembro de 2013.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA

**ANEXO I**  
**LEI COMPLEMENTAR 049/2013**

**QUADRO DE CARGOS PROVIMENTO EFETIVO**

<b>Cargo</b>	<b>Vagas</b>	<b>Atuação no Magistério</b>	<b>Atribuição</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Professor</b>	37	<i>Séries Iniciais e Educação Infantil</i>	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>
	02	<i>Artes</i>	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico das artes; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino;	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>



			participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.	
	02	<i>Língua Estrangeira/Inglês</i>	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico do aprendizado de língua estrangeira; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>
	02	<i>Educação Física</i>	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico da educação física motora; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>

			cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.	
	02	Informática	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico da informática; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.	Até 40 (quarenta) horas semanais
Instrutor Profissional	20		Ministrar aulas práticas e orientar alunos da rede pública municipal para a formação técnico-profissional nas diversas áreas do conhecimento e de formação profissional, auxiliando e complementando as atividades pedagógicas.	Até 40 (quarenta) horas semanais
Assistente Técnico Pedagógico	02		participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação; participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho; realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou	Até 40 (quarenta) horas semanais

			recursos; participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal; selecionar, classificar e arquivar documentação; participar na execução de programas e projetos educacionais; prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem; desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação.	
<i>Técnico administrativo Educacional</i>	<i>01</i>		assessoramento à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto nas atividades de administração escolar, desenvolvimento de tarefas relacionadas a multimeios didáticos, em especial na escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares e do órgão central da instituição da Educação Básica; operação de quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: mimeógrafo, videocassete, televisor, projetor de slides, computador, calculadora, fotocopadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências.	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>
<i>Agente de Serviços Administrativos</i>	<i>01</i>		Efetuar diversas tarefas burocráticas, conferindo documentos, preparando correspondências, atualizando registro, manipulando máquinas de escritório e microcomputador e atendendo ao público em geral, seguindo as rotinas estabelecidas; executar atividades de assessoramento administrativo ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto; elaborar e organizar arquivos de documentos.	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>
<i>Auxiliar de Ensino</i>	<i>01</i>		Atuar em atividades, programas e projetos	<b>Até 40</b>

			educacionais, cooperando com o corpo docente, técnico e administrativo, em atividades relacionadas ao planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, objetivando aprimorar a qualidade do ensino, colaborando para o acesso e permanência do aluno na escola.	<b>(quarenta) horas semanais</b>
<i>Nutricionista</i>	<i>01</i>		Promover avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças; promover adequação alimentar, considerando necessidades específicas da faixa etária atendida; promover programas de educação alimentar e nutricional, visando crianças, pais, professores, funcionários e diretoria; executar atendimento individualizado de pais de alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família; integrar a equipe multidisciplinar de pais e alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família;	<b>Até 40 (quarenta) horas semanais</b>



**ANEXO II**  
**LEI COMPLEMENTAR 049/2013**

**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E RESPECTIVOS VENCIMENTOS**

**CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – MAGISTÉRIO**  
**CARGA HORÁRIA – 40 HORAS SEMANAIS**

<b>Quantidade</b>	<b>Denominação</b>	<b>Nível</b>	<b>Vencimento R\$</b>
01	Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto	DASMA – 05	3.752,35 (iniciativa da câmara)
02	Diretor de Escola	DASMA – 04	1.770,23
01	Diretor de Departamento de Cultura	DASMA – 03	1.272,51
01	Diretor de Departamento de Desporto	DASMA – 03	1.272,51
01	Diretor Geral de Educação Infantil	DASMA – 03	1.272,51
01	Diretor Geral de Ensino Fundamental	DASMA – 03	1.272,51
02	Diretor de Centro de Educação Infantil	DASMA – 04	1.770,23
01	Coordenador Pedagógico	DASMA – 02	917,72
01	Diretor do Departamento de Merenda e Transportes Escolar	DASMA – 03	1.272,51
01	Coordenador de Projetos	DASMA – 02	917,72
01	Assessor Administrativo	DASMA - 03	2.670,00

**ANEXO III**  
**LEI COMPLEMENTAR 049/2013**  
**CARGOS EFETIVOS**  
**TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSAO**  
**MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>I</b>	1.567,00	1.598,34	1.630,31	1.662,91	1.696,17	1.730,09	1.764,70	1.799,99	1.835,99	1.872,71
<b>II</b>	1.880,40	1.918,01	1.956,37	1.995,50	2.035,41	2.076,11	2.117,64	2.159,99	2.203,19	2.247,25
<b>III</b>	2.162,46	2.205,71	2.249,82	2.294,82	2.340,72	2.387,53	2.435,28	2.483,99	2.533,67	2.584,34
<b>IV</b>	2.486,83	2.536,57	2.587,30	2.639,04	2.691,82	2.745,66	2.800,57	2.856,58	2.913,72	2.971,99
<b>V</b>	2.984,19	3.043,88	3.104,76	3.166,85	3.230,19	3.294,79	3.360,69	3.427,90	3.496,46	3.566,39

**ANEXO IV****LEI COMPLEMENTAR 049/2013*****DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS***

<b>Nome Do Cargo</b>	<b>Atividades Específicas</b>
Professor de Séries Iniciais e Educação Infantil	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.
Professor de Artes	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico das artes; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.
Professor de Inglês	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico do aprendizado de língua estrangeira; elaborar programas,

	planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.
Professor de Educação Física	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico da educação física motora; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.
Professor de Informática	Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno no campo específico da informática; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os Serviços de Orientação Educação e Supervisão Escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanados do órgão superior competente; fornecer dados e apresentar relatórios de suas



	atividades; executar outras atividades compatíveis com o cargo.
Instrutor Profissional	Ministrar aulas práticas e orientar alunos da rede pública municipal para a formação técnico-profissional nas diversas áreas do conhecimento e de formação profissional, auxiliando e complementando as atividades pedagógicas.
Assistente Técnico Pedagógico	participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação; participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho; realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos; participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal; selecionar, classificar e arquivar documentação; participar na execução de programas e projetos educacionais; prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem; desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação.
Técnico administrativo Educacional	assessoramento à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto nas atividades de administração escolar, desenvolvimento de tarefas relacionadas a multimeios didáticos, em especial na escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares e do órgão central da instituição da Educação Básica; operação de quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: mimeógrafo, videocassete, televisor, projetor de slides, computador, calculadora, fotocopadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências.
Agente de Serviços Administrativos	Efetuar diversas tarefas burocráticas, conferindo documentos, preparando correspondências, atualizando registro, manipulando máquinas de escritório e microcomputador e atendendo ao público em geral, seguindo as rotinas estabelecidas; executar atividades de assessoramento administrativo ao Secretário Municipal de Educação,

	Cultura e Desporto; elaborar e organizar arquivos de documentos.
Auxiliar de Ensino	Atuar em atividades, programas e projetos educacionais, cooperando com o corpo docente, técnico e administrativo, em atividades relacionadas ao planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, objetivando aprimorar a qualidade do ensino, colaborando para o acesso e permanência do aluno na escola.
Nutricionista	Promover avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças; promover adequação alimentar, considerando necessidades específicas da faixa etária atendida; promover programas de educação alimentar e nutricional, visando crianças, pais, professores, funcionários e diretoria; executar atendimento individualizado de pais de alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família; integrar a equipe multidisciplinar de pais e alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família;
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Administrar e gerir todas as atividades ligadas à educação, cultura e desporto, responsabilizando-se pela adoção das medidas administrativas necessárias ao cumprimento das exigências legais quanto à prestação dos serviços públicos de educação; gerir e administrar os recursos destinados à educação, cultura e desporto.
Diretor de Escola	Garantir que a escola cumpra sua função social e construção do conhecimento; diagnosticar junto à comunidade (especialistas, professores, pais, alunos) as suas reais necessidades e recursos disponíveis; participar com a comunidade escolar, na construção de projeto político-pedagógico; participar do planejamento curricular; organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola; providenciar junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola; acompanhar a execução do currículo, visando ao melhor uso de recursos, bem como a sua permanente manutenção e reposição; viabilizar aos profissionais da escola oportunidade de aperfeiçoamento, visando o projeto político-pedagógico; coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos da escola que possibilite constante avaliação do processo educacional; coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino e de

	administração de pessoal; coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento; assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela escola; discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providência para que sejam atendidas as necessidades do educando; contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas Associações Escolares (CEE, A.PP, Grêmio, Conselho Comunitário, etc.); acompanhar e avaliar estágio em administração escolar; buscar atualização permanente; influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com atendimento as reais necessidades dos alunos; participar dos Conselhos de Classe; executar outras atividades compatíveis com a função;
Diretor de Departamento de Cultura	Dirigir e coordenar as atividades do Departamento de Cultura do Município.
Diretor de Departamento de Desporto	Dirigir e coordenar as atividades do Departamento de Desporto do Município.
Diretor Geral de Educação Infantil	Dirigir e coordenar as atividades relacionadas à educação infantil.
Diretor Geral de Ensino Fundamental	Dirigir e coordenar as atividades relacionadas ao ensino fundamental.
Diretor de Centro de Educação Infantil	Coordena, organiza e supervisiona as creches municipais, Controlar e distribuir tarefas, materiais e recursos humanos necessários ao funcionamento das creches municipais; Organiza atividades de acompanhamentos e registros de tarefas executadas, dos recursos materiais e humanos despendidos; Registra o ponto e frequência dos servidores, Registra e controla a quantidade e os tipos de materiais empregados, zelando pela sua boa aplicação, conservação e guarda; Elabora e supervisiona a escala de trabalho; inclusive de plantões e horas extras quando necessário; executar outras atividades inerentes a seu cargo e sua experiência profissional e/ou de interesse do município por determinação superior.
Coordenador Pedagógico	Coordenar as atividades educacionais pedagógicas adequando-as ao Plano Municipal de Educação e à Lei de Diretrizes e Bases da

	Educação.
Diretor do Departamento de Merenda e Transportes Escolar	Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação, nutrição e transporte escolar; participar do CAE; adequar as atividades locais ao PNAE e demais programas estaduais ou federais relacionados à alimentação e transporte escolar; planejar e coordenar as atividades relacionadas à aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar e à contratação de transporte escolar; outras atividades relacionadas ao cargo.
Coordenador de Projetos	Coordenar as atividades ligadas aos projetos relativos à educação, cultura e desporto, visando obter recursos e equipamentos destinados à melhora do ensino, à capacitação dos profissionais do magistério e ao aparelhamento das instalações físicas e equipamentos.
Assessor Administrativo	Assessorar os demais servidores na administração dos serviços desenvolvidos na secretaria municipal de educação, cultura e desporto; elaborar, organizar e arquivar documentos e atos administrativos; auxiliar na organização de eventos e atos públicos; assessorar na agenda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.



## Caçador

### PREFEITURA

#### Resumo Ata Habilitação CV 09-2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 09-2013 FMS

CONRE CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, sem representante presente, CONSTRUTORA E INCORPORADORA TECONZA LTDA, sem representante presente, ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA, sem representante presente, Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou qu as empresas cumpriram as exigências do Edital estando todas habilitadas a participarem do presente processo, como as empresas não possuem representante presente abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para recurso a contar da publicação da presente Ata no Diário Oficial do Município.

#### Resumo Ata Habilitação CV 10-2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 10-2013 FMS

ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, sem representante presente, CONSTRUTORA E INCORPORADORA TECONZA LTDA, sem representante presente, CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUCHI LTDA, sem representante presente, Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que a empresa GG Bruschi não apresentou a negativa do FGTS e a certidão do INSS está vencida, no entanto, como apresentou declaração de EPP datada de 11 de novembro de 2013 com o devido carimbo da junta comercial, caso a empresa seja declarada vencedora será aberto o prazo de 04 (quatro) dias úteis para apresentação do referido documento, nos termos do item 6.8 do Edital, as demais empresas cumpriram as exigências do Edital estando todas habilitadas a participarem do presente processo, como nem todas empresas possuem representante presente abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para recurso a contar da publicação da presente Ata no Diário Oficial do Município.

## Camboriú

### PREFEITURA

#### DI 22/13 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 022/2013 - FMS  
Data: 18/11/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA O CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº 0800575-30.2013.8.24.0113 - IVANDRO SAMUEL HEINZEM.

Valor total: R\$ 61.683,55 (Sessenta e Um Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).  
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: PRODIET FARMACEUTICA S.A.  
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 18 de Novembro de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

#### Termo de Errata da DI 1/13 - Fmdca

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
DISPENSA LICITATÓRIA 001/2013-FMDCA

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o aviso de licitação da Dispensa Licitatória 001/2013 - FMDCA, tendo como objeto a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TIVERAM SEUS DIREITOS VIOLADOS E/OU VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o valor total do Aviso de Licitação.

- onde lê-se: R\$7.458,00 (Sete Mil Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais).

- leia-se: R\$ 25.086,00 (Vinte e Cinco Mil e Oitenta e Seis Reais).  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 18 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

#### Ata de Registro de Preços do PR 33/13 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 033/2013 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2013 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ATRAVÉS DA OFERTA DE MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL, SOBRE OS VALORES DA REVISTA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/11/2014

1ª Publicação.

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 1100/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 1100/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFW7461	54457365E	5738/0	10/07/2013	R\$ 191,53	186 * II
AKN6442	55655231D	6033/0	07/06/2013	R\$ 191,53	206 * V
CRD9695	54457149E	5185/1	13/08/2013	R\$ 127,69	167
EBL7443	54455480E	5452/1	13/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IRC9264	54623012E	5550/0	12/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZZ1557	55651519D	5452/1	25/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MDI6031	55005819D	7366/2	16/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEA8458	54623551E	5185/1	07/09/2013	R\$ 127,69	167
MEP3262	54623523E	5576/0	02/09/2013	R\$ 85,12	182 * I
MFZ8624	54623328E	5479/0	04/09/2013	R\$ 85,12	181 * X
MHL8331	54623806E	5738/0	13/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
MIN5345	55651650D	5460/0	09/08/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MKF0978	54623320E	5479/0	04/09/2013	R\$ 85,12	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRÂNSITO

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 194 - 1098/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 194 1098/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADH8658	54623814E	5541/5	17/09/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto N° 8.031 de 14 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 8.031 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do CMDCA - Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10 anexas, partes integrantes deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### RESOLUÇÃO N° 001/2013

DISPÕE SOBRE A POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS PARA GESTÃO 2013/2014 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião extraordinária do dia 14 de fevereiro de 2013, conforme ata nº 01;

### RESOLVE:

Art.1º - Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o biênio 2013/2014:

- Túlio Cesar Jansen;
- Edithe Maricler Virmond;
- Henriqueta Rodrigues;
- Maria Maurene Ottvagen May;
- Rozeli Maria Fuckner;
- José Carlos Vieira;
- Anídia Stolf;

- Deisi Estela Amorim;
- Ernesto Larsen;
- Marcelo Machado;
- Edilson Pruckneski;
- Cristina Munhoz;
- Eloá Christine Prim;
- Mariana Olsen.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 14 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2013.

### RESOLUÇÃO N° 02/2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 5.528/2009 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2013;

### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a alteração na composição das comissões permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Ficam nomeados os seguintes membros deste Conselho Municipal:

- Secretaria Municipal de Finanças: Maria Eliane Friedrich e Lucimara Prestes de Souza Idalêncio;
- Secretaria Municipal de Administração: Maria Cristina Marciniak Munhoz e José Carlos Vieira;

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013.

### RESOLUÇÃO N° 03/2013

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO CMDCA, O PROJETO DE ESPORTE COMUNITÁRIO, PARCERIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E UNIMED.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 que Dispõe sobre a



Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e reunião ordinária no dia 11 de abril de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar e deferir o Projeto "Esporte Comunitário" da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e Unimed;

Art.2º - Aprovar o pagamento de técnico para a escolinha de futebol do projeto, através do FIA, repassando o valor através da APP - Escola Municipal Maria José Duarte Silva Bernardes.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de abril de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos onze dias do mês de abril de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 04/2013**

**DISPÕE SOBRE INDEFERIMENTO PROJETO DA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.415/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2013.

**RESOLVE:**

Art.1º - Indeferir o depósito de verbas do FIA para o projeto da APE - Associação de Pais e Esportistas de Campo Alegre/SC, conforme segue:

Art.2º - Detectado ausência da Prestação de Contas por parte da Administração Municipal, referente a arrecadação dos horários de jogos do Ginásio Municipal de Esportes - Helmuth Erico Herbst, referente ao exercício de 2012.

Art.3º - Este Conselho solicita a presença da Diretoria da APE para articulação referente a dívida anterior.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 05/2013**

**DISPÕE SOBRE LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 18 de abril de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a liberação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a APE - Associação de Pais e Esportistas de

Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o pagamento de professor para a Escolinha de Futebol do Projeto "Uma Grande Jogada".

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de abril de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 06/2013**

**DISPÕE SOBRE LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 13 de agosto de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a liberação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o depósito no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) para Projeto deferido em Gestão anterior.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de agosto de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 07/2013**

**DISPÕE SOBRE PROBLEMAS GERADOS COM A VENDA DE RIFAS POR CRIANÇAS DE ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária realizada em data de dia 24 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Articular em plenária com autoridades públicas, com o Sr. Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Educação e representante da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

Art.2º - Em plenária, o assunto vendas de rifas por crianças na comunidade, gera conflitos familiares, e este Conselho tem como objeto de suas Reuniões, fiscalização, atenção ao bem estar e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município, não podendo ficar à margem das questões a estas relacionadas;

Art.3º - O CMDCA informa que está atento a tudo que diz respeito a integridade e segurança das Crianças e Adolescentes de nosso

Município, afim de coibir sua exploração ou exposição a riscos;

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

#### RESOLUÇÃO Nº 08/2013

DISPOE SOBRE DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA O 1º FÓRUM DA FAMÍLIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 24 de setembro de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a destinação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a realização do 1º Fórum da Família, conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), ara a viabilização do Fórum em parceria com o IDI - Instituto de Desenvolvimento Integral de São Bento do Sul/SC., que realizar-se-á nos dias 05, 06, 07 e 08 de novembro de 2013.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

#### RESOLUÇÃO Nº 09/2013

DISPOE SOBRE OS TEMAS ABORDADOS PARA O 1º FÓRUM DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 24 de setembro de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar os temas para o 1º Fórum da Família do Município de Campo Alegre/SC, conforme segue:

Art.2º - Família à Base de Tudo; Família e Codependência; Família e Sexualidade e a Família nos Tempos Modernos.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDC

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro

dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

#### RESOLUÇÃO Nº 10/2013

DISPOE SOBRE SOLICITAÇÃO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE ESPAÇO FÍSICO PARA A SEDE DO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 08 de outubro de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, concessão de um espaço físico e suporte, instalação da Sede do CMDCA, deste Município.

Art.2º - A solicitação de que trata o Artigo 1º desta Resolução, é de uma sala com os seguintes equipamentos: mesa; cadeiras; linha telefônica; sinal de internet e um armário/arquivo para guarda da documentação do CMDCA, à luz da "Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Seção II, Art. 9º".

Parágrafo Único: "Para o bom desempenho das atribuições do CMDCA, deverá o Poder Executivo Municipal garantir o mínimo do suficiente e necessário suporte Organizacional, Estrutura Física, Recursos Humanos e Financeiros."

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de outubro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de outubro de dois mil e treze.

#### Decreto Nº 8.031 de 14 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.031 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções do CMDCA - Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10 anexas, partes integrantes deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 001/2013**

DISPÕE SOBRE A POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS PARA GESTÃO 2013/2014 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião extraordinária do dia 14 de fevereiro de 2013, conforme ata nº 01;

**RESOLVE:**

Art.1º - Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o biênio 2013/2014:

- Túlio Cesar Jansen;
- Edithe Maricler Virmond;
- Henriqueta Rodrigues;
- Maria Maurene Ottvagen May;
- Rozeli Maria Fuckner;
- José Carlos Vieira;
- Anídia Stolf;
- Deisi Estela Amorim;
- Ernesto Larsen;
- Marcelo Machado;
- Edilson Pruckneski;
- Cristina Munhoz;
- Eloá Christine Prim;
- Mariana Olsen.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 14 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 02/2013**

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 5.528/2009 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião ordinária no

dia 21 de fevereiro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a alteração na composição das comissões permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Ficam nomeados os seguintes membros deste Conselho Municipal:

- Secretaria Municipal de Finanças: Maria Eliane Friedrich e Lucimara Prestes de Souza Idalêncio;

- Secretaria Municipal de Administração: Maria Cristina Marciniak Munhoz e José Carlos Vieira;

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 03/2013**

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO CMDCA, O PROJETO DE ESPORTE COMUNITÁRIO, PARCERIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E UNIMED.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião ordinária no dia 11 de abril de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar e deferir o Projeto "Esporte Comunitário" da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e Unimed;

Art.2º - Aprovar o pagamento de técnico para a escolinha de futebol do projeto, através do FIA, repassando o valor através da APP - Escola Municipal Maria José Duarte Silva Bernardes.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de abril de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos onze dias do mês de abril de 2013.

**RESOLUÇÃO Nº 04/2013**

DISPÕE SOBRE INDEFERIMENTO PROJETO DA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.415/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2013.

**RESOLVE:**

Art.1º - Indeferir o depósito de verbas do FIA para o projeto da APE - Associação de Pais e Esportistas de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Detectado ausência da Prestação de Contas por parte da Administração Municipal, referente a arrecadação dos horários de jogos do Ginásio Municipal de Esportes - Helmuth Erico Herbst, referente ao exercício de 2012.

Art.3º - Este Conselho solicita a presença da Diretoria da APE para articulação referente a dívida anterior.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013.

#### RESOLUÇÃO Nº 05/2013

DISPOE SOBRE LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 18 de abril de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a liberação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a APE - Associação de Pais e Esportistas de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o pagamento de professor para a Escolinha de Futebol do Projeto "Uma Grande Jogada".

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de abril de 2013.

#### RESOLUÇÃO Nº 06/2013

DISPOE SOBRE LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 13 de agosto de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a liberação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o depósito no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) para Projeto deferido em Gestão anterior.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de agosto de 2013.

#### RESOLUÇÃO Nº 07/2013

DISPOE SOBRE PROBLEMAS GERADOS COM A VENDA DE RIFAS POR CRIANÇAS DE ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária realizada em data de dia 24 de setembro de 2013;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Articular em plenária com autoridades públicas, com o Sr. Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Educação e representante da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

Art.2º - Em plenária, o assunto vendas de rifas por crianças na comunidade, gera conflitos familiares, e este Conselho tem como objeto de suas Reuniões, fiscalização, atenção ao bem estar e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município, não podendo ficar à margem das questões a estas relacionadas;

Art.3º - O CMDCA informa que está atento a tudo que diz respeito a integridade e segurança das Crianças e Adolescentes de nosso Município, afim de coibir sua exploração ou exposição a riscos;

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

#### RESOLUÇÃO Nº 08/2013

DISPOE SOBRE DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA O 1º FÓRUM DA FAMÍLIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 24 de setembro de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a destinação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a realização do 1º Fórum da Família, conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), ara a viabilização do Fórum em parceria com o IDI - Instituto de Desenvolvimento Integral de São Bento do Sul/SC., que realizar-se-á nos dias 05, 06, 07 e 08 de novembro de 2013.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND



Presidente do CMDCA  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

#### RESOLUÇÃO N° 09/2013

DISPÕE SOBRE OS TEMAS ABORDADOS PARA O 1º FÓRUM DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 24 de setembro de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Aprovar os temas para o 1º Fórum da Família do Município de Campo Alegre/SC, conforme segue:

Art.2º - Família à Base de Tudo; Família e Codependência; Família e Sexualidade e a Família nos Tempos Modernos.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

#### RESOLUÇÃO N° 10/2013

DISPÕE SOBRE SOLICITAÇÃO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE ESPAÇO FÍSICO PARA A SEDE DO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 08 de outubro de 2013;

#### RESOLVE:

Art.1º - Solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, concessão de um espaço físico e suporte, instalação da Sede do CMDCA, deste Município.

Art.2º - A solicitação de que trata o Artigo 1º desta Resolução, é de uma sala com os seguintes equipamentos: mesa; cadeiras; linha telefônica; sinal de internet e um armário/arquivo para guarda da documentação do CMDCA, à luz da "Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Seção II, Art. 9º".

Parágrafo Único: "Para o bom desempenho das atribuições do CMDCA, deverá o Poder Executivo Municipal garantir o mínimo do suficiente e necessário suporte Organizacional, Estrutura Física, Recursos Humanos e Financeiros."

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de outubro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de outubro de dois mil e treze.

#### Resolução N° 001/2013

RESOLUÇÃO N° 001/2013

DISPÕE SOBRE A POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS PARA GESTÃO 2013/2014 DO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe Sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião extraordinária do dia 14 de fevereiro de 2013, conforme ata nº 01;

#### RESOLVE:

Art.1º - Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o biênio 2013/2014:

- Túlio Cesar Jansen;

- Edithe Maricler Virmond;

- Henriqueta Rodrigues;

- Maria Maurene Ottvagen May;

- Rozeli Maria Fuckner;

- José Carlos Vieira;

- Anídia Stolf;

- Deisi Estela Amorim;

- Ernesto Larsen;

- Marcelo Machado;

- Edilson Pruckneski;

- Cristina Munhoz;

- Eloá Christine Prim;

- Mariana Olsen.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 14 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2013.

#### Resolução N° 02/2013

RESOLUÇÃO N° 02/2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº



8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 5.528/2009 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a alteração na composição das comissões permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Ficam nomeados os seguintes membros deste Conselho Municipal:

- Secretaria Municipal de Finanças: Maria Eliane Friedrich e Lucimara Prestes de Souza Idalêncio;

- Secretaria Municipal de Administração: Maria Cristina Marciniak Munhoz e José Carlos Vieira;

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013.

**Resolução N° 03/2013**

RESOLUÇÃO N° 03/2013

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO CMDCA, O PROJETO □ ESPORTE COMUNITÁRIO, PARCERIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E UNIMED.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente e reunião ordinária no dia 11 de abril de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar e deferir o Projeto "Esporte Comunitário" da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e Unimed;

Art.2º - Aprovar o pagamento de técnico para a escolinha de futebol do projeto, através do FIA, repassando o valor através da APP - Escola Municipal Maria José Duarte Silva Bernardes.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 11 de abril de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos onze dias do mês de abril de 2013.

**Resolução N° 04/2013**

RESOLUÇÃO N° 04/2013

DISPÕE SOBRE INDEFERIMENTO PROJETO DA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº

8.069/90, na Lei Municipal nº 3.415/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 21 de fevereiro de 2013.

**RESOLVE:**

Art.1º - Indeferir o depósito de verbas do FIA para o projeto da APE - Associação de Pais e Esportistas de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Detectado ausência da Prestação de Contas por parte da Administração Municipal, referente a arrecadação dos horários de jogos do Ginásio Municipal de Esportes - Helmuth Erico Herbst, referente ao exercício de 2012.

Art.3º - Este Conselho solicita a presença da Diretoria da APE para articulação referente a dívida anterior.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2013.

**Resolução N° 05/2013**

RESOLUÇÃO N° 05/2013

DISPOE SOBRE LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 18 de abril de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a liberação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a APE - Associação de Pais e Esportistas de Campo Alegre/SC., conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o pagamento de professor para a Escolinha de Futebol do Projeto "Uma Grande Jogada".

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezoito dias do mês de abril de 2013.

**Resolução N° 06/2013**

RESOLUÇÃO N° 06/2013

DISPOE SOBRE LIBERAÇÃO DE VERBAS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº

3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 13 de agosto de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a liberação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o depósito no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) para Projeto deferido em Gestão anterior.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de agosto de 2013.

**Resolução N° 07/2013**

RESOLUÇÃO N° 07/2013

DISPOE SOBRE PROBLEMAS GERADOS COM A VENDA DE RIFAS POR CRIANÇAS DE ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária realizada em data de dia 24 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Articular em plenária com autoridades públicas, com o Sr. Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Educação e representante da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

Art.2º - Em plenária, o assunto vendas de rifas por crianças na comunidade, gera conflitos familiares, e este Conselho tem como objeto de suas Reuniões, fiscalização, atenção ao bem estar e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município, não podendo ficar à margem das questões a estas relacionadas;

Art.3º - O CMDCA informa que está atento a tudo que diz respeito a integridade e segurança das Crianças e Adolescentes de nosso Município, afim de coibir sua exploração ou exposição a riscos;

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 2013.

**Resolução N° 08/2013**

RESOLUÇÃO N° 08/2013

DISPOE SOBRE DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA PARA O 1º FÓRUM DA FAMÍLIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº

3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 24 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar a destinação de verbas do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para a realização do 1º Fórum da Família, conforme segue:

Art.2º - Fica determinado o valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), para a viabilização do Fórum em parceria com o IDI - Instituto de Desenvolvimento Integral de São Bento do Sul/SC., que realizar-se-á nos dias 05, 06, 07 e 08 de novembro de 2013.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

**Resolução N° 09/2013**

RESOLUÇÃO N° 09/2013

DISPOE SOBRE OS TEMAS ABORDADOS PARA O 1º FÓRUM DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 24 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Aprovar os temas para o 1º Fórum da Família do Município de Campo Alegre/SC, conforme segue:

Art.2º - Família à Base de Tudo; Família e Codependência; Família e Sexualidade e a Família nos Tempos Modernos.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze.

**Resolução N° 10/2013**

RESOLUÇÃO N° 10/2013

DISPOE SOBRE SOLICITAÇÃO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DE ESPAÇO FÍSICO PARA A SEDE DO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Municipal nº 3.425/2008, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e reunião ordinária no dia 08 de outubro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º - Solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, concessão

de um espaço físico e suporte, instalação da Sede do CMDCA, deste Município.

Art.2º - A solicitação de que trata o Artigo 1º desta Resolução, é de uma sala com os seguintes equipamentos: mesa; cadeiras; linha telefônica; sinal de internet e um armário/arquivo para guarda da documentação do CMDCA, à luz da "Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Seção II, Art. 9º".

Parágrafo Único: "Para o bom desempenho das atribuições do CMDCA, deverá o Poder Executivo Municipal garantir o mínimo do suficiente e necessário suporte Organizacional, Estrutura Física, Recursos Humanos e Financeiros."

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 08 de outubro de 2013.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos oito dias do mês de outubro de dois mil e treze.

#### **Portaria N° 10.384 de 14 de Novembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.384 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA N° 9.945 DE 23 DE ABRIL DE 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 9.945 de 23 de abril de 2013, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública, ocupante do cargo público na função de Agente Administrativo II, VERÔNICA DA CRUZ DE SIQUEIRA, Matrícula Funcional nº 000618, Registro no Sistema sob nº 954981, referente ao período aquisitivo 23 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de abril de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 10.385 de 14 de Novembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.385 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público, ocupante do cargo público na função de Agente Administrativo II, LUIZ ERNANDES WESCHE, Matrícula Funcional nº 000569, Registro no Sistema sob nº 954726, referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2012 a 25 de janeiro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 18 de novembro de 2013 a 27 de novembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria N° 10.386 de 18 de Novembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.386 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, SOLANGE GARCIA, Matrícula Funcional nº 000439, Registro no Sistema sob nº 954333, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 21 de junho de 2009 a 21 de junho de 2012.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 20 de novembro de 2013 a 19 de dezembro de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 18 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Aviso de Dispensa de Licitação N°20/2013.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório169/2013 Dispensa 20/2013.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE SINISTRO Nº8700043200-001 CAUSADOS A ESCAVADEIRA KOMATSU PC138, SÉRIE KMTPC189JO1022685, ANO 2008, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, DA LEI 8.666/93.

Valor R\$ 45.844,92 (Quarenta e cinco mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos)

Campos Novos, 14 de Novembro de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito

#### Aviso Pregão N° 34-2013 Saude

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/11/2013 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR ZERO KILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, MODELO 2014 PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPL DE SAÚDE.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, n° 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 19 de Novembro de 2013.  
NELSON LUIZ DE PAULA  
Secretario Municipal de Saúde

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução N° 4/2013

RESOLUÇÃO N° 4/2013  
ALTERA ART. 2º DA RESOLUÇÃO N°. 4/2011.

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O Artigo 2º da Resolução N°. 4/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Os vereadores e Servidores que utilizarem deste serviço, terão uma quota mensal livre de até R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), referentes a consumo com ligações locais e deslocamentos.

Art. 2º. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 14 de novembro de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER  
Presidente da Mesa

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Republicação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 12/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 104/2013  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2013  
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, fará realizar no dia 20 de dezembro de 2013, às 11h00min, a abertura das propostas para OUTORGA DE CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS QUE COMETEREM, EM ÂMBITO DE SUA CIRCUNSCRIÇÃO, INFRAÇÕES PREVISTAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI 9.503/97). Informações fone: (47) 3621-7705 e e-mail: [licitação@pmc.sc.gov.br](mailto:licitação@pmc.sc.gov.br). Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Convoca Aprovados Em Concurso

EDITAL N° 003/2013  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL N° 001/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Renato Jar-del Gurtinski, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital n° 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através da Portaria n° 57 de 30 de outubro de 2013;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital n° 001/2013, para comparecer na Coordenadoria Contábil, situado na Rua 3 de maio, n° 150, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:30 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a



seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Atestado de boa conduta, através da Certidão Regional para Fins Gerais Cível e Criminal e Certidão Regional de 1º Grau para Fins Eleitorais, expedida pela Justiça Federal da 4ª Região (<http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>);
- l) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- m) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- n) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- o) 1 Fotografia 3X4 recente;
- p) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- q) Comprovante de abertura de conta corrente junto a Caixa Econômica Federal, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, ou fora da validade, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Legislativo Municipal em local, dia e horário a serem designados pela Coordenadoria Contábil.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se na Coordenadoria Contábil da Câmara, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), parcial de urina e audiométrico ocupacional, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Legislativo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente a

Coordenadoria Contábil da Câmara a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Coordenadoria Contábil da Câmara de Vereadores de Canoinhas e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2013.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas

EDITAL Nº. 003/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ADVOGADO LEGISLATIVO

RICARDO BENINCA

CARGO: AGENTE LEGISLATIVO

JONAS ROBERTO SCHAURICH

LUCIO FLAVIO LIMA

JAQUELINE DE FÁTIMA NAVARRO

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Decreto N° 078/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 078/2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0563 de 18.12.2012 e de acordo com a Lei nº 0592 de 14.11.2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 330.883,31 (trezentos e trinta mil oitocentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos), das seguintes dotações do orçamento vigente:

3 - Secretaria de Administração e planejamento

4 - Administração

5 - Administração Geral

122 - Administração Geral

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1006 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 21,77

4 - Secretaria da Fazenda

4 - Administração

9 - Administração Financeira

123 - Administração Financeira

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1097 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 3.744,48

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes

02- Divisão de Cultura

13 - Cultura





13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão da Cultura  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 4.240,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 02 - Divisão de Cultura  
 13 - Cultura  
 13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão da Cultura  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 10,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1067 - Aquisição de Equipamentos de Ordenha , Refrigeração e Beneficiamento do Leite R\$ 900,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1070 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção R\$ 750,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 41 - Apoio e Fomento a Psicultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1074 - Aquisição de Equipamentos Para Produção e Beneficiamento de Peixes - Psicultura R\$ 500,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 41 - Apoio e Fomento a Psicultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1078 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção - Psicultura R\$ 1.000,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas Familiares, Comunitárias e Escolares  
 6026 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos Para Instalação de Viveiros- Hortas R\$ 7.500,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 41 - Apoio e Fomento a Psicultura

606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2071 - Incentivo a Comercialização de Peixes e Derivados R\$ 500,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
 602 - Promoção de Produção Animal  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2072 - Incentivo a Comercialização De Produtos Apícolas R\$ 500,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2073 - Incentivo a Comercialização de Produtos Derivados da Produção Frutífera R\$ 500,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2083 - Aquisição de Insumos Agrícolas Para Implantação de Pastagens - Ativ. Leiteira E Bovinocultura R\$ 500,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2084 - Manutenção Dos Serviços De Inseminação Artificial R\$ 50,36

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. Para Implantação de Sistema Rotativo De Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 750,00

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 342,70

7 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura

45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 01 - Divisão DE Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura Urbana  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1058 - Construção do Cemitério Público Municipal R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 02 - Divisão do D.M.E.R  
 15 - Urbanismo  
 29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1052 - Projeto Serra Vale R\$ 10.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 35 - Melhor Idade  
 241 - Assistência ao Idoso  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1061 - Aquisição de Ônibus R\$ 5.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à Criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1028 - Aquis. de Moveis e Equipamentos - Atenção A Criança R\$ 1.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à Criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1028 - Aquis. de Moveis e Equipamentos - Atenção A Criança R\$ 3.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à Criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 117 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1028 - Aquis. de Moveis e Equipamentos - Atenção A Criança R\$ 1.000,00

12 - Gabinete do Prefeito e Vice  
 02 - Gabinete do Prefeito e Vice  
 04 - Administração  
 03 - Gestão Administrativa Superior

122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1048 - Aquisição de Móveis e Equipamentos R\$ 7.500,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2009 - Formação Continuada de Professores R\$ 23.077,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2010 - Distribuição de Material Didático R\$ 30.782,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2013 - Distribuição de Material Escolar R\$ 35.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 02 - Divisão de Cultura  
 13 - Cultura  
 13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão Cultural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 62,50

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 02 - Divisão de Cultura  
 13 - Cultura  
 13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão Cultural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 62,50

07 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1067 - Aquisição de Equipamentos de Ordenha, Refrigeração e Beneficiamento do Leite R\$ 500,00

07 - Secretaria de Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1070 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção  
R\$ 750,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
41 - Apoio e Fomento a Psicultura  
606 - Extensão Rural  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1074 - Aquisição de Equipamentos Para Produção e Beneficiamen-  
to De Peixes - Psicultura R\$ 500,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
41 - Apoio e Fomento a Psicultura  
606 - Extensão Rural  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1078 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção -  
Psicultura R\$ 1.000,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
602 - Promoção de Produção Animal  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1081 - Aquisição de Equipamentos Para Beneficiamento de Mel e  
Subprodutos R\$ 500,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
606 - Extensão Rural  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1086 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção -  
Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
47 - Hortas Familiares, Comunitárias e Escolares  
606 - Extensão Rural  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos Para  
Instalação de Viveiros- Hortas R\$ 500,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
606 - Extensão Rural  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultu-  
ra R\$ 125,00

07 - Secretaria de Agricultura  
01 - Divisão de Agricultura  
20 - Agricultura  
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
606 - Extensão Rural

116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultu-  
ra R\$ 375,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
01 - Divisão DE Serviços Urbanos  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1038 - Construção de Pontes e Bueiros R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
01 - Divisão de Serviços Urbanos  
26 - Transporte  
29 - Estradas Vicinais  
782 - Transporte Rodoviário  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1038 - Construção de Pontes e Bueiros R\$ 1.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
01 - Divisão de Serviços Urbanos  
15 - Urbanismo  
31 - Urbanismo  
451 - Infra-Estrutura Urbana  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1058 - Construção do Cemitério Público Municipal  
R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
01 - Divisão de Serviços Urbanos  
15 - Urbanismo  
31 - Urbanismo  
451 - Infra-Estrutura Urbana  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2065 - Implantação de Sistema de Saneamento Básico no Centro  
Da Cidade R\$ 750,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
01 - Divisão de Serviços Urbanos  
15 - Urbanismo  
31 - Urbanismo  
451 - Infra-Estrutura Urbana  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2065 - Implantação de Sistema de Saneamento Básico no Centro  
Da Cidade R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
02 - Divisão do D.M.E.R  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1052 - Projeto Serra Vale R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
02 - Divisão do D.M.E.R  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1055 - Sinalização Viária R\$ 10.000,00

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social  
35 - Melhor Idade  
241 - Assistência ao Idoso  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1061 - Aquisição De Ônibus R\$ 5.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turismo  
542 - Controle Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turismo  
542 - Controle Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1032 - Arborização de Vias Publicas R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
13 - Cultura  
12 - Educação  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1013 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Fundamental R\$ 4.500,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
118 - Salário Educação  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1013 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Fundamental R\$ 85.500,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e Culturais R\$ 3.570,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
115 - Transferência de Convênios - Educação  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e Culturais R\$ 8.490,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e Culturais R\$ 7.490,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
115 - Transferência de Convênios - Educação  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e Culturais R\$ 7.490,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
03 - Divisão de Esportes  
27 - Desporto e Lazer  
15 - Esporte é Vida  
812 - Desporto Comunitário  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 7.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
03 - Divisão de Esportes  
27 - Desporto e Lazer  
15 - Esporte é Vida  
812 - Desporto Comunitário  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 16.220,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
03 - Divisão de Esportes  
27 - Desporto e Lazer  
15 - Esporte é Vida  
812 - Desporto Comunitário  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 3.330,00

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 330.883,31 (trezentos e trinta mil oitocentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental  
R\$ 24.478,31

09 - Secretaria do desenvolvimento Social  
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
08 - Assistência Social



19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 117 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1027 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente  
 R\$ 20.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura Urbana  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1059 - Construção do Centro de Eventos R\$ 44.625,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 114 - Transferência do FUNDEB - 40%  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1019 - Aquisição de Veículo Para o Transporte Escolar  
 R\$ 110.000,00

05 - Secretaria da educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 118 - Salário Educação  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1019 - Aquisição de Veículo Para o Transporte Escolar  
 R\$ 117.780,00

3 - Secretaria de Administração e planejamento  
 3 - Secretaria de Administração e planejamento  
 4 - Administração  
 5 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 3.3.71.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2003 - Manutenção da Secretaria de Adm. e Planejamento  
 R\$ 14.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de novembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
 Prefeito Municipal

#### Portaria N° 324/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
 PORTARIA N° 324/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 08 (oito) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC n° 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do Servidor Público GEORGE HENRIQUE SEBOLD, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota, matriculado sob o n° 2624/02, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 08 (oito) dias, a contar de 14.11.13 a 21.11.13, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais a partir de 14.11.2013.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de novembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO  
 Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato N° . 218/13

EXTRATO DO CONTRATO N° 218/13 DA PMCS. Processo de Licitação n. 84/2013. Carta Convite n°. 15/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: SETE SERVIÇOS TECNICOS LTDA: 11/11/2013. VIGÊNCIA: até 31/12/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2.006 - 3.3.90.39.79(11). OBJETO: Apuração do Movimento Econômico do Município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 8.980,00(oito mil novecentos e oitenta reais).



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Contas Públicas 5° Bimestre de 2013**

- Anexo I RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo II RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo III RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo V RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo VI RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo VII RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo IX RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo X RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo XVI RREO 5° bimestre 2013;
- Anexo XVIII RRE 5° bimestre 2013.

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>5.955.503,03</b>	<b>13,74</b>	<b>30.150.227,55</b>	<b>69,57</b>	<b>13.184.772,45</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>41.620.000,00</b>	<b>41.620.000,00</b>	<b>5.921.573,31</b>	<b>14,23</b>	<b>29.090.614,58</b>	<b>69,90</b>	<b>12.529.385,42</b>
RECEITA TRIBUTARIA	4.935.000,00	4.935.000,00	457.601,93	9,27	2.971.966,96	60,22	1.963.033,04
IMPOSTOS	3.630.000,00	3.630.000,00	364.602,65	10,04	2.327.072,35	64,11	1.302.927,65
TAXAS	1.105.000,00	1.105.000,00	87.329,14	7,90	607.162,33	54,95	497.837,67
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	5.670,14	2,84	37.732,28	18,87	162.267,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	69.959,20	17,49	315.222,50	78,81	84.777,50
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	400.000,00	400.000,00	69.959,20	17,49	315.222,50	78,81	84.777,50
RECEITA PATRIMONIAL	217.951,25	217.951,25	40.327,15	18,50	142.859,51	65,55	75.091,74
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	217.951,25	217.951,25	40.327,15	18,50	142.859,51	65,55	75.091,74
RECEITA AGROPECUARIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.989.953,75	2.989.953,75	464.949,02	15,55	2.154.617,26	72,06	835.336,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.330.000,00	32.330.000,00	4.753.514,84	14,70	22.953.232,99	71,00	9.376.767,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.755.000,00	31.755.000,00	4.703.107,47	14,81	22.736.905,92	71,60	9.018.094,08
Transf. de Instituições Privadas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	555.000,00	555.000,00	50.407,37	9,08	216.327,07	38,98	338.672,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	707.095,00	707.095,00	135.221,17	19,12	552.715,36	78,17	154.379,64
Multas e Juros de Mora	171.515,00	171.515,00	41.895,62	24,43	147.253,74	85,85	24.261,26
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	332,59	1,66	332,59	1,66	19.667,41
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	405.000,00	405.000,00	87.241,78	21,54	376.079,32	92,86	28.920,68
RECEITAS DIVERSAS	110.580,00	110.580,00	5.751,18	5,20	29.049,71	26,27	81.530,29
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.715.000,00</b>	<b>1.715.000,00</b>	<b>33.929,72</b>	<b>1,98</b>	<b>1.059.612,97</b>	<b>61,79</b>	<b>655.387,03</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	276.742,50	172,96	-116.742,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	276.742,50	184,50	-126.742,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.055.000,00	1.055.000,00	33.929,72	3,22	782.870,47	74,21	272.129,53
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.055.000,00	1.055.000,00	33.929,72	3,22	782.870,47	74,21	272.129,53
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>5.955.503,03</b>	<b>13,74</b>	<b>30.150.227,55</b>	<b>69,57</b>	<b>13.184.772,45</b>

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>5.955.503,03</b>	<b>13,74</b>	<b>30.150.227,55</b>	<b>69,57</b>	<b>13.184.772,45</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.335.000,00	43.335.000,00	5.955.503,03	13,74	30.150.227,55	69,57	13.184.772,45
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	848.000,00	—	—	615.497,67	—	—
Superávit Financeiro	—	848.000,00	—	—	615.497,67	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>47.515.000,00</b>	<b>5.654.956,53</b>	<b>28.662.824,78</b>	<b>6.363.739,32</b>	<b>26.896.610,67</b>	<b>56,61</b>	<b>20.618.389,33</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>37.915.417,52</b>	<b>542.448,00</b>	<b>38.457.865,52</b>	<b>4.792.228,20</b>	<b>25.740.622,85</b>	<b>5.468.262,75</b>	<b>24.265.512,37</b>	<b>63,10</b>	<b>14.192.353,15</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.823.164,95	-162.966,00	23.660.198,95	3.038.908,94	16.135.204,24	3.196.945,84	15.896.564,68	67,19	7.763.634,27
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00	45.000,00	115.000,00	18.736,73	99.396,94	18.736,73	99.396,94	86,43	15.603,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.022.252,57	660.414,00	14.682.666,57	1.734.582,53	9.506.021,67	2.252.580,18	8.269.550,75	56,32	6.413.115,82
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.384.582,48</b>	<b>3.637.552,00</b>	<b>9.022.134,48</b>	<b>862.728,33</b>	<b>2.922.201,93</b>	<b>895.476,57</b>	<b>2.631.098,30</b>	<b>29,16</b>	<b>6.391.036,18</b>
INVESTIMENTOS	5.084.582,48	3.652.552,00	8.737.134,48	809.373,99	2.745.731,76	842.122,23	2.454.628,13	28,09	6.282.506,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	-15.000,00	285.000,00	53.354,34	176.470,17	53.354,34	176.470,17	61,92	108.529,83
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>47.515.000,00</b>	<b>5.654.956,53</b>	<b>28.662.824,78</b>	<b>6.363.739,32</b>	<b>26.896.610,67</b>	<b>56,61</b>	<b>20.618.389,33</b>

Continua 2/3

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>47.515.000,00</b>	<b>5.654.956,53</b>	<b>28.662.824,78</b>	<b>6.363.739,32</b>	<b>26.896.610,67</b>	<b>56,61</b>	<b>20.618.389,33</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.253.616,88	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>47.515.000,00</b>	<b>5.654.956,53</b>	<b>28.662.824,78</b>	<b>6.363.739,32</b>	<b>30.150.227,55</b>	<b>56,61</b>	<b>20.618.389,33</b>

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	43.335.000,00	47.515.000,00	5.654.956,53	28.662.824,78	6.363.739,32	26.896.610,67	100,00	56,61	20.618.389,33
Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	25.859,29	1.032.441,74	171.554,77	805.610,74	3,00	53,71	694.389,26
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	25.859,29	1.032.441,74	171.554,77	805.610,74	3,00	53,71	694.389,26
Administração	4.440.000,00	4.440.000,00	475.840,96	2.942.635,35	538.798,75	2.776.297,01	10,32	62,53	1.663.702,99
Administração Geral	4.440.000,00	4.440.000,00	475.840,96	2.942.635,35	538.798,75	2.776.297,01	10,32	62,53	1.663.702,99
Segurança Pública	353.000,00	381.000,00	30.522,03	116.298,70	27.591,89	111.093,59	0,41	29,16	269.906,41
Policiamento	138.000,00	166.000,00	12.663,56	55.559,17	11.255,56	53.087,97	0,20	31,98	112.912,03
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	0,00	23.185,55	763,46	22.737,24	0,08	45,47	27.262,76
Infra-Estrutura Urbana	165.000,00	165.000,00	17.858,47	37.553,98	15.572,87	35.268,38	0,13	21,37	129.731,62
Assistência Social	2.015.000,00	2.045.000,00	322.012,32	1.203.989,66	316.184,14	1.152.703,46	4,29	56,37	892.296,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	180.000,00	23.667,21	114.884,18	23.667,21	114.884,18	0,43	63,82	65.115,82
Assistência Comunitária	1.835.000,00	1.865.000,00	298.345,11	1.089.105,48	292.516,93	1.037.819,28	3,86	55,65	827.180,72
Saúde	9.645.000,00	10.777.000,00	1.407.298,28	7.442.533,21	1.546.272,94	7.189.643,34	26,73	66,71	3.587.356,66
Atenção Básica	8.346.000,00	9.010.000,00	1.162.069,76	6.286.442,08	1.285.355,27	6.108.731,74	22,71	67,80	2.901.268,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.185.000,00	1.653.000,00	241.427,77	1.115.765,98	253.897,83	1.051.846,00	3,91	63,63	601.154,00
Vigilância Sanitária	87.000,00	87.000,00	168,00	30.406,58	3.451,38	19.800,32	0,07	22,76	67.199,68
Vigilância Epidemiológica	27.000,00	27.000,00	3.632,75	9.918,57	3.568,46	9.265,28	0,03	34,32	17.734,72
Trabalho	235.000,00	75.000,00	2.185,00	5.235,00	2.675,24	4.280,35	0,02	5,71	70.719,65
Empregabilidade	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Fomento ao Trabalho	210.000,00	50.000,00	2.185,00	5.235,00	2.675,24	4.280,35	0,02	8,56	45.719,65
Educação	11.455.000,00	12.069.000,00	1.623.658,32	7.758.137,77	1.631.528,61	7.438.251,29	27,65	61,63	4.630.748,71
Alimentação e Nutrição	631.000,00	631.000,00	116.014,81	421.325,52	98.308,34	382.796,81	1,42	60,67	248.203,19
Ensino Fundamental	9.314.000,00	8.908.000,00	1.120.823,62	5.529.344,15	1.122.700,38	5.252.886,38	19,53	58,97	3.655.113,62
Ensino Profissional	30.000,00	40.000,00	0,00	1.270,08	0,00	1.270,08	0,00	3,18	38.729,92
Ensino Superior	90.000,00	80.000,00	0,00	56.000,00	23.400,00	51.600,00	0,19	64,50	28.400,00
Educação Infantil	1.380.000,00	2.400.000,00	386.219,89	1.747.598,02	386.219,89	1.747.598,02	6,50	72,82	652.401,98
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	600,00	2.600,00	900,00	2.100,00	0,01	21,00	7.900,00
Cultura	180.000,00	310.000,00	162.170,68	198.022,54	164.666,85	194.681,70	0,72	62,80	115.318,30
Difusão Cultural	180.000,00	310.000,00	162.170,68	198.022,54	164.666,85	194.681,70	0,72	62,80	115.318,30
Urbanismo	6.987.000,00	9.363.000,00	972.817,79	4.260.036,30	1.121.550,38	3.909.023,31	14,53	41,75	5.453.976,69
Infra-Estrutura Urbana	1.170.000,00	3.426.000,00	88.892,59	519.241,56	88.892,59	519.241,56	1,93	15,16	2.906.758,44
Serviços Urbanos	5.817.000,00	5.937.000,00	883.925,20	3.740.794,74	1.032.657,79	3.389.781,75	12,60	57,10	2.547.218,25

Continua 1/2

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	43.335.000,00	47.515.000,00	5.654.956,53	28.662.824,78	6.363.739,32	26.896.610,67	100,00	56,61	20.618.389,33
Habituação	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Habituação Urbana	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Saneamento	3.100.000,00	3.100.000,00	435.415,05	2.500.170,40	596.891,84	2.231.750,15	8,30	71,99	868.249,85
Saneamento Básico Urbano	3.100.000,00	3.100.000,00	435.415,05	2.500.170,40	596.891,84	2.231.750,15	8,30	71,99	868.249,85
Gestão Ambiental	535.000,00	535.000,00	23.557,21	134.306,87	23.054,96	126.011,13	0,47	23,55	408.988,87
Controle Ambiental	535.000,00	535.000,00	23.557,21	134.306,87	23.054,96	126.011,13	0,47	23,55	408.988,87
Agricultura	1.010.000,00	1.010.000,00	62.873,97	343.848,64	64.595,53	328.301,92	1,22	32,51	681.698,08
Abastecimento	1.010.000,00	1.010.000,00	62.873,97	343.848,64	64.595,53	328.301,92	1,22	32,51	681.698,08
Transporte	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Transporte Rodoviário	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Desporto e Lazer	790.000,00	820.000,00	60.388,04	364.600,07	74.715,90	324.678,42	1,21	39,59	495.321,58
Desporto Comunitário	790.000,00	820.000,00	60.388,04	364.600,07	74.715,90	324.678,42	1,21	39,59	495.321,58
Encargos Especiais	930.000,00	930.000,00	50.357,59	360.568,53	83.657,52	304.284,26	1,13	32,72	625.715,74
Outros Encargos Especiais	930.000,00	930.000,00	50.357,59	360.568,53	83.657,52	304.284,26	1,13	32,72	625.715,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>47.515.000,00</b>	<b>5.654.956,53</b>	<b>28.662.824,78</b>	<b>6.363.739,32</b>	<b>26.896.610,67</b>	<b>100,00</b>	<b>56,61</b>	<b>20.618.389,33</b>

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA

Técnico Contábil CRC-SC 027129/I

CLEDIO FACHIN

Secretário de Administração e Finanças

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.207.046,93	3.653.257,03	3.060.580,29	3.468.752,25	3.373.014,33	3.222.063,56	3.506.009,10	3.249.096,43	2.956.173,49	3.211.682,90	3.323.433,67	3.293.477,05	39.524.587,03	46.507.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	231.356,74	263.020,32	181.721,65	404.249,52	711.528,41	279.649,33	302.710,38	220.216,60	209.614,49	204.674,65	240.210,33	217.391,60	3.466.344,02	4.935.000,00
I.P.T.U.	2.327,65	3.508,40	302,75	131.103,83	377.748,55	46.641,91	87.693,74	32.032,52	8.324,46	9.509,53	8.999,69	1.812,86	710.005,89	650.000,00
I.R.R.F	32.843,42	66.511,15	35.447,35	34.612,67	31.749,18	41.532,58	38.481,92	40.609,10	47.137,59	42.862,11	42.629,40	47.893,68	502.310,15	420.000,00
I.S.S.	138.216,80	133.651,45	97.573,01	84.614,13	98.603,71	99.666,77	112.412,26	98.184,48	99.489,04	108.457,06	104.708,37	116.573,59	1.292.150,67	2.300.000,00
I.T.B.I.	23.438,49	14.983,37	15.616,79	16.650,19	26.575,63	36.754,94	7.297,05	22.009,68	17.971,51	14.803,66	34.956,67	7.028,39	238.086,37	260.000,00
Outras Receitas Tributárias	34.530,38	44.365,95	32.781,75	137.268,70	176.851,34	55.053,13	56.825,41	27.380,82	36.691,89	29.042,29	48.916,20	44.083,08	723.790,94	1.305.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.796,24	54.785,68	0,00	27.152,53	32.172,12	32.249,86	31.255,76	30.162,72	30.128,90	62.141,41	30.391,72	39.567,48	397.804,42	400.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.431,14	11.085,67	5.389,98	5.824,46	10.215,75	14.061,45	14.682,82	16.423,90	18.864,32	17.069,59	18.392,96	21.934,19	160.376,23	217.951,25
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	200.450,63	231.745,54	176.168,41	199.160,60	202.795,51	208.204,23	219.082,26	224.114,70	231.607,17	228.535,36	224.092,20	240.856,82	2.586.813,43	2.828.953,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.723.232,87	3.059.827,49	2.622.585,22	2.787.847,59	2.380.204,84	2.657.447,80	2.882.521,72	2.696.586,58	2.405.186,46	2.645.669,11	2.741.646,21	2.707.206,04	32.309.961,93	37.378.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	734.378,11	830.073,73	765.342,92	972.074,38	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	587.797,15	587.806,17	8.637.258,05	11.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	942.888,79	953.099,40	952.859,62	907.328,04	851.418,10	967.268,25	961.249,17	900.386,36	893.776,98	941.501,69	995.657,02	968.016,24	11.235.449,66	12.500.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	104.540,18	59.997,06	69.245,67	91.195,23	121.574,80	135.739,35	130.676,97	129.837,43	153.702,35	145.698,07	145.696,75	157.368,81	1.445.272,67	1.400.000,00
Cota-Parte do ITR.	26,60	12,66	0,00	8,14	0,00	6,87	34,85	41,28	0,00	34,45	3.370,23	2.091,17	5.626,25	8.000,00
Outras Transferências Correntes	477.938,81	778.709,21	325.590,23	326.129,07	381.974,36	399.260,80	340.503,41	417.084,73	343.215,28	344.438,38	501.757,08	494.166,54	5.130.767,90	6.130.000,00
Transferências da LC 61/1989	14.244,85	16.356,63	16.734,71	12.849,42	11.343,27	10.401,15	13.986,35	14.567,18	14.349,03	15.353,55	10.617,33	14.929,79	165.733,26	250.000,00
Transferências da LC 87/1996	4.384,06	4.384,06	0,00	0,00	0,00	17.599,95	4.399,99	4.399,99	4.399,99	0,00	4.399,99	4.399,99	48.368,02	90.000,00
Transferências do FUNDEB	444.831,47	417.194,74	492.812,07	478.263,31	420.871,04	490.870,83	517.393,50	467.494,70	452.549,76	488.426,71	492.350,66	478.427,33	5.641.486,12	6.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.779,31	32.792,33	74.715,03	44.517,55	36.097,70	30.450,89	55.756,16	61.591,93	60.772,15	53.592,78	68.700,25	66.520,92	603.287,00	707.095,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	360.092,31	372.784,52	360.836,36	396.691,26	315.471,72	353.463,35	404.926,48	362.480,31	321.884,04	362.609,02	349.675,99	347.026,75	4.307.942,11	5.050.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	360.092,31	372.784,52	360.836,36	396.691,26	315.471,72	353.463,35	404.926,48	362.480,31	321.884,04	362.609,02	349.675,99	347.026,75	4.307.942,11	5.050.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.846.954,62	3.280.472,51	2.699.743,93	3.072.060,99	3.057.542,61	2.868.600,21	3.101.082,62	2.886.616,12	2.634.289,45	2.849.073,88	2.973.757,68	2.946.450,30	35.216.644,92	41.457.000,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA

Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	14.676,50	2.004.837,66	1.619.403,10	2.478,90	397.632,16	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14.676,50	1.999.490,18	1.614.055,62	2.478,90	397.632,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo municipal de Assistência Social	0,00	95.202,28	95.202,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	520.453,70	493.534,88	1.500,00	25.418,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	11.151,35	11.151,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS	14.676,50	284.662,34	198.074,22	978,90	100.285,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.I	0,00	439.171,50	288.210,77	0,00	150.960,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AÇAO SOCIAL E DA FAMILIA	0,00	8.116,65	8.116,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	0,00	73.346,27	61.995,58	0,00	11.350,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER I	0,00	567.386,09	457.769,89	0,00	109.616,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL	0,00	5.347,48	5.347,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	5.347,48	5.347,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>14.676,50</b>	<b>2.004.837,66</b>	<b>1.619.403,10</b>	<b>2.478,90</b>	<b>397.632,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de COCAL DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN  
 Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA  
 Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN  
 Secretário de Administração e Finanças



Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.481.717,49	1.358.601,66	1.305.247,32
DEDUÇÕES (II)	—	3.434.506,15	3.009.894,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.567.053,75	4.521.284,04	4.366.980,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	174.940,30	184.158,65
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.019.514,16	1.261.718,19	1.541.244,66
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.481.717,49	-2.075.904,49	-1.704.647,42
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.180.530,58	1.086.940,51	1.040.967,61
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>301.186,91</b>	<b>-3.162.845,00</b>	<b>-2.745.615,03</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>417.229,97</b>	<b>-3.046.801,94</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-77.498,17</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>41.402.048,75</b>	<b>5.881.246,16</b>	<b>28.947.755,07</b>	<b>26.588.055,03</b>
Receita Tributária	4.935.000,00	457.601,93	2.971.966,96	3.116.166,50
I.P.T.U.	650.000,00	10.812,55	704.169,84	547.868,92
I.S.S.	2.300.000,00	221.281,96	1.020.282,42	1.313.977,72
I.T.B.I.	260.000,00	41.985,06	199.664,51	229.157,16
I.R.R.F.	420.000,00	90.523,08	402.955,58	356.560,49
Outras Receitas Tributárias	1.305.000,00	92.999,28	644.894,61	668.602,21
Receita de Contribuição	400.000,00	69.959,20	315.222,50	276.840,51
Outras Contribuições	400.000,00	69.959,20	315.222,50	276.840,51
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	217.951,25	40.327,15	142.859,51	97.026,71
(-) Aplicações Financeiras	217.951,25	40.327,15	142.859,51	97.026,71
Transferências Correntes	32.330.000,00	4.753.514,84	22.953.232,99	20.863.214,21
F.P.M.	8.800.000,00	940.482,70	5.658.245,20	5.306.178,72
I.C.M.S.	10.000.000,00	1.570.938,79	7.471.570,08	6.732.713,94
Convênios	555.000,00	50.407,37	216.327,07	433.223,60
Outras Transferências Correntes	12.975.000,00	2.191.685,98	9.607.090,64	8.391.097,95
Demais Receitas Correntes	3.737.048,75	600.170,19	2.707.332,62	2.331.833,81
Dívida Ativa	405.000,00	87.241,78	376.079,32	246.136,01
Diversas Receitas Correntes	3.332.048,75	512.928,41	2.331.253,30	2.085.697,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.715.000,00</b>	<b>33.929,72</b>	<b>1.059.612,97</b>	<b>974.223,04</b>
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	160.000,00	0,00	276.742,50	0,00
Transferências de Capital	1.055.000,00	33.929,72	782.870,47	974.223,04
Convênios	1.055.000,00	33.929,72	782.870,47	974.223,04
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>1.055.000,00</b>	<b>33.929,72</b>	<b>782.870,47</b>	<b>974.223,04</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>42.457.048,75</b>	<b>5.915.175,88</b>	<b>29.730.625,54</b>	<b>27.562.278,07</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>38.457.865,52</b>	<b>5.468.262,75</b>	<b>24.265.512,37</b>	<b>25.854.827,09</b>
Pessoal e Encargos Sociais	23.660.198,95	3.196.945,84	15.896.564,68	14.880.133,04
Juros e Encargos da Dívida (IX)	115.000,00	18.736,73	99.396,94	0,00
Outras Despesas Correntes	14.682.666,57	2.252.580,18	8.269.550,75	10.974.694,05
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>38.342.865,52</b>	<b>5.449.526,02</b>	<b>24.166.115,43</b>	<b>25.854.827,09</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>9.022.134,48</b>	<b>895.476,57</b>	<b>2.631.098,30</b>	<b>3.085.190,88</b>
Investimentos	8.737.134,48	842.122,23	2.454.628,13	3.048.283,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	285.000,00	53.354,34	176.470,17	36.907,20
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>8.737.134,48</b>	<b>842.122,23</b>	<b>2.454.628,13</b>	<b>3.048.283,68</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>35.000,00</b>	-	-	-

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>35.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>47.115.000,00</b>	<b>6.291.648,25</b>	<b>26.620.743,56</b>	<b>28.903.110,77</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.657.951,25</b>	<b>-376.472,37</b>	<b>3.109.881,98</b>	<b>-1.340.832,70</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	615.497,67	0,00
Superávit Financeiro	-	-	615.497,67	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>697.048,75</b>

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

\_\_\_\_\_  
CLEDIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.005.000,00	4.005.000,00	449.523,56	2.613.944,56	65,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	935.000,00	935.000,00	84.382,45	932.177,18	99,70
1.1.1- IPTU	650.000,00	650.000,00	10.812,55	704.517,86	108,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	1.582,14	9.886,93	98,87
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	52.362,05	163.516,68	81,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	75.000,00	75.000,00	19.625,71	54.255,71	72,34
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	260.000,00	260.000,00	42.191,95	203.510,68	78,27
1.2.1- ITBI	260.000,00	260.000,00	42.191,95	203.510,68	78,27
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.390.000,00	2.390.000,00	232.426,08	1.075.301,12	44,99
1.3.1- ISS	2.300.000,00	2.300.000,00	221.281,96	1.022.513,92	44,46
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.527,23	9.402,53	94,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	7.748,30	36.651,62	73,30
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	1.868,59	8.964,55	29,88
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	(2.231,50)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	90.523,08	402.955,58	95,94
1.4.1- IRRF	420.000,00	420.000,00	90.523,08	402.955,58	95,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	25.250.000,00	25.250.000,00	3.483.515,97	17.874.718,48	70,79
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.175.603,32	7.072.806,21	64,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.175.603,32	7.072.806,21	64,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	1.963.673,26	9.339.461,47	74,72
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.000,00	90.000,00	8.799,98	39.599,90	44,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	25.547,12	135.131,78	54,05
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	6.826,73	6.983,69	69,84
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	303.065,56	1.280.735,43	91,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>29.255.000,00</b>	<b>29.255.000,00</b>	<b>3.933.039,53</b>	<b>20.488.663,04</b>	<b>70,03</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	893.000,00	893.000,00	144.354,28	671.756,57	75,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	97.595,25	496.865,72	82,81
5.2- Outras Transferências do FNDE	285.000,00	285.000,00	43.763,06	166.974,63	58,59
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.000,00	8.000,00	2.995,97	7.916,22	98,95
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	150.000,00	150.000,00	48.988,26	356.438,96	237,63
6.1- Transferências de Convênios	150.000,00	150.000,00	48.988,26	356.438,96	237,63
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.043.000,00</b>	<b>1.043.000,00</b>	<b>193.342,54</b>	<b>1.028.195,53</b>	<b>98,58</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>5.050.000,00</b>	<b>5.050.000,00</b>	<b>696.702,74</b>	<b>3.575.065,28</b>	<b>70,79</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	235.120,62	1.414.561,01	64,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.500.000,00	2.500.000,00	392.734,47	1.867.891,39	74,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.000,00	18.000,00	1.759,98	7.919,94	44,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	5.109,41	27.026,33	54,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.365,33	1.396,70	69,84
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	60.612,93	256.269,91	91,52
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>970.777,99</b>	<b>4.779.459,91</b>	<b>79,66</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	970.777,99	4.779.459,91	79,66
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>950.000,00</b>	<b>950.000,00</b>	<b>274.075,25</b>	<b>1.204.394,63</b>	<b>126,78</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.050.000,00	5.050.000,00	812.841,70	3.891.999,77	77,07
13.1- Com Educação Infantil	1.150.000,00	2.150.000,00	376.870,85	1.684.994,28	78,37
13.2- Com Ensino Fundamental	3.900.000,00	2.900.000,00	435.970,85	2.207.005,49	76,10
14- OUTRAS DESPESAS	960.000,00	960.000,00	103.876,16	565.316,63	58,89
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	960.000,00	960.000,00	103.876,16	565.316,63	58,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.010.000,00	6.010.000,00	916.717,86	4.457.316,40	74,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					81,43
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	7.313.750,00	7.313.750,00	983.259,88	5.122.165,76	70,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.290.000,00	2.290.000,00	386.219,89	1.694.343,32	73,99
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.150.000,00	2.150.000,00	376.870,85	1.684.994,28	78,37
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	140.000,00	140.000,00	9.349,04	9.349,04	6,68
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.172.000,00	7.417.000,00	973.656,45	4.643.392,60	62,60
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.860.000,00	3.860.000,00	539.847,01	2.772.322,12	71,82
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.312.000,00	3.557.000,00	433.809,44	1.871.070,48	52,60
25- ENSINO MÉDIO	320.000,00	320.000,00	27.907,85	86.254,06	26,95
26- ENSINO SUPERIOR	90.000,00	80.000,00	23.400,00	51.600,00	64,50
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	30.000,00	40.000,00	0,00	1.270,08	3,18
28- OUTRAS	10.000,00	10.000,00	900,00	2.100,00	21,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.912.000,00	10.157.000,00	1.412.084,19	6.478.960,06	63,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.204.394,63
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.204.394,63
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.133.341,29
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,05

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	605.000,00	605.000,00	33.260,54	136.402,66	22,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.000,00	626.000,00	87.875,54	440.091,76	70,30
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	862.000,00	1.231.000,00	121.136,08	576.494,42	46,83
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.774.000,00	11.388.000,00	1.533.220,27	7.055.454,48	61,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		





MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	89.184,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.779.459,91	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.517.113,83	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	351.530,16	0,00

COCAL DO SUL, 18/11/2013

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

\_\_\_\_\_  
CLELIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.295.000,00	29.295.000,00	20.490.894,54	69,95
Impostos	3.630.000,00	3.630.000,00	2.333.498,04	64,28
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	650.000,00	650.000,00	704.517,86	108,39
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	260.000,00	260.000,00	203.510,68	78,27
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.300.000,00	2.300.000,00	1.022.513,92	44,46
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	420.000,00	420.000,00	402.955,58	95,94
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	375.000,00	375.000,00	282.678,02	75,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	20.000,00	20.000,00	19.289,46	96,45
Dívida Ativa dos Impostos	250.000,00	250.000,00	200.168,30	80,07
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	105.000,00	105.000,00	63.220,26	60,21
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	25.290.000,00	25.290.000,00	17.874.718,48	70,68
Da União	11.140.000,00	11.140.000,00	7.119.389,80	63,91
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.000.000,00	11.000.000,00	7.072.806,21	64,30
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	6.983,69	69,84
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	90.000,00	90.000,00	39.599,90	44,00
Outras Transferências da União	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
Do Estado	14.150.000,00	14.150.000,00	10.755.328,68	76,01
Cota-Parte do ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	9.339.461,47	74,72
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	250.000,00	135.131,78	54,05
Cota-Parte do IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	1.280.735,43	91,48
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.233.000,00	3.233.000,00	2.575.778,84	79,67
Da União para o Município	2.838.000,00	2.838.000,00	2.401.214,89	84,61
Do Estado para o Município	395.000,00	395.000,00	174.563,95	44,19
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	15.857.000,00	15.857.000,00	10.658.619,45	67,22
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.050.000,00	-5.050.000,00	-3.575.065,28	70,79
<b>TOTAL</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>43.335.000,00</b>	<b>30.150.227,55</b>	<b>69,57</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.170.000,00	10.146.000,00	7.003.939,64	69,03
Pessoal e Encargos Sociais	5.995.000,00	6.146.000,00	4.482.778,51	72,94
Outras Despesas Correntes	3.175.000,00	4.000.000,00	2.521.161,13	63,03
DESPESAS DE CAPITAL	475.000,00	631.000,00	185.703,70	29,43
Investimentos	475.000,00	631.000,00	185.703,70	29,43

Continua 1/2

Município de COCAL DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	475.000,00	631.000,00	185.703,70	29,43
Investimentos	475.000,00	631.000,00	185.703,70	29,43
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>9.645.000,00</b>	<b>10.777.000,00</b>	<b>7.189.643,34</b>	<b>66,71</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.645.000,00	10.777.000,00	7.189.643,34	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.238.000,00	4.370.000,00	2.728.654,85	37,95
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.128.000,00	4.260.000,00	2.728.654,85	37,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>6.407.000,00</b>	<b>6.407.000,00</b>	<b>4.460.988,49</b>	<b>62,05</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	520.453,70	1.500,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;² [(V - VI) / I]</b>	21,76
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.346.000,00	9.010.000,00	6.108.731,74	84,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.185.000,00	1.653.000,00	1.051.846,00	14,63
Vigilância Sanitária	87.000,00	87.000,00	19.800,32	0,28
Vigilância Epidemiológica	27.000,00	27.000,00	9.265,28	0,13
Outras Subfunções	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.650.000,00</b>	<b>10.782.000,00</b>	<b>7.189.643,34</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

COCAL DO SUL, 18/11/2013

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças

## Município de COCAL DO SUL - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	43.335.000,00	
Previsão Atualizada		—	43.335.000,00	
Receitas Realizadas		5.955.503,03	30.150.227,55	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	615.497,67	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	43.335.000,00	
Créditos Adicionais		—	4.180.000,00	
Dotação Atualizada		—	47.515.000,00	
Despesas Empenhadas		5.654.956,53	28.662.824,78	
Despesas Liquidadas		6.363.739,32	26.896.610,67	
Superavit Orçamentário		—	3.253.616,88	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.654.956,53	28.662.824,78	
Despesas Liquidadas		6.363.739,32	26.896.610,67	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			35.216.644,92	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-77.498,17	-3.046.801,94	3.931,45
Resultado Primário		697.048,75	3.109.881,98	446,15
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.019.514,16	2.478,90	1.619.403,10	397.632,16
EXECUTIVO	2.019.514,16	2.478,90	1.619.403,10	397.632,16
TOTAL:	2.019.514,16	2.478,90	1.619.403,10	397.632,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.133.341,29	25%	25,05
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.891.999,77	60%	81,43
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.631.098,30	6.391.036,18	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de COCAL DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		276.742,50	-116.742,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		225.336,36	-69.336,36
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.459.488,49	15,00	21,76
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

COCAL DO SUL, 18/11/2013

\_\_\_\_\_  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
LAÉRCIO DE COSTA  
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

\_\_\_\_\_  
CLEDIO FACHIN  
Secretário de Administração e Finanças



# Concórdia

## PREFEITURA

### Edital de Processo Seletivo Público N° 8/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 8/2013

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público n° 2/2013, de 16 de setembro de 2013.

1. Fica prorrogado até 19 de novembro de 2013 o período de inscrições para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, a serem contratados, por tempo indeterminado, nos Bairros Nazaré, Nossa Senhora da Salette, São Cristóvão, Vila Jacob Biezu e Barra do Tigre, Concórdia, SC, de que trata o Edital de Processo Seletivo Público n° 2/2013, de 16 de setembro de 2013.

2. O item 2.4 passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.4. Antes do deferimento da inscrição, o candidato portador de deficiência submeter-se-á a avaliação, por Junta Médica, no dia 19 de novembro de 2013 às 16h, no seguinte local: Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho, do Município, localizado na Rua Atalípio Magarinos, 326, fundos, Centro, Concórdia, SC." (NR)

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 8 dias do mês de novembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação N° 14/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 14/2013 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato da senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 14 de novembro de 2013, Aquisição de medicamento para cumprimento de ordem judicial, a favor da empresa Comércio de Medicamentos Brair Ltda, no valor total estimado de R\$ 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### Extrato do Edital de Processo Seletivo Público N° 6/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 6/2013

Objeto: Processo Seletivo de Classificação por Tempo de Serviço e Títulos, objetivando a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Básicas Municipais - EBM Santa Rita e Elizabetha Pavan e Grupo Escolar Municipal - GEM Nova Brasília, durante o ano letivo de 2014, na Educação Integral - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Base Diversificada

(Literatura Dramatizada com Expressão Corporal, Dança, Artesanato/Pintura, Laboratório Pedagógico, Tênis de Campo e Esporte Coletivo), considerando o disposto na Lei n° 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações e na Lei Complementar n° 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Das inscrições: estarão abertas no período de 18 de novembro a 17 de dezembro de 2013, no Núcleo de Tecnologia Municipal, situado na Rua João Suzin Marini, 718, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h.

Das áreas/disciplinas disponíveis:

1.1. Anos Iniciais - Ensino Fundamental;

1.2. Anos Finais - Ensino Fundamental:

a) Artes;

b) Ciências;

c) Educação Física - Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais;

d) Geografia;

e) História;

f) Língua Espanhola;

g) Língua Portuguesa;

h) Matemática;

i) Ensino Religioso;

1.3. Educação Infantil - Pré-Escolar;

1.4. Base Diversificada:

a) Literatura Dramatizada com Expressão Corporal;

b) Dança;

c) Artesanato/Pintura;

d) Laboratório Pedagógico - Pedagogia;

e) Laboratório Pedagógico - Língua Portuguesa;

f) Tênis de Campo;

g) Esporte Coletivo.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br).

Concórdia, SC, 8 de novembro de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### Extrato do Edital de Processo Seletivo Público N° 7/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 7/2013

Objeto: Processo Seletivo de Classificação por Tempo de Serviço e Títulos, objetivando a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, nas Escolas Básicas, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, da Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2014, considerando o disposto na Lei n° 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações e na Lei Complementar n° 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Das inscrições: estarão abertas no período de 18 de novembro a 17 de dezembro de 2013, no Núcleo de Tecnologia Municipal, situado na Rua João Suzin Marini, 718, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h.

Das áreas/disciplinas disponíveis:

1. Ensino Fundamental - 6º e 7º anos e 8ª séries:

a) Artes;

b) Ciências;

c) Geografia;

d) História;

e) Língua Espanhola;

f) Língua Italiana;

g) Língua Portuguesa;

h) Matemática;

- i) Literatura Dramatizada - habilitação em Pedagogia e Língua Portuguesa;  
j) Ensino Religioso;  
k) Educação Física/Xadrez - Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais;  
2. Ensino Fundamental - 2º ao 5º ano;  
3. Escolas do Campo - Classes Multisseriadas;  
4. Educação Infantil - Pré-Escolar e CMEIs;  
5. Educação Especial.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br).

Concórdia, SC, 8 de novembro de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito N° 14/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO N° 14/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito, a título precário, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a senhora ILVA TERESINHA PESSATTO.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, à AUTORIZADA, de 1 (uma) cama hospitalar elétrica, código patrimonial n° 47476, que será utilizada para as atividades diárias de seu marido UWE KRAUSE, com diagnóstico de AVC hemorrágico e hematoma subdural.

PRAZO: Até 15 de agosto de 2019, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2013.

### **Edital de Notificação - Convênio - Fmaspbvii/ Idosos/e Ou Crianças de Zero a Seis Anos e Suas Famílias**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei n° 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMA SPBVII/ IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 3.376,80 (três mil trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).

Concórdia SC, 18 de novembro de 2013.  
CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Gestora do FMAS

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto N. 687/2013**

DECRETO N° 687/2013, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis e considerando o Decreto Municipal 678/2013, que dispõe sobre o retorno antecipado de férias:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. JAIR BORSOI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o período restante de 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 17/01/2012 a 16/01/2013, que serão gozadas no período de 11/11/2013 a 25/11/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias foi paga no mês de outubro de 2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JAIR BORSOI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 688/2013**

DECRETO N°688 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 14/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Registrada e publicada em data supra.

ADEMIR PEDRO GROLLE Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 689/2013**

DECRETO Nº689 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ALCIR PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, que serão gozadas no período de 18/12/2013 a 16/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALCIR PEDERSSETTI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 690/2013**

DECRETO Nº690/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. ANDREIA REGINA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 19/09/2011 a 18/09/2012, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANDREIA REGINA DI DOMENICO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 691/2013**

DECRETO Nº691/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ANDRE LUIZ NAS-SINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2012 a 01/01/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANDRE LUIZ NASSINGER Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 692/2013**

DECRETO Nº692/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. ANA MARIA ZANCHET, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 21/02/2012 a 20/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 06/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA MARIA ZANCHET Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 693/2013**

DECRETO Nº693/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2012 a 03/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA MARIA COLOMBELLI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 694/2013**

DECRETO Nº694/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. IVANIA ATUATTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2012 a 03/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

IVANIA ATUATTI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 695/2013**

DECRETO Nº695/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. TEREZINHA BEE, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2012 a 03/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

TEREZINHA BEE Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 696/2013**

DECRETO Nº696/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. MARINES TRINDADE BRAMBILA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2012 a 03/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARINES TRINDADE BRAMBILA Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.



**Decreto N. 697/2013**

DECRETO Nº697 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. CLAUDIR ANTONINHO POSSA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CLAUDIR ANTONINHO POSSA      Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 698/2013**

DECRETO Nº698/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. DAIANE PIZZATTO GABRIEL, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/05/2013 a 05/05/2014, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 06/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DAIANE PIZZATTO GABRIEL      Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 699/2013**

DECRETO Nº699/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. DANIELA BORTESE, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/05/2013 a 05/05/2014, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 06/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DANIELA BORTESE      Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 700/2013**

DECRETO Nº700 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. RENATA CATARINA VALANDRO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/05/2013 a 05/05/2014, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 06/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RENATA CATARINA VALANDRO      Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.



**Decreto N. 701/2013**

DECRETO Nº701 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. DIRCEU CESAR GUOLO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 14/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DIRCEU CESAR GUOLO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 702/2013**

DECRETO Nº702 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ELEANDRO FANTINEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/04/2012 a 11/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ELEANDRO FANTINEL Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 703/2013**

DECRETO Nº 703 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18/04/2012 a 17/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EVERSON VIVIAN Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 704/2013**

DECRETO Nº704 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. FABIANO MORESCHO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03/04/2012 a 02/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FABIANO MORESCHO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 705/2013**

DECRETO Nº705 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. FERNANDO MORELATO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 19/05/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FERNANDO MORELATO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 706/2013**

DECRETO Nº706 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. FERNANDA MICHELLE MÜLLER NICHEL BUSS, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03/05/2012 a 02/05/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FERNANDA MICHELLE MÜLLER NICHEL BUSS

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 707/2013**

DECRETO Nº707 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/02/2012 a 15/02/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 708/2013**

DECRETO Nº708/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/04/2012 a 11/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

HIGOR TRESSOLDI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 709/2013**

DECRETO Nº709 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISITNA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/09/2011 a 22/07/2013, que serão gozadas no período de 18/11/2013 a 02/12/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ISABEL CRISITNA TOZZO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 710/2013**

DECRETO Nº710/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 27/06/2012 a 16/06/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

IVONEI BREANSINI Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 711/2013**

DECRETO Nº711/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. JULCIONIR CUNICO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 11/02/2012 a 10/02/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JULCIONIR CUNICO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 712/2013**

DECRETO Nº712/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. JOÃO BASEGGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 14/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JOÃO BASEGGIO DOS SANTOS Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 713/2013**

DECRETO Nº713/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, que serão gozadas no período de 23/12/2013 a 21/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

KATIANE ORTOLAN            Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Decreto N. 714/2013**

DECRETO Nº714/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. LAUDIR ANTONIO PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/05/2011 a 03/05/2012, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LAUDIR ANTONIO PEDROSO            Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 715/2013**

DECRETO Nº715 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. LEANDRO TREVIZAN, ocupante do cargo de Médico Especialista Pediatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04/03/2011 a 03/03/2012, que serão gozadas no período de 17/12/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEANDRO TREVIZAN            Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

**Decreto N. 716/2013**

DECRETO Nº716/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 18/2001, Artigo 61 prevê que o Servidor Público fará jus a 30 (trinta) dias de férias, passados 12 (doze) meses de efetivo exercício, ou nas seguintes proporções:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao Serviço mais de 10 (dez) vezes.

II - 20- (vinte) dias corridos, quando não houver tido de 11 (onze) a 20 (vinte) faltas.

III - 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 21 (vinte e uma) a 30 (trinta) faltas.

**DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 04/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LOURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 717/2013**

DECRETO Nº717/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/02/2012 a 05/02/2013, que serão gozadas no período de 02/12/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

#### **Decreto N. 718/2013**

DECRETO Nº718/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03/04/2012 a 02/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LUCIANO RODRIGO DA SILVA

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 719/2013**

DECRETO Nº719/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. MIGUEL DO ROSARIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2012 a 31/08/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MIGUEL DO ROSARIO

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 720/2013**

DECRETO Nº720/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 07/02/2012 a 06/02/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 721/2013**

DECRETO Nº721/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/08/2012 a 11/08/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

OLIVIO BATISTA DE MATTOS

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 722/2013**

DECRETO Nº722 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal, Sra. SILVANA MAGIONI FAVERO, ocupante do cargo de Técnico em Controle Interno, lotada no Gabinete do Prefeito Municipal, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2011 a 29/02/2012, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 30/12/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SILVANA MAGIONI FAVERO

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 723/2013**

DECRETO Nº723 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. SILVANO ANDREIS GABRIEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/04/2012 a 11/04/2013, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

SILVANO ANDREIS GABRIEL

Ciente em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013

#### **Decreto N. 724/2013**

DECRETO Nº724/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### **DECRETA**

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. VALDINEI GARBOZZA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/06/2011 a 15/06/2012, que serão gozadas no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

VALDINEI GARBOZZA Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

### **Decreto N. 725/2013**

DECRETO Nº725/2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
"ALTERA DECRETO Nº 076/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70;

- Considerando a necessidade de alteração de representante do Poder Executivo, de representante das entidades Docentes, Discentes ou Trabalhadores da área da Educação,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho de Alimentação Escolar - CAE deste Município, os seguintes Conselheiros:

#### **REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Suplente: Katia Ana Di Domenico

#### **REPRESENTANTE DAS ENTIDADES DOCENTES, DISCENTES OU TRABALHADORES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Titular: Tatiane Amado

Art.. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 681/2013 de 01 de novembro de 2013.

Cordilheira Alta, SC, 12 de novembro de 2013.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

## **Coronel Martins**

### **PREFEITURA**

### **Errata a Portaria Nº. 202/2013, de 14 de Novembro de 2013.**

ERRATA A PORTARIA Nº. 202/2013, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

A presente Errata consiste na Alteração no teor da Portaria nº. 202, de 13 de novembro de 2013, a qual possui erro no numero da portaria, onde lê-se:

PORTARIA Nº. 212 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

#### **LEIA-SE:**

PORTARIA Nº. 202 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 14 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

## **Correia Pinto**

### **PREFEITURA**

### **Pregão Presencial - Processo 72/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 72/2013 - PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR, GRAXA, SOLUÇÃO E SHAMPOO AUTOMOTIVO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 29/11/2013 às 16:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 18 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação  
Pregoeiro Municipal

### **Pregão Presencial - Processo 75/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 75/2013  
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICA LEVE, PESADA, SOCORRO E FUNILARIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 28.11.2013 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 19 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação  
Pregoeiro Municipal

**Pregão Presencial - Processo 81/2013 Pmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 81/2013 - PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS, RECAPAGEM, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, MONTAGEM DE PNEUS, PROTETOR, TIP TOP, E CÂMARA DE AR, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 29/11/2013 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 18 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

**Extrato de Contrato - Processo 68/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 459//2013

Processo Licitatório nº 68/2013 -DL

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO AMBITO DO PROGRAMA DE GESTAO TRIBUTARIA, APROVADO PELO CIGA.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL.

CNPJ: 09.427.503/0001-12

Valor: R\$ 2.520,00 (Dois mil quinhentos e vinte reais)

Correia Pinto/SC, 13 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Extrato do Edital de Processo Seletivo Simplificado .º 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO .º 006/2013

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Municipal n.º 1010/2001 de 03/10/2001 e Decreto nº 0777/2013 de 04 de novembro de 2013, torna público a realização de Processo Seletivo Público Simplificado para provimento de vagas temporárias para cargos e empregos públicos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, com inscrições abertas no período de

14/11/2013 a 28/11/2013, para os cargos de nível fundamental incompleto e completo: Agente de Serviços Gerais (masculino e feminino), Mecânico, Motorista, Operador de Equipamento, Operador de Equipamento de Terraplanagem. Cargos de nível médio de: Agente Administrativo, Atendente de Consultório Dentário ESF, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar Sócioeducativo CREAS, Fiscal de Vigilância Sanitária, Monitor da Casa de Passagem e Técnico em Enfermagem. Cargo de nível superior: Assistente Social, Dentista, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Médico, Nutricionista, Psicólogo e Veterinário e professores habilitados e não habilitados: Educação Infantil, Séries Iniciais, Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. As provas estão previstas para o dia 15/12/2013. Demais informações constam do inteiro teor deste edital, que encontra-se divulgado no mural Oficial da Prefeitura Municipal e sítio [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br) e em caráter meramente informativo no sítio [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br).

Correia Pinto, 13 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Corupá****PREFEITURA****II Errata de Edital - Concorrência 002/2013**

II ERRATA DE EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 002/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/13

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de Minuta de Contrato do Edital de Concorrência Pública, ficando assim determinado:

Onde se lê:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO**

3.1 Pelos serviços descritos na cláusula segunda deste Termo, a Contratada pagará ao Contratante a importância de R\$

, que deverá ser recolhida aos Cofres Públicos do Município de Corupá em até 10 (dez) dias corridos, após a data de assinatura deste Termo.

Leia-se:

3.2 Em qualquer hipótese, o referido pagamento constitui-se mero adiantamento do preço ora ajustado à CONTRATANTE, devendo ser restituído, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC, de forma proporcional ao tempo decorrido, na hipótese de rescisão contratual antecipada.

Onde se lê:

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1.5 - em caso de rescisão, por uma das causas previstas nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida em 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do contrato para cada mês e ou fração de mês restante para o término do contrato, devidamente corrigidos pela SELIC, além de multa rescisória calculada na proporção de 20% sobre os valores de ressarcimento.

Leia-se:

9.1.5 - em caso de rescisão, por uma das causas previstas nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que haja culpa da CONTRATADA, a contratante fica obrigada a ressarcir à CONTRATADA o equivalente ao valor pro rata temporis

a que se refere a Cláusula Terceira, atualizado pela variação da taxa SELIC, ou outro índice que venha sucedê-la.

9.1.5.1 - Além da restituição de valores prevista acima, a denúncia ou a sua rescisão implica, em favor da CONTRATADA, de uma multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor atualizado da restituição.

9.1.5.2 - Referido ressarcimento não elide os direitos da CONTRATADA previstos no parágrafo 2º do Art. 79 da Lei Federal nº 8666/93.

Corupá, 18 de Novembro de 2013.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 283/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 283/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a Locação de materiais para iluminação e sonorização para o Evento do Natal que se realizará do dia 07/12/13 até dias 23/12/13, das 15h até às 23h, na Praça Centenário (Parque do Capão), conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 03/12/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 03/12/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

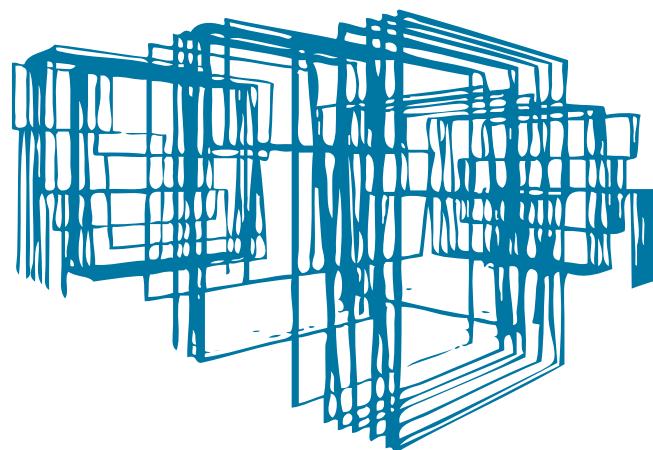
Curitibanos, 14 de Novembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

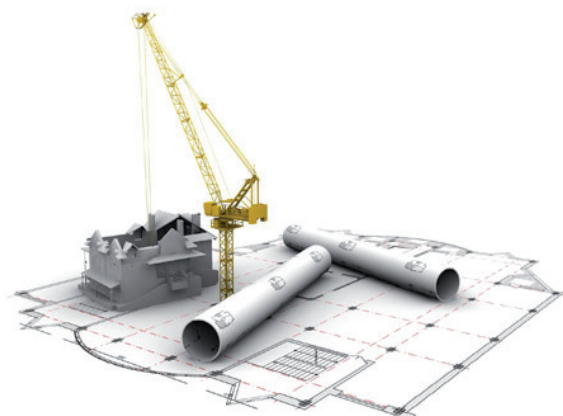
DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



# Ermo

## PREFEITURA

### RREO 5º Bim de 2013

RREO ANEXO 1 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 2 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 3 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 5 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 6 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 7 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 8 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 9 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 11 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 12 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 13 DO 5º BIM DE 2013  
RREO ANEXO 14 DO 5º BIM DE 2013

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.595.857,29</b>	<b>17,22</b>	<b>7.679.716,59</b>	<b>82,87</b>	<b>1.587.754,61</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.898.636,02</b>	<b>8.898.636,02</b>	<b>1.398.477,29</b>	<b>15,72</b>	<b>7.181.654,61</b>	<b>80,71</b>	<b>1.716.981,41</b>
RECEITA TRIBUTARIA	202.700,06	202.700,06	29.850,48	14,73	170.646,71	84,19	32.053,35
IMPOSTOS	156.130,93	156.130,93	26.959,29	17,27	156.583,54	100,29	-452,61
TAXAS	28.591,13	28.591,13	2.891,19	10,11	14.063,17	49,19	14.527,96
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	17.978,00	17.978,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.978,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	77.170,72	9.848,38	12,76	67.654,69	87,67	9.516,03
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56.790,86	56.790,86	7.999,47	14,09	56.299,95	99,14	490,91
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	20.379,86	20.379,86	1.848,91	9,07	11.354,74	55,72	9.025,12
RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	38.526,00	1.071,90	2,78	20.580,14	53,42	17.945,86
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	38.526,00	38.526,00	1.071,90	2,78	20.580,14	53,42	17.945,86
RECEITA DE SERVIÇOS	561,80	561,80	4.997,63	889,57	29.885,67	319,63	-29.323,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.469.715,24	8.469.715,24	1.229.923,70	14,52	6.650.589,94	78,52	1.819.125,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.469.715,24	8.469.715,24	1.229.923,70	14,52	6.650.589,94	78,52	1.819.125,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20	109.962,20	122.785,20	111,66	242.297,46	220,35	-132.335,26
Multas e Juros de Mora	17.683,15	17.683,15	1.311,18	7,41	3.898,62	22,05	13.784,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.457,33	0,00	0,00	489,48	6,56	6.967,85
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	28.585,51	28.585,51	0,00	0,00	2.845,45	9,95	25.740,06
RECEITAS DIVERSAS	56.236,21	56.236,21	121.474,02	216,01	235.063,91	417,99	-178.827,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>368.835,18</b>	<b>368.835,18</b>	<b>197.380,00</b>	<b>53,51</b>	<b>498.061,98</b>	<b>135,04</b>	<b>-129.226,80</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	87.935,18	197.380,00	224,46	197.380,00	224,46	-109.444,82
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	87.935,18	114.380,00	130,07	114.380,00	130,07	-26.444,82
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	83.000,00	0,00	83.000,00	0,00	-83.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	280.900,00	0,00	0,00	300.681,98	107,04	-19.781,98
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.900,00	280.900,00	0,00	0,00	300.681,98	107,04	-19.781,98
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.595.857,29</b>	<b>17,22</b>	<b>7.679.716,59</b>	<b>82,87</b>	<b>1.587.754,61</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.595.857,29</b>	<b>17,22</b>	<b>7.679.716,59</b>	<b>82,87</b>	<b>1.587.754,61</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	121.858,57	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.267.471,20	9.267.471,20	1.595.857,29	17,22	7.801.575,16	82,87	1.587.754,61
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.875.123,91</b>	<b>11.142.595,11</b>	<b>1.181.165,01</b>	<b>8.616.578,29</b>	<b>1.417.994,59</b>	<b>7.801.575,16</b>	<b>70,02</b>	<b>3.341.019,95</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.939.873,19</b>	<b>1.450.005,26</b>	<b>9.389.878,45</b>	<b>1.161.061,80</b>	<b>7.961.296,05</b>	<b>1.397.852,38</b>	<b>7.146.409,92</b>	<b>76,11</b>	<b>2.243.468,53</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.555.316,36	328.000,00	3.883.316,36	667.804,89	3.390.419,38	670.947,89	3.386.990,38	87,22	496.325,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.364.556,83	1.122.005,26	5.486.562,09	493.256,91	4.570.876,67	726.904,49	3.759.419,54	68,52	1.727.142,55
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.319.732,98</b>	<b>425.118,65</b>	<b>1.744.851,63</b>	<b>20.103,21</b>	<b>655.282,24</b>	<b>20.142,21</b>	<b>655.165,24</b>	<b>37,55</b>	<b>1.089.686,39</b>
INVESTIMENTOS	1.219.732,98	425.118,65	1.644.851,63	5.638,00	588.975,97	5.677,00	588.858,97	35,80	1.055.992,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	14.465,21	66.306,27	14.465,21	66.306,27	66,31	33.693,73
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>7.865,03</b>	<b>0,00</b>	<b>7.865,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.865,03</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.875.123,91</b>	<b>11.142.595,11</b>	<b>1.181.165,01</b>	<b>8.616.578,29</b>	<b>1.417.994,59</b>	<b>7.801.575,16</b>	<b>70,02</b>	<b>3.341.019,95</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.875.123,91</b>	<b>11.142.595,11</b>	<b>1.181.165,01</b>	<b>8.616.578,29</b>	<b>1.417.994,59</b>	<b>7.801.575,16</b>	<b>70,02</b>	<b>3.341.019,95</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.267.471,20</b>	<b>1.875.123,91</b>	<b>11.142.595,11</b>	<b>1.181.165,01</b>	<b>8.616.578,29</b>	<b>1.417.994,59</b>	<b>7.801.575,16</b>	<b>70,02</b>	<b>3.341.019,95</b>

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	87.935,18	197.380,00	-109.444,82
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	83.000,00	-83.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	114.380,00	-26.444,82
<b>TOTAL</b>	<b>87.935,18</b>	<b>197.380,00</b>	<b>-109.444,82</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	197.380,00	0,00	0,00	197.380,00
Investimentos	197.380,00	0,00	0,00	197.380,00
<b>TOTAL</b>	<b>197.380,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>197.380,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	197.380,00	197.380,00

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	177.735,51	177.735,51	159.428,99	89,70
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	21.267,50	21.267,50	11.214,67	52,73
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	18.252,88	18.252,88	4.323,54	23,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	41.181,06	41.181,06	85.707,35	208,12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.429,49	75.429,49	55.337,98	73,36
Dívida Ativa dos Impostos	21.604,58	21.604,58	2.845,45	13,17
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.758.042,89	8.758.042,89	6.982.620,39	79,73
Cota-Parte FPM	5.532.471,20	5.532.471,20	4.278.251,27	77,33
Cota-Parte ITR	4.689,91	4.689,91	3.223,87	68,74
Cota-Parte IPVA	88.718,33	88.718,33	138.213,33	155,79
Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	2.513.985,36	83,80
Cota-Parte IPI-Exportação	69.712,64	69.712,64	37.122,57	53,25
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	62.450,81	62.450,81	11.823,99	18,93
Desoneração ICMS (LC 87/96)	62.450,81	62.450,81	11.823,99	18,93
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>8.935.778,40</b>	<b>8.935.778,40</b>	<b>7.142.049,38</b>	<b>79,93</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.885.750,00	2.135.750,00	2.068.086,74	96,83	1.723.640,56	80,70
Pessoal e Encargos Sociais	825.000,00	825.000,00	804.459,90	97,51	801.459,90	97,15
Outras Despesas Correntes	1.060.750,00	1.310.750,00	1.263.626,84	96,40	922.180,66	70,36
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	13.951,00	27,90	13.951,00	27,90
Investimentos	50.000,00	50.000,00	13.951,00	27,90	13.951,00	27,90

Continua 1/4

Município de ERMO - SC

Continuação 2/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	13.951,00	27,90	13.951,00	27,90
Investimentos	50.000,00	50.000,00	13.951,00	27,90	13.951,00	27,90
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>1.935.750,00</b>	<b>2.185.750,00</b>	<b>2.082.037,74</b>	<b>95,26</b>	<b>1.737.591,56</b>	<b>79,50</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>1.935.750,00</b>	<b>2.185.750,00</b>	<b>2.082.037,74</b>	<b>95,26</b>	<b>1.737.591,56</b>	<b>79,50</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						<b>24,33</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10⁵]</b>						<b>666.284,15</b>

Continua 2/4



Município de ERMO - SC

Continuação 3/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.935.000,00	2.185.000,00	2.082.037,74	100,00	1.737.591,56	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.935.750,00</b>	<b>2.185.750,00</b>	<b>2.082.037,74</b>	<b>100,00</b>	<b>1.737.591,56</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de ERMO - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ERMO, 15/11/2013

---

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

---

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

---

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

## Município de ERMO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	9.267.471,20
Previsão Atualizada		—	9.267.471,20
Receitas Realizadas		1.595.857,29	7.679.716,59
Déficit Orçamentário		—	121.858,57
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	9.267.471,20
Créditos Adicionais		—	1.875.123,91
Dotação Atualizada		—	11.142.595,11
Despesas Empenhadas		1.181.165,01	8.616.578,29
Despesas Liquidadas		1.417.994,59	7.801.575,16
Superavit Orçamentário		—	0,00
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Despesas Empenhadas		1.181.165,01	8.616.578,29
Despesas Liquidadas		1.417.994,59	7.801.575,16
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			<b>Até o Bimestre</b>
Receita Corrente Líquida			8.778.419,65
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal	20.000,00	70.145,50	350,73
Resultado Primário	-6.461,18	-273.512,44	4.233,17
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	2.204.776,17	25%	30,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	379.388,10	60%	82,26
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		655.165,24	1.089.686,39
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>2013</b>	<b>2021</b>	<b>2031</b>
			<b>2046</b>
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Realizar</b>
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		197.380,00	-109.444,82
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	197.380,00

Continua 1/2

Município de ERMO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.737.591,56	15,00	24,33

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.267.471,20	11.142.595,11	1.181.165,01	8.616.578,29	1.417.994,59	7.801.575,16	100,00	70,02	3.341.019,95
Legislativa	650.000,00	650.000,00	85.117,25	507.491,00	90.254,38	499.865,79	6,41	76,90	150.134,21
Ação Legislativa	650.000,00	650.000,00	85.117,25	507.491,00	90.254,38	499.865,79	6,41	76,90	150.134,21
Administração	1.072.821,05	1.392.821,05	155.134,19	1.248.795,08	209.442,50	1.163.636,51	14,92	83,55	229.184,54
Administração Geral	1.072.821,05	1.392.821,05	155.134,19	1.248.795,08	209.442,50	1.163.636,51	14,92	83,55	229.184,54
Segurança Pública	27.136,00	27.136,00	2.862,27	7.083,71	2.862,27	7.083,71	0,09	26,10	20.052,29
Policiamento	27.136,00	27.136,00	2.862,27	7.083,71	2.862,27	7.083,71	0,09	26,10	20.052,29
Assistência Social	450.233,70	520.233,70	57.527,27	278.064,96	68.020,94	263.730,19	3,38	50,69	256.503,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.854,00	16.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.854,00
Assistência Comunitária	433.379,70	503.379,70	57.527,27	278.064,96	68.020,94	263.730,19	3,38	52,39	239.649,51
Saúde	2.336.158,14	2.778.158,14	360.917,21	2.467.052,99	368.413,61	2.067.177,26	26,50	74,41	710.980,88
Atenção Básica	2.236.158,14	2.648.158,14	323.536,65	2.350.194,98	358.583,05	1.978.749,25	25,36	74,72	669.408,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	130.000,00	37.380,56	116.858,01	9.830,56	88.428,01	1,13	68,02	41.571,99
Educação	1.778.218,71	2.148.223,97	224.041,02	1.692.015,01	283.076,19	1.535.552,65	19,68	71,48	612.671,32
Alimentação e Nutrição	112.431,51	115.949,22	14.962,80	87.244,50	18.735,79	66.467,83	0,85	57,32	49.481,39
Ensino Fundamental	1.411.180,00	1.727.667,55	169.771,79	1.441.257,61	217.286,13	1.320.395,59	16,92	76,43	407.271,96
Educação Infantil	162.247,60	162.247,60	16.280,98	79.977,28	18.078,82	65.153,61	0,84	40,16	97.093,99
Educação de Jovens e Adultos	32.359,60	82.359,60	23.025,45	57.973,95	23.025,45	57.973,95	0,74	70,39	24.385,65
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	0,00	25.561,67	5.950,00	25.561,67	0,33	42,60	34.438,33
Cultura	25.618,00	115.618,00	28.000,00	89.230,05	56.787,33	64.422,33	0,83	55,72	51.195,67
Difusão Cultural	25.618,00	115.618,00	28.000,00	89.230,05	56.787,33	64.422,33	0,83	55,72	51.195,67
Urbanismo	574.875,86	691.104,51	4.402,76	391.516,21	13.933,80	374.968,65	4,81	54,26	316.135,86
Infra-Estrutura Urbana	404.496,00	520.724,65	0,00	284.768,65	0,00	284.768,65	3,65	54,69	235.956,00
Serviços Urbanos	170.379,86	170.379,86	4.402,76	106.747,56	13.933,80	90.200,00	1,16	52,94	80.179,86
Agricultura	643.260,00	980.150,00	49.080,16	505.998,24	73.283,44	476.110,80	6,10	48,58	504.039,20
Abastecimento	643.260,00	980.150,00	49.080,16	505.998,24	73.283,44	476.110,80	6,10	48,58	504.039,20
Transporte	1.391.284,71	1.491.284,71	165.672,29	1.189.787,50	203.509,54	1.138.073,33	14,59	76,31	353.211,38
Transporte Rodoviário	1.391.284,71	1.491.284,71	165.672,29	1.189.787,50	203.509,54	1.138.073,33	14,59	76,31	353.211,38
Desporto e Lazer	90.000,00	120.000,00	19.618,02	97.621,96	19.618,02	69.032,36	0,88	57,53	50.967,64
Desporto Comunitário	90.000,00	120.000,00	19.618,02	97.621,96	19.618,02	69.032,36	0,88	57,53	50.967,64

Continua 1/2

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.267.471,20	11.142.595,11	1.181.165,01	8.616.578,29	1.417.994,59	7.801.575,16	100,00	70,02	3.341.019,95
Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	28.792,57	141.921,58	28.792,57	141.921,58	1,82	64,51	78.078,42
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	28.792,57	141.921,58	28.792,57	141.921,58	1,82	64,51	78.078,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.865,03	7.865,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.865,03
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	9.267.471,20	11.142.595,11	1.181.165,01	8.616.578,29	1.417.994,59	7.801.575,16	100,00	70,02	3.341.019,95

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>879.576,65</b>	<b>1.114.462,69</b>	<b>861.041,23</b>	<b>978.212,50</b>	<b>725.727,00</b>	<b>803.559,87</b>	<b>957.792,64</b>	<b>860.513,59</b>	<b>876.864,92</b>	<b>862.300,01</b>	<b>881.202,26</b>	<b>771.043,99</b>	<b>10.572.297,35</b>	<b>10.419.697,83</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.290,58	8.995,14	8.276,14	12.252,83	25.928,60	19.355,99	10.100,97	13.199,33	31.383,63	20.298,74	17.717,07	12.133,41	191.932,43	202.700,06
I.P.T.U.	558,90	0,00	0,00	0,00	335,55	2.772,79	3.118,37	2.450,71	1.493,17	975,65	14,28	54,15	11.773,57	21.267,50
I.R.R.F	3.827,56	4.315,39	3.275,75	4.072,31	4.876,38	5.353,05	5.698,40	5.914,61	5.787,05	5.759,34	8.966,12	5.634,97	63.480,93	75.429,49
I.S.S.	6.168,78	4.414,32	4.093,58	6.732,22	10.230,61	8.468,13	6.506,51	3.587,92	22.758,67	11.039,94	6.671,64	5.618,13	96.290,45	41.181,06
I.T.B.I.	1.360,00	86,00	0,00	509,44	1.728,20	1.405,60	-188,70	869,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.769,54	18.252,88
Outras Receitas Tributárias	375,34	179,43	906,81	938,86	8.757,86	1.356,42	-5.033,61	377,09	1.344,74	2.523,81	2.065,03	826,16	14.617,94	46.569,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.867,43	8.398,53	1.056,28	5.395,93	13.340,34	4.804,29	9.290,73	13.064,63	5.395,22	5.458,89	5.140,04	4.708,34	109.920,65	77.170,72
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.156,92	3.813,76	9.330,23	0,00	207,33	207,32	864,58	20.580,14	38.526,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.623,64	11.165,88	3.098,52	3.485,26	1.512,37	29.885,67	561,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	830.862,77	1.086.074,91	817.462,23	949.917,53	677.511,93	769.816,45	925.497,11	803.850,08	825.286,29	794.159,06	737.503,42	746.189,24	9.964.131,02	9.990.777,05
Cota-Parte do F.P.M.	440.626,86	717.093,20	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	5.435.971,33	5.532.471,20
Cota-Parte do I.C.M.S.	267.319,12	269.655,12	251.750,36	225.702,68	212.570,69	255.098,54	258.227,10	238.109,26	304.083,90	248.239,32	263.706,05	256.497,46	3.050.959,60	3.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	10.975,96	5.746,74	7.924,81	15.392,53	10.945,15	21.487,08	7.948,53	15.450,61	12.621,85	15.980,10	11.270,68	19.191,99	154.936,03	88.718,33
Cota-Parte do ITR.	146,03	0,00	48,69	96,29	19,07	25,44	65,06	45,18	96,63	142,48	1.262,10	1.422,93	3.369,90	4.689,91
Outras Transferências Correntes	69.369,92	52.863,86	45.945,40	40.491,33	54.592,59	56.231,29	56.474,74	47.297,18	133.345,65	50.388,86	54.763,42	63.823,33	725.587,57	772.734,16
Transferências da LC 61/1989	4.120,71	4.713,09	4.497,08	3.450,48	3.048,15	2.795,08	3.758,52	4.087,99	3.593,48	4.125,92	3.753,07	4.012,80	45.956,37	69.712,64
Transferências da LC 87/1996	1.268,21	1.268,21	0,00	0,00	0,00	4.729,59	1.182,40	1.182,40	1.182,40	1.182,40	1.182,40	1.182,40	14.360,41	62.450,81
Transferências do FUNDEB	37.035,96	34.734,69	48.090,15	46.972,00	40.522,32	47.669,08	49.274,29	40.012,52	44.446,56	47.970,21	48.887,41	47.374,62	532.989,81	460.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.555,87	10.994,11	34.246,58	10.646,21	8.946,13	3.426,22	9.090,07	10.445,68	3.633,90	39.077,47	117.149,15	5.636,05	255.847,44	109.962,20
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>177.719,04</b>	<b>163.255,31</b>	<b>144.685,14</b>	<b>176.728,08</b>	<b>128.706,62</b>	<b>136.932,05</b>	<b>171.944,42</b>	<b>155.191,56</b>	<b>133.665,54</b>	<b>143.281,51</b>	<b>130.880,26</b>	<b>130.888,17</b>	<b>1.793.877,70</b>	<b>1.577.852,67</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	144.893,30	155.885,34	144.685,14	172.490,53	116.479,17	133.183,30	163.950,02	143.387,89	129.498,60	139.159,79	126.770,29	126.998,67	1.697.382,04	1.521.061,81
Outras Contribuições Sociais	32.825,74	7.369,97	0,00	4.237,55	12.227,45	3.748,75	7.994,40	11.803,67	4.166,94	4.121,72	4.109,97	3.889,50	96.495,66	56.790,86
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>701.857,61</b>	<b>951.207,38</b>	<b>716.356,09</b>	<b>801.484,42</b>	<b>597.020,38</b>	<b>666.627,82</b>	<b>785.848,22</b>	<b>705.322,03</b>	<b>743.199,38</b>	<b>719.018,50</b>	<b>750.322,00</b>	<b>640.155,82</b>	<b>8.778.419,65</b>	<b>8.841.845,16</b>

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito MunicipalANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	231.835,76	—	161.690,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	231.835,76	382.226,32	590.039,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	404.253,96	428.349,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-231.835,76	0,00	-161.690,26
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-231.835,76</b>	<b>0,00</b>	<b>-161.690,26</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-161.690,26</b>	<b>70.145,50</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.860.110,02</b>	<b>1.397.405,39</b>	<b>7.161.074,47</b>	<b>6.464.896,83</b>
Receita Tributária	202.700,06	29.850,48	170.646,71	160.301,11
I.P.T.U.	21.267,50	68,43	11.214,67	22.081,35
I.S.S.	41.181,06	12.289,77	85.707,35	68.244,68
I.T.B.I.	18.252,88	0,00	4.323,54	11.698,78
I.R.R.F.	75.429,49	14.601,09	55.337,98	39.303,93
Outras Receitas Tributárias	46.569,13	2.891,19	14.063,17	18.972,37
Receita de Contribuição	77.170,72	9.848,38	67.654,69	76.409,33
Outras Contribuições	77.170,72	9.848,38	67.654,69	76.409,33
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	38.526,00	1.071,90	20.580,14	1.510,43
(-) Aplicações Financeiras	38.526,00	1.071,90	20.580,14	1.510,43
Transferências Correntes	8.469.715,24	1.229.923,70	6.650.589,94	6.146.686,37
F.P.M.	4.637.806,95	564.289,67	3.422.601,29	3.183.238,75
I.C.M.S.	2.418.717,23	416.162,99	2.011.189,03	1.907.387,77
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.413.191,06	249.471,04	1.216.799,62	1.056.059,85
Demais Receitas Correntes	110.524,00	127.782,83	272.183,13	81.500,02
Dívida Ativa	28.585,51	0,00	2.845,45	8.407,66
Diversas Receitas Correntes	81.938,49	127.782,83	269.337,68	73.092,36
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>368.835,18</b>	<b>197.380,00</b>	<b>498.061,98</b>	<b>748.166,61</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	87.935,18	197.380,00	197.380,00	27.569,26
Transferências de Capital	280.900,00	0,00	300.681,98	720.597,35
Convênios	280.900,00	0,00	300.681,98	720.597,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>280.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.681,98</b>	<b>720.597,35</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>9.141.010,02</b>	<b>1.397.405,39</b>	<b>7.461.756,45</b>	<b>7.185.494,18</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.389.878,45</b>	<b>1.397.852,38</b>	<b>7.146.409,92</b>	<b>6.284.939,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.883.316,36	670.947,89	3.386.990,38	2.898.258,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	0,00	0,00	19.495,94
Outras Despesas Correntes	5.486.562,09	726.904,49	3.759.419,54	3.367.185,05
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.369.878,45</b>	<b>1.397.852,38</b>	<b>7.146.409,92</b>	<b>6.265.443,89</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.744.851,63</b>	<b>20.142,21</b>	<b>655.165,24</b>	<b>1.309.171,18</b>
Investimentos	1.644.851,63	5.677,00	588.858,97	1.209.593,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	14.465,21	66.306,27	99.578,15
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.644.851,63</b>	<b>5.677,00</b>	<b>588.858,97</b>	<b>1.209.593,03</b>



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>7.865,03</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>11.022.595,11</b>	<b>1.403.529,38</b>	<b>7.735.268,89</b>	<b>7.475.036,92</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.881.585,09</b>	<b>-6.123,99</b>	<b>-273.512,44</b>	<b>-289.542,74</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-6.461,18</b>

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal	Contadora CRC/SC026097/O-0	Responsável p/ controle interno

MUNICÍPIO DE ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	177.735,51	177.735,51	26.959,29	159.428,99	89,70
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	42.872,08	42.872,08	68,43	14.060,12	32,80
1.1.1- IPTU	21.267,50	21.267,50	68,43	11.214,67	52,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.604,58	21.604,58	0,00	2.845,45	13,17
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	18.252,88	18.252,88	0,00	4.323,54	23,69
1.2.1- ITBI	18.252,88	18.252,88	0,00	4.323,54	23,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	41.181,06	41.181,06	12.289,77	85.707,35	208,12
1.3.1- ISS	41.181,06	41.181,06	12.289,77	85.707,35	208,12
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.429,49	75.429,49	14.601,09	55.337,98	73,36
1.4.1- IRRF	75.429,49	75.429,49	14.601,09	55.337,98	73,36
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.758.042,89	8.758.042,89	1.268.843,88	6.982.620,39	79,73
2.1- Cota-Parte FPM	5.532.471,20	5.532.471,20	705.362,00	4.278.251,27	77,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.532.471,20	5.532.471,20	705.362,00	4.278.251,27	77,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.000.000,00	3.000.000,00	520.203,51	2.513.985,36	83,80
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.450,81	62.450,81	2.364,80	11.823,99	18,93
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	69.712,64	69.712,64	7.765,87	37.122,57	53,25
2.5- Cota-Parte ITR	4.689,91	4.689,91	2.685,03	3.223,87	68,74
2.6- Cota-Parte IPVA	88.718,33	88.718,33	30.462,67	138.213,33	155,79
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>8.935.778,40</b>	<b>8.935.778,40</b>	<b>1.295.803,17</b>	<b>7.142.049,38</b>	<b>79,93</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-0,00	-0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>—</b>	<b>-0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.521.061,81	1.521.061,81	253.768,96	1.396.603,40	91,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	894.664,25	894.664,25	141.072,33	855.649,98	95,64
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	581.282,77	581.282,77	104.040,52	502.796,33	86,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.489,94	12.489,94	472,96	2.364,79	18,93
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.942,75	13.942,75	1.553,78	7.425,04	53,25
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	938,21	938,21	536,98	645,25	68,77
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	17.743,89	17.743,89	6.092,39	27.722,01	156,23
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	460.000,00	460.000,00	96.262,03	461.219,16	100,27
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	460.000,00	460.000,00	96.262,03	461.219,16	100,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.061.061,81</b>	<b>-1.061.061,81</b>	<b>-157.506,93</b>	<b>-935.384,24</b>	<b>88,16</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	360.000,00	460.000,00	90.748,58	385.064,22	83,71
13.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	13.033,00	24.731,58	61,83
13.2- Com Ensino Fundamental	320.000,00	420.000,00	77.715,58	360.332,64	85,79
14- OUTRAS DESPESAS	100.000,00	100.000,00	0,00	99.634,87	99,63
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	100.000,00	100.000,00	0,00	99.634,87	99,63
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	460.000,00	560.000,00	90.748,58	484.699,09	86,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					5.676,12
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					5.676,12
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					82,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				5.676,12	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				5.676,12	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.233.944,60	2.233.944,60	323.950,79	1.785.512,35	79,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	40.000,00	13.033,00	24.731,58	61,83
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	40.000,00	40.000,00	13.033,00	24.731,58	61,83
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.377.865,60	1.627.865,60	202.806,15	1.250.336,47	76,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	420.000,00	520.000,00	77.715,58	459.967,51	88,46
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	957.865,60	1.107.865,60	125.090,57	790.368,96	71,34
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.417.865,60	1.667.865,60	215.839,15	1.275.068,05	76,45
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-935.384,24
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					5.676,12
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-929.708,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.204.776,17
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,87

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.417.865,60	1.667.865,60	215.839,15	1.275.068,05	76,45
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	461.219,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	461.219,16	0,00

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 5.676,12, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.744.851,63	655.165,24	0,00	1.089.686,39
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.744.851,63	655.165,24	0,00	1.089.686,39
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.744.851,63	-655.165,24		-1.089.686,39

FONTE:

ERMO, 15/11/2013

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno



## Forquilha

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação: Concorrência Pública N°. 160/PMF/2013** **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo menor preço N°. 160/PMF/2013.

OBJETIVO: Contratação de empresa, para prestação de serviços de pavimentação, a serem executados em diversas vias públicas municipais, conforme programa BADESC CIDADES, estabelecido entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesco Cidades.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de dezembro de 2013 às 10:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 18 de novembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitações

#### **Aviso de Licitação: Pregão Presencial N°. 161/PMF/2013** **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 161/PMF/2013;  
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de livros didáticos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de dezembro de 2013 às 10:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 18 de novembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

#### **Decisão Administrativa: Pregão Presencial N°. 156/PMF/2013**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL N°. 156/PMF/2013

DO DISPOSITIVO

Conhecemos e indeferimos o Pedido de Impugnação ao Processo Licitatório - Pregão Presencial n°. 156/PMF/2013 formulado pela DEDETIZADORA TROMBIM LTDA ME, pelos motivos expostos no documento na íntegra.

Forquilha/SC, 14 de novembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### **Lei N° 2206/2013**

LEI N° 2206, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL AO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DIA PARA IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a cessão de uso gratuito de bem imóvel urbano identificado pelo lote 007, da quadra 303, situado na Avenida Paraná, Bairro Jardim das Hortênsias, no Município de Fraiburgo, matriculado sob n. 11.113, no CRI de Fraiburgo, de propriedade do Município de Fraiburgo, para o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, com a finalidade de construção do Centro Dia para Idosos, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, de acordo com a minuta do termo de cessão de uso de bem imóvel, que segue anexa à presente LEI.

Art. 2º. A utilização do imóvel cedido deverá ser única e exclusivamente para construção do Centro Dia para Idosos, sendo que os equipamentos, materiais permanentes recursos humanos necessários ao funcionamento do Centro Dia para Idosos será de responsabilidade do Município de Fraiburgo, observadas as leis, normas, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Art. 3º. O prazo de vigência da cessão de uso do imóvel especificado no artigo 1º será de 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do termo, devendo ser observadas todas as disposições do termo de cessão de uso, cuja minuta segue anexa à presente LEI.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Lei N° 2207/2013**

LEI N° 2207, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a ceder, a título gratuito e precário, imóveis urbanos, com área total de 1.125,00m², constituídos pelos lotes 0018 a 0022, da quadra 548, situados na Rua Amâncio Chelli, no Bairro Roland Mayer, matriculados sob n. 10.985, no CRI de Fraiburgo, de propriedade do Município de Fraiburgo, à ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO - AAV, associação sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob

n. 07.625.350/0001-92, com sede no Município de Fraiburgo, para atendimento de suas finalidades básicas previstas no estatuto em prol da comunidade fraiburguense, especialmente construção de sede própria e escola-clínica para atendimento, avaliação, diagnóstico e reabilitação do autismo e outras deficiências intelectuais, com dispensa de licitação nos termos da Lei federal n. 8.666/93.

§ 1º. A cessionária fluirá plenamente dos imóveis para os fins estabelecidos nesta Lei e no contrato de cessão de uso e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham incidir sobre o imóvel e deverá utilizar o imóvel, única e exclusivamente, para os fins especificados sob pena da extinção da cessão de uso.

§ 2º. É proibida a cessão ou transferência do imóvel objeto da presente cessão de uso a terceiros, ainda que parcialmente, salvo autorização escrita e expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. O prazo da cessão de uso é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante processo administrativo próprio e autorização legislativa específica.

§ 4º. A cessionária deverá iniciar a construção da sede própria e da escola-clínica em um prazo de 1(um) ano, sendo que o descumprimento determinará a reversão da cessão de uso, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

§ 5º. As demais condições da cessão serão as estabelecidas no contrato de cessão de uso.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto N° 0337/2013**

DECRETO N° 0337, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0040, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0040 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Os códigos 3 e 5 deixaram de ser divulgados por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

## EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N° 0040 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

### Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO D**

Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **MÊS DE JANEIRO DE 2014**

#### *CrITÉrios de Desempate*

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	57	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	19
2	63	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	17
3	11	JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA	17
4	31	ANALICE APARECIDA ANGOLERI	17
5	75	LILLIAN CARINA T RIBEIRO DE OLIVEIRA	17
6	45	CLAUDETE ALVES DE LIMA DOS SANTOS	17
7	40	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	17
8	42	NEIVA CUSTODIA DE OLIVEIRA	16
9	56	MARILSE PRIGOL	16
10	1	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ	16
11	55	ANDRESSA MATIAS	16
12	58	LUCI DOS SANTOS	15
13	68	VALEICA CLEIA BAHM DA SILVA	15
14	48	IVETE FATIMA SEGALA PUHL	14
15	78	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ	14
16	32	MARCIA EULINA LUCIANO	14
17	77	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	14
18	24	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA MARTINELLI	14
19	9	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	13
20	26	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	13
21	64	EVANILDE MARIA MONTOANI CONTE	13
22	15	NANDINE DE FÁTIMA GUEDES	13

1º	2º	3º	4º	5º
Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	6	NÃO	31/1/1975
6	5	4	NÃO	22/6/1966
6	5	4	NÃO	15/3/1973
6	5	4	NÃO	24/7/1978
6	5	4	NÃO	13/8/1979
6	5	4	NÃO	31/1/1980
4	5	6	NÃO	22/8/1969
6	5	3	NÃO	14/3/1963
6	5	3	NÃO	18/5/1970
6	5	3	NÃO	30/7/1981
6	5	3	NÃO	10/10/1984
6	5	2	NÃO	9/12/1974
4	5	4	NÃO	27/6/1979
6	5	3	NÃO	21/9/1957
6	2	4	NÃO	4/1/1979
4	5	3	NÃO	5/1/1970
4	5	3	NÃO	15/12/1973
4	5	3	NÃO	6/8/1983
6	5	2	NÃO	25/5/1963
6	5	2	NÃO	12/4/1964
6	5	2	NÃO	10/3/1965
6	5	2	NÃO	19/7/1976

23	7	ANA CLAUDIA RIBEIRO	13
24	43	ELENICE MELLO PHILIPPUS	13
25	86	JACINTA PEREIRA	13
26	50	ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI	13
27	83	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	13
28	25	ANA SCHEILA BUYNO GOMES	13
29	61	MARICLEIA PIROLA	13
30	22	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	12
31	20	VANESSA BRANDT	12
32	52	MAGALI DOS SANTOS ROCHA	11
33	12	IRACI PRATES DE OLIVEIRA MELO	11
34	30	ROSENI DE FATIMA MARCONDES	11
35	33	LUCIANE DA ROSA	10
36	59	ROSALINA MUNIZ	10
37	27	MARLI APARECIDA DA ROSA	10
38	46	MARLENE PEREIRA	10
39	47	ROSANGELA DORNELLES	10
40	5	GRAZIE TE BOGO	10
41	51	NEUSA TERESINHA TREI	9
42	62	ANA LUCIA DE SOUZA VARELA	9
43	2	DELYRIA BENTO DE ANDRADE	9
44	3	CRISTIANE MICHELON	9
45	65	TEREZINHA FERREIRA	9
46	60	IVANA REGINA BELLINCANTA	8
47	18	MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS	8
48	69	ELISETE KERWALD ARCARI	7
49	49	LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS	7
50	53	MARILI APARECIDA DO PRADO	7
51	41	MARILZA BILIK	7
52	82	LUCIANE GERLACH MORAES	7
53	70	DAIANE PIRES DA SILVA	7
54	84	SANDRA NAVROCKI EGGERS	6
55	19	DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA	6
56	73	NILSEIA APARECIDA LEMOS	6
57	38	DEJANIRA MOREIRA	6
58	6	ANA CAROLINI GOMES VANZ	6
59	66	MARIA DE JESUS DE ALMEIDA GOMES	5

6	5	2	NÃO	10/2/1982
6	5	2	NÃO	10/7/1982
6	5	2	NÃO	21/7/1983
4	5	2	NÃO	25/5/1977
4	5	2	NÃO	30/10/1979
4	5	2	NÃO	3/10/1983
4	5	2	NÃO	11/4/1984
6	5	1	NÃO	23/11/1969
6	5	1	NÃO	7/5/1982
4	5	2	NÃO	7/2/1971
4	5	2	NÃO	2/12/1971
4	5	2	NÃO	15/6/1975
6	1	3	NÃO	17/2/1986
4	5	1	NÃO	31/10/1965
4	5	1	NÃO	2/7/1970
4	5	1	NÃO	21/3/1971
4	5	1	NÃO	26/9/1981
4	5	1	NÃO	7/11/1988
4	5	0	NÃO	1/3/1959
4	5	0	NÃO	14/11/1974
4	5	0	NÃO	17/4/1984
4	5	0	NÃO	28/3/1987
4	3	2	NÃO	8/10/1967
4	0	2	NÃO	21/11/1968
0	5	1	NÃO	3/2/1980
4	1	0	NÃO	30/8/1960
0	5	0	NÃO	19/9/1977
0	5	0	NÃO	2/11/1981
0	5	0	NÃO	23/5/1985
0	5	0	NÃO	14/12/1985
0	5	0	NÃO	23/6/1989
4	0	0	NÃO	16/2/1980
0	5	1	NÃO	19/10/1968
0	5	1	NÃO	21/11/1976
0	5	1	NÃO	8/9/1984
0	5	1	NÃO	1/3/1986
0	5	0	NÃO	25/12/1966

60	81	LUCIANA APARECIDA GROB	5
61	74	MARIA SALETE DA SILVA LUCIANO	5
62	79	NEIDE DIAS DA SILVA CORDEIRO	5
63	76	MARLI GONÇALVES DE SOUZA	5
64	13	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	5
65	21	LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA	5
66	14	DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO	5
67	34	JUCÉLIA DAS GRAÇAS RIBEIRO	5
68	67	MARCIA DALLA PICCOLA LEONARDO GAIO	5
69	28	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	5
70	23	ANGELA JULIANA PONTES DOS SANTOS	5
71	54	MARILENE DE FATIMA DO PRADO	5
72	39	PATRICIA FAQUIM	5
73	17	KELLY MORAES ANTUNES	4
74	85	NEIVA VARELA	2
75	16	ADRIANA STOEKLE	0

0	5	0	NÃO	14/2/1970
0	5	0	NÃO	22/4/1975
0	5	0	NÃO	22/5/1975
0	5	0	NÃO	26/10/1976
0	5	0	NÃO	30/5/1977
0	5	0	NÃO	5/10/1979
0	5	0	NÃO	23/7/1981
0	5	0	NÃO	28/7/1983
0	5	0	NÃO	18/5/1984
0	5	0	NÃO	5/10/1984
0	5	0	NÃO	19/3/1988
0	5	0	NÃO	22/2/1989
0	5	0	NÃO	21/2/1991
0	4	0	NÃO	19/2/1989
0	1	1	NÃO	16/5/1972
0	0	0	NÃO	21/12/1987



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0040 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **VI - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO"**

Código: **6** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **LOCALIDADE X DE NOVEMBRO – CEI C**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	44	EDIANE MOLIM	9	4	5	0	NÃO	19/11/1989





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0040 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO"**

Código: **2** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **LOCALIDADE FAXINAL DOS CARVALH**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	29	MARINEZ DA ROSA DE OLIVEIRA	14	4	5	3	NÃO	14/7/1975
2	8	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	7	0	5	2	NÃO	23/11/1985
3	80	FABIANA TELLE	6	0	5	1	NÃO	21/2/1989



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0040 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO"**

Código: **4** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **LOCALIDADE SÃO CRISTÓVÃO**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Pós Grad.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço Área Esp.	Portador Defic.	Data Nascimento
1	71	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	13	6	5	2	NÃO	20/8/1973
2	72	KATIA REGINA DOS SANTOS	8	0	5	1	NÃO	20/7/1973
3	36	LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA	7	0	5	2	NÃO	9/9/1971



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0040 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **PROFESSOR ACT** Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE PROFESSOR EFETIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**  
Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**  
Disciplina: **MÊS DE JANEIRO DE 2014**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
4	MARISTELA MARCONDES SCAIN		Não preenche os pré requisitos do edital. Itens 1.4 a, assim como item 2.9 b.

**Portaria N° 2317/2013**

PORTARIA N° 2.317, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora DANIELA DA SILVA PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 089.803.569-43, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2318/2013**

PORTARIA N° 2.318, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 029.997.749-82, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 18 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2319/2013**

PORTARIA N.º 2.319, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 029.997.749-82, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria N° 2320/2013**

PORTARIA N.º 2.320, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Retifica e Ratifica Portaria n.º 2.296/2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 2.296, de 13 de novembro de 2013, que ampliou a carga horária da servidora JANAINA PITT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.916.759-50, alterando a carga horária ampliada de 33 (trinta e três) para 32 (trinta e duas) horas semanais, no período de 14 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 2.296, de 13 de novembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto N° 0338/2013**

DECRETO N° 0338, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0041, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0041 de 31 de outubro de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Os códigos 3 e 5 deixaram de ser divulgados por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0041 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL “MÊS DE JANEIRO DE 2014”**  
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

***CrITÉrios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	62	KATIA VANESSA MATIAS	13
2	28	TEREZINHA DOS SANTOS	11
3	57	MARIA SERLEI HOLEK FERREIRA	7
4	12	ROSANE MARIA GRAFF LACERDA	7
5	37	SALETE APARECIDA TEDESCO	7
6	42	GISELI DE PROENÇA DA SILVA	7
7	64	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO	6
8	18	MARILENE MOREIRA	5
9	38	ROSELI RIBEIRO DE MELO	5
10	29	MARIZETE DOS SANTOS	5
11	50	JOCIMAR NUNES DA SILVA	5
12	43	MARCIA TEREZINHA HUNING	5
13	56	JANETE ANTUNES BENTA ALVES	4
14	58	GESSI FERREIRA	4
15	63	LEILA DE BASTIANI CONTE	4
16	30	LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ	4
17	3	CELIA APARECIDA CORREA DE SOUZA	4
18	19	TEREZINHA DE OLIVEIRA VIDAL	4
19	22	JAQUELINE HATMANN WALDER	3
20	6	ALINE JISSELA ROSA	3
21	31	NEIDI DOS SANTOS PAGANINI	2
22	5	DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS	2

1°	2°	3°	4°	5°
Tempo Serviço Área Esp.	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
0	8	5	NÃO	5/10/1990
5	4	2	NÃO	7/12/1945
5	2	0	NÃO	2/9/1957
5	2	0	NÃO	29/11/1973
4	2	1	NÃO	8/12/1976
2	0	5	NÃO	2/2/1984
4	2	0	NÃO	23/5/1962
5	0	0	NÃO	23/10/1970
5	0	0	NÃO	21/7/1976
3	2	0	NÃO	6/3/1979
2	2	1	NÃO	4/10/1979
1	0	4	NÃO	10/2/1987
2	2	0	NÃO	16/8/1957
2	2	0	NÃO	25/6/1973
2	2	0	NÃO	11/1/1974
2	2	0	NÃO	21/10/1985
1	2	1	NÃO	10/11/1982
0	0	4	NÃO	11/11/1974
1	2	0	NÃO	11/8/1974
0	2	1	NÃO	8/8/1977
2	0	0	NÃO	20/9/1976
2	0	0	NÃO	15/12/1980

23	25	VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA	2
24	16	ANA LUCIA NUNES DEVALIERI	2
25	44	MARILUCI DE OLIVEIRA	1
26	47	DENILCE RIBEIRO DOS SANTOS	1
27	10	JENENI FATIMA DE JESUS DE LIMA	1
28	60	IRENE SILVA ALVES	0
29	51	EDINA APARECIDA DE OLIVEIRA	0
30	61	TEREZINHA SALETE MARCONDES	0
31	59	VERONICA APARECIDA PEREIRA	0
32	23	GLANE MONTANARI	0
33	13	ANDREIA FERREIRA	0
34	17	JEQUECELE OLIVEIRA DOS SANTOS	0
35	11	ROSANI TOMAS	0
36	20	JAQUELINE DE PROENÇA	0

0	2	0	NÃO	29/9/1964
0	2	0	NÃO	18/11/1973
1	0	0	NÃO	17/7/1981
1	0	0	NÃO	12/8/1981
0	0	1	NÃO	20/10/1975
0	0	0	NÃO	22/11/1960
0	0	0	NÃO	14/9/1974
0	0	0	NÃO	21/12/1975
0	0	0	NÃO	23/1/1976
0	0	0	NÃO	15/8/1978
0	0	0	NÃO	26/6/1980
0	0	0	NÃO	16/8/1987
0	0	0	NÃO	10/6/1990
0	0	0	NÃO	23/2/1992





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0041 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **I - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2014"**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

***CrITÉrios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	CrITÉrios de Desempate				
				1°	2°	3°	4°	5°
				Tempo Serviço Área Esp.	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	34	NOELI PRATES SILVEIRA	18	5	8	5	NÃO	6/9/1959
2	33	MARIA ROSARIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON	10	0	8	2	NÃO	4/9/1974
3	55	SOLANGE BUSSATTO	8	5	2	1	NÃO	29/9/1975
4	35	JUCILENI MONTANARI	8	1	2	5	NÃO	15/9/1973
5	27	ADELIA MARIA DE MATOS FREDERICK	7	5	2	0	NÃO	9/8/1957
6	32	JOSIANE ORTIZ DA SILVA	7	1	4	2	NÃO	14/6/1988
7	65	TEREZINHA THIBES DE SOUZA	6	4	2	0	NÃO	23/10/1956
8	49	ELIDIOMARA DE MORAIS	6	2	2	2	NÃO	5/5/1984
9	21	ADRIANA STOEKLE	5	2	2	1	NÃO	21/12/1987
10	7	ANACI APARECIDA RIBEIRO	5	0	0	5	NÃO	17/7/1973
11	39	LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA	4	3	0	1	NÃO	14/4/1985
12	53	LUCIANA APARECIDA ANDREIS	3	1	2	0	NÃO	28/3/1982
13	40	CILCE LARIETE MELLO CORDEIRO	3	1	2	0	NÃO	29/6/1987
14	54	JANETE DOMINGUES GOMES DA SILVA	2	2	0	0	NÃO	23/9/1970
15	36	JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA	2	2	0	0	NÃO	7/12/1974
16	4	IZALINA SANTOS FIGUEREDO DO AMARAL	2	0	0	2	NÃO	20/8/1967
17	41	MARTA ISABEL DE ANDRADE BORTOLOSO	1	1	0	0	NÃO	15/9/1965
18	8	MARLI CARDOSO PADILHA	1	0	0	1	NÃO	28/8/1975
19	46	JANICE DE FATIMA ZANCANARO	0	0	0	0	NÃO	18/1/1961
20	14	LUCIMARA DE MELLO GOETTEN	0	0	0	0	NÃO	6/7/1979
21	24	ANDREA APARECIDA SAMPAIO	0	0	0	0	NÃO	30/1/1981
22	9	OLIVETE MARILZE FUNK	0	0	0	0	NÃO	23/8/1983

23	52	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	0	0	0	0	NÃO	2/3/1989
----	----	------------------------------------	---	---	---	---	-----	----------



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0041 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2014"**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Tempo Serviço Área Esp.	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	26	ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES	12	0	10	2	NÃO	30/6/1988



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**N° 0041 DE 31 DE OUTUBRO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Auxiliar de Alimentação** Quadro: **III - QUADRO DE INSCRIÇÃO ESPECIAL PARA FÉRIAS DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL "MÊS DE JANEIRO DE 2014"**  
Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

***CrITÉRIOS de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°
				Tempo Serviço Área Esp.	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Portador Defic.	Data Nascimento
1	48	JACIRA DOS SANTOS	9	2	6	1	NÃO	27/9/1977

**Aviso do Pregão Presencial N° 0148 \_2013-PMF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0148/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de serviços gráficos para impressão de cadernos informativos, para distribuição nos Centros de Educação Municipais. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 29.11.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 14 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial N° 0149/2013-PMF Rp 0087**

Aviso do Pregão Presencial nº 0149/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PREGÃO PRESENCIAL N° 0149/2013 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS N° 0087/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para alimentação dos internos do Abrigo "Casa Lar Célio Thibes dos Santos", durante os meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014. Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2013 a fevereiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 03/12/2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 18 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Edital de Notificação N 004/2013 (Escolha Vagas Act)**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 0004/2013

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2014, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0040/2013.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os Professores classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0040/2013, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

**1. DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 - Os Professores classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0040/2013 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas unicamente para o mês de janeiro de 2014:

Data	Horário	Classificação
23/11/2013 (Sábado)	8h	1º a 85º (todos os classificados)

1.2 - A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 - Na data e horário estabelecido no item 1.1 os Professores classificados até a 85º posição (todos os classificados), deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., junto ao Paço Municipal, para efetivação da escolha de vagas unicamente para o mês de janeiro.

1.4 - O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo, sendo que para a função de Professor o contratado será remunerado pelo número de horas semanais efetivamente trabalhadas.

1.4.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária, com a proporcional redução ou ampliação de remuneração.

1.5 - Todas as demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0040/2013 deverão ser observadas.

**2. DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 - Ficam os Professores classificados até a 84º posição (todos os classificados), convocados nos termos do item 4.4, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0040/2013, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.2 - No mesmo prazo estabelecido no item 1.1, ou seja, no dia 23/11/2013 (Sábado) às 8h, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os Professores classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;

II - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto 3/4 recente;
- Carteira Profissional (fls. Identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Diploma de formação escolar;
- Conta bancária (BRADESCO);
- Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança).

2.3 - O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega

dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de PROFESSOR ACT ao qual foi convocado implicará renúncia explícita.

2.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2013.

ELIONETE FRANCESCOTTO KONKOL

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

### **Editais de Notificação N 005/2013 (Escolha Vagas Act Asg e Aan)**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 0005/2013

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2014, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0041/2013.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos os Agentes de Serviços Gerais e Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0041/2013, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### **1. DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 - Os Agentes de Serviços Gerais e Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0041/2013 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas unicamente para o mês de janeiro de 2014:

Data	Horário	Função e Classificação
25/11/2013 (Segunda-feira)	8h	Agentes de Serviços Gerais - do 1º ao 32º colocados
26/11/2013 (terça-feira)	8h	Auxiliar e Alimentação e Nutrição - do 1º ao 23º colocados

1.2 - A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 - Na data e horário estabelecido no item 1.1 os Agentes de Serviços Gerais classificados até a posição 32 e os Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados até a 23ª posição, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., junto ao Paço Municipal, para efetivação da escolha de vagas unicamente para o mês de janeiro.

1.4 - O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 40 horas semanais.

1.4.1 O interesse público poderá determinar a ampliação ou redução de carga horária, com a proporcional redução ou ampliação de remuneração.

1.5 - Todas as demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0041/2013 deverão ser observadas.

#### **2. DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO**

2.1 - Ficam os Agentes de Serviços Gerais classificados até a posição 32 e os Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados até a 23ª posição, convocados nos termos do item 4.4, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0041/2013, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.2 - No mesmo prazo estabelecido no item 1.1, ou seja, no dia 23/11/2013 (sábado) às 8h, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os Agentes de Serviços Gerais e Auxiliares de Alimentação e Nutrição classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;

II - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto 3/4 recente;
- b) Carteira Profissional (fls. Identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de Saúde.

2.3 - O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS OU AUXILIARES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará renúncia explícita.

2.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2013.

ELIONETE FRANCESCOTTO KONKOL

Secretária de Educação, Cultura e Esportes



# Garopaba

## PREFEITURA

### Portaria N.º 905/2013

PORTARIA N.º 905, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES, matrícula funcional n.º 3691, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de novembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/11/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

### Portaria N.º 906/2013

PORTARIA N.º 906, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) ANDRÉA MARIA DE ARAUJO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), de APROVAR o (a) servidor (a) ANDRÉA MARIA DE ARAUJO, matrícula funcional n.º 3690, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de novembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/11/2013, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

### Ata de Distribuição de Processos - Jarf

PRESIDÊNCIA

Distribuição

Ata da Primeira Distribuição realizada em 14 de novembro de 2013. Foram distribuídos os seguintes feitos, de forma alternada:

RECURSO ORDINÁRIO 10260024152013

Relator: FABIO DE SOUZA

Recorrente: Leonardo Domingos Ribeiro EPP

Procurador: Fernando G. Morschbacher (OAB/SC 20.275-A)

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida)

Procurador: Marcelo Süppi (OAB/SC 17993)

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270068512013

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Recorrente: Julgador de Primeira Instância

Participantes: PEDRA DO REI TURISMO LTDA - ME (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270068522013

Relator: LUIZ PAULO KNISS

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.

Participantes: CLAUDEMIRA DA SILVA (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270069482013

Relator: FABIO DE SOUZA

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.

Participantes: BT TELECOMUNICAÇÕES LTDA (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270069482013

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.

Participantes: BERNADETE VENZON (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270069492013

Relator: LUIZ PAULO KNISS

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.

Participantes: SIDNEI GONÇALVES (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270069512013

Relator: FABIO DE SOUZA

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.

Participantes: MORADA DO SOL APART HOTEL LTDA (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

RECURSO ORDINÁRIO/REEXAME NECESSÁRIO 10270069502013

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Recorrente: Julgador de Primeira Instância.

Participantes: BERNADETE MARIA DA SILVA LOPES - ME (Requerente)

Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

MEMBRO	DISTR	REDISTR	TOTAL
FABIO DE SOUZA	3	-	3
JEAN NASCIMENTO PACHECO	3	-	3
LUIZ PAULO KNISS	2	-	2
TOTAL	8	-	8

Nada mais havendo, foi encerrada a presente ata de distribuição.

Garopaba, 14 de novembro de 2013

EMANUELE BARCELLOS CANDIDO

Secretária-Geral

# Garuva

## PREFEITURA

### Lei N° 1745/2013

LEI N° 1745, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a criação da Banda Municipal de Garuva e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica criada a Banda Municipal de Garuva, pertencente à Prefeitura Municipal, através de Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º - Fica a Banda de Municipal de que trata esta lei subordinada diretamente à Secretaria Cultura, Esporte e Turismo.

Parágrafo Único - A Banda Municipal de Garuva será dirigida por um servidor designado para este fim e poderá, quando necessário, contar com o apoio de outros profissionais qualificados.

#### CAPÍTULO II DA MISSÃO E VALOR

Art. 3º - A missão da Banda Municipal de Garuva é a integração municipal com a população, disseminando a cultura, incentivando a prática musical junto à comunidade, além de preservar uma tradição quase extinta de banda, pilar da cultura musical brasileira.

Art. 4º - A Banda Municipal tem como valor o respeito ao cidadão e sua diversidade, com ética, transparência e comprometimento, buscando a excelência e a generosidade, promovendo o conhecimento livre e a colaboração, para inclusão social dos cidadãos, através da música.

#### CAPÍTULO III DO OBJETIVO E ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - A Banda Municipal de Garuva tem por objetivo:

- I. Promover e desenvolver a cultura e a tradição musical;
- II. Proporcionar a recreação através da música e abrigar festividades cívicas e religiosas dentre outras;
- III. Ensinar, difundir e preservar a música mediante apresentações públicas por ocasião de festividades cívicas do município;
- IV. Oferecer oportunidade de formação musical a crianças, jovens e adultos do município;
- V. Buscar e acolher adolescentes e jovens que gostam e se interessam pela música, incentivá-los a se ingressarem nos estudos de teoria e prática musical;
- VI. Promover conhecimentos, lazer e entretenimento através da música, como meio de desenvolvimento cultural e artístico;
- VII. Incentivar a formação de novos músicos municipais, como meio de continuidade de suas ações de apoio à defesa social.

Art. 6º - São atribuições da Banda Municipal:

- I. Executar números musicais em atos solenes oficiais do município;
- II. Promover sessões musicais em comunidades do município;
- III. Desenvolver e participar de ações, programas ou projetos de prevenção à violência, que visem despertar, preservar ou resgatar o sentimento da vida em comunidade e de cidadania, em especial de jovens e adolescentes envolvidos em situação de

vulnerabilidade social; e

IV. Elaborar e organizar um repertório variado e eclético para as apresentações da Banda, de maneira a compreender hinos, músicas populares, eruditas, regionais e oriundas da cultura garuvense.

#### CAPÍTULO IV DO INGRESSO NA BANDA

Art. 7º - Os interessados em participar da Banda Municipal de Garuva deverão obrigatoriamente:

- I. Comprovar residir no Município de Garuva;
  - II. Ter sua documentação pessoal em ordem;
  - III. Estar matriculado regularmente na rede de ensino, caso esteja em idade escolar.
  - IV. Agir com ética e respeito ao município e aos integrantes da Banda Municipal;
- Parágrafo Único - Poderão participar da Banda Municipal crianças, jovens e adultos, independentemente da idade.

#### CAPÍTULO V DA COMPOSIÇÃO

Art. 8º - A Banda Municipal será composta de tantos elementos quantos consiga arrematar.

Art. 9º - A Diretoria da Banda será composta por um Presidente de honra que será sempre o Chefe do Poder Executivo e mais quatro membros:

- I. Presidente;
- II. Vice-Presidente;
- III. Secretário; e
- IV. Tesoureiro

Parágrafo Único - As funções citadas nos incisos II, III e IV acima, serão eleitas bienalmente em Assembleia Geral, convocada para tal fim e referendadas pelo Chefe do Poder Executivo, a serem publicados através de Decreto de nomeação, estando estes exercendo um serviço relevante prestado à comunidade sem qualquer vencimento ou remuneração.

#### CAPÍTULO VI DA RECEITA e DESPESA

Art. 10 - A receita da Banda Municipal de Garuva será constituída por:

- I. Contribuições;
- II. Auxílios, legados e doações;
- III. Subvenções oficiais;
- IV. Contribuições particulares;
- V. Qualquer outra renda cultural;
- VI. Recursos próprios.

Art. 11 - A despesa da Banda Municipal de Garuva será constituída pelo que se fizer necessário:

- I. A aquisição de material de expediente e de tesouraria;
- II. A feitura de partituras, aula aos aprendizes, aquisição de equipamentos, estandes, uniformes e cursos dentre outras similares;
- III. Ao pagamento de despesas extraordinárias, autorizadas pela Diretoria da mesma ou em Assembleia Geral.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - A Banda Municipal poderá se apresentar fora do município mediante autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13 - O Poder Executivo Municipal deverá estabelecer, em regulamento próprio, a estrutura e o funcionamento da Banda Municipal de Garuva, através de Decreto, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta lei.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adequar seu orçamento para contemplar ações para implementação da

Banda Municipal.

Art. 15 - As despesas correntes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Decreto N° 259/2013

DECRETO MUNICIPAL N° 259 de 14 de novembro de 2013.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N° 1743, de 14 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

03.001.002.062.1001.2006	Manut. e investimentos da Procuradoria Geral	3390	03.00.00	R\$	31.000,00
--------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.001.004.122.1003.2005	Contribuição à entidades e associações	3350	03.00.00	R\$	31.000,00
--------------------------	--	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Decreto N° 260/2013

DECRETO MUNICIPAL N° 260 de 14 de novembro de 2013.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N° 1744, de 14 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais), no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

17.001.016.482.1033.2086	Manut. do Fundo Munic. de Habitação	3390	10000	R\$	32.000,00
--------------------------	-------------------------------------	------	-------	-----	-----------

Art. 2o - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da

seguinte dotação orçamentária:

17.001.016.482.1033.2086	Manut. do Fundo Munic. de Habitação	4490	10000	R\$	32.000,00
--------------------------	-------------------------------------	------	-------	-----	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Portaria N° 585/2013

PORTARIA N° 585, de 18 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS, DA SERVIDORA LENITA LUBAWSKI."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR 001/98;

RESOLVE:

ART. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos envolvendo a servidora pública municipal "LENITA LUBAWSKI."

ART. 2o. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a comissão apresentar relatório com parecer, indicando as medidas cabíveis à luz do Estatuto do Servidor.

ART. 3o. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### Ata de Registro de Preços PMG N° 046/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMG N° 003/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, senhor José Carlos Schutz, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório n.º 046/2013, Pregão Presencial, homologado em 06/11/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes nos termos das Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos Municipais n° 70/2006 e n° 09/2009, observadas as condições do Edital que rege a Licitação, aquelas enunciadas abaixo e nos lotes que se seguem:

4500.4 - PATRICIA KLUCK DE ARAUJO - EPP						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00001	200	unidade	0,5000	100,00	MEN. PREÇO	01-DISMA
ABRACADEIRA 13 A 19 MM						
00002	1.000	unidade	0,0300	30,00	MEN. PREÇO	01-DISMA
ABRACADEIRA NYLON 100 X 2.5						
00003	1.000	unidade	0,0600	60,00	MEN. PREÇO	01-DISMA
ABRACADEIRA NYLON 140 X 3.6						
00006	10	LATA	6,0000	60,00	MEN. PREÇO	01-VICO-BRAS
ACIDO MURIATICO C/LATA C/1 LITRO						

00007	15	unidade	2,9000	43,50	MEN. PREÇO	01-AFLIX
ADESIVO SILICONE						
00008	15	unidade	5,5000	82,50	MEN. PREÇO	01-AFLIX
ANEL VEDACAO P/ BACIA SANITARIA						
00012	60	KG	8,0000	480,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
ARAME GALVANIZADO FIO Nº12						
00013	60	KG	8,6000	516,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
ARAME GALVANIZADO Nº 14						
00014	60	KG	8,9000	534,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
ARAME GALVANIZADO Nº16						
00015	60	KG	9,9000	594,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
ARAME GALVANIZADO Nº 18						
00016	60	KG	9,9000	594,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
ARAME LISO GALVANIZADO Nº. 18						
00022	5	unidade	130,0000	650,00	MEN. PREÇO	01-ETER-NIT
BACIA P/ CX ACOPLAD BRANCO						
00024	10	unidade	3,8000	38,00	MEN. PREÇO	01-FLEX
BALDE PRETO (DE PEDREIRO)						
00026	4	unidade	3,1000	12,40	MEN. PREÇO	01-ROMA
BANDEJA PLASTICA PARA PINTURA, 23 CM						
00028	12	unidade	1,1000	13,20	MEN. PREÇO	01-ALUMA-SA
BOLSA P/ FIXAR BACIA SANITARIA						
00042	2.200	unidade	0,0300	66,00	MEN. PREÇO	01-IV PLAST
BUCHA PLASTICA 10						
00043	200	unidade	0,0500	10,00	MEN. PREÇO	01-IV PLAST
BUCHA PLASTICA 12						
00049	40	unidade	0,9500	38,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
BUCHA DE REDUCAO DE 50MM X 40MM SOLDAVEL PARA ESGOTO						
00060	1	unidade	410,0000	410,00	MEN. PREÇO	01-FORT LEVE
CAIXA D AGUA 2000 LT						
00061	1	unidade	660,0000	660,00	MEN. PREÇO	01-FORT LEVE
CAIXA D AGUA 3000 LT						
00069	430	SACA	6,5000	2.795,00	MEN. PREÇO	01-SEREIA
CAL VIRGEM SACA DE 20KG						
00070	100	EMBALA-GEM	2,3000	230,00	MEN. PREÇO	01-MANTAC
CANALETA DUPLA COMUM						
00085	10	SACA	5,7000	57,00	MEN. PREÇO	01-QUART-ZOLIT
CIMENTO COLA ACI 20 KG						
00086	680	SACA	22,5000	15.300,00	MEN. PREÇO	01-VOTO-RAM
CIMENTO SACO C/ 50 KG						
00096	10	unidade	40,0000	400,00	MEN. PREÇO	01-ORE-GON
CORRENTE PARA MOTOSERRA 30 DENTES						
00098	5	unidade	105,0000	525,00	MEN. PREÇO	01-ETER-NIT
CX ACOPLADA LOUCA						
00106	50	unidade	2,8000	140,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
ENGATE FLEXIVEL DE 50CM						
00108	30	unidade	2,5000	75,00	MEN. PREÇO	01-MAX FERRAMEN-TAS
ESCOVA DE ACO C/CABO PLASTICO						
00110	5	SACA	2,5000	12,50	MEN. PREÇO	01-SANDA-LO
ESPACADOR 5MM P/ PISO E AZUL SC C/ 100 UND						
00113	50	unidade	1,5000	75,00	MEN. PREÇO	01-KRONA

ESPUDE INTERNO						
00114	40	unidade	1,5000	60,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
ESPUDE EXTERNO						
00127	1	unidade	58,0000	58,00	MEN. PREÇO	01-HERIN-GER
FERTILIZANTE 10 10 10 SACA DE 50 KG						
00141	10	GALAO	19,5000	195,00	MEN. PREÇO	01-MAXI-CRON
FUNDO BRANCO 3,6 LT						
00142	100	unidade	1,3000	130,00	MEN. PREÇO	01-
GOIVA LISA DE BARRO						
00144	3	LATA	70,0000	210,00	MEN. PREÇO	01-OTTO BAUNGART
IMPERMEABILIZANTE PARA REBOCO, ARGAMASSA, CONCRETO 18 LITROS						
00148	70	unidade	2,1000	147,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
JOELHO PVC 75 900.						
00152	20	unidade	1,4500	29,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
JOELHO SOLDAVEL 50MM						
00155	200	unidade	3,9000	780,00	MEN. PREÇO	01-G-LIGHT
LAMPADA FLUORESCENTE 20W						
00163	3	unidade	4,5000	13,50	MEN. PREÇO	01-NI-CHOLSON
LIMA PARA AFIAR CORRENTE DE MOTOSERRA						
00165	30	unidade	1,6000	48,00	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA DE FERRO GR 100						
00166	30	unidade	1,6000	48,00	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA FERRO 120						
00167	30	unidade	1,6000	48,00	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA FERRO 150						
00168	30	unidade	1,6000	48,00	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA FERRO 180						
00169	30	unidade	2,2000	66,00	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA FERRO 200						
00174	40	unidade	0,4900	19,60	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA MASSA 100						
00175	30	unidade	0,4500	13,50	MEN. PREÇO	01-CARBO-RUNDUM
LIXA MASSA 120						
00179	3	unidade	38,0000	114,00	MEN. PREÇO	01-DISMA
LONA POLIESTER AMARELA 4X4 M						
00188	300	METROS	0,6500	195,00	MEN. PREÇO	01-BOSS
MANGUEIRA PRETA ¾						
00189	300	METROS	2,7000	810,00	MEN. PREÇO	01-BOSS
MANGUEIRA PRETA 1.1/2						
00190	300	METROS	0,9900	297,00	MEN. PREÇO	01-BOSS
MANGUEIRA PRETA 1						
00191	300	METROS	4,2000	1.260,00	MEN. PREÇO	01-BOSS
MANGUEIRA PRETA 2						
00194	100	ML	6,3000	630,00	MEN. PREÇO	01-OBERT
MANTA BIDIM						
00195	50	METROS	3,5000	175,00	MEN. PREÇO	01-SELA-DIN
MANTA COLANTE P/ TELHA TIPO ETERNIT						
00196	5	unidade	15,3000	76,50	MEN. PREÇO	01-MON-FORT
MARRETA COM CABO DE MADEIRA DE 1 KG						
00197	5	unidade	30,0000	150,00	MEN. PREÇO	01-MON-FORT



MARRETA COM CABO DE MADEIRA DE 2,5 KG						
00202	1	LATA	14,9000	14,90	MEN. PREÇO	01-MAXI-CRON
MASSA CORRIDA GALAO DE 15 KG						
00204	3	unidade	10,0000	30,00	MEN. PREÇO	01-MON-FORT
NIVEL 50 CM						
00205	5	unidade	14,0000	70,00	MEN. PREÇO	01-MAX FERRAMENTAS
NIVEL DE ALUMINIO Nº 14 P/ PEDREIRO						
00207	30	unidade	0,3800	11,40	MEN. PREÇO	01-KRONA
NIPEL 20 (PLASTICO)						
00208	60	unidade	7,3000	438,00	MEN. PREÇO	01-IPIRANGA
OLEO 2 TEMPOS PARA MOTOSERRA E ROCADEIRA EMBALAGEM C/500 ML						
00209	5	unidade	4,5000	22,50	MEN. PREÇO	01-PROTEG LUB
OLEO DESINGRIPANTE PARA FERRUGEM						
00210	30	unidade	13,9000	417,00	MEN. PREÇO	01-PAN-DOLFO
PA AJUNTADEIRAS COM BICO E CABO DE MADEIRA						
00211	30	unidade	13,5000	405,00	MEN. PREÇO	01-PAN-DOLFO
PA CORTADEIRA QUADRADA C/CABO DE MADEIRA						
00221	15	unidade	2,5000	37,50	MEN. PREÇO	01-FAME
PINO MACHO						
00222	15	unidade	2,1000	31,50	MEN. PREÇO	01-FAME
PINO FEMEA						
00229	20	unidade	65,0000	1.300,00	MEN. PREÇO	01-MADE-CEL
PORTA LISA MADEIRA 0,60 X 2,10						
00230	25	KG	9,6000	240,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
PREGO 12x12						
00231	85	KG	7,4000	629,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
PREGO 16X24						
00232	115	KG	7,4000	851,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
PREGO 17X27						
00233	150	KG	7,0000	1.050,00	MEN. PREÇO	01-GERDAU
PREGO 20 X 42						
00236	20	unidade	9,5000	190,00	MEN. PREÇO	01-SCHNEIDER
RASTELO 14 DENTES COM CABO						
00237	6	unidade	8,5000	51,00	MEN. PREÇO	01-SCHNEIDER
RASTELO GARFO DE FERRO, COM CABO 30 CM, COM NO MINIMO 12 DENTES						
00238	4	unidade	10,0000	40,00	MEN. PREÇO	01-SCHNEIDER
RASTELO GARFO DE FERRO, COM CABO 50 CM, COM NO MINIMO 12 DENTES						
00239	50	unidade	13,0000	650,00	MEN. PREÇO	01-QUALI-FIX
REATOR P/ LAMPADA 2X40						
00240	30	unidade	11,9000	357,00	MEN. PREÇO	01-QUALI-FIX
REATOR P/ LAMPADA 1X40						
00241	30	unidade	15,9300	477,90	MEN. PREÇO	01-QUALI-FIX
REATOR P/ LAMPADA 2X20						
00242	20	unidade	12,5000	250,00	MEN. PREÇO	01-QUALI-FIX
REATOR P/ LAMPADA 1X20						
00243	500	unidade	0,0400	20,00	MEN. PREÇO	01-DISMA

REBITE 4.0X12						
00249	10	unidade	2,4000	24,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
ROLO ESPUMA 4 CM						
00260	60	unidade	4,5000	270,00	MEN. PREÇO	01-PLASTU-NING
SIFAO SANFONADO 60CM						
00261	200	unidade	0,6900	138,00	MEN. PREÇO	01-FOXLUX
START P/ FLUORESCENTE						
00262	30	unidade	2,6000	78,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
SUPORTE P/ROLO 23 CM						
00268	100	unidade	0,3500	35,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
TE 90° 25MM SOLDAVEL						
00274	40	unidade	4,8000	192,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
TE PVC 100MM						
00277	100	unidade	17,2000	1.720,00	MEN. PREÇO	01-ETER-NIT
TELHA DE AMIANTO 05MM OLINDA						
00278	100	unidade	26,9000	2.690,00	MEN. PREÇO	01-MULTI-LIT
TELHA 6MM 1,53 X 1,10						
00279	200	unidade	31,0000	6.200,00	MEN. PREÇO	01-MULTI-LIT
TELHA 6MM 1,83 X 1,10						
00280	200	unidade	35,0000	7.000,00	MEN. PREÇO	01-MULTI-LIT
TELHA 6MM 2,13 X 1,10						
00281	500	unidade	9,0000	4.500,00	MEN. PREÇO	01-ETER-NIT
TELHA DE FIBROCIMENTO 4 MM- 50X240						
00289	10	unidade	5,0000	50,00	MEN. PREÇO	01-CERRO BRANCO
TINTA EM PO 2 KG						
00293	10	GALAO	36,5000	365,00	MEN. PREÇO	01-MAXI-CRON
TINTA OLEO 3,6 LT CM						
00296	50	unidade	1,6000	80,00	MEN. PREÇO	01-DURIN
TORNEIRA JARDIM PLASTICA 3/4						
00298	50	unidade	24,5000	1.225,00	MEN. PREÇO	01-C/6MT
TRELICA TG12						
00305	65	unidade	12,0000	780,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
TUBO PVC DIAM. 40 MM BARRA C/6 METROS						
00309	25	EMBALAGEM	6,8000	170,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
TUBO SOLDAVEL 020 MM						
00315	10	unidade	8,5000	85,00	MEN. PREÇO	01-PIANOX
VALVULA METALICA P/ PIA 3.1/2						
00316	30	unidade	1,5000	45,00	MEN. PREÇO	01-KRONA
VALVULA PLASTICO P/ LAVATORIO						
Total: 63.452,90 (SESSENTA E TRES MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS )						

14482.7 - BRIFORT COMERCIO DE AREIA E PEDRA LTDA						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00029	290	M3	44,9000	13.021,00	MEN. PREÇO	01-BRITA Nº 01
Total: 13.021,00 (TREZE MIL E VINTE E HUM REAIS )						

15289.7 - LIDERANÇA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00009	80	LATA	6,2000	496,00	MEN. PREÇO	01-GOOL
AGUARRAS, DILUENTE PARA TINTAS A OLEO E ESMALTE SINTETICO, EMBALAGEM PLASTICA DE 500ML						
00010	8	unidade	10,0000	80,00	MEN. PREÇO	01-NOVE 54

ALICATE 8						
00011	40	HORA	212,0000	8.480,00	MEN. PREÇO	01-MOR-LAN
ARAME FARPADO EM ACO GALVANIZADO - ROLO C/500 METROS						
00021	10	unida-de	16,0000	160,00	MEN. PREÇO	01-META-SUL
ASSENTO SANITARIO INFANTIL						
00023	20	unida-de	58,0000	1.160,00	MEN. PREÇO	01-FIORI
BACIA SANITARIA, CERAMICA, PADRAO POPULAR						
00025	20	unida-de	8,5000	170,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
BANDEJA PARA PINTURA KIT 815						
00027	50	unida-de	2,1000	105,00	MEN. PREÇO	01-KIS-TER
BOCAL P/ LAMPADA						
00052	300	ME-TROS	0,6700	201,00	MEN. PREÇO	01-CATSE
CABO DE REDE						
00054	24	unida-de	7,4000	177,60	MEN. PREÇO	01-TREA-GL
CADEADO 25 MM						
00055	16	unida-de	8,5000	136,00	MEN. PREÇO	01-TREA-GL
CADEADO 30 MM						
00056	16	unida-de	13,0000	208,00	MEN. PREÇO	01-TREA-GL
CADEADO 40 MM						
00057	10	unida-de	17,0000	170,00	MEN. PREÇO	01-TREA-GL
CADEADO 50MM						
00059	7	unida-de	199,0000	1.393,00	MEN. PREÇO	01-BAKOF
CAIXA D AGUA 1000 LT						
00062	1	unida-de	79,0000	79,00	MEN. PREÇO	01-BAKOF
CAIXA D AGUA 310 LT						
00063	7	unida-de	114,0000	798,00	MEN. PREÇO	01-BAKOF
CAIXA D AGUA 500 LT						
00065	50	unida-de	14,9000	745,00	MEN. PREÇO	01-META-SUL
CAIXA DE DESCARGA						
00066	30	unida-de	2,0000	60,00	MEN. PREÇO	01-META-SUL
CAIXA SOBREPOR 4X2						
00068	400	SACA	5,9000	2.360,00	MEN. PREÇO	01-CONS-TRUCAL-CE
CAL HIDRATADA SACA 20 KG						
00078	18	unida-de	65,0000	1.170,00	MEN. PREÇO	01-ECO-FER
CARRINHO DE MAO DE LATAO C/RODA PNEU						
00087	20	unida-de	6,6000	132,00	MEN. PREÇO	01-AFIX
COLA ADESIVA PVC C/ PINCEL 175GR						
00089	6	unida-de	7,8000	46,80	MEN. PREÇO	01-MIS-TER
COLHER DE PEDREIRO NO. 9						
00090	250	ME-TROS	0,8000	200,00	MEN. PREÇO	01-ITA-CORDA
CORDA SEDA 10 MM						
00091	250	ME-TROS	1,0000	250,00	MEN. PREÇO	01-ITA-CORDA
CORDA SEDA 12 MM						

00092	250	ME-TROS	0,5000	125,00	MEN. PREÇO	01-ITA-CORDA
CORDA SEDA 6 MM						
00097	1	unida-de	235,0000	235,00	MEN. PREÇO	01-GAR-THEN
CORTADOR DE GRAMA ELETRICO, COM CABO ALONGADOR, FIO DE NYLON, POTENCIA MINIMA DE 1000 WATS, 220 W						
00099	10	unida-de	13,5000	135,00	MEN. PREÇO	01-ECDER
DISCO PARA CORTE DE MARMORE (SERRA MULTI CORTE)						
00100	10	unida-de	33,0000	330,00	MEN. PREÇO	01-DISMA
DISCO GRANDE PARASERRA DE MULTICORTE 440X330						
00101	5	unida-de	14,0000	70,00	MEN. PREÇO	01-MONA-LIZA
DISCO SERRA PEQUENA PARA MADEIRA						
00103	50	unida-de	1,5000	75,00	MEN. PREÇO	01-FERKA
DOBRADICA DE PORTA						
00104	50	unida-de	0,3000	15,00	MEN. PREÇO	01-MAN-TAC
EMENDA P/ MANGUEIRA DE 1/2						
00105	30	unida-de	0,4000	12,00	MEN. PREÇO	01-MAN-TAC
EMENDA P/ MANGUEIRA DE 3/4						
00107	30	unida-de	13,0000	390,00	MEN. PREÇO	01-PAN-DOLFO
ENXADA C/20 CM C/CABO						
00109	10	LATA	41,0000	410,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
ESMALTE SECAGEM RAPIDA 3,6 LT						
00115	20	unida-de	13,9000	278,00	MEN. PREÇO	01-MIS-TER
ESPUMA EXPANSIVA P/ FIXAR CAIXILHO						
00116	3	unida-de	13,4000	40,20	MEN. PREÇO	01-NA-CIONAL
ESQUADRO PARA VIGAMENTO 50 CM						
00117	5	unida-de	19,0000	95,00	MEN. PREÇO	01-NA-CIONAL
EXTENCAO ELETRICA DE 10 MTS						
00118	2	unida-de	25,3000	50,60	MEN. PREÇO	01-NA-CIONAL
EXTENCAO ELETRICA DE 30 MTS						
00120	70	unida-de	16,0000	1.120,00	MEN. PREÇO	01-ECO-FER
FACA PARA ROCADEIRA 2 PONTAS 305X25,4 MM 2,0 MM (COMPRIMENTO : 305MM; DIAMETRO FURO: 25,4MM (1 ) E - ESPESSURA: 2,0MM						
00121	50	unida-de	22,9000	1.145,00	MEN. PREÇO	01-SO-PRANO
FECHADURA PORTA EXTERNA						
00122	40	unida-de	18,0000	720,00	MEN. PREÇO	01-SO-PRANO
FECHADURA DE PORTA P/ BANHEIRO						
00123	130	BAR-RAS	45,0000	5.850,00	MEN. PREÇO	01-IDC
FERRO CA 50 12 MM BARRA C/12 METROS						
00124	130	BAR-RAS	19,0000	2.470,00	MEN. PREÇO	01-IDC
FERRO CA 50 8 MM BARRA C/12 METROS						
00125	130	BAR-RAS	28,0000	3.640,00	MEN. PREÇO	01-IDC
FERRO CA 50 10 MM - BARRA C/12 METROS						
00126	210	BAR-RAS	5,7000	1.197,00	MEN. PREÇO	01-IDC
FERRO CA 60 4,2 MM BARRA C/12 METROS						



00128	2.000	ME-TROS	0,5000	1.000,00	MEN. PREÇO	01-ECOFER
FIO DE NYLON PARA ROCADEIRA						
00129	400	ME-TROS	0,7500	300,00	MEN. PREÇO	01-NEXTRON
FIO FLEXIVEL 2,5MM PRETO						
00130	400	ME-TROS	0,8000	320,00	MEN. PREÇO	01-NEXTRON
FIO FLEXIVEL 2,5MM AZUL						
00131	300	ME-TROS	1,2000	360,00	MEN. PREÇO	01-NEXTRON
FIO FLEXIVEL 4,00MM PRETO						
00132	300	ME-TROS	1,2000	360,00	MEN. PREÇO	01-NEXTRON
FIO FLEXIVEL 4,00MM AZUL						
00133	200	ME-TROS	1,8000	360,00	MEN. PREÇO	01-NEXTRON
FIO FLEXIVEL 6,00MM PRETO						
00134	200	ME-TROS	1,8000	360,00	MEN. PREÇO	01-NEXTRON
FIO FLEXIVEL 6,00MM AZUL						
00156	350	unidade	3,4900	1.221,50	MEN. PREÇO	01-MAN-PLEX
LAMPADA FLUORESCENTE 40W						
00157	110	unidade	7,9500	874,50	MEN. PREÇO	01-EMPA-LUX
LAMPADAS ECONOMICAS 25 WATTS						
00158	50	unidade	8,0000	400,00	MEN. PREÇO	01-EMPA-LUX
LAMPADA PL 20W						
00159	2	unidade	14,3000	28,60	MEN. PREÇO	01-MONALIZA
LANTERNA P/ CAMPING						
00160	4	unidade	15,0000	60,00	MEN. PREÇO	01-MONALIZA
LANTERNA COM BATERIA RECARREGAVEL						
00162	6	unidade	10,9000	65,40	MEN. PREÇO	01-MONALIZA
LIMA CHATA 8 COM CABO						
00164	4	HORA	5,2000	20,80	MEN. PREÇO	01-TREVO
LINHA DE NYLON 080						
00170	30	unidade	2,0000	60,00	MEN. PREÇO	01-CARBORUNDUM
LIXA FERRO 40						
00172	30	unidade	1,5700	47,10	MEN. PREÇO	01-CARBORUNDUM
LIXA FERRO 80						
00173	30	unidade	0,6000	18,00	MEN. PREÇO	01-CARBORUNDUM
LIXA MADEIRA 080						
00176	40	unidade	0,4000	16,00	MEN. PREÇO	01-CARBORUNDUM
LIXA MASSA 150						
00177	30	unidade	0,7000	21,00	MEN. PREÇO	01-CARBORUNDUM
LIXA MASSA 60						
00178	30	unidade	0,5000	15,00	MEN. PREÇO	01-CARBORUNDUM
LIXA MASSA 80						

00180	400	ML	2,1500	860,00	MEN. PREÇO	01-IONAX
LONA PRETA 6X100 C/ 9 MICRAS						
00192	200	ME-TROS	0,6700	134,00	MEN. PREÇO	01-PLAS-BON
MANGUEIRA PLASTICA 3/4 X2						
00193	200	ME-TROS	0,4400	88,00	MEN. PREÇO	01-PLAS-BON
MANGUEIRA PLASTICA 1/2 X1,5						
00200	4	GALAO	59,0000	236,00	MEN. PREÇO	01-TINI-SUL
MASSA ACRILICA 18 LT						
00201	3	GALAO	11,3000	33,90	MEN. PREÇO	01-TINI-SUL
MASSA ACRILICA 3,6 LT						
00206	30	unidade	0,4000	12,00	MEN. PREÇO	01-EN-BRATUBO
NIPEL 25						
00212	1	unidade	190,0000	190,00	MEN. PREÇO	01-STIL
PARAFUSADEIRA 12V BIVOLT						
00217	8	unidade	30,0000	240,00	MEN. PREÇO	01-PAN-DOLFO
PICARETA COM CABO						
00218	10	unidade	3,4000	34,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
PINCEL 3 CERDA SINTETICA						
00223	100	M2.	1,3500	135,00	MEN. PREÇO	01-IONAX
PLASTICO PRETO 4M LARGURA						
00225	15	unidade	100,0000	1.500,00	MEN. PREÇO	01-ROSSI
PORTA ALMOFADADA 0,80X2,10						
00226	10	unidade	100,0000	1.000,00	MEN. PREÇO	01-ROSSI
PORTA ALMOFADADA MADEIRA 0,70 X 2,10						
00227	15	unidade	58,0000	870,00	MEN. PREÇO	01-EMA
PORTA LISA MADEIRA 0,80 X 2,10						
00228	20	KG	70,0000	1.400,00	MEN. PREÇO	01-EMA
PORTA LISA MADEIRA 0,70 X 2,10						
00234	15	KG	6,5000	97,50	MEN. PREÇO	01-TX
PREGO 18X36						
00235	30	PCTE.	5,0000	150,00	MEN. PREÇO	01-TX
PREGO DE TELHEIRO 18x36 - PCTE. C/500 G.						
00245	15	unidade	44,0000	660,00	MEN. PREÇO	01-CENSI
REPARO DE CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA						
00246	5	unidade	14,0000	70,00	MEN. PREÇO	01-PERO-VINHA
RODO ALUMINIO GRANDE						
00251	4	unidade	5,9000	23,60	MEN. PREÇO	01-ROMA
ROLO DE LA SINTETICA ANTI RESPINGO, COM SUPORTE 23 CM						
00252	4	unidade	6,0000	24,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
ROLO DE LA SINTETICA ANTI RESPINGO, SEM SUPORTE 23 CM						
00253	30	unidade	60,0000	1.800,00	MEN. PREÇO	01-KP
SACO DE LIXO C/150 LITROS C/9 MICRAS - PCTE C/100 UNID.						
00255	5	GALAO	55,0000	275,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
SELADOR AGRILICO 18 LT						
00256	5	GALAO	17,0000	85,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
SELADOR AGRILICO 3,6 LT						

00257	50	unidade	2,8000	140,00	MEN. PREÇO	01-HSS
SERRA CORTA FERRO						
00258	2	unidade	390,0000	780,00	MEN. PREÇO	01-VONDER
SERRA MULTI CORTE (EQUIPAMENTO PROFISSIONAL, APROXIMANDAMENTE 2000 WATTS) 220 VOLTS						
00259	40	unidade	2,1000	84,00	MEN. PREÇO	01-HSS
SERRA P/ CORTAR FERRO						
00282	2	unidade	8,4000	16,80	MEN. PREÇO	01-GOOL
THINNER, 900ML						
00285	5	GALAO	79,0000	395,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA ACRILICA 18 LT						
00286	10	GALAO	25,0000	250,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA ACRILICA 3,6 LT						
00287	5	GALAO	95,0000	475,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA ACRILICA AMARELA GALAO C/18L						
00288	5	unidade	69,0000	345,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA ACRILICA BRANCA GALAO C/18L						
00290	4	LATA	120,0000	480,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA FOSCA, 18 LITROS, USO EXTERNO, 1ª LINHA, COR BRANCO NEVE						
00291	2	LATA	150,0000	300,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA FOSCA, 18 LITROS, USO EXTERNO, 1ª LINHA, COR VERDE ESCURO						
00292	3	GALAO	26,0000	78,00	MEN. PREÇO	01-TIN-SUL
TINTA LATEX 3,6 LT						
00294	50	unidade	3,0000	150,00	MEN. PREÇO	01-MEC-TRONIC
TOMADA EMBUTIR PADRAO 10A						
00295	30	unidade	4,5000	135,00	MEN. PREÇO	01-PLAS-BON
TORNEIRA BOIA 3/4 (PARA CAIXA D AGUA)						
00299	10	unidade	6,0000	60,00	MEN. PREÇO	01-STANDARD
TRENA 5M						
00300	20	unidade	1,4000	28,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
TRINCHA 1.1/2						
00301	20	unidade	0,9500	19,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
TRINCHA 1/2						
00302	20	unidade	1,8000	36,00	MEN. PREÇO	01-ROMA
TRINCHA 1						
00303	100	unidade	23,4000	2.340,00	MEN. PREÇO	01-JAFE
TUBO DE CONCRETO SIMPLES DIAMETRO 30CM						
00304	65	unidade	27,0000	1.755,00	MEN. PREÇO	01-ENBRATUBO
TUBO PVC DIAM. 100 MM BARRA C/6 METROS						
00306	60	unidade	18,0000	1.080,00	MEN. PREÇO	01-ENBRATUBO
TUBO PVC DIAM. 50 MM BARRA C/6 METROS						
00307	65	unidade	26,0000	1.690,00	MEN. PREÇO	01-ENBRATUBO

TUBO PVC DIAM. 75 MM BARRA C/6 METROS						
00308	25	EMBALAGEM	8,7000	217,50	MEN. PREÇO	01-ENBRATUBO
TUBO SOLDAVEL 25MM						
00313	40	unidade	8,2000	328,00	MEN. PREÇO	01-MONALIZA
VASSOURA DE JARDIM (PLASTICO)						
00314	40	unidade	18,0000	720,00	MEN. PREÇO	01-MAX
VASSOURAO DE GARI						
Total: 64.908,40 (SESSENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS E OITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS )						

17368.1 - VIA D AGUA COM. PRODUTOS MED. HID. SANITARIOS LTDA						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00004	1.000	unidade	0,0900	90,00	MEN. PREÇO	01-WEST
ABRACADEIRA NYLON 200 X 3.6						
00005	1.000	unidade	0,1300	130,00	MEN. PREÇO	01-FRONT-TEC
ABRACADEIRA NYLON 280 X 4.8						
00017	65	unidade	4,9800	323,70	MEN. PREÇO	01-FIXO
ARCO DE SERRA 12						
00020	60	unidade	9,8500	591,00	MEN. PREÇO	01-CHIVA
ASSENTO SANITARIO						
00030	6	unidade	2,2300	13,38	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA ACO RAPIDO 1/4						
00031	6	unidade	8,8700	53,22	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA ACO RAPIDO 1/2						
00032	6	unidade	5,1600	30,96	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA ACO RAPIDO 3/8						
00033	6	unidade	1,5800	9,48	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA ACO RAPIDO 5/16						
00034	6	unidade	2,9900	17,94	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA DE ACO RAPIDO 10 MM						
00035	6	unidade	1,9300	11,58	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA DE ACO RAPIDO 6 MM						
00036	6	unidade	3,1300	18,78	MEN. PREÇO	01-STAR-FER
BROCA DE ACO RAPIDO 8 MM						
00037	10	unidade	3,1600	31,60	MEN. PREÇO	01-MAKITA
BROCA PARA CONCRETO 1/4						
00038	10	unidade	5,2900	52,90	MEN. PREÇO	01-MAKITA
BROCA PARA CONCRETO 1/2						
00039	10	unidade	4,5200	45,20	MEN. PREÇO	01-MAKITA
BROCA PARA CONCRETO 3/8						
00040	10	unidade	3,2300	32,30	MEN. PREÇO	01-MAKITA
BROCA PARA CONCRETO 5/16						
00041	40	unidade	3,3400	133,60	MEN. PREÇO	01-VONDER
BROCHA 20 CM						
00044	2.200	unidade	0,0300	66,00	MEN. PREÇO	01-FIXO
BUCHA PLASTICA 8						
00045	1.000	unidade	0,0100	10,00	MEN. PREÇO	01-FIXO
BUCHA PLASTICA 06						

00046	50	unidade	0,1500	7,50	MEN. PREÇO	01-CHIVA
BUCHA DE REDUCAO 25 X 20 SOLDAVEL						
00047	20	unidade	2,0600	41,20	MEN. PREÇO	01-CHIVA
BUCHA DE REDUCAO DE 100MM X 50MM SOLDAVEL PARA ESGOTO						
00048	20	unidade	2,8900	57,80	MEN. PREÇO	01-CHIVA
BUCHA DE REDUCAO DE 100MM X 75MM SOLDAVEL PARA ESGOTO						
00050	50	unidade	0,1500	7,50	MEN. PREÇO	01-CHIVA
BUCHA SOLDAVEL INTERNA 25X20						
00051	2.000	METROS	14,9000	29.800,00	MEN. PREÇO	01-VON- DER
CABO DE ACO GALVANIZADO 16.0 MM						
00053	150	unidade	1,2900	193,50	MEN. PREÇO	01-FIXO
CABIDE SIMPLES PEQUENO (GANCHO)						
00064	1	unidade	1.060,0000	1.060,00	MEN. PREÇO	01-FOR- TLEV
CAIXA D AGUA 5000 LT						
00071	5	unidade	7,4400	37,20	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CAMARA DE AR 3,5 X 8						
00073	40	unidade	2,0600	82,40	MEN. PREÇO	01-CHIVA
CAP ESGOTO 100MM						
00074	30	unidade	0,7100	21,30	MEN. PREÇO	01-CHIVA
CAP ESGOTO 50MM						
00075	20	unidade	0,2900	5,80	MEN. PREÇO	01-CHIVA
CAP ESGOTO 40MM						
00076	20	unidade	0,2000	4,00	MEN. PREÇO	01-CHIVA
CAP 20MM SOLDAVEL						
00077	20	unidade	0,2900	5,80	MEN. PREÇO	01-CHIVA
CAP 25MM SOLDAVEL						
00079	12	unidade	19,1000	229,20	MEN. PREÇO	01-RAMA- DA
CAVADEIRA ARTICULADA TIPO TATU						
00080	8	unidade	2,3900	19,12	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CHAVE DE BOCA 10X11						
00081	8	unidade	2,5700	20,56	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CHAVE DE BOCA 12X13						
00082	8	unidade	2,7100	21,68	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CHAVE DE BOCA 14X15						
00083	1	unidade	18,4200	18,42	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CHAVE DE GRIFO 12						
00084	50	unidade	10,5700	528,50	MEN. PREÇO	01-STAM
CILINDRO DE FECHADURA PORTA EXTERNA						
00088	35	TUBO	2,5800	90,30	MEN. PREÇO	01-CHIVA
COLA PVC TUBO C/75 GRAMAS						
00093	60	METROS	5,2200	313,20	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CORRENTE GALV 4.8						
00094	60	METROS	10,8800	652,80	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CORRENTE GALV 6.4						
00095	60	METROS	16,7600	1.005,60	MEN. PREÇO	01-STAR- FER
CORRENTE GALV 8.0						
00102	20	unidade	3,1200	62,40	MEN. PREÇO	01-ECO- FER
DOBRADICA 3.1/2 (CARTELA C/ 3 PCS)						
00111	5	unidade	3,6800	18,40	MEN. PREÇO	01-FIXO
ESPATULA 10 CM						
00112	5	unidade	4,0300	20,15	MEN. PREÇO	01-FIXO
ESPATULA 12 CM						

00119	6	unidade	11,2400	67,44	MEN. PREÇO	01-MUN- DIAL
FACAO C/ BAINHA Nº 18 (CABO DE MADEIRA)						
00135	45	HORA	1,5200	68,40	MEN. PREÇO	01-SCO- TCH
FITA ISOLANTE - ROLO C/20 METROS						
00136	42	unidade	6,5700	275,94	MEN. PREÇO	01-FIXO
FITA ZEBRA PRETA/AMARELA C/ 200MT						
00137	50	unidade	8,1500	407,50	MEN. PREÇO	01-AKATO
FLANGE SOLDAVEL 50MM						
00138	100	unidade	4,3500	435,00	MEN. PREÇO	01-AKATO
FLANGE SOLDAVEL 25MM						
00139	50	unidade	3,9900	199,50	MEN. PREÇO	01-AKATO
FLANGE SOLDAVEL 20MM						
00140	25	unidade	19,9500	498,75	MEN. PREÇO	01-RAMA- DA
FOICE COM CABO DE MADEIRA						
00145	120	unidade	1,9900	238,80	MEN. PREÇO	01-AKATO
JOELHO PVC ESGOTO 100 MM						
00146	50	unidade	0,4200	21,00	MEN. PREÇO	01-AKATO
JOELHO PVC 100 900.						
00147	50	unidade	0,9700	48,50	MEN. PREÇO	01-AKATO
JOELHO PVC 40 900						
00149	150	unidade	0,2300	34,50	MEN. PREÇO	01-AKATO
JOELHO SOLDÁVEL 25mm						
00150	150	unidade	0,1600	24,00	MEN. PREÇO	01-AKATO
JOELHO SOLDAVEL 20MM						
00151	15	unidade	0,8100	12,15	MEN. PREÇO	01-AKATO
JOELHO SOLDAVEL 32MM						
00153	40	unidade	0,8300	33,20	MEN. PREÇO	01-CHIVA
JOELHO L/R 25 X 3/4 SOLDAVEL						
00154	40	unidade	0,5400	21,60	MEN. PREÇO	01-CHIVA
JOELHO L/R 20 X 1/2 SOLDAVEL						
00161	10	unidade	0,6100	6,10	MEN. PREÇO	01-VON- DER
LAPIS DE CARPINTEIRO						
00171	30	unidade	1,8000	54,00	MEN. PREÇO	01-NOR- TON
LIXA FERRO 60						
00181	80	unidade	2,1900	175,20	MEN. PREÇO	01-AKATO
LUIVA PVC 100						
00182	40	unidade	0,8800	35,20	MEN. PREÇO	01-CHIVA
LUIVA PVC 50						
00183	30	unidade	0,4100	12,30	MEN. PREÇO	01-CHIVA
LUIVA ESGOTO 40MM						
00184	80	unidade	0,2900	23,20	MEN. PREÇO	01-AKATO
LUIVA 25MM SOLDAVEL						
00185	80	unidade	0,1900	15,20	MEN. PREÇO	01-AKATO
LUIVA 20MM SOLDAVEL						
00186	40	unidade	0,4400	17,60	MEN. PREÇO	01-CHIVA
LUIVA L/R 20MM SOLDAVEL						
00187	40	unidade	0,5700	22,80	MEN. PREÇO	01-CHIVA
LUIVA L/R 25MM SOLDAVEL						
00198	10	unidade	9,8500	98,50	MEN. PREÇO	01-TEK- FUND
MARTELO NO. 25						
00199	1	unidade	11,3800	11,38	MEN. PREÇO	01-TEK- FUND
MARTELO DE CARPINTEIRO 27MM						
00203	10	unidade	2,1300	21,30	MEN. PREÇO	01-AMAR
METRO DE BAMBÚ 1 METRO						
00213	35	JOGO	1,8900	66,15	MEN. PREÇO	01-FIXO
PARAFUSO PARA FIXAR BACIA SANITARIA						
00214	1.500	unidade	0,0700	105,00	MEN. PREÇO	01-FIXO

PARAFUSO 10MM						
00215	1.500	unidade	0,0700	105,00	MEN. PREÇO	01-FIXO
PARAFUSO 08MM						
00216	1.000	unidade	0,0300	30,00	MEN. PREÇO	01-FIXO
PARAFUSO 06MM						
00219	19	unidade	1,8900	35,91	MEN. PREÇO	01-FIXO
PINCEL 2 CERDA SINTETICA						
00220	15	unidade	1,1600	17,40	MEN. PREÇO	01-FIXO
PINCEL 1 CERDA SINTETICA						
00224	12	unidade	4,1600	49,92	MEN. PREÇO	01-FIXO
PONTEIRO DE ACO 10 900X900						
00244	4	unidade	17,0500	68,20	MEN. PREÇO	01-BITU-BOL
REGUA DE ALUMINIO RETANGULAR DE 2 METROS						
00247	10	unidade	1,7800	17,80	MEN. PREÇO	01-COM-PEL
ROLO DE ESPUMA 15CM						
00248	10	unidade	3,0000	30,00	MEN. PREÇO	01-COM-PEL
ROLO DE ESPUMA 23CM						
00250	14	unidade	1,3300	18,62	MEN. PREÇO	01-COM-PEL
ROLO ESPUMA 9CM						
00265	7	unidade	6,5300	45,71	MEN. PREÇO	01-DISMA
TALHADEIRA CHATA 12						
00266	15	unidade	2,4200	36,30	MEN. PREÇO	01-MA-RKEL
TARGETA 3 73MM (TRINCO)						
00267	15	unidade	1,1900	17,85	MEN. PREÇO	01-MA-RKEL
TARGETA 1.1/2 38MM (TRINCO)						
00269	100	unidade	0,2800	28,00	MEN. PREÇO	01-AKATO
TE 90° 20MM SOLDAVEL						
00270	30	unidade	1,0400	31,20	MEN. PREÇO	01-CHIVA
TE L/R 20X1/2						
00271	30	unidade	1,1300	33,90	MEN. PREÇO	01-CHIVA
TE L/R 25X3/4						
00272	40	unidade	1,1300	45,20	MEN. PREÇO	01-CHIVA
TE L/R 25MM						
00273	30	unidade	1,0500	31,50	MEN. PREÇO	01-CHIVA
TE L/R 20MM						
00275	20	unidade	3,2900	65,80	MEN. PREÇO	01-AKATO
TE SOLDAVEL 50MM						
00297	40	unidade	7,6900	307,60	MEN. PREÇO	01-HERC
TORNEIRA LAVATORIO						
00310	5	EMBALA-GEM	18,9500	94,75	MEN. PREÇO	01-FOR-TLEV
TUBO SOLDAVEL 32 MM						
00311	6	EMBALA-GEM	30,9000	185,40	MEN. PREÇO	01-FOR-TLEV
TUBO SOLDAVEL 50MM						
00312	2	unidade	14,8000	29,60	MEN. PREÇO	01-VON-DER
TURQUESA 225 MM 500X500						
00317	10	HORA	2,4800	24,80	MEN. PREÇO	01-CHIVA
VEDA ROSCA DE 25 METROS						
00318	50	unidade	2,4800	124,00	MEN. PREÇO	01-CHIVA
VEDA ROSCA 18MM 20MT						
Total: 40.510,64 (QUARENTA MIL E QUINHENTOS E DEZ REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS )						

17901.9 - MAYCO RICARDO ROHRBACHER - ME						
Item	Qtde	Unid	Preço Unit.	Preço Total	Julgamento	Marca
00018	15	M3	30,0000	450,00	MEN. PREÇO	01-
AREIA FINA - GRANULOMETRIA ENTRE 0,6MM E 1,2MM (NBR 7211/83), LAVADA E ISENTA DE MATERIAL ORGANICO						
00019	400	M3	30,0000	12.000,00	MEN. PREÇO	01-
AREIA MEDIA						
00058	250	unidade	21,0000	5.250,00	MEN. PREÇO	01-
CAIBRO CAMBARA 5X10X4M						
00067	20	unidade	60,0000	1.200,00	MEN. PREÇO	01-
CAIXILHO 0,80 X 2,10 COM 18CM						
00254	2.000	ML	1,9000	3.800,00	MEN. PREÇO	01-
SARRAFO TELHA 2,5X5 CAMBARA						
00263	320	M2.	6,0000	1.920,00	MEN. PREÇO	01-
TABUA CAIXARIA POL. PINUS						
00283	100	unidade	0,4000	40,00	MEN. PREÇO	01-
TIJOLO MACICO						
00284	1.000	unidade	0,3200	320,00	MEN. PREÇO	01-
TIJOLO DE BARRO 08 FUROS						
00319	40	JOGO	11,0000	440,00	MEN. PREÇO	01-
VISTA P/ PORTA 0,80 X 2,10						
Total: 25.420,00 (VINTE E CINCO MIL E QUATROCENTOS E VINTE REAIS )						

Total Geral

(Os sub-itens não entram na soma dos totais) 207.312,94

**Aviso de Licitação PMG N° 53/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG n° 53/2013

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de tecidos, com entrega de forma única, para atender as necessidades dos programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento Entrega e Abertura dos Envelopes: 29/11/2013 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 18 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FIA N° 002/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FIA N° 02/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial FIA n° 02/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal/FIA

CONTRATADA: RTT Reinert Transportes e Turismo Ltda

OBJETO: Contratação de Agência de Turismo para prestação de serviços de transporte e aquisição entradas para viagens de



estudo aos alunos da Rede Municipal de Ensino.  
**VIGÊNCIA:** 11/11/2013 a 10/03/2014  
**PRAZO:** 4 (quatro) meses  
**VALOR TOTAL:** R\$ 22.300,00(vinte e dois mil e trezentos reais)

**DATA DE ASSINATURA:** 07/11/2013  
**JOSÉ CARLOS SCHUTZ**  
 Secretário Municipal de Administração

#### Extrato de Contrato FMAS N° 001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
 SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
 EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO PMG N° 001/2013**  
**MODALIDADE:** Pregão Presencial FMAS nº 001/2013  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Assistência Social  
**CONTRATADA:** Renault do Brasil S/A

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.  
**VIGÊNCIA:** 05/11/2013 a 10/02/2014  
**PRAZO:** 95 (noventa e cinco) dias  
**VALOR TOTAL:** R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).

**DATA DE ASSINATURA:** 05/11/2013  
**JOSÉ CARLOS SCHUTZ**  
 Secretário Municipal de Administração

#### Extrato de Contrato FMS N° 035/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
 SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
 EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO PMG N° 035/2013**  
**MODALIDADE:** Pregão Presencial FMAS nº 008/2013  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde  
**CONTRATADA:** Renault do Brasil S/A

**OBJETO:** Aquisição de Equipamentos médicos hospitalares e um veículo zero KM, para as unidades de saúde da família.  
**VIGÊNCIA:** 05/11/2013 a 10/02/2014  
**PRAZO:** 95 (noventa e cinco) dias  
**VALOR TOTAL:** R\$ 31.500,00(trinta e um mil e quinhentos reais)

**DATA DE ASSINATURA:** 05/11/2013  
**JOSÉ CARLOS SCHUTZ**  
 Secretário Municipal de Administração

#### Extrato de Contrato FMS N° 036/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
 SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
 EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO PMG N° 036/2013**  
**MODALIDADE:** Pregão Presencial FMS nº 008/2013  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde  
**CONTRATADA:** ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

**OBJETO:** Aquisição de Equipamentos médicos hospitalares e um

veículo zero KM, para as unidades de saúde da família.  
**VIGÊNCIA:** 11/11/2013 a 10/02/2014  
**PRAZO:** 95 (noventa e cinco) dias  
**VALOR TOTAL:** R\$ 6.173,34(seis mil e cento e setenta e três reais e trinta e quatro centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 06/11/2013  
**JOSÉ CARLOS SCHUTZ**  
 Secretário Municipal de Administração

#### Comunicado 02 Edital de Teste Seletivo N° 15/2013

Edital 015/2013  
 Teste Seletivo Simplificado

#### COMUNICADO 02

A Comissão Organizadora designada pela Portaria nº 520/2013 de 12/09/2013, no uso de suas atribuições torna público o seguinte: Adaptação do Conteúdo Programático- Anexo I ( Retificação); Novo Cronograma do Teste Seletivo- Anexo V ( Retificação); e Nova data de Prova – Dia 01/12/2013 das 08 horas às 12:30 horas.

#### ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

NÍVEL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Educação Infantil	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem - LDB 9394/96; - ECA
	ii. Conhecimentos Específicos - Critérios para um atendimento em Creche que respeite os direitos fundamentais da criança - RCNEI – vol. I, II e III

DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Ensino Fundamental Anos Iniciais EMEJA ( Nívelamento I e II)	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem - LDB 9394/96; - ECA
	ii. Conhecimentos Específicos - Caderno do Ensino Fundamental de 9 anos - PCNs – Anos Iniciais (todos os volumes)

DISCIPLINAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Língua Portuguesa Matemática História Geografia Ciências Inglês Educação Física Artes	i. Conhecimentos Gerais - Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico) - Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem - LDB 9394/96; - ECA
	ii. Conhecimentos Específicos - PCNs – Anos Finais – o candidato deve estudar somente o caderno (PCN) da disciplina na qual se inscreveu.
DISCIPLINA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ética e Cidadania Ensino Religioso	i. Conhecimentos Gerais
	- Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico)
	- Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem
	- LDB 9394/96;
	- ECA
	ii. Conhecimentos Específicos
	- PCNs Anos Iniciais e Finais – Temas Transversais

NÍVEL	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Educação Especial e Libras	i. Conhecimentos Gerais
	- Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico)
	- Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem
	- LDB 9394/96;
	- ECA
	ii. Conhecimentos Específicos
	Cadernos de Educação Inclusiva Direito a Diversidade – MEC/ volumes 1,2,3 e 4
	Disponível no site do MEC em publicações.
	www.mec.gov.br
INFORMÁTICA	i. Conhecimentos Gerais
	- Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico)
	- Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem
	- LDB 9394/96;
	- ECA
	ii. Conhecimentos Específicos
	- Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
	- Elaboração, edição e configuração de texto no Word e writer do Libre Office;
	- Hardware e Software;
	- Tipos de Computadores;
	- Configurações de computadores;
	- Configuração de rede;
	- Net etiqueta;
	- Software de navegação;
	- Internet;
	- Redes Sociais;
	- Blogs.
	Os Conteúdos estarão disponíveis no site www.garuva.sc.gov.br

ESPECIALISTA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Supervisor Escolar Orientador Escolar	i. Conhecimentos Gerais
	- Língua Portuguesa – gramática e ortografia (incluindo novo acordo ortográfico)
	- Matemática – Operações básicas, situações problema e porcentagem
	- LDB 9394/96;
	- ECA
	ii. Conhecimentos Específicos
	- RCNEI (vol. I, II e III)
	- PCNs - Anos iniciais e finais (todos os cadernos)
	- Cadernos de Educação Inclusiva Direito a Diversidade – MEC/ volumes 1,2,3 e 4 (disponível site MEC)

#### ANEXO V CRONOGRAMA

- 1 – INSCRIÇÃO : 22 de outubro a 05 de novembro de 2013;  
2 – PROVA : 01 de dezembro de 2013 - das 8 horas às 12:30 horas  
3 – GABARITO : 01 de dezembro de 2013 (às 17 h)

- 4 – RECURSO GABARITO : 02 de dezembro de 2013;  
5 – RESULTADO FINAL DO GABARITO: 03 de dezembro 2013 ( às 10 horas)  
6 – PROVA DE TÍTULOS : 04,05 e 06 dezembro de 2013;  
7 – RESULTADO TÍTULOS E RESULTADO FINAL: 09 de dezembro de 2013;  
8 – RECURSO DE RESULTADO FINAL: 10 e 11 dezembro de 2013;  
9 – RESULTADO FINAL DOS RECURSOS : 13 de dezembro de 2013;  
10 – LISTA DOS APROVADOS: 13 de dezembro de 2013;  
11 – QUADRO DE VAGAS: 14 de dezembro de 2013;  
12 – ESCOLHA DE VAGAS : 16 de dezembro de 2013;  
13 – ENTREGA DOS DOCUMENTOS :( Conforme Inciso XXVI);  
14 – ASSINATURA DO CONTRATO NO SETOR DE RH: em Janeiro de 2014;  
15 – INÍCIO DAS AULAS : Fevereiro de 2014

Garuva, 14 de novembro de 2013.

STELLA MARIS BARTH WANIS

Presidente da Comissão

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.540, de 13 de Novembro de 2013.

LEI Nº 3.540, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

ALTERA ANEXO DA LEI Nº 3.529, DE 16 DE SETEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Lei nº 3.529, de 16 de setembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município de Gaspar para o exercício de 2014, modificando-se as seguintes planilhas de metas fiscais pelas que seguem anexas a esta LEI:  
I - Demonstrativo das Metas Anuais; e

II - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### Lei Nº 3.541, de 13 de Novembro de 2013.

LEI Nº 3.541, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS" INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 621, DE 8 DE JULHO DE 2013.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada Bolsa de Auxílio Alimentação, no valor R\$





330,00 (trezentos e trinta reais), destinada ao médico que atua no Município de Gaspar, vinculado ao Programa "Mais Médicos", do Governo Federal, instituído pela Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, conforme termo de adesão anexo.

Parágrafo único. O valor da Bolsa de Auxílio Alimentação prevista no caput deste artigo será reajustado na mesma data e índice estabelecido para o servidor público municipal.

Art. 2º Fica criada Bolsa de Auxílio Moradia, no valor de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), destinada ao médico que atua no Município de Gaspar, vinculado ao Programa "Mais Médicos", do Governo Federal, instituído pela Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013.

Art. 3º As despesas decorrentes dessa Lei correrão por dotação própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.542, de 13 de Novembro de 2013.**

LEI Nº 3.542, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAS A CONCEDER SUBVENÇÃO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção social à entidade Conferência Vicentina de Gaspar, inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) sob o nº 84.028/0001-50, no valor de R\$ 32.952,00 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e dois reais), com a finalidade de custear a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, conforme anexo único desta LEI.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto Municipal nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro, previsto nesta Lei, sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados segundo as finalidades indicadas, nos moldes definidos no projeto apresentado ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria, consignada no orçamento do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.543 de 13 de Novembro de 2013.**

LEI Nº 3.543 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

INSTITUI O DIA E A SEMANA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL NO MUNICÍPIO DE GASPAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída, no calendário oficial de eventos do Município de Gaspar, a Semana Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo único. A Semana Municipal de Defesa Civil será comemorada, anualmente, de 18 a 24 de maio.

Art. 2º Fica instituído o dia 18 de maio como o Dia Municipal de Defesa Civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3.544 de 13 de Novembro de 2013.**

LEI Nº 3.544 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DOS AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE GASPAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal dos Agentes da Autoridade de Trânsito, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de setembro, no Município de Gaspar.

Art. 2º O Dia Municipal dos Agentes da Autoridade de Trânsito passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município de Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 5.640, de 08 de Outubro de 2013.**

DECRETO Nº 5.640, DE 08 DE OUTUBRO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE COMEMORAÇÃO DOS 80 ANOS DO MUNICÍPIO DE GASPAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Comissão de Comemoração dos 80 anos do Município de Gaspar, composta pelos seguintes membros:

I - Renato Zimmermann - Fundação Municipal de Esportes;

II - Alfonso Bernardo Hostert - Secretaria de Agricultura;

III - Luiz Otávio Rebouças Bastiani - Gabinete do Prefeito;  
IV - José Gabriel Correa - Departamento de Cultura;  
V - Dayro José Bornhausen - Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;  
VI - Fátima Teresinha Cerruti Arruda - Secretaria de Administração e Finanças;  
VII - José Artur Benaci - Departamento de Compras;  
VIII - Heloísa Sabino Schmidt - Departamento Jurídico;  
IX - Elisabeth Tomé - Diretora de Comunicação;  
X - Valéria Terezinha Schmitt da Cruz - Secretaria Municipal de Educação;  
XI - Gilberto Goedert - Secretaria Municipal de Transportes e Obras;  
XII - Claudio Gilberto Rolim da Silveira - Secretaria Municipal de Saúde;  
XIII - Mariluci Deschamps Rosa - Vice-Prefeita.  
Parágrafo único. Fica Mariluci Deschamps Rosa nomeada Presidente da Comissão descrita no caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão de Comemoração dos 80 anos do Município de Gaspar terá incumbência de organizar os eventos relativos à comemoração desta data.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de outubro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Decreto N° 5.674, de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N° 5.674, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE INFORMÁTICA, O SERVIDOR EDERSON PAMPLONA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de novembro de 2013, o servidor EDERSON PAMPLONA do cargo em comissão de Diretor de Informática, o qual foi nomeado pelo Decreto n° 3.180/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### **Decreto N° 5.675, de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N° 5.675, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
NOMEIA MARCOS LUDWIG PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE INFORMÁTICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal n° 1.357, de 28 de maio de 1992,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado o servidor MARCOS LUDWIG, portador do CPF n° 051.554.309-84 e RG n° 41843002, para o cargo em comissão de Diretor de Informática, Nível CC, ref. 55, a partir de 01/12/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### **Aviso de Alteração Pregão Presencial N° 233/2013**

PREFEITURA DE GASPAR/SC  
AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 233/2013

O Município de Gaspar torna público, para conhecimento dos interessados, que, foram efetivadas ALTERAÇÕES no Edital da licitação supramencionada. OBJETO: Aquisição de material de combate à incêndios, resgate e salvamento - repetição. A NOVA DATA, e horário, para o recebimento, e abertura dos envelopes, é o dia 29/11/2013 às 9h. O ADITIVO está disponível no Depto. de Compras, sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, n° 435 - Centro, ou no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 14 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **Tomada de Preços N° 236/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Fundação Municipal de Esportes - Tomada de preços N° 236/2013

OBJETO: reforma e ampliação do núcleo poliesportivo Prefeito João dos Santos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 06/12/2013. ABERTURA: dia 06/12/2013 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 12 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## **Governador Celso Ramos**

### **SAMAE**

#### **Errata Edital de Processo Seletivo Simplificado N° 001/2013**

ERRATA EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2013

O Samae de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Edital de Processo Seletivo Simplificado de n° 001/2013, para nele fazer constar que:

#### **ONDE SE LE:**

3.2 - Dos requisitos gerais para inscrição  
IV. Apresentar carteira de identidade, CPF e comprovante de escolaridade do ensino fundamental 1ª a 4ª série do ensino fundamental para os cargos de Motorista, Auxiliar de Operações, Encanadores e Operador de Maquinas, comprovante de escolaridade de conclusão do ensino médio para o cargo de Leiturista e Escriurario e certificado de conclusão de curso básico de informática (original e fotocópia).

#### **LEIA-SE:**

3.2 - Dos requisitos gerais para inscrição  
IV. Apresentar carteira de identidade, CPF e comprovante de escolaridade do ensino fundamental 1ª a 8ª série do ensino

fundamental para os cargos de Motorista, Auxiliar de Operações, Encanadores, Leiturista e Operador de Maquinas e comprovante de escolaridade de conclusão do ensino médio para o cargo de Escriurario e certificado de conclusão de curso básico de informática (original e fotocopia).

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação N°07/2013 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial - Registro de Preços - 07/2013

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SEREM DISTRIBUIDOS AOS CLUBES DE MÃES DE GUARAMIRIM, ATRAVES DA MANUTENÇÃO DOS PROJETOS OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Entrega dos Envelopes: 29/11/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 29/11/2013 às 09:05h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 18/11/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto N° 3.210/2013.

DECRETO N° 3.210/2013.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO BARCELONA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR JOSÉ DRI, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado "Loteamento Barcelona", de propriedade de Aldyr Balestrin, inscrito no CPF nº 133.224.609-59, sito Acesso Egídio Pozzobon, Herval d'Oeste (SC), contendo a área total de 223.453,81m<sup>2</sup> (Duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e três metros e oitenta e um centímetros quadrados), constante de escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC), matrícula nº 57 e 2.890, estando em anexo a este Decreto o Memorial Descritivo de todos os Lotes e a Planta Geral do Loteamento.

Art. 2º. A área total de lotes é de 108.225,37m<sup>2</sup>.

Art. 3º. Fica destinado à incorporação ao Patrimônio Público Municipal, a área de 44.760,66m<sup>2</sup> para as vias públicas do Loteamento; a área de 10.995,52m<sup>2</sup> para a área verde; e 14.291,68m<sup>2</sup> para a área institucional.

Art. 4º. A área remanescente do Loteamento Barcelona é de 14.822,58m<sup>2</sup>, e a APP - Área de Preservação Permanente é de 30.358,00m<sup>2</sup>.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 14 de novembro de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Prefeito em Exercício

## Ilhota

### PREFEITURA

#### Lei N° 1751/2013

Lei nº 1751, de 14 de novembro de 2013.

REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS ITINERANTES E OU TEMPORÁRIAS NO MUNICÍPIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Pela presente lei restam regulamentadas as realizações de feiras temporárias ou itinerantes de venda de produtos no atacado e varejo no município de Ilhota - SC.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, consideram-se todos os eventos temporários que se instalem no município, com o objetivo de comercializar, ao consumidor final, qualquer tipo de produto, legalmente permitido.

§ 2º - Ficam excluídos dos dispositivos da presente lei, os eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal e realizados em conjunto com órgãos representativos do comércio, agricultura, indústria ou serviços do município.

§ 3º - Toda e qualquer feira somente poderá iniciar o processo de instalação e licenciamento após consulta prévia aos órgãos competentes do município, informando o local e as condições em que serão desenvolvidas as atividades da referida feira.

Art. 2º - A realização de feiras, temporárias ou itinerantes, deverá atender aos requisitos aqui elencados;

- I) somente poderão ser promovidas por pessoas jurídicas;
- II) somente poderão ser instaladas em locais privados;
- III) o local de instalação da feira deverá possuir estacionamento;
- IV) a duração da feira não poderá exceder ao período de 10(dez) dias.

Parágrafo único. Com objetivo de resguardar a disciplina, a ordem pública e de trânsito na cidade, eventuais locais não permitidos deverão ser determinados por Decreto do poder executivo.

Art. 3º - A licença para instalação de feiras será concedida, em duas etapas, mediante o preenchimento dos requisitos a seguir:

I - Alvará provisório, que deverá ser protocolado no Município, no mínimo até 30(trinta) dias antes da data prevista para o início da realização do evento, este alvará permitirá o início da instalação do evento, não autorizando em nenhuma hipótese o seu funcionamento, sem o cumprimento das demais etapas do licenciamento mediante a apresentação dos seguintes documentos, pela

promotora do evento:

- a) Comprovação de inscrição junto no CNPJ;
- b) Comprovante de inscrição no Município de Origem da pessoa jurídica a mais de 2(dois) anos, com certidão negativa de débito válida;
- c) Indicação do funcionário responsável pelo evento como fonte de contato, com documentação pessoal;
- d) Comprovante da comunicação à Polícia Civil e Militar da realização do evento;
- e) Comprovante da contratação de 1(um) elemento de segurança privada para cada 10(dez) estande, com o mínimo de 4(quatro), para as feiras de menor porte;
- f) Apresentação de uma planta baixa com descrição dos estande e memorial descritivo de todas as instalações, inclusive com o número e localização dos stands, assinado por engenheiro responsável, com a competente ART junto ao CREA;
- g) Projeto elétrico que atenda as normas da ABNT(Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- h) Comprovante de contratação de instalações sanitárias químicas, na proporção de no mínimo 01(um), para cada 10(dez) estande;
- i) Contrato de locação ou permissão de uso do imóvel onde pretende instalar a feira.

II - Alvará definitivo, que será concedido mediante a apresentação da seguinte documentação, em até 48 horas antes do início da feira:

- a) Comprovante de vistoria e o competente alvará de Prevenção e proteção contra incêndios, fornecido pelo corpo de Bombeiros;
- b) Comprovante de vistoria e liberação da Vigilância Sanitária, com a expedição do competente alvará;
- c) Comprovante de inscrição e pagamento dos tributos estaduais exigidos para o evento (ICMS), para cada expositor;
- d) Cópia do CNPJ ou CPF de cada expositor;
- e) A empresa responsável pela exposição deverá comprovar, até o prazo acima estipulado, o recolhimento da taxa de licença e localização para o evento, que será cobrada nos seguintes termos: O valor da licença será fixado pelo produto da multiplicação do número de estandes pelo valor de 75 UFMs, independente da sua comercialização ou não;
- f) Apresentação de documento comprovando que ofertou a Associação Comercial, a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e aos órgãos representativos da indústria e serviços locais, os espaços;
- g) Comprovante que empresa expositora destinou 5% dos estandes a entidades ligadas as artes, entidades beneficentes e artesanato, com sede no município;
- Destes espaços, eventualmente, cedidos as entidades relacionadas não será devida taxa de licença prevista no item e;
- h) Comprovante que ofertou, através de ofício, ao sindicato dos Comerciantes, local, no mínimo 30% dos postos de trabalho, à pessoas com residência fixa no município;
- i) Comprovante de que informou ao Sindicato dos Comerciantes do município, a escala de trabalho do pessoal contratado para a feira.

III - Condições gerais

- a) O alvará provisório, protocolado no prazo previsto de até trinta (30) dias, antes da realização da feira, terá seu exame e deferimento ou indeferimento em despacho, devidamente, justificado até 15(quinze) dias antes da realização do evento;
- b) O alvará definitivo será concedido, somente, após ao preenchimento das condições exigidas na presente lei;
- c) Os feirantes e seus funcionários deverão portar, durante a realização do evento crachá de identificação;
- d) O indeferimento do processo, na fase de concessão definitiva, não gera nenhum direito de ressarcimento, de eventuais despesas realizadas pelos promotores do evento, apesar da concessão do alvará provisório.

Art.4º Não serão concedidas licenças, para instalação de feiras no município, no período de 10(dez) dias antes e depois, de datas comemorativas, como Natal, Ano Novo, dias das mães e dos pais, das crianças e, páscoa, fica autorizado o município a definir por decreto do executivo municipal, outras datas comemorativas que julgue conveniente.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrario, inclusive as dispostas na lei complementar 018/2007.

Art 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 14 de novembro de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### Lei Nº 1752/2013

LEI Nº 1752, de 14 de novembro de 2013.

Institui o Programa APRENDESCOLA destinado ao atendimento à Educação Especial e Dificuldades de Aprendizagem ou Limitações no Processo de Desenvolvimento Infantil para atender à necessidade temporária e dá outras providências.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, SC, no uso de suas atribuições legais faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Educação Especial e Dificuldades de Aprendizagem ou Limitações no Processo de Desenvolvimento Infantil no âmbito da Rede Municipal de Ensino do Município de Ilhota, a ser implantado conforme Anexo Único.

Art. 2º Os profissionais integrantes do Programa indicado no caput do artigo anterior poderão ser prioritariamente, profissionais efetivos, remanejados pela Secretaria Municipal de Educação para as funções, constantes no programa supracitado, desde que haja interesse entre ambas as partes.

Parágrafo Único: Na impossibilidade de atendimento integral por profissionais efetivos, serão admitidos, em caráter temporário, através de processo seletivo público, sendo regidos os contratos pelo que determina a Lei de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para o Magistério Municipal de Ilhota.

Art. 3º O contrato dos profissionais admitidos em caráter temporário extinguir-se-á, sem direito a indenizações, conforme reger-se-á pela legislação em vigor para a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para o Magistério Municipal de Ilhota.

Pelo término do prazo contratual;

Por iniciativa do contratado; e

Por penalidade disciplinar, conforme previsto na Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de trinta dias, caso contrário, o contratado ficará impedido de participar de novo processo seletivo público simplificado pelo período de 2 (dois) anos contados da data do encerramento do contrato.

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa da Administração, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 1/3 (um terço) do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

Art. 4º Fica a Secretaria Municipal de Educação, autorizada a contratar temporariamente o quantitativo máximo de profissionais constante do anexo único da presente Lei, com a habilitação



profissional, função, carga horária, salários nela referidos.  
Parágrafo Único – Os contratos firmados em decorrência da presente Lei terão duração máxima de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

Art. 5º Os profissionais do Programa de Educação Especial e Dificuldades de Aprendizagem ou Limitações no Processo de Desenvolvimento Infantil atuarão nos estabelecimentos de ensino da rede municipal de Ilhota, nas salas de recursos multifuncionais, nas salas de reforço, ou demais espaços educativos em que haja a necessidade declarada pela presença de estudante com atividade regular ou complementar de aprendizagem.

Art. 6º As despesas desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias prevista no orçamento vigente, suplementadas à época oportuna.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Ilhota, 18 de novembro de 2013.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### ANEXO ÚNICO

#### PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM OU LIMITAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

#### APRENDESCOLA

#### REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ILHOTA

#### SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL.....	5
PRELÚDIO.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
1. PRECEITOS LEGAIS E TEÓRICOS	8
2. OBJETIVOS	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3. PÚBLICO-ALVO DO PROJETO.....	11
4 CONCEITUANDO CASO A CASO	13
4.1 Categoria 1.....	13
4.1.1 Deficiência	13
4.1.1.1 Deficiência Auditiva	13
4.1.1.2 Deficiência Visual	14
4.1.1.3 Deficiência Mental	14
4.1.1.4 Deficiência Física	15
4.1.1.5 Deficiência Múltipla	16
4.1.1.5.1 Surdocego	16
4.1.2 CONDUTAS TÍPICAS	16
4.1.2.1 Transtorno hiperkinéticos ou déficit de atenção com hiperatividade/impulso TDAH/I	17
4.1.2.2 Transtorno globais do desenvolvimento TGD	18
4.1.3 ALTAS HABILIDADES	18
4.2 CATEGORIA 2	18
4.2.1 Dislexia	18
4.2.2 Disgrafia	18
4.2.3 Discalculia	19
4.2.4 Dislalia	19
4.2.5 Disortografia	19
5. SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO.....	20

5.1 DAS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS.	20
5.2 DOS CRITÉRIOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS	20
6. QUANTO AO CURRÍCULO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES.....	
6.1 ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS E DIDÁTICAS.....	22
6.2 ADAPTAÇÕES NOS CONTEÚDOS CURRICULARES NO PROCESSO AVALIATIVO.....	23
6.2 FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE REGISTRO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR.....	27
7. SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS.....	34
7.1 DOS CRITÉRIOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS...	34
8 ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS PROFISSIONAIS DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NO PROGRAMA.....	
9. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	25
10. QUADRO DE CARGO, VENCIMENTO, FUNÇÕES.....	

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL  
AIRTON CORREA  
Secretário Municipal de Educação

ELI REGINA NAGEL DOS SANTOS  
Diretora Geral de Ensino

LORENA DE OLIVEIRA CASTELAIN  
Diretora dos Anos Finais

MIRELA BERTI BROCKVELD  
Diretora dos Anos Iniciais

MARISA MIGLIOLI PAPST  
Diretora da Educação Infantil

#### PRELÚDIO

Esse programa disciplinará as ações técnico-pedagógicas-docentes para as crianças com necessidades especiais e crianças com dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento infantil – APRENDESCOLA.

O Programa de Educação Especial e Dificuldades de Aprendizagem ou Limitações no Processo de Desenvolvimento Infantil integrará o Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Ilhota. Terá ações desenvolvidas com abrangência na Educação Infantil, Ensino Fundamental, bem como em atividades complementares, se necessário.

#### APRESENTAÇÃO

O programa de educação especial e dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento infantil constituir-se-á de um privilegiado espaço de oferta alternativa de oportunidades de aprendizagem aos alunos que necessitam de variação e/ou adequação de metodologias ou estratégias que permitam a aprendizagem plena de conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade.

Por meio do oferecimento de diversos serviços e ações, a Secretaria Municipal de Educação de Ilhota pretende oportunizar a todos, indistintamente, o acesso ao conhecimento com apreensão, compreensão, elaboração e reelaboração de conceitos. Coordenado pelo Departamento Pedagógico e atendendo aos preceitos legais, técnicos e pedagógicos da educação brasileira, o Programa de educação especial e dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento reunirá profissionais em torno de

um processo que primará pelo diagnóstico da realidade educativa e o atendimento personalizado para pessoas que apresentam necessidade de atendimento educacional especializado.

## PRECEITOS LEGAIS, TÉCNICOS E TEÓRICOS

A Secretaria Municipal de Educação de Ilhota entende a educação especial como processo interdisciplinar que visa à prevenção, o ensino e a reabilitação da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, objetivando sua inclusão mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos. Em âmbito educacional, como uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos.

Ao adotar o princípio da educação inclusiva, o Município de Ilhota respalda-se nos seguintes documentos oficiais: Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de 1989, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Resolução nº. 01 de 1996, Lei Complementar nº. 170 de 1998, Decreto Presidencial nº. 3.956, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica ambos de 2001, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade do MEC e o Decreto no. 5.296 ambos de 2004.

Desta forma, a todas as pessoas na faixa etária de zero a 14 anos deverá ser assegurado acesso, mediante a garantia de matrícula e de frequência, às escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e, como medida complementar, o poder público, através do sistema de ensino, disponibilizará um conjunto de recursos educacionais e serviços de educação especial que possibilitem a permanência, com qualidade, dos educandos com deficiência, condutas típicas e altas habilidades nas escolas da rede regular, garantindo-lhes o prosseguimento aos níveis mais elevados de ensino.

Às pessoas em idade escolar com severos comprometimentos mentais ou que estejam [...] em total falta de interação com o ambiente externo [que as impede] de qualquer aproveitamento não só dos conteúdos ministrados na escola [...] (Brasil, 2001), serão atendidas em centros de atendimento educacional especializado em educação especial na área da deficiência mental.

Esta prerrogativa está respaldada, além da Resolução nº. 08 de 2001 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, pelas Leis, Decretos, Resoluções e Constituição do Estado de Santa Catarina, discriminados a seguir:

Constituição Estadual de Santa Catarina de 1989 estabelece no Art. 191 – Parágrafo único – As pessoas portadoras de deficiência profundas terão assistência em instituição em regime de internato ou semi-internato.

Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 830 de 8 de outubro de 1991, que regulamenta a Lei nº. 6.185, de 10 de novembro de 1982, estabelece pensão mensal a ser concedida a pessoa com [...] deficiência severa, cronicamente instalada no período do desenvolvimento tornada incapaz definitivamente para o trabalho competitivo ou protegido em qualquer idade e, dependente sob o ponto de vista sócio educacional.

Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que no Capítulo 4 – Dos Benefícios, Dos Programas e Dos Projetos de Assistência Social, Seção I, Artigo 20 que define o benefício de prestação continuada a pessoa com deficiência, em seu Parágrafo 2.0, que considera a pessoa deficiente como sendo [...] aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

Decreto Presidencial nº. 3.956 de 2001 que estabelece:

Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade destas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para seu bem estar, está não constituirá em discriminação. (Artigo 1º, b. Convenção de Guatemala, 1999).

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino, que envolva alunos com ou sem necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2005, p.30).

Com o objetivo de oferecer um atendimento diferenciado através do acompanhamento pedagógico, psicopedagógico e clínico serão oferecidas atividades na sala de recursos multifuncionais e de reforço escolar aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Ilhota que apresentarem defasagem e/ou rendimento escolar insatisfatório ou laudo identificando a necessidade de atendimento educacional especializado.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Ampliar, regulamentar e disciplinar as ações para as crianças com necessidades especiais e crianças com dificuldades de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Ilhota;

Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

Assegurar condições para a continuidade de estudos.

Qualificar os professores e (re)significar as propostas pedagógicas com vias a efetivação de uma educação inclusiva.

Manter contatos com a família, os professores das salas comuns, especialistas e assuntos educacionais e coordenadores pedagógicos dos alunos atendidos de forma a possibilitar a realização de um trabalho coeso, forte coletivamente organizado.

Estabelecer uma atuação conjunta com a gestão da escola e Secretaria Municipal de Educação de Ilhota através do Departamento Pedagógico, respeitando sempre as diretrizes recebidas.

## 3. PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM OU LIMITAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Podemos dividir em duas grandes categorias:

### 3.1 - ALUNOS/CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS QUE APRESENTAM LAUDOS MÉDICOS

Esse público-alvo frequentará a sala regular de ensino acompanhado de um Monitor de Apoio de Educação Especial na classe comum e direito a frequentar as salas de recursos multifuncionais, de preferência em contra turno, com professor de AEE, considerando os seguintes diagnósticos, descritos a seguir:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que



apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

### 3.2 ALUNOS/CRIANÇAS COM DIFICULDADES ACENTUADAS DE APRENDIZAGEM OU LIMITAÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Esse público-alvo frequentará a sala comum de ensino, e podem ser encaminhados pelo professor regente para:

Professor de Reforço escolar, preferencialmente, atendido em contra turno,  
Psicopedagogo;  
Psicólogo;  
Fonoaudiólogo.

O termo "dificuldade de aprendizagem" começou a ser usado na década de 60 e até hoje - na maioria das vezes - é confundido por pais e professores como uma simples desatenção em sala de aula ou 'espírito bagunceiro' das crianças. Mas a dificuldade de aprendizagem refere-se a um distúrbio - que pode ser gerado por uma série de problemas cognitivos ou emocionais - que pode afetar qualquer área do desempenho escolar.

Crianças com dificuldades de aprendizagem geralmente apresentam desmotivação e incômodo com as tarefas escolares gerados por um sentimento de incapacidade, que leva à frustração.

Neste caso, a orientação da psicóloga é de "valorizar o que a criança sabe para fortalecer sua autoestima". Mostrar para a criança o quanto ela é boa em tarefas na qual ela tem habilidade e incentivá-la a desenvolver outras tarefas nas quais ela não é tão boa, é fundamental.

Neste caso, os psicólogos, são os profissionais adequados para realizar uma avaliação e tratar da criança, se o problema for gerado por fator emocional. Caso o diagnóstico da criança for dificuldade cognitiva, a criança deve ser encaminhada para um psicopedagogo que poderá ajudar no desenvolvimento dos processos de aprendizagem.

Entre as dificuldades de aprendizagem mais comuns podemos citar: disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia, entre outros fatores de ordem emocional, social, cultural, ou intelectual.

## 4. CONCEITUANDO CASO A CASO

Nessa seção conheceremos as características das duas grandes categorias do programa e suas subdivisões:

**Categoria 1** - Alunos com necessidades especiais que possuem laudo médico: com deficiências, transtornos globais ou de desenvolvimento, e com altas habilidades/superdotados.

**Categoria 2** - Alunos/crianças com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento.

### 4.1 CATEGORIA 1

#### 4.1.1 DEFICIÊNCIA

Segundo a Convenção da ONU, sobre os direitos das pessoas com deficiência de dezembro de 2006 define pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Desta forma, a deficiência não pode ser compreendida como a expressão da totalidade do indivíduo, mas sim, da interação entre a pessoa com deficiência e o contexto histórico cultural.

##### 4.1.1.1 DEFICIENTE AUDITIVO

É aquele que apresenta perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala, através do ouvido. A mensuração é feita através de avaliações que comprovem:

[...] perda bilateral de 25 decibéis (dB) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferidas nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz, 3.000 Hz, 4.000 Hz; variando de acordo com o nível ou acuidade auditiva da seguinte forma:

**Leve/moderada:** perda auditiva de 25 a 70 dB. A pessoa, por meio de uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual – AASI, torna-se capaz de processar informações lingüísticas pela audição; conseqüentemente, é capaz de desenvolver a linguagem oral.

**Severa/profunda:** perda auditiva acima de 71 dB. A pessoa terá dificuldades para desenvolver a linguagem oral espontaneamente. Há necessidade do uso de AASI e ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado, em geral, utiliza um sistema de comunicação por sinais1.

#### 4.1.1.2 DEFICIENTE VISUAL

É aquele que apresenta redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica. Classifica-se em:

**Cegueira:** é a perda total ou o resíduo mínimo de visão que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita.

**Baixa Visão:** é o comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção. A pessoa com baixa visão possui resíduos visuais em grau que lhe permite ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos ópticos especiais2.

#### 4.1.1.3 DEFICIENTE MENTAL

A partir de 1994, foi adotado pelo Ministério da Educação (MEC/ SEESP), o mesmo conceito de deficiência mental utilizado pela Associação Americana de Retardo Mental – AARM, que caracteriza o educando com deficiência mental como aquele que apresenta, [...] incapacidade caracterizada por limitações significativas em ambos, funcionamento intelectual e comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades sociais, conceituais e práticas. Se origina antes do 18 anos.(AARM, 2002)

Considera-se deficiência mental como comprometimento cognitivo relacionado ao intelecto teórico (capacidade para utilização das formas lógicas de pensamento conceitual) que pode também se manifestar no intelecto prático (capacidade para resolver problemas de ordem prática de modo racional) que ocorre no período de desenvolvimento, ou seja, até os 18 anos de idade.

A pessoa com severos comprometimentos mentais será amparada de acordo com a legislação vigente.

#### 4.1.1.4 DEFICIENTE FÍSICO

É aquele que apresenta:

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paresia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou a ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções [...] (BRASIL, 2004, p. 24).

A deficiência física também pode ser ocasionada, dentre outras, por: Patologias degenerativas do sistema nervoso central (esclerose); Miopatias(distrofias musculares); Artropatias; Reumatismos; sequelas de queimaduras; Hemofilia; Doenças osteomusculares (DORT).

1 Fonte: CORDE, 1994.

2 Fonte: Corde, 1994.

#### 4.1.1.5 DEFICIENTE MÚLTIPLO

É aquele que apresenta duas ou mais deficiências primárias associadas, sejam elas, na área mental, visual, auditiva, física com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa<sup>3</sup>.

##### 4.1.1.5.1 SURDOCEGO

É aquele que apresenta [...] perdas auditivas e visuais concomitantemente em diferentes graus, necessitando desenvolver diferentes formas de comunicação para que a pessoa surdacega possa interagir com a sociedade<sup>4</sup>.

#### 4.1.2 CONDUTAS TÍPICAS

Em 1994, o MEC, no documento Política Nacional de Educação Especial – Educação Especial: um direito assegurado, no Capítulo referente à Revisão Conceitual classifica a clientela da educação especial em: portadores de deficiência (mental/visual/auditiva/física/múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadores de altas habilidades (superdotados), neste mesmo Documento define condutas típicas como:

Manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado. (BRASIL, p.13 –14).

Na esteira desta definição, o Conselho Estadual de Educação – CEE, em 1996, ao instituir as diretrizes da educação especial no sistema de ensino caracteriza os educandos portadores de condutas típicas como aqueles que [...] apresentam manifestações de comportamentos próprios de síndromes, que ocasionam atrasos na aprendizagem, comprometendo o desenvolvimento e acarretando prejuízos no seu relacionamento social.

Analisando as diretrizes diagnósticas nos documentos oficiais da Organização Mundial de Saúde – OMS, tanto a Classificação Internacional de Doenças – CID 10, quanto o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais – DSM IV, constata-se que, além de não fazerem referência a nenhum quadro denominado “condutas típicas”, discutem que manifestações comportamentais podem ser expressões de múltiplos transtornos. Nesta mesma linha de análise, as definições, tanto do MEC quanto do CEE, ao caracterizarem condutas típicas como manifestações comportamentais típicas de síndromes e quadros neurológicos e psiquiátricos abrem a possibilidade de estar aí incluído as esquizofrenias, epilepsias e outros transtornos que são, em primeira instância, casos que demandam atenção das instituições de saúde.

Assim, nas escolas têm-se utilizado a expressão “transtorno de comportamento” como sinônimo de “condutas típicas” incluindo nesta categoria os educandos com dificuldade de aprendizagem, fracasso escolar, transtorno de conduta e uma série de outras manifestações de ordem social e econômica que interferem no comportamento e no processo ensino e aprendizagem.

Diante desta problemática, este documento resolve manter a nomenclatura “condutas típicas”, no entanto, identificar-se-á esses educandos como aqueles que apresentem os seguintes quadros: Transtornos Hipercinéticos ou do Déficit de Atenção com Hiperatividade/Impulsividade;  
Transtornos Globais do Desenvolvimento.

#### 4.1 TRANSTORNO HIPERCINÉTICO OU DO DÉFICIT DA ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE/IMPULSIVIDADE – TDAH/I

Esse grupo de transtornos é caracterizado pela combinação de comportamento hiperativo/impulsivo com desatenção marcante.

3 Fonte: Censo Escolar 2005.

4 Fonte: Censo Escolar 2005.

#### 4.2 TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO – TGD

Esse grupo de transtornos é [...] caracterizado por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. (OMS, CID – 10, 2003, p. 367).

Para este Documento incluem-se nesta categoria os alunos com diagnóstico de autismo, síndrome do espectro do autismo, síndrome de Rett, síndrome de Asperger e os transtornos globais não especificados do desenvolvimento.

#### 5 ALTAS HABILIDADES

Os educandos com altas habilidades são aqueles que apresentam,

[...] notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora<sup>5</sup>.

##### CATEGORIA 2

##### DISLEXIA

É a dificuldade que aparece na leitura, impedindo o aluno de ser fluente, pois faz trocas ou omissões de letras, inverte sílabas, apresenta leitura lenta, dá pulos de linhas ao ler um texto, etc. Estudiosos afirmam que sua causa vem de fatores genéticos, mas nada foi comprovado pela medicina.

##### DISGRAFIA

Normalmente vem associada à dislexia, porque se o aluno faz trocas e inversões de letras, consequentemente encontra dificuldade na escrita. Além disso, está associada a letras mal traçadas e ilegíveis, letras muito próximas e desorganização ao produzir um texto.

##### DISCALCULIA

É a dificuldade para cálculos e números, de um modo geral os portadores não identificam os sinais das quatro operações e não sabem usá-los, não entendem enunciados de problemas, não conseguem quantificar ou fazer comparações, não entendem sequências lógicas. Esse problema é um dos mais sérios, porém ainda pouco conhecido.

##### DISLALIA

É a dificuldade na emissão da fala, apresenta pronúncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas e sons errados, tornando-as confusas. Manifesta-se mais em pessoas com problemas no palato, flacidez na língua ou lábio leporino.

##### DISORTOGRAFIA

É a dificuldade na linguagem escrita e também pode aparecer como consequência da dislexia. Suas principais características são: troca de grafemas, desmotivação para escrever, aglutinação ou separação indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação.

A inclusão dos educandos com deficiência atenderá ao princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar, complementando-se, quando necessário, com atividades que possibilitem ao aluno que apresenta deficiência, ter acesso ao ensino, à cultura, ao exercício da cidadania e à inserção social produtiva.

5 Fonte: Saberes e práticas da inclusão – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades/superdotação. SEESP/MEC, 2003, p. 45.

## 6. QUANTO AO CURRÍCULO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES

A flexibilização e adaptação de conteúdos compreende o conceito de adaptações curriculares, consideradas como estratégias e critérios de situação docente, admitindo decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p.15)

O currículo desenvolvido deverá ser o mesmo adotado no Ensino Regular, flexibilizado e adaptado em seus conteúdos, acrescido de uma complementação específica de acordo com as necessidades do alunado. O desafio da escola consiste, precisamente, em ser capaz de oferecer a cada aluno a resposta às suas necessidades, com a ajuda pedagógica que ele necessite, ajustando a intervenção educativa à individualidade do aluno.

Os currículos das classes do ensino comum devem considerar conteúdos que tenham caráter básico, com significado prático e instrumental, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação que sejam adequados à promoção do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Aos alunos que apresentem superdotação/altas habilidades devem ser oferecidas atividades que favoreçam aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, de forma a desenvolver suas potencialidades criativas.

Os currículos devem ser suplementados ou complementados em sua parte diversificada, conforme as características dos alunos.

Em casos muito singulares, em que o educando com graves comprometimentos mentais e ou múltiplos não possa beneficiar-se do currículo da base nacional comum, deverá ser proporcionado um currículo funcional<sup>4</sup> para atender às necessidades práticas da vida. A metodologia de ensino estimulará sempre a iniciativa dos alunos com ênfase no domínio dos princípios da tecnologia produtiva básica; no entendimento da ciência, das letras e das artes; no processo histórico de transformação da sociedade e sua cultura; na utilização plena da nossa língua como instrumento de comunicação, acesso às informações e ao conhecimento; e ao exercício da cidadania.

A adaptação curricular será realizada pelo professor regente e originar-se-á da identificação da necessidade e da possibilidade de o educando aprender. Dessa identificação, resulta a formulação do objetivo. Desse objetivo, é elaborada a estratégia que irá favorecer a aprendizagem do educando.

Dessa estratégia, são escolhidos os aspectos principais sobre os quais o educando deverá se concentrar. Após essa estratégia, ser bem sucedida com esse ou aquele aspecto, ou dimensão, ou imagem, ou forma, deve-se buscar a generalização, levando-o a explorar esse conceito em outras situações. As adaptações são caminhos para viabilizar a aquisição do conhecimento. [...] o processo de apropriação do conhecimento por parte do sujeito se dá, no decurso do desenvolvimento de relações reais, efetivas, do sujeito com o mundo. (PALANGANA, 1998, p. 131)<sup>56</sup>.

Tais adaptações precisarão, necessariamente, envolver toda a equipe da instituição – evitando a transferência de responsabilidades – e perpassar três níveis: o projeto-político-pedagógico, o currículo e as mudanças de atitudes individuais.

Não se trata de eliminar conteúdos, mas priorizar o que é essencial e, ao mesmo tempo, o que pode ser relevante para o estudante. Assim, não há necessidade de saturar os educandos com repetições, mas com desafios e problematização do trabalho, visando à apropriação de conceitos fundamentais. A realização das adaptações curriculares será o caminho para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes.

4 Currículo Funcional é aquele que facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, a participação em uma grande variedade de ambientes integrados (FALVEY, 1982).

5 PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 2ª ed., São Paulo, Plexus, 1998.

Os critérios de adaptação curricular são indicadores do que os estudantes devem aprender, de como e quando aprender, das distintas formas de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com ênfase na necessidade de previsão e provisão de recursos e apoio adequados.

As adaptações se distinguem em dois grupos:

### 6.1 ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS E DIDÁTICAS

Incidem sobre agrupamentos de estudantes, nos métodos, nas técnicas e estratégias de ensino e de aprendizagem, na avaliação e nas atividades programadas. Dizem respeito a:

Situar estudantes nos grupos com os quais possa trabalhar melhor;

Adotar métodos e técnicas de ensino e de aprendizagem específicas para o estudante, na operacionalização dos conteúdos curriculares, sem prejuízo para as atividades docentes;

Utilizar técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação da classe, quando necessário, sem alterar os objetivos da avaliação nem seu conteúdo;

Propiciar apoio físico, visual, verbal e gestual ao estudante impedido, temporária ou permanentemente, em suas capacidades, de modo a permitir a realização das atividades escolares e do processo avaliativo. O apoio pode ser oferecido pelo professor regente, pelo Monitor Apoio de Educação Especial, professor de sala de recursos multifuncionais, outro profissional ou pelos próprios colegas;

Introduzir atividades individuais complementares para o estudante alcançar os objetivos comuns aos demais colegas, Essas atividades podem realizar-se na própria sala de aula, na sala de recursos ou por meio do atendimento itinerante, devendo realizar-se de forma conjunta com os professores regentes das diversas áreas, a família ou os colegas;

Introduzir atividades complementares específicas para o estudante, individualmente ou em grupo, que possam ser realizadas nas salas de recursos ou por meio do atendimento itinerante;

Eliminar atividades que não beneficiem o estudante ou restrinjam sua participação ativa e real ou, ainda, as que ele esteja impossibilitado de executar;

Suprimir objetivos e conteúdos curriculares que não possam ser alcançados pelo estudante em razão de sua deficiência, substituindo-os por outros acessíveis, significativos e básicos.

### 6.2 ADAPTAÇÕES NOS CONTEÚDOS CURRICULARES NO PROCESSO AVALIATIVO

São adaptações individuais dentro da programação regular, considerando os objetivos, os conteúdos e os critérios de avaliação para responder às necessidades de cada estudante. Consistem essas adaptações em:

Adequar os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, modificando-os de modo a considerar, na sua consecução, a capacidade do estudante em relação ao proposto para os demais colegas;

Priorizar determinados objetivos, conteúdos e critérios de avaliação;

Dar ênfase a objetivos concernentes à(s) deficiência(s) do estudante não abandonando os objetivos definidos para o seu grupo, mas acrescentado aqueles relativos às complementações curriculares específicas, para a minimização de suas dificuldades e desenvolvimento do seu potencial;

Mudar a temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação de desempenho do estudante em Língua Portuguesa, na modalidade escrita - considerar que o estudante surdo pode alcançar os objetivos comuns do grupo, em um período mais longo de tempo. Desse modo, deve-lhe ser concedido o tempo necessário para o processo ensino e aprendizagem e para o desenvolvimento das suas habilidades, considerando a deficiência que possui. Por meio dos critérios de avaliação correspondentes, pode-se verificar a consecução dos objetivos propostos ao longo do ano letivo, ou



pelo período de duração do curso frequentado pelo estudante;  
É necessário considerar como ações indispensáveis do processo educativo junto aos estudantes com deficiência, transtornos, síndromes ou superdotação que as adaptações curriculares devem ser precedidas de uma rigorosa avaliação do estudante nos seguintes aspectos:

Competência acadêmica;

Desenvolvimento biológico, intelectual, motor, linguístico, emocional, competência social e interpessoal;

Motivação para os estudos, entre outros que indiquem ser as adaptações realmente indispensáveis a sua educação;

Outros fatores são necessários para que se efetive um processo de adaptação curricular que atenda aos interesses e necessidades dos estudantes, tais como:

É imprescindível que se analise o contexto, escolar e familiar, a fim de que possa haver mudanças adaptativas necessárias à educação do estudante;

As avaliações relativas às condições do estudante e do seu contexto escolar e familiar devem ser realizadas pela equipe docente e técnica da unidade escolar, com a orientação do corpo dirigente, contando com o apoio da Secretaria de Educação (responsável pela Educação Especial e equipe multiprofissional), se necessário;  
As adaptações curriculares devem estar contextualizadas e justificadas em registros documentais que integram a pasta do estudante;

As programações individuais do estudante devem ser definidas, organizadas e realizadas de modo a não prejudicar sua escolarização, seu sucesso e promoção escolar, bem como sua socialização. As seguintes premissas devem ser observadas, tanto nas adaptações curriculares e avaliativas, como nas formas de apoio destinadas ao estudante com necessidades de atendimento a partir da adaptação curricular:

Partir sempre de uma avaliação médico-psicopedagógica e de um estudo de caso do estudante que orientem para um encaminhamento adequado às suas necessidades especiais;

Buscar ao máximo um processo educativo pautado no princípio da normalização, ou seja, pautado no currículo regular;

Evitar o afastamento do estudante das situações normais da ação educativa e do seu grupo de colegas, assegurando uma educação mais normalizadora;

Criar um ambiente favorável à aprendizagem do estudante e a sua integração escolar.

Abaixo, segue uma proposta (que pode ser alterada) de formulário individual de registro de adaptação curricular para que a escola se organize e registre o trabalho pedagógico a fim de justificar possíveis terminalidades ou temporalidades, se for o caso.

Se o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar definir ser necessário, o Relatório Individual de Adaptações Curriculares poderá ainda, conter as seguintes informações:

Identificação do estudante (nome, data de nascimento, filiação);

Endereço

Contatos (Telefones dos pais e/ou responsáveis);

Tipo e grau da deficiência que possui.

Informações sobre a Escolarização:

Dados do estabelecimento de ensino atualmente matriculado (série, turma, turno);

Dados anteriores à escolarização ("vida particular");

Apoio especializado ou não especializado atual e anterior para a escolarização.

Informações sobre atendimentos ou tratamentos recebidos atualmente e no passado.

Indicação das Adaptações Curriculares anteriores.

Necessidades atuais de Adaptação Curricular e/ou de Acesso ao Currículo.

Período indicado para as adaptações, duração prevista para o curso e nível.

Modalidades de apoio (atendimento em instituições especializadas, sala de recursos multifuncionais, etc.).

Critérios de avaliação adotados.

Fontes documentais utilizadas - pareceres, laudos, relatórios, histórico escolar, dentre outros, podem ser anexados ao Relatório Individual das Adaptações Curriculares.

Equipe responsável pela indicação das adaptações - registrar os nomes dos integrantes do grupo proponente das adaptações e as funções exercidas na Instituição. Identificar profissionais envolvidos (se houver), suas profissões e o tipo de atuação com o estudante.

O Relatório Individual de Adaptação Curricular compõe a pasta do estudante (inclusive para acompanhar transferência), devendo ficar acessível aos seus professores, familiares e órgãos de supervisão escolar.

O documento levará a assinatura: da equipe envolvida nas decisões, do diretor do estabelecimento de ensino e do estudante ou de seu responsável.

Aliado ao processo de adaptação curricular é imprescindível que a escola qualifique o processo de garantia da acessibilidade que é um direito humano e está em emergência no momento.

Não se podem dissociar dois conceitos fundamentais: acessibilidade e inclusão, na medida em que se deseja discutir e preconizar a participação de todos. Intimamente relacionados, estes conceitos apregoam não apenas uma mudança de paradigma, mas a desconstrução das práticas até então adotadas, devendo refletir o que emana das novas relações e de suas múltiplas e enriquecedoras diferenças.

A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético-político, a solidariedade e a emancipação. (2001, p. 18)7

A avaliação dos alunos com deficiência deve variar segundo suas características e a modalidade de atendimento escolar oferecida, respeitadas as especialidades de cada caso, no que tange às necessidades de recursos e equipamentos especializados para a avaliação de desempenho.

O processo de avaliação será permanente e contínuo, privilegiando a visão do aluno e os registros efetuados no seu decorrer, objetivando:

Diagnosticar a situação de aprendizagem dos alunos, estabelecendo objetivos norteadores da prática pedagógica;

Identificar avanços e dificuldades dos alunos quanto à apropriação, construção e recriação do conhecimento;

A reflexão do que foi planejado e realizado;

A transparência do processo junto aos alunos, pais e responsáveis;

Concretizar a promoção dos alunos com embasamento do processo criterioso de avaliação.

Garantia aos alunos e familiares, do acesso aos registros do processo de avaliação do desempenho e do seu rendimento escolar.

O processo de avaliação e promoção do aluno dar-se-á de acordo com a observância às especificidades de cada deficiência, conforme:

Para a deficiência sensorial, os aspectos abaixo devem ser considerados:

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) deve ser instituída como primeira língua para o aluno portador de deficiência auditiva;

A avaliação da produção escrita do aluno portador de deficiência auditiva deve levar em condição que a língua portuguesa para este aluno se constitui numa segunda língua.

O aluno deficiente visual terá como apoio no processo de leitura e escrita o sistema Braille ou outro equipamento equivalente, cuja tradução deve ser feita pelo próprio professor regente ou através de outro profissional (monitor).

O sentido da visão para o deficiente auditivo e o da audição para o deficiente visual devem ser considerados como fatores preponderantes na avaliação desse aluno.

A avaliação do aluno com deficiência física deve-se respeitar os 7 BRASIL, MEC. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. MEC – SEESP, 2001, p. 18

seus limites motores.

A avaliação e promoção do aluno com déficit intelectual deve observar critérios dispostos em graus de prioridade: idade cronológica, maturidade física e social, experiência de vida e aprendizagem escolar.

A avaliação do aluno com múltipla deficiência deve respeitar os limites das deficiências que porta.

Os alunos com deficiência mental, os alunos que apresentarem condutas típicas e alunos com altas habilidades/superdotação serão avaliados em função de seus níveis de desenvolvimento geral e pessoal, considerados os conteúdos curriculares mínimos e os níveis de competência social, por eles alcançados.

Aplica-se aos alunos da modalidade de educação especial, as mesmas regras previstas no regimento da escola para fins de classificação em qualquer série ou etapa, independente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola.

Os critérios de avaliação e de promoção, com base no aproveitamento escolar, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 24); não poderão ser organizados de forma a descumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V, CF. Os alunos com deficiência, integrados nas classes comuns estarão sujeitos aos critérios e instrumentos de avaliação adotados para os demais alunos mas, com utilização de formas alternativas de comunicação e adaptação dos materiais didáticos e dos ambientes físicos às suas necessidades, considerando-se condições especiais de avaliação as seguintes alterações ao regime educativo comum:

Tipo de prova ou outro instrumento de avaliação;

Forma ou meio de expressão do aluno (escrita, oralizada...);

Periodicidade (diária, semanal, mensal, bimestral);

Duração (horas seguidas, horas com espaçamento...);

Local de execução (sala de aula, outro ambiente escolar).

## 6.2 FORMULÁRIO INDIVIDUAL DE REGISTRO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Nome Completo do estudante:	
Data de Nascimento:	Ano/Turma/Turno:
Escola:	Professor (a):
Disciplina:	Bimestre:

Justificativa para Adaptação Curricular:

--	--

INDICADORES	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ESCOLAR DO ESTUDANTE
PERCEPÇÃO	
MOTRICIDADE	

DESENVOLVIMENTO VERBAL	
MEMÓRIA	
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-EMOCIONAL	

\_\_\_\_° BIMESTRE DE \_\_\_\_

Assinale as adequações sugeridas, podendo ser apontado mais de um item por tópico.

Adequações Curriculares de Pequeno Porte (Metodológicas e Didáticas)	Adequações Curriculares de Grande Porte (Processo Pedagógico e Avaliativo)
<b>Organizativas:</b> Organização dos agrupamentos de estudantes (tamanho/homogeneidade/heterogeneidade) Organização dos recursos didáticos Organização do espaço físico e condições ambientais  <b>Relativas aos Objetivos e Conteúdos:</b> Priorização de áreas ou unidades de conteúdos Priorização de tipos de conteúdos Priorização de objetivos Reformulação da sequência de conteúdos Eliminação de conteúdos secundários  <b>Relativas aos Procedimentos Didáticos e Atividades</b> Modificação de procedimentos Introdução de atividades alternativas às previstas Introdução de atividades complementares às previstas Modificação do nível de complexidade das atividades Eliminação de componentes das atividades Modificação da sequência da tarefa Facilitação dos planos de ação Adaptação dos materiais utilizados Modificação da seleção dos materiais previstos  <b>Avaliativas:</b> Adaptação de técnicas, instrumentos e procedimentos Modificação de técnicas e instrumentos  <b>Relativas à Temporalidade:</b> Aumento do tempo previsto para o trato de determinados objetivos Diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos	<b>Relativas aos Objetivos:</b> Eliminação de objetivos básicos Introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos  <b>Relativas aos Conteúdos:</b> Introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos (substituição) Eliminação de conteúdos básicos do currículo  <b>Relativas à Metodologia e Organização Didática:</b> Introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem Organização diferenciada da sala de aula Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo  <b>Avaliativas:</b> Introdução de critérios específicos de avaliação Eliminação de critérios gerais de avaliação Adaptações de critérios regulares de avaliação Modificação dos critérios de promoção  <b>Relativas à Temporalidade:</b> Prolongamento de um ano ou mais de permanência do estudante na mesma série ou no ciclo (retenção)

Especificações das adaptações de realizadas:

ADEQUAÇÃO

	Em sala de aula	No contexto escolar
Espaço Físico e Condições Ambientais		
Recursos Materiais/Didáticos		
Metodologia e Procedimentos Didáticos		

Objetivos priorizados neste bimestre:

Conteúdos priorizados neste bimestre:

Avaliação:

Sugestões e Encaminhamentos:

Observações Gerais:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Professor	Responsável pelo APRENDESCOLA
-----------	-------------------------------

## 7. SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS CONDIÇÕES BÁSICAS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A contratação de profissionais indicados nos itens 3.1 e 3.2, desse programa, para atuação nas escolas, nas salas de recursos multifuncionais, na sala de reforço, ou nas salas regulares para o serviço apoio de Educação Especial, acontecerá de acordo com:

O registro da demanda indicado após o período oficial de matrículas para o ano subsequente;

Renovação de matrícula;

Matrícula a partir de transferência;

Indicação ocorrida no decorrer do ano letivo, a partir de laudo médico oficial;

Indicação ocorrida no decorrer do ano letivo a partir de diagnóstico de leitura, escrita e cálculo aplicado pela SEMED, ou indicado pelo professor regente.

### 7.1 DOS CRITÉRIOS PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Os profissionais efetivos poderão ser remanejados para atuar nas salas de recursos multifuncionais ou nas salas de reforço escolar, desde que haja interesse de ambas as partes e atenda ao perfil indicado a seguir ou, serão contratados por meio de processo seletivo para atuação em caráter temporário, conforme dispõe a organização da estrutura administrativa da Prefeitura de Ilhota.

Além do conhecimento indicado na seleção por meio de provas de conhecimentos gerais e específicos, a Rede Municipal de Ensino de Ilhota, considerará o quadro a seguir para determinar a habilitação, local de trabalho, carga horária e orientar as atividades dos profissionais a disposição do PROGRAMA.

## 8 ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS PROFISSIONAIS DIRETAMENTE ENVOLVIDOS O PROGRAMA

O Programa, dentre as suas competências, tem como missão promover acessibilidade, buscando inclusão, aprendizagem e a superação das barreiras pessoais que impedem o desenvolvimento e bem estar de cada sujeito. Para tanto, disponibilizar-se-á a ação conjunta de uma Equipe Multiprofissional conforme segue:

### PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais definindo cronograma e a carga horária individual ou em grupo;

Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum e com os demais profissionais da escola;

Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante e dar conhecimento à



família da proposta do AEE e do desempenho do estudante;  
Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;  
Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e das atividades de formação continuada organizadas pela Escola e/ou Secretaria Municipal de Educação;

Organizar e manter atualizados os registros de avaliação do estudante;

Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis aos fins educacionais e ao processo de ensino e de aprendizagem.

#### PROFESSOR DE REFORÇO ESCOLAR

Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de reforço;

Acompanhar e emitir pareceres, em parceria com a equipe pedagógica da escola, sobre a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

Executar as ações didáticas a partir da utilização de metodologias alternativas, analisando resultados para avançar no processo de aprendizagem dos estudantes com dificuldade de aprendizagem;

Elaborar plano de aula, individuais ou grupais, de acordo com as especificidades dos estudantes ou grupos de estudantes;

Utilizar material didático disponível na Unidade Escolar, bem como realizar a construção/elaboração de materiais alternativos para utilização nas atividades de reforço escolar;

Avaliar continuamente o desempenho dos estudantes e registrar a frequência, os conteúdos trabalhados e as metodologias utilizadas;

Participar das reuniões de pais;

Participar efetivamente dos encontros de formação e discussões pedagógicas realizadas pela equipe da Secretaria de Educação e pela equipe da Unidade Escolar;

Emitir pareceres de acordo com a determinação do projeto político pedagógico da unidade escolar;

Trabalhar e planejar as ações pedagógicas em parceria com o professor regente das turmas, estabelecendo um diálogo aberto, referente às principais dificuldades dos alunos;

#### MONITOR DE APOIO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Acompanhar, auxiliar e orientar os alunos nas atividades de vida diária, como: higiene, alimentação e locomoção.

Auxiliar o professor na realização das atividades junto a todos os alunos ora oferecendo suporte à turma para que o professor realize atividades com os alunos com deficiência; ora apoiando os alunos com deficiência na realização das atividades planejadas pelo professor regente.

Dar sugestões ao professor regente para a elaboração e execução do planejamento e material didático.

Cooperar com o professor na observação dos alunos com deficiência para o preenchimento da ficha de avaliação pedagógica.

Participar das formações continuadas oferecidas pela unidade escolar e Secretaria Municipal de Educação.

Participar das reuniões com os pais, sempre que necessário, para a promoção de ações referentes à rotina nas unidades de ensino.

Agir com ética, respeito e solidariedade perante os colegas de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.

Respeitar a singularidade e particularidade do educando, bem como criar situações que elevam a autoestima dos alunos, tratando-os com afetividade e fortalecendo o vínculo com o mesmo.

Ser assíduo e pontual, zelando pela postura profissional e cumprindo as normas da unidade de ensino.

Zelar pela ordem, disciplina, conservação do material didático e do

imóvel junto aos alunos, estimulando neles o senso de limpeza e organização.

Seguir as normas e determinações das unidades escolares e/ou Secretaria Municipal de Educação.

Participar integralmente da elaboração/reestruturação do projeto político pedagógico da unidade escolar e colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e comunidade.

Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

#### PROFESSOR COM PSICOPEDAGOGIA

Colaborar com a elaboração e acompanhamento da execução do planejamento curricular;

Colaborar com a promoção do aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando à construção das competências do docente;

Colaborar com a pesquisa e aplicação de estratégias para a recuperação dos estudantes de menor rendimento;

Caracterizar o perfil dos estudantes;

Desenvolver atividades para orientar o trabalho dos professores junto aos estudantes a fim de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento da personalidade infanto-juvenil;

Orientar os professores quanto à abordagem dos conteúdos junto aos estudantes com dificuldades de aprendizagem;

Identificar casos de desajustes sociais e procurar encaminhamentos que atendam as necessidades dos estudantes;

Participar de reuniões juntamente com a equipe gestora e a coordenação pedagógica para desenvolver estratégias de adequação de espaços, adaptação curricular de demais encaminhamentos necessários ao atendimento do estudante;

Orientar os professores quanto à elaboração de projetos pedagógicos específicos para a superação das dificuldades de aprendizagem;

Orientar o atendimento e, se necessário, atender individualmente ou em grupos os estudantes com dificuldades de aprendizagem das escolas municipais de ensino fundamental e de educação infantil.

Desenvolver estratégias pedagógicas junto aos professores buscando desenvolver ações didáticas que qualifiquem as práticas docentes de acompanhamento dos estudantes em todos os espaços pedagógicos da escola e de orientação de estudos fora do espaço escolar visando a qualificação das aprendizagens;

Planejar e realizar sessões de aconselhamento psicopedagógico individual com os estudantes;

Planejar e realizar sessões para avaliação diagnóstica individual com os estudantes;

Planejar e realizar sessões de acompanhamento psicopedagógico individual com os estudantes;

Planejar e promover orientações sobre os resultados alcançados pelos estudantes para o professor;

Planejar e realizar entrevista e promover orientação para os pais;

Participar do conselho de classe;

Propor e acompanhar a aplicação de metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Avaliar os processos de maturação cognoscitiva, psicomotora, linguística e grafoperceptiva dos estudantes;

Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar para sanar as dificuldades de aprendizagem.

Produzir material de apoio pedagógico;

Interpretar as relações que possibilitam ou impossibilitam a emergência dos processos ensinar e propor alterações.

#### FONOAUDIÓLOGO

Atuar de forma preventiva junto aos alunos e profissionais no magistério e da educação;

Orientar, estimular e detectar problemas na área de voz, de comunicação oral e escrita e audição, tendo como população-alvo alunos, pais e professores.

Otimizar o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e escrita.

Promover estratégias de prevenção, preservação e controle de abusos e riscos para a voz e a audição.

Estimular a eliminação de hábitos inadequados relacionados às alterações fonoaudiológicas.

Detectar precocemente alterações fonoaudiológicas relacionadas à audição, voz, motricidade orofacial e linguagem oral e escrita.

Encaminhar para profissionais, quando necessário e acompanhar os tratamentos externos à escola.

Realizar encaminhamentos a profissionais da Psicologia, Pedagogia, Medicina, Odontologia e Serviço Social para complementação de diagnóstico e melhor andamento do processo terapêutico dos alunos atendidos.

Orientar quanto aos cuidados com a voz.

Ensinar estratégias vocais para conservação e maximização da voz, durante o uso profissional.

Promover informações quanto às alterações fonoaudiológicas, como desenvolvimento normal da linguagem oral, leitura e escrita, e como estes podem ser otimizados em sala de aula.

Capacitar o profissional para detecção de possíveis alterações fonoaudiológicas que seus alunos venham a apresentar.

Encaminhar o professor que apresentar alterações vocais para profissionais especializados, acompanhando o tratamento.

Orientar e acompanhar o desenvolvimento normal da criança e as alterações fonoaudiológicas comuns na infância.

Realizar avaliação fonoaudiológica dos alunos encaminhados pelas Unidades Escolares e CEI's da Rede Municipal de Ensino.

Fornecer devolutiva para pais ou responsáveis do educando a respeito do diagnóstico fonoaudiológico da criança avaliada, assim como orientações que poderão auxiliar no processo terapêutico.

Estabelecer plano terapêutico das alterações de fala, linguagem oral ou escrita detectadas em avaliação fonoaudiológica.

Prestar assistência fonoaudiológica utilizando métodos e técnicas específicas que visem desenvolver a capacidade de comunicação dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Orientar professores do ensino regular, do serviço de Atendimento Educacional Especializado e monitores da Educação Especial no que se refere às alterações fonoaudiológicas verificadas em seus alunos.

Participar na discussão de casos, colaborando com a equipe multiprofissional, buscando obter subsídios para melhoria dos serviços prestados aos educandos da Rede Municipal.

Planejar e desenvolver treinamentos, palestras e orientações que favoreçam a prevenção das alterações de comunicação oral, escrita, voz e audição, direcionando-as à pais, professores e demais profissionais envolvidos.

## PSICÓLOGO

Contribuir, através da sua intervenção especializada, para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal;

Conceber e participar na definição de estratégias e na aplicação de procedimentos de orientação educativa que promovam o acompanhamento do aluno ao longo do seu percurso escolar;

Intervir, a nível psicológico e psicopedagógico, na observação, orientação e apoio dos alunos, promovendo a cooperação de professores, pais e encarregados de educação em articulação com os recursos da comunidade;

Participar nos processos de avaliação multidisciplinar e interdisciplinar, tendo em vista a elaboração de programas educativos individuais, e acompanhar a sua concretização;

Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual ou de grupo;

Colaborar no levantamento de necessidades da comunidade educativa com o fim de propor a realização de ações de prevenção e

medidas educativas adequadas, designadamente a situação específica de alunos também escolarizados no estrangeiro ou cujos pais residam e trabalhem fora do País;

Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação do pessoal docente e não docente;

Colaborar no estudo, concepção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo e acompanhar o desenvolvimento de projetos.

Desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a exploração e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipas e ao crescimento individual de seus integrantes.

Elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento.

Planejar, executar e/ou participar de pesquisas relacionadas a compreensão de processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da clientela, visando a atualização e reconstrução do projeto pedagógico da escola, relevante para o ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, com a finalidade de fundamentar a atuação crítica do Psicólogo, dos professores e usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos, ou complementares.

Participar do trabalho das equipas de planeamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como, participar da constante avaliação e do redirecionamento dos planos, e práticas educacionais implementados.

Desenvolver programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho.

Diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminhar, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade.

Supervisionar, orientar e executar trabalhos na área de Psicologia Educacional.

Realizar avaliações psicológicas de alunos da Rede Municipal de Ensino que apresentam dificuldades de aprendizagem, mediante encaminhamento das escolas e dos Centros de Educação Infantil (CEIs);

Colaborar para a mudança do comportamento de educadores e educandos no processo de ensino aprendizagem através da discussão dos casos avaliados, juntamente com pedagogos (as), orientadores (as), professores (as) e Assistente Social ao Educando;

Realizar, quando necessário, encaminhamentos das crianças, adolescentes e seus familiares para outros setores da rede;

Realizar orientações e intervenções junto à família das crianças e adolescentes quando necessário;

Auxiliar segundos (as) professores (as) e professores (as) que trabalham junto ao Atendimento Educacional Especializado;

Promover palestras junto às crianças, adolescentes, professores e pais que objetivem contribuir no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças e adolescentes;

Desenvolver, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto realização e o exercício da cidadania consciente.

## 9. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

O reforço escolar acontecerá, preferencialmente, em contraturno para alunos que não conseguiram assimilar determinados conteúdos, principalmente em matemática e português. O reforço escolar não se restringe a alunos com dificuldades de aprendizagem. A aprendizagem de todos os alunos é o maior objetivo do reforço escolar. É uma ação que deve consolidar e ampliar conhecimentos, enriquecer as experiências culturais e sociais dos alunos e ajudá-los a vencer obstáculos em sua aprendizagem, favorecendo o sucesso escolar.

A Sala de Recursos Multifuncionais<sup>8</sup>, oferecerá atendimento especializado nas áreas de deficiências mental, auditiva, visual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, criando condições para a plena participação e aprendizagem de todos os alunos matriculados nas salas regulares de ensino da própria escola e outras circunvizinhas.

### AÇÕES

Os profissionais envolvidos realizarão as seguintes ações anuais: Planejar as ações anuais individuais para cada aluno cadastrado; Realizar planejamento junto a Escola e/ou Secretaria da Educação. A sala de recursos multifuncionais atender duas vezes por semana cada aluno, com duração de uma hora e trinta minutos, individual ou em grupo conforme necessidade específica.

Organizar portfólio para melhor acompanhamento do desenvolvimento de cada aluno.

Confeccionar material didático conforme necessidade.

Adaptar material didático de acordo com a necessidade do aluno

Elaborar relatório bimestral de cada aluno.

Participar das reuniões, conselhos e atividades desenvolvidas pela escola.

Participar de cursos de formação continuada.

Realizar reuniões semestrais com os pais dos alunos atendidos.

Realizar oficinas e/ou cursos específicos para os professores.

## 10. QUADRO DE CARGO, VENCIMENTO, FUNÇÕES...

CARGO	Professor de AEE para atuar nas salas de recursos multifuncionais
VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 40 HORAS	Para efetivos: Nível de referência do servidor na tabela de vencimento do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Ilhota SC.  Para os contratados: Conforme rege a legislação em vigor que trata da contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para o Magistério Municipal de Ilhota.
HABILITAÇÃO MÍNIMA	Curso de Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Curso de Pedagogia com especialização em AEE ou Curso de Pedagogia com habilitação em Educação Especial e Psicopedagogia de, no mínimo, 360 horas.
CRITÉRIOS	Profissional de carreira que atenda as especificidades da habilitação mínima; Profissional contratado que atenda as especificidades da habilitação mínima;

PERFIL DESEJADO	Pró-Ativo; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Leitor; Dinâmico Criativo Com Iniciativa Flexibilidade Liderança Saber lidar com o público Capacidade redacional Ter fluência verbal Saber trabalhar em equipe Contornar situações adversas Transmitir segurança Informática Básica; Habilidade para construção de material pedagógico alternativo; Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais; Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos
-----------------	---

QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	3 vagas de 20 horas e, 3 vagas de 40 horas
---	---

CONDICÕES GERAIS	Os profissionais contratados para 20 horas semanais deverão ter disponibilidade de trabalho em turnos alternados, conforme a necessidade do atendimento.
---------------------	--

CONDICÕES GERAIS	O professor de AEE fará jus a regência de classe, conforme trata a legislação em vigor que rege o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério público municipal de Ilhota SC
---------------------	--

CONDICÕES GERAIS	Terá direito a 1/3 da jornada de trabalho de horas atividade
---------------------	--

CARGO	Professor de Reforço Escolar
-------	------------------------------

VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 40 HORAS	Para efetivos: Nível de referência do servidor na tabela de vencimento do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Ilhota SC.
---	--

VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 40 HORAS	Para os contratados: Conforme rege a legislação em vigor que trata da contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para o Magistério Municipal de Ilhota.
---	--

HABILITAÇÃO MÍNIMA	Licenciatura Plena em Pedagogia.
-----------------------	----------------------------------

CRITÉRIOS	Profissional de carreira que atenda as especificidades da habilitação mínima; Profissional contratado que atenda as especificidades da habilitação mínima;
-----------	---

<sup>8</sup> Regulamentada sua criação pela Portaria Normativa nº-13, de 24 de abril de 2007

	Pró-Ativo; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Leitor; Dinamismo Criatividade Iniciativa Flexibilidade Liderança Saber lidar com o público Capacidade redacional Ter fluência verbal Saber trabalhar em equipe Contornar situações adversas Transmitir segurança Informática Básica; Habilidade para construção de material pedagógico alternativo; Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais; Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos
PERFIL DESEJADO	
QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	4 vagas de 20 horas ou 4 vagas de 40 horas
	Os profissionais contratados para 20 horas semanais deverão ter disponibilidade de trabalho em turnos alternados, conforme a necessidade do atendimento. O professor de reforço escolar fará jus a regência de classe, conforme trata a legislação em vigor que rege o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério público municipal de Ilhota SC. Terá direito a 1/3 da jornada de trabalho de horas atividade Pode ser efetivo na Secretaria de Educação, mas não no Programa, sendo assim voltará ao seu cargo de origem, função e vencimento de acordo com seu nível/referênciaa qualquer momento.
CONDIÇÕES GERAIS	
CARGO	MONITORES DE APOIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 40 HORAS	Equivalente 70% (setenta por cento), do valor do vencimento inicial estabelecido para o "Professor I-1", nos termos da legislação que estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, atendendo a carga horária de contratação do servidor de 40 horas semanais, ou 20 horas respeitando a remuneração referente as respectivas cargas horárias.
HABILITAÇÃO MÍNIMA	Ensino Médio com curso de Instrutor de Libras ou Ensino Médio com curso de Instrutor de Ledor Ensino Médio com curso de formação, mínima de 80 horas, na área de educação especial. Ensino Médio.
CRITÉRIOS	Profissional contratado que atenda as especificidades da habilitação mínima desde que haja a indicação da necessidade de contratação por identificação de estudante com as características listadas nesse Programa;

	Pró-Ativo; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Leitor; Dinamismo Criatividade Iniciativa Flexibilidade Liderança Saber lidar com o público Capacidade redacional Ter fluência verbal Saber trabalhar em equipe Contornar situações adversas Transmitir segurança Informática Básica; Habilidade para construção de material pedagógico alternativo; Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais; Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos
PERFIL DESEJADO	
QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	10 vagas de 20 horas e 10 vagas de 40 horas Obs.: desde que haja a indicação da necessidade de contratação por identificação de estudante com as características listadas nesse Programa;
	O monitor de apoio de educação especial não fará jus a regência de classe, uma vez que não é professor, mas um profissional de apoio. Não será efetivo, pois as matrículas de crianças com necessidades especiais alteram anualmente.
CONDIÇÕES GERAIS	Não terá direito a 1/3 da jornada de trabalho de horas atividade
CARGO	Professor com Especialização em Psicopedagogia Institucional
VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 40 HORAS	Para efetivos: Nível de referência do servidor na tabela de vencimento do plano de carreira e remuneração do magistério público municipal de Ilhota SC. Para os contratados: Conforme rege a legislação em vigor que trata da contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para o Magistério Municipal de Ilhota.
HABILITAÇÃO MÍNIMA	Licenciatura Pedagogia com pós-graduação em nível de especialização em Psicopedagogia Institucional
CRITÉRIOS	Profissional de carreira que atenda as especificidades da habilitação mínima; Profissional contratado que atenda as especificidades da habilitação mínima;



PERFIL DESEJADO	Pró-Ativo; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Leitor; Dinamismo Criatividade Iniciativa Flexibilidade Liderança Saber lidar com o público Capacidade redacional Ter fluência verbal Saber trabalhar em equipe Contornar situações adversas Transmitir segurança Informática Básica; Habilidade para construção de material pedagógico alternativo; Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais; Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos
-----------------	--

QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	01 vaga de 40 horas semanais ou 02 vagas de 20 horas semanais Obs.: desde que haja a indicação da necessidade de contratação por identificação de estudante com as características listadas nesse Programa;
-------------------------------------	---

CONDIÇÕES GERAIS	O professor com psicopedagogia não fará jus a regência de classe, uma vez que trata-se de um profissional de apoio, cujas atribuições específicas estão indicadas nesse programa. Não terá direito a 1/3 da jornada de trabalho de horas atividade, pois não atuará em sala de aula regular. Os profissionais contratados deverão ter disponibilidade de deslocamento para prestar serviço a mais de um estabelecimento de ensino. Não serão efetivos, pois aqui trata-se de um Programa
------------------	---

CARGO	Professor Formador
-------	--------------------

VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 10 HORAS MENSAIS	Efetivo ou contratado R\$ 700,00
HABILITAÇÃO MÍNIMA	Especialista ou Mestre.
CRITÉRIOS	Profissional de carreira que atenda as especificidades da habilitação mínima; Profissional contratado que atenda as especificidades da habilitação mínima;

PERFIL DESEJADO	Pró-Ativo; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Leitor; Dinamismo Criatividade Iniciativa Flexibilidade Liderança Saber lidar com o público Capacidade redacional Ter fluência verbal Saber trabalhar em equipe Contornar situações adversas Transmitir segurança Informática Básica; Habilidade para construção de material pedagógico alternativo; Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais; Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos
-----------------	--

QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	4 vagas de 10 horas mensais ou 2 vagas de 20 horas mensais
-------------------------------------	---

CONDIÇÕES GERAIS	Os profissionais contratados para 20 horas mensais deverão ter disponibilidade de trabalho em turnos alternados, conforme a necessidade do atendimento.
------------------	---

CONDIÇÕES GERAIS	O professor formador deverá prestar formação aos profissionais envolvidos no programa e assessoria técnico-pedagógica aos profissionais da secretaria municipal de Educação.
------------------	--

CARGO	Psicólogo
-------	-----------

VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 20 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.300,00
--	--------------

HABILITAÇÃO MÍNIMA	Curso superior na área específica
--------------------	-----------------------------------

CRITÉRIOS	Efetivo ou contratado
-----------	-----------------------

PERFIL DESEJADO	Pró-Ativo; Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos; Leitor; Dinamismo Criatividade Iniciativa Flexibilidade Liderança Saber lidar com o público Capacidade redacional Ter fluência verbal Saber trabalhar em equipe Contornar situações adversas Transmitir segurança Informática Básica; Habilidade para construção de material pedagógico alternativo; Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais; Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos
-----------------	--

QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	04 vagas de 20 horas Obs.: desde que haja a indicação da necessidade de contratação por identificação de estudante com as características listadas nesse Programa;
-------------------------------------	---

CONDIÇÕES GERAIS	É um profissional de APOIO.
	Pode ser efetivo na Secretaria de Educação, mas não no Programa, sendo assim voltará ao seu local de atendimento de origem, função e salário a qualquer momento
	Os profissionais contratados deverão ter disponibilidade de deslocamento para prestar serviço a mais de um estabelecimento de ensino.

CARGO	Fonoaudiólogo
VENCIMENTO/ SALÁRIO PARA 20 HORAS	R\$ 1.300,00
HABILITAÇÃO MÍNIMA	Curso superior na área específica
CRITÉRIOS	Efetivo ou contratado

PERFIL DESEJADO	Pró-Ativo;
	Disponibilidade para participar de cursos e treinamentos;
	Leitor;
	Dinamismo
	Criatividade
	Iniciativa
	Flexibilidade
	Liderança
	Saber lidar com o público
	Capacidade redacional
QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	Ter fluência verbal
	Saber trabalhar em equipe
	Contornar situações adversas
	Transmitir segurança
	Informática Básica;
	Habilidade para construção de material pedagógico alternativo;
CONDIÇÕES GERAIS	Habilidade para trabalhar com os pais e demais profissionais;
	Habilidade para montar relatórios e pareceres avaliativos

QUANTIDADE DE VAGAS E CARGA HORÁRIA	01 vaga de 40 horas semanais ou 02 vagas de 20 horas semanais.
	Obs.: desde que haja a indicação da necessidade de contratação por identificação de estudante com as características listadas nesse Programa;
CONDIÇÕES GERAIS	É um profissional de APOIO.
	Pode ser efetivo na Secretaria de Educação, mas não no Programa, sendo assim voltará ao seu local de atendimento de origem, função e salário a qualquer momento
	Os profissionais contratados deverão ter disponibilidade de deslocamento para prestar serviço a mais de um estabelecimento de ensino.

## Imbituba

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Ato da Presidência N° 054/13

Ato da Presidência nº 054/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 39ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a

realizar-se no dia 18 de novembro de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Men- sagem	Modalida- de/Nº	Data	Ori- gem	Auto- ria	Ementa	Trami- tação	Discus- são	Vota- ção
106	PL nº 4.437/2013	15/10/13	Exe- cutivo Muni- cipal	Jai- son de Cardo- so de Souza	Estima a Re- ceita e fixa a Despesa do Município de Imbitu- ba para o Exercício de 2014.	Ur- gência Espe- cial	1ª	1ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 14 de novembro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA Presidente	LUÍZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA Vice-Presidente
ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT Primeira-Secretária	ROGBERTO DE FARIAS PIRES Segundo-Secretário

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### Lei N°. 1728 de 18 de Novembro de 2.013

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 132 e inciso I do artigo 130 da Lei Orgânica Municipal e inciso III do artigo 137 da Lei Complementar nº 01/2002 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar acordo de cooperação técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a execução de ações diretamente ligadas aos trabalhos na área de inspeção de produtos de origem animal no município

Art. 2º Em razão do Acordo de Cooperação Técnica, competirá ao Município ceder e remunerar médicos veterinários e técnicos de nível médio, que serão treinados e utilizados pelo Ministério, para a consecução do objetivo do acordo.

Art. 3º A concessão de uso, autorizada nos termos desta Lei, processar-se-á pelo prazo de 05 (cinco) anos, mediante assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.

Parágrafo 1º Contar-se-á o prazo do Acordo a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo 2º Decorrido o prazo do Acordo, e verificada situação



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



que recomende a prorrogação ou que se firme novo acordo, poderá o Prefeito Municipal fazê-lo, desde que justificada a decisão.

Art. 4º O acordo de cooperação será processado mediante a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre o Município de Ipumirim e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observadas as cláusulas do instrumento.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário

Ipumirim-SC, 18 de novembro de 2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 443/2013 de 18 de Novembro de 2013.**  
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A ALINE FALABRETTI, matrícula 1876-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 18/10/2011 a 17/10/2012 e gozo de 18/11/2013 a 02/12/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18/11/2013.

Ipumirim - SC, 18 de novembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 444/2013 de 18 de Novembro de 2013.**  
CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE PROFESSORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**CONTRATA**

ELUANA SCHWERTZ, sob a Matrícula 2198-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.398.339-4 e do CPF 085.765.889-19, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 18/11/2013 até a volta da titular Sandra Casagrande que esta em Licença.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/11/2013.

Ipumirim - SC, 18 de novembro de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Ata de Reunião de Julgamento do PL 52, PP 26-2013/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2013 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 52/2013</b> <b>Data do Processo: 25/10/2013</b>
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 34/2013 (Sequência: 2)**

Ao(s) 8 de Novembro de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 52/2013, Licitação nº 26/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos oito dias do mês de novembro de 2013, às nove horas, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua equipe de apoio, constituída pela funcionária pública Jucilene Goldoni Caliar, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: NEIVALDO ZAMPRONIO & CIA LTDA ME, LIGHT LIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA ME e QUARK ENGENHARIA LTDA EPP. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº. NEIVALDO ZAMPRONIO sócio proprietário da empresa NEIVALDO ZAMPRONIO & CIA LTDA ME, o Srº. ROGÉRIO CAMARGO procurador da empresa QUARK ENGENHARIA LTDA EPP e o Srº MIGUEL ANGELO FREY procurador da empresa LIGHT LIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA ME. Credencia-se como Micro Empresa todas as empresas acima citadas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início às fases dos lances verbais, os quais estão em planilhas rubricadas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. O representante da empresa QUARK ENGENHARIA LTDA EPP, manifesta interesse em impugnar a documentação quanto ao Atestado de Capacidade Técnico da empresa NEIVALDO ZAMPRONIO & CIA LTDA ME, por não atender o item 6.3.2 do edital. Dessa forma abre-se prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recursos conforme, artigo 4º parágrafo XVIII a Lei 10.520/2002. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presente ao final da sessão.

**LOTE: 1**

**Participante: 9320 - NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Mão de obra e serviço manutenção e instalação rede Iluminação Pública	H	600,00		0,0000	19,6637	11.798,20
2	Braço comum IP 25x1000mm	UN	50,00	MILANO	0,0000	13,7646	688,23
3	Braço comum IP 25x3000mm	UN	30,00	MILANO	0,0000	61,7931	1.853,79
4	Chave IP 1x50A 250V	UN	20,00	EXATRON	0,0000	132,7299	2.654,60
5	Chave IP 2x30A 250V	UN	10,00	EXATRON	0,0000	136,6626	1.366,63
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v	M	300,00	ELETROLIGHT	0,0000	0,5899	176,97
7	Fita isolante adesiva 20m	UN	100,00	FAME	0,0000	2,9496	294,96
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m	UN	50,00	PRISMIAN	0,0000	11,7982	589,91
9	Lâmpada VS 150W	UN	150,00	OSRON	0,0000	14,7379	2.210,69
10	Lâmpada VS 250W	UN	150,00	OSRON	0,0000	16,7043	2.505,65
11	Lâmpada VS 400W	UN	80,00	OSRON	0,0000	17,6875	1.415,00
12	Lâmpada VS 70w	UN	350,00	OSRON	0,0000	11,6212	4.067,42
13	Luminária fechada policarbonato e-27	UN	20,00	ILUMATIC	0,0000	62,9238	1.258,48
14	Luminária fechada policarbonato e-40	UN	30,00	ILUMATIC	0,0000	78,6547	2.359,64
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP	UN	120,00	DEMAPE	0,0000	44,2433	5.309,20
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP	UN	150,00	DEMAPE	0,0000	49,0117	7.351,76
17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP	UN	80,00	DEMAPE	0,0000	68,8229	5.505,83
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP	UN	220,00	DEMAPE	0,0000	37,361	8.219,42
19	Receptáculo porcelana E-27	UN	30,00	GERMER	0,0000	4,9159	147,48
20	Relé fotoelétrico com base NF 220V	UN	320,00	EXATRON	0,0000	12,7814	4.090,05
21	Base para rele Fotoelétrico	UN	40,00	EXATRON	0,0000	5,8893	235,57
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm	UN	100,00	MILENIO	0,0000	3,9327	393,27
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm	UN	100,00	MILENIO	0,0000	3,9327	393,27
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm	UN	100,00	MILENIO	0,0000	4,9061	490,61



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 26/2013 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 52/2013  
Data do Processo: 25/10/2013

Folha: 2/2

**LOTE: 1****Participante: 9320 - NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm	UN	100,00	INTELI	0,0000	4,8963	489,63
26	Conector cunha tipo I	UN	100,00	INTELI	0,0000	3,9229	392,29
27	Conector cunha tipo B	UN	100,00	INTELI	0,0000	3,9229	392,29
28	Arruela quadrada 38x38	UN	100,00	MECRIL	0,0000	0,4916	49,16

**Total do Participante ----->** 66.700,00**Total Geral ----->** 66.700,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 8 de Novembro de 2013

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

# **Processo de Licitação N° 54/2013, Pregão Presencial N° 28/2013/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 54/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 29/11/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 29/11/2013. Objeto da licitação: Locação de serviço de horas Máquinas( motoniveladora, escavadeira hidráulica, rolo compactador e caminhões caçamba) para revitalização e recuperação da estrada geral que liga o Município de Ipumirim até a ponte da divisa com Passo do Irani Município de Vargeão numa extensão de aproximadamente 18km, conforme descrição anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo &gt; licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/11/2013

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

## **Extrato da Ata de Reg. de Preços do PL 52, PP 26/2013/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 52/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2013, do PROCESSO N° 52/2013, homologado aos 18 de novembro de 2013, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2013.52.9320 de 18 de novembro de 2013

FORNECEDOR: NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME, situada na TRAVESSA DAS LAGOAS N° 80, Município de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ sob n. 10.926.473/0001-78 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n° 255.883.625, representado pelo Sr° JUCEMARA ZANDONAI, CPF: 054.288.639-19.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Mão de obra e serviço manutenção e instalação	H	600,00	19,66	11.798,20	
2	Braço comum IP 25x1000mm	UN	50,00	MILANO	13,76	688,23
3	Braço comum IP 25x3000mm	UN	30,00	MILANO	61,79	1.853,79
4	Chave IP 1x50A 250V	UN	20,00	EXATRON	132,73	2.654,60
5	Chave IP 2x30A 250V	UN	10,00	EXATRON	136,66	1.366,63
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v	M	300,00	ELETROLI-GHT	0,59	176,97
7	Fita isolante adesiva 20m	UN	100,00	FAME	2,95	294,96
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m	UN	50,00	PRISMIAN	11,80	589,91
9	Lâmpada VS 150W	UN	150,00	OSRON	14,74	2.210,69
10	Lâmpada VS 250W	UN	150,00	OSRON	16,70	2.505,65
11	Lâmpada VS 400W	UN	80,00	OSRON	17,69	1.415,00
12	Lâmpada VS 70w	UN	350,00	OSRON	11,62	4.067,42
13	Luminária fechada policarbonato e-27	UN	20,00	ILUMATIC	62,92	1.258,48
14	Luminária fechada policarbonato e-40	UN	30,00	ILUMATIC	78,65	2.359,64
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP	UN	120,00	DEMAPE	44,24	5.309,20
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP	UN	150,00	DEMAPE	49,01	7.351,76
17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP	UN	80,00	DEMAPE	68,82	5.505,83
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP	UN	220,00	DEMAPE	37,36	8.219,42
19	Receptáculo porcelana E-27	UN	30,00	GERMER	4,92	147,48
20	Relé fotoelétrico com base NF 220V	UN	320,00	EXATRON	12,78	4.090,05
21	Base para rele Fotoelétrico	UN	40,00	EXATRON	5,89	235,57
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm	UN	100,00	MILENIO	3,93	393,27
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm	UN	100,00	MILENIO	3,93	393,27
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm	UN	100,00	MILENIO	4,91	490,61
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm	UN	100,00	INTELI	4,90	489,63
26	Conector cunha tipo I	UN	100,00	INTELI	3,92	392,29
27	Conector cunha tipo B	UN	100,00	INTELI	3,92	392,29
28	Arruela quadrada 38x38	UN	100,00	MECRIL	0,49	49,16
Valor Total Registrado						66.700,00

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

**Termo de Homologação do PL 52, PP 26-2013/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2013 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 52/2013 <b>Data do Processo:</b> 25/10/2013
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 52/2013  
b ) Licitação Nr.: 26/2013-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 18/11/2013  
e ) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Manutenção da Iluminação Pública no Município de Ipumirim, através de mão de obra especializada e fornecimento de materiais elétricos, de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**LOTE: 1****NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME (9320)**

1	Mão de obra e serviço manutenção e instalação rede Iluminação Pública	H	600,00	0,0000	19,6637	11.798,20
2	Braço comum IP 25x1000mm - Marca: MILANO	UN	50,00	0,0000	13,7646	688,23
3	Braço comum IP 25x3000mm - Marca: MILANO	UN	30,00	0,0000	61,7931	1.853,79
4	Chave IP 1x50A 250V - Marca: EXATRON	UN	20,00	0,0000	132,7299	2.654,60
5	Chave IP 2x30A 250V - Marca: EXATRON	UN	10,00	0,0000	136,6626	1.366,63
6	Fio de cobre isolado preto 2,5mm² 750v - Marca: ELETROLIGHT	M	300,00	0,0000	0,5899	176,97
7	Fita isolante adesiva 20m - Marca: FAME	UN	100,00	0,0000	2,9496	294,96
8	Fita isolante auto fusão 19mmx10m - Marca: PRISMIAN	UN	50,00	0,0000	11,7982	589,91
9	Lâmpada VS 150W - Marca: OSRON	UN	150,00	0,0000	14,7379	2.210,69
10	Lâmpada VS 250W - Marca: OSRON	UN	150,00	0,0000	16,7043	2.505,65
11	Lâmpada VS 400W - Marca: OSRON	UN	80,00	0,0000	17,6875	1.415,00
12	Lâmpada VS 70w - Marca: OSRON	UN	350,00	0,0000	11,6212	4.067,42
13	Luminária fechada policarbonato e-27 - Marca: ILUMATIC	UN	20,00	0,0000	62,9238	1.258,48

Ipumirim, 18 de Novembro de 2013.

Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ: 82.814.575/0001-02**  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC****PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 26/2013 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação: 52/2013**  
**Data do Processo: 25/10/2013**

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****LOTE: 1****NEIVALDO ZAMPRONIO e CIA LTDA-ME (9320)**

14	Luminária fechada policarbonato e-40 - Marca: ILUMATIC	UN	30,00	0,0000	78,6547	2.359,64
15	Reator lâmpada VS 150W- Baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	120,00	0,0000	44,2433	5.309,20
16	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	150,00	0,0000	49,0117	7.351,76
17	Reator lâmpada VS 400W baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	80,00	0,0000	68,8229	5.505,83
18	Reator lâmpada VS 70W Baixa perda IP - Marca: DEMAPE	UN	220,00	0,0000	37,361	8.219,42
19	Receptáculo porcelana E-27 - Marca: GERMER	UN	30,00	0,0000	4,9159	147,48
20	Relé fotoelétrico com base NF 220V - Marca: EXATRON	UN	320,00	0,0000	12,7814	4.090,05
21	Base para rele Fotoelétrico - Marca: EXATRON	UN	40,00	0,0000	5,8893	235,57
22	Parafuso cab. Quadrada 16x250mm - Marca: MILENIO	UN	100,00	0,0000	3,9327	393,27
23	Parafuso cab. Quadrada 16x200mm - Marca: MILENIO	UN	100,00	0,0000	3,9327	393,27
24	Parafuso cab. Quadrada 16x300mm - Marca: MILENIO	UN	100,00	0,0000	4,9061	490,61
25	Conector perfurante 16x70 1,5 a 10mm - Marca: INTELI	UN	100,00	0,0000	4,8963	489,63
26	Conector cunha tipo I - Marca: INTELI	UN	100,00	0,0000	3,9229	392,29
27	Conector cunha tipo B - Marca: INTELI	UN	100,00	0,0000	3,9229	392,29
28	Arruela quadrada 38x38 - Marca: MECRIL	UN	100,00	0,0000	0,4916	49,16

**Total do Fornecedor: 66.700,00****Total Geral: 66.700,00**

Ipumirim, 18 de Novembro de 2013.

\_\_\_\_\_  
Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Lei N° 1753/2013

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO GRUPO TCHE XUCRISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, LEI:

ART. 1º. Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação Grupo Tche Xucrismo.

ART. 2º. À entidade referida no artigo anterior desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstas em LEI.

ART. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Decreto N.º 2509/2013

Decreto nº 2509/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 18.046,52 (Dezoito mil e quarenta e seis reais e cinqüenta e dois centavos).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0251 (24) Aplicações Diretas

R\$ 4.100,00

T O T A L R\$ 4.100,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0249 (36) Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0250 (39) Aplicações Diretas

R\$ 500,00

TOTAL R\$ 500,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 - Manutenção do SAMU

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0252 (46) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.038 - COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0255 (85) Aplicações Diretas

R\$ 1.446,52

TOTAL R\$ 1.446,52

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.034 - Manutenção do Programa Saúde da Família

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (28) Aplicações Diretas

R\$ 4.100,00

TOTAL R\$ 4.100,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0249 (34) Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0250 (41) Aplicações Diretas

R\$ 500,00

TOTAL R\$ 500,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 - Manutenção do SAMU

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0252 (48) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.038 - COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0255 (86) Aplicações Diretas

R\$ 1.446,52

TOTAL R\$ 1.446,52

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Decreto N° 2510/2013

Decreto nº 2510/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir

especificadas, no montante de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais.)

02 - PODER EXECUTIVO  
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0194(40) Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00  
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

02 - PODER EXECUTIVO  
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00.00.0194(52) Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00  
TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de novembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### **Portaria N º 370/2013**

PORTARIA N º 370/2013.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EFETIVA EM EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, no período de 12/11/2013 a 14/03/2014, à servidora ROSANE MARCIA PERCIAK PEREIRA PIEKARZEWICZ, ocupante do efetivo de Assistente Social, em exercício do cargo comissionado de Diretora do Departamento da Família, vinculada a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Portaria N º 371/2013**

PORTARIA N º 371/2013.

"CONCEDE LICENÇA À TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade ao servidor efetivo EDINILSON BRAND, no período de 14/11/2013 a 12/04/2014, conforme estabelece a LC 01/97, com redação dada pela LC 025/2005 de 03/11/2005 e LC 063/2013 de 05/02/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Novembro de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **Editais de Tributos**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

A Prefeitura Municipal de Irineópolis pede aos contribuintes abaixo relacionados que compareça ao Setor de Tributação, no Prédio da Prefeitura, sito a Rua Paraná, 200, no prazo de 30 dias a contar da publicação deste, conforme consta na Lei n. º 185/73, para tratar de assunto do seu particular interesse, referente a Tributos Municipais dos exercícios de 2008 à 2013.

Contribuinte: Tributo Exercício

Arnaldo Antocheski / IPTU / 2008, 2009, 2010 e 2011.

Braulio Ruckel - Espólio / IPTU / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Braulio Ruckel - Espólio e Outros / IPTU / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Irineopolis Comercio de Veiculos Ltda / Alvará Loc. e Func. e Taxa Sanitária / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Gilson Orth / Alvará Loc. e Func. , Taxa Sanitária e ISSQN / 2008, 2009.

Izabel Ossowski / IPTU / 2008, 2009, 2010 e 2011.

João Silvério Antocheski / IPTU / 2008, 2009, 2010 e 2011.

José Carlos Antocheski / IPTU / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Juvenal Lezan - Espólio / IPTU / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Marcia Marina Fragoso dos Santos / Alvará Loc. e Func. , Taxa Sanitária / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Maicon Diego C. de O. Borba e Outros / IPTU / 2008, 2009 e 2012.

Maria Dirneice Antocheski / IPTU / 2008, 2009, 2010 e 2011.

Nilce T. A. Chimangoveski / IPTU / 2008, 2009, 2010 e 2011.

Representações Dal Lago & Holler LTDA / ISSQN / 2008 e 2009.

Rosalia Antocheski Coelho / IPTU / 2008, 2009, 2010 e 2011.

SergioLuiz da Silva / IPTU / 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Irineópolis, SC, 11 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## Itaiópolis

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Termo Aditivos**

Nº ADITIVO: 2º Nº CONTRATO: 68/2013

CONTRATADA: J. Luma Prestadora de Serviços Ltda. ME

Objeto: fica aditado o valor de R\$ 14.626,00. Itaiópolis, 05/11/2013

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

#### **Extrato Termo Aditivo**

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 44/2013

CONTRATADA: Cetarb Comércio de Minérios Ltda.

Objeto: fica aditado o valor de R\$ 29.850,00. Itaiópolis, 14/11/2013

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

**Extrato Termo Aditivo**

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 85/2013

CONTRATADA: BR Caminhões Ltda. EPP

Objeto: fica suprimido o valor de R\$ 7.900,00 do valor do Contrato de R\$ 17.800,00, ficando o valor de R\$ 9.900,00, como valor total do Contrato. Itaiópolis, 11/11/2013 Gervásio Uhlmann Prefeito Municipal

**Retificação**

Retificação da Ata de Registro de Preços e do Contrato

Onde lê-se: 4.500 marmitas - Centro de Serviço Sede

Leia-se: 4.800 marmitas. Itaiópolis 18/11/2013.

**Itapoá****PREFEITURA****Ata de Sessão Pública - Convite Nº 17-13**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	18/11/2013	Horário: 09h:30min
	CONVITE	Nº 017/2013
Licitação /Modalidade	PROCESSO	Nº 115/2013

**OBJETO:**

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção de 54 (Cinquenta e quatro) gavetas, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, jornal de circulação no estado, site municipal e mural público, no dia 06/11/2013 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas, as quais foram: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, BESEN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CNPJ/MF: 79.851.697/0001-01 e PAULO CESAR DIAS ME, CNPJ/MF: 17.930.277/0001-16. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
18/11/2013	336	08h:07m	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME	00.263.284/0001-09
18/11/2013	337	09h:28m	PAULO CESAR DIAS ME	17.930.277/0001-16

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Nesta fase foi verificado que a empresa PAULO CESAR DIAS ME protocolou envelopes com o atraso de vinte e oito minutos, fator passível de pronta inabilitação. Entretanto, visto que nesta condição, restaria apenas uma empresa participando, a CPL ponderou pela aceitação da referida proposta com o intuito de ampliar a competição em busca da proposta mais vantajosa para o município. Assim, em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que

a empresa PAULO CESAR DIAS ME deixou de apresentar toda a documentação de habilitação técnica descrita no item 2.3 do edital e a documentação descrita no item 2.4.2 (Balanço Patrimonial) sendo considerada INABILITADA, enquanto a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME demonstrou atender todas as exigências estipuladas no edital, restando HABILITADA para o certame. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 10h10min, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA MEMBRO	

Licitantes presentes:

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME OSMAR MEYER RIBEIRO
--

**Extrato do Contrato Nº 96/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2013

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, com sede á Rua Leopoldo Sprenger, nº 208, Bairro: Itapema do Norte na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.887.829/0001-12 e Inscrição Estadual n.º 255.229-828.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 09/2013 – PROCESSO Nº 110/2013;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a reforma e ampliação da EMEF João Monteiro Cabral, na localidade de Pontal do Norte, compreendendo 1.164,56m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 209.509,10 (duzentos e nove mil quinhentos e nove reais e dez centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órg.	Um.	Funç.	P/A	FR	Subelemento
Sec. De Educação	05	13	01	12	2084	21900	44905107
Sec. De Educação	06	13	01	12	2084	25800	44905107

Data da assinatura: 14/11/2013;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

Itapoá, 14 de novembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

**Decreto N°. 102 de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N°. 102 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SAMAE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DAS TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 703 de 13 de novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária da Unidade SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, abaixo discriminada, necessária para o empenhamento de despesas de custeio, até o limite de R\$ 27.400,00(Vinte e sete mil e quatrocentos reais), como segue:

**Órgão 13: SAMAE**

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0040(07) - Aplicações Diretas R\$ 27.400,00

TOTAL: R\$ 27.400,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

**Órgão 13: SAMAE**

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Projeto 1.044: Ampliação Sistema Abastecimento de Água - Sede e Comunidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(01) - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

Projeto 1.045: Implantação e Ampliação Sistema de Esgotamento

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(03) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto 1.046: Aquisição de Equipamentos e Utilitários

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(05) - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

TOTAL: R\$ 27.400,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**Decreto N°. 103 de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N°. 103 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO

DE 2013 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 704 de 13 de novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais), como segue:

**Órgão 02: Gabinete do Prefeito**

Unidade 01: GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2.003: Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(02) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL: R\$ 60.000,00

**Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS**

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

Atividade 2.005: Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(09) - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(12) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 140.000,00

**Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(70) - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

TOTAL: R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 290.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

**Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS**

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

Projeto 1.006: EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0080(07) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL: R\$ 60.000,00

**Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0695(33) - Aplicações Diretas R\$ 204.100,00

Unidade 03: DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Atividade 2.018: Implantação dos Projetos "Sou Craque e Domingo na Praça"

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(64) - Aplicações Diretas R\$ 10.900,00

TOTAL: R\$ 215.000,00

**Órgão 09: SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

Unidade 01: DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E



**TURISMO**

Atividade 2.062: Incentivos as Ações de desenvolvimento Turístico  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0080(114) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
TOTAL: R\$ 15.000,00  
TOTAL GERAL: R\$ 290.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**Decreto N°. 104 de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N°. 104 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a saber:

ORGÃO: 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
UNIDADE: 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
ATIVIDADE: 2.063 - Manutenção dos Encargos Gerais  
Modalidade de Aplicação: (109) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anulam-se as dotações abaixo especificadas no mesmo valor.

ORGÃO: 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
UNIDADE: 01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
ATIVIDADE: 2.063 - Manutenção dos Encargos Gerais  
Modalidade de Aplicação: (108) - 3.2.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
Modalidade de Aplicação: (110) - 4.6.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**Decreto N°. 105 de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N°. 105 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 661 de 19 de dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo especificadas dos orçamentos da Unidade da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Assistência Social vigentes, com o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) a saber:

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: (72) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DE AGRIC., IRRIG. E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
ATIVIDADE: 2.048 - Man. da Sec. de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação: (103) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00  
TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

Art. 2º- Para suplementar as dotações acima anulam-se as dotações abaixo especificadas nos mesmos valores.

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: (70) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.509,48  
Modalidade de Aplicação: (77) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 9.490,52  
TOTAL R\$ 50.000,00

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DE AGRIC., IRRIG. E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
ATIVIDADE: 2.048 - Man. da Sec. de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação: (101) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL R\$ 50.000,00  
TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de novembro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Portaria N.º 1514

PORTARIA Nº 1.514 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCIANE BULGARELLI durante o período de 20 de outubro de 2013 a 20 de dezembro de 2013, para exercer as funções de Professor ACT-SH, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 004/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de outubro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 01 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 1515

PORTARIA Nº 1.515 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LUCIO SAAVEDRA TERAN, Médico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente aos períodos de 01 de março de 1989 a 28 de fevereiro de 1994 (90 dias), 01 de março de 1994 a 28 de fevereiro de 1999 (90 dias), 01 de março de 1999 a 31 de dezembro de 2003 (85 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias), por um período de 277 dias, a partir de 01 de novembro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 1516

PORTARIA Nº 1.516 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - DAR BAIXA NO PERÍODO DE LICENÇA a(o) Servidor(a) DIANA HOFFMANN KALBFLEISCH, Auxiliar de Serviços Internos,

LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, usufruído no período de 26 de agosto de 2013 a 06 de setembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - CONCEDER a(o) Servidor(a) DIANA HOFFMANN KALBFLEISCH, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de novembro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 1517

PORTARIA Nº 1.517 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA HELENA ELEUTERIO DA SILVA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 001/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de novembro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 1518

PORTARIA Nº 1.518 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) DIRCE SCHNEIDER MARCA, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 064 de 19 de setembro de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal e Lei Complementar n.º 94 de 04 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2008, reenquadrada na condição de ocupante de emprego público, nos termos da Lei Complementar n.º 140/2007, Lei Federal n.º 11.350/2006 e o artigo 2º, parágrafo único, da Emenda Constitucional n.º 51/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,



obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 1519**

PORTARIA Nº 1.519 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013  
"RETIFICA PORTARIA QUE DESIGNAR SERVIDOR"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. EDUARDO BARBOSA para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 123/2013/PMJ de 25 de outubro de 2013, proveniente do Processo Licitatório n.º 105/2013/PMJ - Pregão Presencial n.º 19/2013/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Onde lê-se: Pregão Presencial, Leia-se: Tomada de Preços.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 1520**

PORTARIA Nº 1.520 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013  
"RETIFICA PORTARIA QUE DESIGNAR SERVIDOR"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. ADEMIR LAMB para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 111,112 e 113/2013/PMJ de 03 de setembro de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 90/2013/PMJ - Pregão Presencial n.º 53/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Onde lê-se: contrato n.º 111,112 e 113/2013/PMJ de 03 de setembro de 2013, Leia-se: contrato n.º 115 e 116/2013/PMJ de 19 de setembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 1521**

PORTARIA Nº 1.521 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) BRUNA BENDER PRANDO, para exercer o cargo de MEDICO VETERINÁRIO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 003/2012, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 11 de novembro de 2013.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 1522**

PORTARIA Nº 1.522 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013  
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCESSO SELETIVO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar os serviços prestados por empresa especializada contratada para a realização de Teste Seletivo para preenchimento de vagas de professores em caráter temporário, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Membros: Danusa de Britto Oliveira  
Eliane Ferronato Filipiacki  
Gabriela Pratto  
Maiara Mena Barreto Lenzi  
Vania Maria Moreira

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 13 de novembro de 2013  
RAFAEL LASKE

#### **Extrato PL 119/2013/PMJ - PP 68/2013/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2013/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2013/PMJ

Objeto: Aquisição de livros didáticos, do pré-escolar ao 5º ano, destinados às escolas da rede municipal de ensino. Forma de Julgamento: Menor preço por lote. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 03/12/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 03/12/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049

3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 13 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

**Aditivo Contrato 006/2013 FMCE TA 03**  
**CONTRATO Nº 006/2013/FMCE – TA 03**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 72.172.224/0001-91, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.176.082/0001-80, estabelecida na RUA HERCULANO COELHO DE SOUZA, 555, Bairro REUNIDAS, no Município de CAÇADOR/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RUI CARAMORI, portador da Carteira de Identidade nº 6.642.236 e CPF nº 170.895.909-25, residente e domiciliado na cidade de CAÇADOR/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 006/2013/FMCE, firmado em 29/05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013/FMCE, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 03/2013/FMCE, homologado no dia 29/05/2013, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros, pela CONTRATADA, destinado às viagens especiais da delegação do Município e de equipes esportivas e grupos culturais, durante a participação em eventos, festivais e competições a nível regional, estadual e nacional, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.**

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 10.197,00 (dez mil cento e noventa e sete reais), correspondentes a 20% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos e, conseqüentemente, os valores de alguns itens da planilha que serviu de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos e supressões, passa a vigorar da seguinte forma:

**SUPRESSÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	1.500 2.622 2.272	Km	3,566	5.349,00 9.350,00 8.102,94
3	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos de 01 a 500 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	1.500 3.332 2.622 1.597	Km	4,366	6.549,00 14.547,50 11.447,65 6.972,49
5	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros, em viagens interestaduais, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	1.800 738 1.561 990	Km	3,766	6.778,80 2.779,20 5.878,73 3.728,87

**ACRÉSCIMO**

2	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo micro ônibus, de capacidade mínima para 25 passageiros sentados, dotado de calefação.	4.500 8.711	Km	2,866	12.897,00 24.966,08
4	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos e culturais, em percursos acima de 501 quilômetros em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo ônibus convencional, de capacidade mínima para 42 passageiros sentados, dotado de banheiro e calefação.	5.200 3.057 4.664	Km	3,733	19.411,60 11.411,70 17.411,70



**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 14 de novembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FMCE  
RAFAEL LASKE

REUNIDAS TURISMO LTDA  
RUI CARAMORI

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 11/2013 FMS TA 01**  
CONTRATO Nº 11/2013 - FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 Bairro Centro no Município de Herval d'Oeste neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356 e CPF nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 11/2013/FMS, firmado em 13/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 3/2013/FMS, instaurado através do Edital de Inexigibilidade nº 1/2013/FMS, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens aos pacientes atendidos pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, pelo programa de gestantes, bem como, destinadas ao vale transporte dos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 22.807,20 (vinte e dois mil oitocentos e sete reais e vinte centavos), correspondentes a 16,89% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 8.772 passagens.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de novembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - CONTRATADA  
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 14/2013 FMS TA 01**  
CONTRATO Nº 14/2013 - FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MEDICO LABORATORIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.200.303/0001-22, estabelecida na AVENIDA MAURICIO CARDOSO, 706 - SL B, no Município de ERECHIM/RS, neste ato representada pelo Sr. NEDIO JUSTINO MASSOCHIN JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 4320675132-5 e CPF nº 09.200.303/0001-22, residente e domiciliado na RUA ANCHIETA, 204, cidade de ERECHIM/RS, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 14/2013/FMS, firmado em 05/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 5/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 3/2013/FMS, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas aos a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.035,00 (mil e trinta e cinco reais), correspondentes a 4,77% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição adicional de 1.500 fraldas tamanho P adulto a R\$ 0,69 cada uma (item 4).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.



Joaçaba, 14 de novembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

PLASMEDIC COM. MAT. P/ USO MEDICO LABORATORIAL LTDA  
NEDIO JUSTINO MASSOCHIN JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 15/2013 FMS TA 01**  
CONTRATO Nº 15/2013/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representado neste ato por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CONTRATANTE, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.592.369/0009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Sr. Adgar Zeferino Bittencourt, Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba - SC, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 15/2013/FMS, firmado em 08/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2013/FMS - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 2/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO, de serviços de urgência e emergência em pronto atendimento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR**

O valor total do contrato fica suprimido em R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), correspondentes a 9,67% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte de 870 procedimentos.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 14 de novembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST  
ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT  
Diretor Geral

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 230/2011 FMS TA 01**  
CONTRATO Nº 230/2011/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.168.167/0001-05, estabelecida na RUA LEONEL MOSELE, 283, no Município de CONCORDIA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EMERSON LORENSETTI, portador da Carteira de Identidade nº 14/R-2.131.245 e CPF nº 776.086.909-68, residente e domiciliado na RUA DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 764, Bairro CENTRO, na cidade de CONCORDIA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 230/2011/FMSW, firmado em 06/09/2011, proveniente do Processo de Licitação 28/2011/FMS, instaurado através do Edital PP nº 23/2011/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de segurança desarmada, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor mensal do contrato fica reajustado em 12,3551%, correspondentes à variação do IGP-DI no período de 01/09/2011 a 31/08/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e com o previsto no subitem 4.3 desta cláusula do contrato original, passando de R\$ 1.848,00 para R\$ 2.076,00 (dois mil e setenta e seis reais), a contar de 01 de novembro de 2013,

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 14 de novembro de 2013.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

INVIOSAT SEGURANÇA LTDA  
EMERSON LORENSETTI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 287/2012 FMS TA 03**  
CONTRATO Nº 287/2012/FMS - TA 03

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.168.167/0001-05, estabelecida na RUA MARECHAL DEODORO, 1512, Bairro CENTRO, no Município de CONCORDIA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EMERSON LORENSETTI, portador da Carteira de Identidade nº 14/R 2.131.245 e CPF nº 776.086.909-68, residente e domiciliado na Rua ABRAMO HEBERLE, 140 - AP 401, na cidade de CONCORDIA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 287/2012/FMS, firmado em 02/04/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 06/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 02/2012/FMS, homologado em 02/04/2012, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Postos de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor mensal do contrato fica reajustado em 7,2167%, correspondentes à variação do INPC-IBGE no período de 01/04/2012 a 31/03/2013, em conformidade com o disposto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e com o previsto no subitem 4.3 desta cláusula do contrato original, passando de R\$ 3.124,19 para R\$ 3.349,65 (três mil trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), a contar de 01 de novembro de 2013,

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 14 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

INVIOSAT SEGURANÇA LTDA  
EMERSON LORENSETTI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**Aditivo Contrato 4/2013 FMS TA 01**  
CONTRATO Nº 4/2013/FMS - TA 01

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Sr. RAFAEL LASKE e pelo seu Gestor, e a Empresa RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA, com sede administrativa na AV. XV DE NOVEMBRO, 608, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.587.302/0001-06, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO LINEU BONATO, portador da C.I. nº 467.952 e CPF nº 560.863.349-00, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 4/2013/FMS, firmado em 16/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 50/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 28/2012/FMS, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando a veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 10.064,10 (dez mil sessenta e quatro reais e dez centavos), correspondentes a 7,25% do valor inicialmente contratado, referente ao corte de 05 horas de veiculação de quadro informativo (item 1) e de 17 inserções diárias de 45" (item 2).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 14 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA  
RODRIGO LINEU BONATO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**SIMAE****Inexigibilidade Licitação 0002/2013 - SIMAE**  
TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE

Nº Processo: 0063/2013, Protocolo 3247/2013 . Objeto: Aquisição de Peças para manutenção de Conjuntos Moto-Bomba submersíveis marca ABS, instalados nas Elevatórias de Esgoto de propriedade do SIMAE. Total de Itens Licitados: 30 itens. Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93 . Justificativa: Aquisição de Peças de empresa fabricante exclusiva das peças de reposição. Declaração de Inexigibilidade em 18/11/2013. ELISABET MARIA ZANELA SARTORI- Diretora Presidente. Valor: R\$ 24.919,44, empresa contratada SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente.

**Contrato 0110/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0110/2013  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0042/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2013  
PROTOCOLO Nº 3070/2013  
Data: 14/11/2013

Objeto: Aquisição de Quadros de Comando para Acionamento dos Aeradores a serem instalados nas Lagoas de Tratamento de Esgoto do SIMAE

Contratado: AUTOMATIC IND. E COM DE EQUIP. ELÉTRICOS LTDA  
Valor do Contrato: R\$ 14.517,60 (Quatorze mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta centavos).  
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.052  
ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00  
Prazo de vigência: 14/11/2013 a 12/01/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Homologação PP 42/2013 SIMAE**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 42/2013 - PR**

Processo Administrativo: 57/2013  
 Processo de Licitação: 57/2013  
 Data do Processo: 21/10/2013

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 57/2013  
 b ) Licitação Nr.: 42/2013-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 14/11/2013  
 e ) Data da Adjudicação: 14/11/2013 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADROS DE COMANDO PARA ACIONAMENTO DOS AERADORES A SEREM INSTALADOS NAS LAGOAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIMAE, LOCALIZADAS NA CIDADE DE HERVAL D'OESTE/SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006011 - AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP.ELET.LTDA	1	0,0000	14.517,60
	1		14.517,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (4) Saldo: 25.355,54

Joaçaba, 14 de Novembro de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

## Lages

### PREFEITURA

**Extrato de Contrato 291/2013 - PML**  
O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:  
CONTRATO 291/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco n.º 312, SL 01 - Orleans/SC - CEP: 88.870-000.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

A Aquisição de Equipamentos para Cozinha Comunitária, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato, e autorização de fornecimento n.º 290/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/09/2013 à 31/12/2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 4.183,00 (quatro mil e cento e oitenta e três reais).

Lages, 18 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### Lei N° 1.782/2013

LEI No. 1.782/2013 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NO MUNICÍPIO".

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação, do Governo do Estado de Santa Catarina o imóvel com área de 9.552,00 m² (nove mil quinhentos e cinquenta e dois metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde se encontra instalado o Ginásio de Esportes Nelson Righetto, matriculado sob o nº 1.133 no Registro de Imóveis da Comarca de Orleans/SC.

Art. 2º - A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a ocupação do imóvel por parte do município, tendo sido sua doação autorizada pela Lei Estadual nº 16.138, de 10 de Outubro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOSC na data de 11 de Outubro de 2013.

Parágrafo único - Caberá ao município, promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 3º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

## Lebon Régis

### PREFEITURA

#### Decisão de Impugnação ao Edital

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo de Licitação n. 58/2013 - Tomada de Preços: 09/2013

Impugnante: Funilaria e Serralheria Zancanaro Ltda ME

Decisão da Pregoeira: Conhecer da impugnação e dar parcial provimento, alterar o item 6.1.3.2 do Edital que passará a ter a seguinte redação: "6.1.3.2 - Comprovação que o proponente possui em seu quadro de funcionários ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta e pelo prazo de execução das obras, Engenheiro Civil, que será obrigatoriamente o engenheiro preposto, devendo juntar cópia da ART de cargo/função ou certidão emitida pelo CREA/SC na qual conste que o Engenheiro é vinculado à proponente ou cópia do contrato de prestação de serviços, que deverá ser registrado perante o CREA/SC se a proponente for vencedora da licitação."

LEBON RÉGIS, 18 de Novembro de 2013.

#### Extrato Dispensa de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO 63/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2013

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 016/2013, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, visando a contratação de empresa para fornecimento de Fogos de Artifício para abertura dos jogos a serem realizados no Ginásio Municipal e para o encerramento da Festa do Município, no valor total de R\$ 7.990,00.

Lebon Régis, 18 de Novembro de 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.

#### Extrato Inexigibilidade de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO 62/2013 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2013

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto 016/2013, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, Caput, da Lei n. 8.666/1993, visando à contratação de empresa para montagem de estrutura de som e gravação de shows da festa do Município, no valor de R\$ R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Lebon Régis, 18 de Novembro de 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.



**Extrato Tomada de Preços**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61\2013 - TOMADA DE PREÇOS Nº 10\2013

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através da Comissão de Licitações torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, sob a forma de execução indireta e empreitada por preço global, para contratação de empresa para execução da obra de cobertura em estrutura arco-metálica de quadra poliesportiva da Escola Nucleada Municipal Rio do Meio, com área total de 924,00 m², incluindo material e mão de obra conforme projeto básico. Os envelopes nº. 01 e 02, respectivamente "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro até às 09h do dia 05 de Dezembro de 2013. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09h10min. Cadastro conforme Lei 8666/93. Maiores informações através do e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 18 de Novembro de 2013.

ADAIR DA SILVA MATTOS

Presidente.

**Retificação de Edital**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2013

O Município de Lebon Régis torna pública a RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Presencial nº 32/2013, publicado no DOM de 11/11/2013.

Os itens 1, 2, 4 e 5 do Anexo I passam a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	MOCHILA [...] compartimento principal com a parte superior arredondada e fechamento em zíper, um bolso frontal com a parte superior arredondada [...], 2 (duas) alças reforçadas reguláveis para as costas; [...]
2	MOCHILA [...] compartimento principal com a parte superior arredondada e fechamento em zíper, um bolso frontal com a parte superior arredondada [...], 2 (duas) alças reforçadas reguláveis para as costas; [...]
4	CADERNO pequeno 96fls, [...]
5	CADERNO grande 96fls, [...]

Os itens do 6 ao 13 tiveram a inscrição "Fabricação Nacional" retirada da descrição. As demais condições permanecem inalteradas. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis, 18 de Novembro de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

**Retificação Edital Teste Seletivo - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MAT. MUNICIPAL S. ANTONIO

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 02/2013

O HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS, torna pública a RETIFICAÇÃO ao Edital de Teste Seletivo no. 02/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC, do dia 23 de Outubro de 2013, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterado os demais itens e

subitens do referido edital:

NO ITEM 3.2 - DO REGIME DE TRABALHO

Onde se lê:

Remuneração do Médico - R\$ 9.888,28

Leia-se:

Remuneração do Médico - R\$ 12.123,32

Lebon Régis, 14 de Novembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Lei N.º 1000/2013**

LEI Nº 1000, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Função	26	Transporte	15.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	15.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Função	08	Assistência Social	20.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	20.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			31.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.000,00
Função	26	Transporte	3.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviário	3.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	3.000,00
Projeto/ Atividade	1.025	Construção de Abrigo de Passageiro	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	15	Urbanismo	5.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	5.000,00

Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	15	Urbanismo	5.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	5.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.027	Construção de uma Capela Mortuária	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Função	15	Urbanismo	12.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	12.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	12.000,00
Projeto/ Atividade	1.044	Construção da Praça do Bairro do Salto	12.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	6.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	6.000,00
Função	15	Urbanismo	6.000,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	6.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.029	Revitalização da Área Urbana	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

#### Lei N.º 1001/2013

LEI Nº 1001, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE LEOBERTO LEAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, em consonância com as Leis Federais 11.445/07, 12.305/10 e com o art. 241, da Constituição Federal de 1988, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município.

Art. 2º Deverá ser delegadas mediante convênio com a AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 3º Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização a ser estabelecida no convênio, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento;

Art. 4º O Município exigirá a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 18 de novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

#### Lei N.º 1002/2013

LEI Nº 1002, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

“ANULA SALDO DE DOTAÇÃO DA PREFEITURA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	12.000,00
Função	9	Previdência Social	12.000,00

Sub-função	272	Previdência do regime Estatutário	12.000,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	12.000,00
Atividade	2.033	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Benefícios	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>			<b>12.000,00</b>

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	12.000,00
Função	4	Administração	12.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	12.000,00
Programa	12	Fortalecimento do Municipalismo	12.000,00
Atividade	2.032	Contribuição à Entidades Municipais	12.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
Modalidade Aplicação	50	Transferências às Instituições Privadas sem fins Lucrativos	12.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>			<b>12.000,00</b>

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de novembro de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

#### Lei N.º 1003/2013

LEI Nº 1003, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela

sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	11.000,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	11.000,00
Função	9	Previdência Social	11.000,00
Sub-função	272	Previdência do regime Estatutário	11.000,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	11.000,00
Atividade	2.033	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Benefícios	11.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	11.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.000,00
Fonte de Recursos	0.2.0003	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	11.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>			<b>11.000,00</b>

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial do saldo da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	10	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	11.000,00
Unidade Orçamentária	01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - IPRELL	11.000,00
Função	9	Previdência Social	11.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	11.000,00
Programa	13	Regime Próprio de Previdência	11.000,00
Atividade	2.037	Funcionamento e Manutenção do RPPS – Administração	11.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	11.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.000,00





Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	11.000,00
		Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	11.000,00
Fonte de Recursos	0.2.0003		
TOTAL DA ANULAÇÃO			11.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Lei N.º 997/2013

LEI Nº 997, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Função	28	Encargos Especiais	10.000,00
Sub-Função	845	Outras Transferências	10.000,00
Programa	0000	Encargos Especiais	10.000,00
Projeto/ Atividade	0.001	Contribuição ao PASEP	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00

Função	20	Agricultura	10.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	10.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	10.000,00
Projeto/ Atividade	1.028	Aquisição de Equipamentos Máquinas e Veículos	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Lei N.º 998/2013

LEI Nº 998, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	58.001,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	58.001,00
Função	04	Administração	58.001,00
Sub-Função	122	Administração Geral	58.001,00
Programa	0002	Gestão com Exceção	58.001,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	58.001,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	58.001,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	58.001,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	58.001,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	58.001,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			58.001,00



Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	10.850,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	10.850,00
Função	04	Administração	10.850,00
Sub-Função	122	Administração Geral	10.850,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	10.850,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	10.850,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.100,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais Seguridade Social	1.100,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	9.750,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	9.750,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	9.750,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.850,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	3.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	3.000,00
Função	04	Administração	3.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	3.000,00
Programa	0012	Administração Geral	3.000,00
Projeto/ Atividade	2.032	Contribuição à Entidades Municipais	3.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	3.000,00
Modalidade de aplicação	50	Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.142,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.142,00
Função	04	Administração	4.142,00
Sub-Função	122	Administração Geral	4.142,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	4.142,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	4.142,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.142,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.142,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.142,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.142,00
Órgão	03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	12.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	12.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	12.000,00
Programa	0005	Cultura Esporte e Turismo	12.000,00
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esporte	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.000,00
Função	08	Assistência Social	6.000,00
Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	6.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.024	Integração do Idoso	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.494,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.494,00
Função	08	Assistência Social	3.494,00
Sub-Função	242	Assistência ao Portador de Deficiência	3.494,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	3.494,00
Projeto/ Atividade	2.023	Pagamento de Benefício a Pensionista	3.494,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.494,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	3.494,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.494,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.494,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.425,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.425,00
Função	08	Assistência Social	4.425,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	4.425,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	4.425,00
Projeto/ Atividade	1.021	Construção de Casas Populares	4.425,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.425,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.425,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.425,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.425,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.090,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.090,00
Função	08	Assistência Social	4.090,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	4.090,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	4.090,00
Projeto/ Atividade	2.025	Apoio ao Grupo de Mulheres	4.090,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.090,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.090,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.090,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.090,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	5.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.022	Renovação da Frota da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	5.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.024	Construção de Pontes de Concreto	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			58.001,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Novembro de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

**Lei N.º 999/2013**

LEI Nº 999, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

**"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"**

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	11.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	11.000,00
Função	13	CULTURA	11.000,00
Sub-Função	392	Difusão Cultural	11.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	11.000,00
Projeto/ Atividade	1.010	Promoções e Eventos de Divulgação do Município - Turismo	11.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	11.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	11.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	11.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	11.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Função	08	Assistência Social	20.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	20.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>			<b>31.000,00</b>

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	3.000,00
Função	26	Transporte	3.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviário	3.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	3.000,00
Projeto/ Atividade	1.025	Construção de Abrigo de Passageiro	3.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	3.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	3.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	15	Urbanismo	5.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	5.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	15	Urbanismo	5.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	5.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	5.000,00

Projeto/ Atividade	1.027	Construção de uma Capela Mortuária	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Função	15	Urbanismo	12.000,00
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	12.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	12.000,00
Projeto/ Atividade	1.044	Construção da Praça do Bairro do Salto	12.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	12.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	6.000,00
Função	15	Urbanismo	6.000,00
Sub-Função	452	Serviços Urbanos	6.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.029	Revitalização da Área Urbana	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			31.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Novembro de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

**Aviso de Licitação Deserta TP N° 004/2013 - PMLL**  
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Compras  
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
TOMADA DE PREÇOS N° 004/2013  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 068/2013

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa para construção das paredes em alvenaria da Quadra Esportiva Coberta na localidade de Ribeirão dos Ovos, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2013, foi DECLARADA DESERTA, no dia 14 de novembro de 2013. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 14/11/2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>15.357.150,00</b>	<b>15.356.717,00</b>	<b>2.133.516,24</b>	<b>13,89</b>	<b>8.051.166,88</b>	<b>52,43</b>	<b>7.305.550,12</b>
	<b>11.177.150,00</b>	<b>11.176.717,00</b>	<b>1.660.116,24</b>	<b>14,85</b>	<b>7.577.766,88</b>	<b>67,80</b>	<b>3.598.950,12</b>
RECEITA TRIBUTARIA	352.700,00	352.700,00	46.420,06	13,16	284.058,62	80,54	68.641,38
IMPOSTOS	289.000,00	289.000,00	44.781,51	15,50	242.249,95	83,82	46.750,05
TAXAS	63.700,00	63.700,00	1.638,55	2,57	41.808,67	65,63	21.891,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	335.000,00	335.000,00	48.752,89	14,55	236.902,84	70,72	98.097,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	287.000,00	287.000,00	42.494,73	14,81	201.418,41	70,18	85.581,59
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação	48.000,00	48.000,00	6.258,16	13,04	35.484,43	73,93	12.515,57
RECEITA PATRIMONIAL	740.050,00	739.617,00	122.787,21	16,60	-216.065,20	0,00	955.682,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	740.050,00	739.617,00	122.787,21	16,60	-216.065,20	0,00	955.682,20
RECEITA DE SERVIÇOS	6.500,00	6.500,00	310,00	4,77	1.855,20	28,54	4.644,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.719.800,00	9.719.800,00	1.440.568,10	14,82	7.254.745,38	74,64	2.465.054,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.311.200,00	9.311.200,00	1.439.161,20	15,46	7.240.963,01	77,77	2.070.236,99
Transf. de Conv.	408.600,00	408.600,00	1.406,90	0,34	13.782,37	3,37	394.817,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.100,00	23.100,00	1.277,98	5,53	16.270,04	70,43	6.829,96
Multas e Juros de Mora	11.000,00	11.000,00	334,98	3,05	3.974,06	36,13	7.025,94
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	474,14	0,00	893,36	0,00	-893,36
RECEITA DA DIVIDAATIVA	12.100,00	12.100,00	318,86	2,64	1.134,52	9,38	10.965,48
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	150,00	0,00	10.268,10	0,00	-10.268,10
	<b>4.180.000,00</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>473.400,00</b>	<b>11,33</b>	<b>473.400,00</b>	<b>11,33</b>	<b>3.706.600,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	473.400,00	0,00	473.400,00	0,00	-473.400,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	473.400,00	0,00	473.400,00	0,00	-473.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.180.000,00	4.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.180.000,00	4.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>84.988,46</b>	<b>15,45</b>	<b>403.926,75</b>	<b>73,44</b>	<b>146.073,25</b>
	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>84.988,46</b>	<b>15,45</b>	<b>403.926,75</b>	<b>73,44</b>	<b>146.073,25</b>
Receita de Contribuições	550.000,00	550.000,00	84.988,46	15,45	403.926,75	73,44	146.073,25
Contribuições Sociais	550.000,00	550.000,00	84.988,46	15,45	403.926,75	73,44	146.073,25
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>15.906.717,00</b>	<b>2.218.504,70</b>	<b>13,95</b>	<b>8.455.093,63</b>	<b>53,15</b>	<b>7.451.623,37</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>15.906.717,00</b>	<b>2.218.504,70</b>	<b>13,95</b>	<b>8.455.093,63</b>	<b>53,15</b>	<b>7.451.623,37</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	43.096,71	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.907.150,00	15.906.717,00	2.218.504,70	13,95	8.498.190,34	53,15	7.451.623,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	403.639,28	—	—	292.871,99	—	—
Superávit Financeiro	—	403.639,28	—	—	292.871,99	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>15.401.150,00</b>	<b>1.111.987,59</b>	<b>16.513.137,59</b>	<b>1.653.378,00</b>	<b>8.644.402,59</b>	<b>1.988.166,87</b>	<b>8.052.734,86</b>	<b>48,77</b>	<b>8.460.402,73</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.711.090,00</b>	<b>254.919,08</b>	<b>9.966.009,08</b>	<b>1.092.017,63</b>	<b>7.857.145,06</b>	<b>1.417.218,68</b>	<b>7.339.717,28</b>	<b>73,65</b>	<b>2.626.291,80</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.057.225,00	511.551,03	5.568.776,03	779.681,03	4.520.359,45	840.311,43	4.450.248,80	79,91	1.118.527,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.653.865,00	-256.631,95	4.397.233,05	312.336,60	3.336.785,61	576.907,25	2.889.468,48	65,71	1.507.764,57
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.535.060,00</b>	<b>857.068,51</b>	<b>5.392.128,51</b>	<b>561.360,37</b>	<b>787.257,53</b>	<b>570.948,19</b>	<b>713.017,58</b>	<b>13,22</b>	<b>4.679.110,93</b>
INVESTIMENTOS	4.535.060,00	857.068,51	5.392.128,51	561.360,37	787.257,53	570.948,19	713.017,58	13,22	4.679.110,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.148.000,00	0,00	1.148.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>506.000,00</b>	<b>64.500,00</b>	<b>570.500,00</b>	<b>85.035,84</b>	<b>445.455,48</b>	<b>86.320,07</b>	<b>445.455,48</b>	<b>78,08</b>	<b>125.044,52</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	506.000,00	64.500,00	570.500,00	85.035,84	445.455,48	86.320,07	445.455,48	78,08	125.044,52
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>1.176.487,59</b>	<b>17.083.637,59</b>	<b>1.738.413,84</b>	<b>9.089.858,07</b>	<b>2.074.486,94</b>	<b>8.498.190,34</b>	<b>49,74</b>	<b>8.585.447,25</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>1.176.487,59</b>	<b>17.083.637,59</b>	<b>1.738.413,84</b>	<b>9.089.858,07</b>	<b>2.074.486,94</b>	<b>8.498.190,34</b>	<b>49,74</b>	<b>8.585.447,25</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>1.176.487,59</b>	<b>17.083.637,59</b>	<b>1.738.413,84</b>	<b>9.089.858,07</b>	<b>2.074.486,94</b>	<b>8.498.190,34</b>	<b>49,74</b>	<b>8.585.447,25</b>

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 110.364,29

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 14/11/2013

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH  
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN  
Auditor de Controle Interno

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	15.401.150,00	16.513.137,59	1.653.378,00	8.644.402,59	1.988.166,87	8.052.734,86	94,76	48,77	8.460.402,73
Legislativa	580.000,00	580.000,00	9.213,84	477.908,02	72.873,40	403.693,10	4,75	69,60	176.306,90
Ação Legislativa	580.000,00	580.000,00	9.213,84	477.908,02	72.873,40	403.693,10	4,75	69,60	176.306,90
Administração	1.395.500,00	1.348.497,46	159.659,88	1.147.782,34	207.736,00	1.043.728,46	12,28	77,40	304.769,00
Administração Geral	1.395.500,00	1.348.497,46	159.659,88	1.147.782,34	207.736,00	1.043.728,46	12,28	77,40	304.769,00
Assistência Social	523.600,00	602.070,26	56.656,00	369.472,02	62.910,59	334.220,42	3,93	55,51	267.849,84
Assistência ao Idoso	18.000,00	18.000,00	0,00	5.270,32	80,00	5.270,32	0,06	29,28	12.729,68
Assistência ao Portador de Deficiência	32.000,00	32.000,00	0,00	28.505,92	4.797,60	23.708,32	0,28	74,09	8.291,68
Assistência à Criança e ao Adolescente	36.000,00	76.000,00	9.254,00	47.104,94	9.573,89	44.902,76	0,53	59,08	31.097,24
Assistência Comunitária	437.600,00	476.070,26	47.402,00	288.590,84	48.459,10	260.339,02	3,06	54,68	215.731,24
Previdência Social	572.000,00	572.000,00	101.230,22	474.085,87	96.250,22	466.230,87	5,49	81,51	105.769,13
Administração Geral	70.000,00	70.000,00	12.015,87	50.625,68	7.035,87	42.770,68	0,50	61,10	27.229,32
Previdência do Regime Estatutário	502.000,00	502.000,00	89.214,35	423.460,19	89.214,35	423.460,19	4,98	84,35	78.539,81
Saúde	2.583.110,00	2.715.923,34	253.637,91	1.876.517,27	342.900,05	1.740.425,27	20,48	64,08	975.498,07
Atenção Básica	2.523.760,00	2.643.538,28	246.715,32	1.867.607,39	336.066,25	1.732.108,18	20,38	65,52	911.430,10
Vigilância Sanitária	25.050,00	20.113,37	0,00	271,69	0,00	271,69	0,00	1,35	19.841,68
Vigilância Epidemiológica	34.300,00	52.271,69	6.922,59	8.638,19	6.833,80	8.045,40	0,09	15,39	44.226,29
Educação	3.275.377,00	4.143.752,00	800.277,90	2.334.703,07	834.830,25	2.243.412,61	26,40	54,14	1.900.339,39
Alimentação e Nutrição	30.200,00	30.200,00	6.748,10	29.631,81	8.845,10	28.132,21	0,33	93,15	2.067,79
Ensino Fundamental	2.649.157,00	3.478.238,09	700.963,85	1.937.253,20	724.413,57	1.890.470,21	22,25	54,35	1.587.767,88
Ensino Médio	70.700,00	72.771,19	23.200,54	61.900,42	24.745,57	55.446,89	0,65	76,19	17.324,30
Ensino Superior	22.000,00	22.000,00	10.539,22	20.855,31	3.500,00	13.816,09	0,16	62,80	8.183,91
Educação Infantil	503.320,00	540.542,72	58.826,19	285.062,33	73.326,01	255.547,21	3,01	47,28	284.995,51
Cultura	80.000,00	80.000,00	171,80	65.614,36	12.093,41	65.478,76	0,77	81,85	14.521,24
Difusão Cultural	80.000,00	80.000,00	171,80	65.614,36	12.093,41	65.478,76	0,77	81,85	14.521,24
Urbanismo	846.060,00	861.555,74	20.354,01	128.491,15	32.009,78	122.472,64	1,44	14,22	739.083,10
Infra-Estrutura Urbana	675.000,00	707.659,37	0,00	85,25	0,00	85,25	0,00	0,01	707.574,12
Serviços Urbanos	171.060,00	153.896,37	20.354,01	128.405,90	32.009,78	122.387,39	1,44	79,53	31.508,98
Agricultura	1.067.580,00	1.006.285,76	52.529,25	426.201,21	79.054,09	398.697,66	4,69	39,62	607.588,10
Extensão Rural	1.067.580,00	1.006.285,76	52.529,25	426.201,21	79.054,09	398.697,66	4,69	39,62	607.588,10

Continua 1/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	15.401.150,00	16.513.137,59	1.653.378,00	8.644.402,59	1.988.166,87	8.052.734,86	94,76	48,77	8.460.402,73
Transporte	2.104.923,00	2.169.053,03	146.824,62	1.109.549,08	184.940,32	1.075.551,96	12,66	49,59	1.093.501,07
Transporte Rodoviário	2.104.923,00	2.169.053,03	146.824,62	1.109.549,08	184.940,32	1.075.551,96	12,66	49,59	1.093.501,07
Desporto e Lazer	1.087.000,00	1.188.000,00	44.476,14	143.170,60	45.117,71	79.002,14	0,93	6,65	1.108.997,86
Desporto Comunitário	1.087.000,00	1.188.000,00	44.476,14	143.170,60	45.117,71	79.002,14	0,93	6,65	1.108.997,86
Encargos Especiais	131.000,00	91.000,00	8.346,43	90.907,60	17.451,05	79.820,97	0,94	87,72	11.179,03
Outras Transferências	131.000,00	91.000,00	8.346,43	90.907,60	17.451,05	79.820,97	0,94	87,72	11.179,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RESERVA DO RPPS	1.148.000,00	1.148.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	506.000,00	570.500,00	85.035,84	445.455,48	86.320,07	445.455,48	5,24	78,08	125.044,52
Legislativa	38.000,00	38.000,00	2.413,86	21.755,49	2.413,86	21.755,49	0,26	57,25	16.244,51
Ação Legislativa	38.000,00	38.000,00	2.413,86	21.755,49	2.413,86	21.755,49	0,26	57,25	16.244,51
Administração	33.000,00	66.500,00	9.759,34	50.488,98	9.759,34	50.488,98	0,59	75,92	16.011,02
Administração Geral	33.000,00	66.500,00	9.759,34	50.488,98	9.759,34	50.488,98	0,59	75,92	16.011,02
Assistência Social	6.000,00	10.000,00	1.544,30	7.002,41	1.544,30	7.002,41	0,08	70,02	2.997,59
Assistência Comunitária	6.000,00	10.000,00	1.544,30	7.002,41	1.544,30	7.002,41	0,08	70,02	2.997,59
Saúde	110.000,00	142.000,00	25.066,76	132.700,54	25.066,76	132.700,54	1,56	93,45	9.299,46
Atenção Básica	110.000,00	142.000,00	25.066,76	132.700,54	25.066,76	132.700,54	1,56	93,45	9.299,46
Educação	205.000,00	200.000,00	30.917,62	157.610,77	32.201,85	157.610,77	1,85	78,81	42.389,23
Ensino Fundamental	172.000,00	183.620,00	28.161,09	144.500,86	29.445,32	144.500,86	1,70	78,70	39.119,14
Educação Infantil	33.000,00	16.380,00	2.756,53	13.109,91	2.756,53	13.109,91	0,15	80,04	3.270,09
Urbanismo	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Serviços Urbanos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Agricultura	18.000,00	18.000,00	2.350,24	12.555,25	2.350,24	12.555,25	0,15	69,75	5.444,75
Extensão Rural	18.000,00	18.000,00	2.350,24	12.555,25	2.350,24	12.555,25	0,15	69,75	5.444,75

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	506.000,00	570.500,00	85.035,84	445.455,48	86.320,07	445.455,48	5,24	78,08	125.044,52
Transporte	90.000,00	90.000,00	12.983,72	63.342,04	12.983,72	63.342,04	0,75	70,38	26.657,96
Transporte Rodoviário	90.000,00	90.000,00	12.983,72	63.342,04	12.983,72	63.342,04	0,75	70,38	26.657,96
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	15.907.150,00	17.083.637,59	1.738.413,84	9.089.858,07	2.074.486,94	8.498.190,34	100,00	49,74	8.585.447,25

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 14/11/2013

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

WORLD JOSÉ KREUSCH  
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN  
Auditor de Controle Interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	303.800,00	303.800,00	45.399,18	245.304,38	80,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	63.300,00	63.300,00	688,36	47.222,37	74,60
1.1.1- IPTU	54.000,00	54.000,00	70,69	45.780,66	84,78
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.000,00	4.000,00	26,16	629,43	15,74
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.300,00	4.300,00	318,86	318,86	7,42
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	272,65	493,42	49,34
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	27.000,00	27.000,00	2.696,00	16.135,08	59,76
1.2.1- ITBI	27.000,00	27.000,00	2.696,00	16.135,08	59,76
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	63.500,00	63.500,00	23.255,80	83.894,72	132,12
1.3.1- ISS	58.000,00	58.000,00	23.255,80	82.282,00	141,87
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	194,31	19,43
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	1.418,41	141,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	150.000,00	150.000,00	18.759,02	98.052,21	65,37
1.4.1- IRRF	150.000,00	150.000,00	18.759,02	98.731,39	66,49
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	(1.679,18)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.941.500,00	8.941.500,00	1.227.475,22	6.700.514,37	74,94
2.1- Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	705.362,00	4.278.251,27	72,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.900.000,00	5.900.000,00	705.362,00	4.278.251,27	72,51
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.780.000,00	2.780.000,00	464.907,97	2.172.799,37	78,16
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	2.083,42	10.417,12	69,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	56.000,00	56.000,00	6.841,22	32.785,88	58,55
2.5- Cota-Parte ITR	6.500,00	6.500,00	7.221,25	8.384,07	128,99
2.6- Cota-Parte IPVA	184.000,00	184.000,00	41.059,36	197.876,66	107,54
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>9.245.300,00</b>	<b>9.245.300,00</b>	<b>1.272.874,40</b>	<b>6.945.818,75</b>	<b>75,13</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	176.040,00	176.040,00	40.100,82	179.934,39	102,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	96.000,00	96.000,00	18.442,00	93.824,93	97,73
5.2- Outras Transferências do FNDE	78.000,00	78.000,00	20.974,36	84.036,26	107,74
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.040,00	2.040,00	684,46	2.073,20	101,63
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	700.000,00	700.000,00	0,00	11.229,85	1,60
6.1- Transferências de Convênios	700.000,00	700.000,00	0,00	11.229,85	1,60
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	260.000,00	31.056,00	124.227,00	47,78
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.136.040,00</b>	<b>1.136.040,00</b>	<b>71.156,82</b>	<b>315.391,24</b>	<b>27,76</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>1.788.300,00</b>	<b>1.788.300,00</b>	<b>245.494,65</b>	<b>1.342.263,34</b>	<b>75,06</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	-	1.180.000,00	141.072,33	855.649,96	72,51
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	556.000,00	556.000,00	92.981,43	436.721,42	78,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	416,68	2.083,41	69,45
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	11.200,00	11.200,00	1.368,25	6.557,20	58,55
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.300,00	1.300,00	1.444,24	1.676,76	128,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	36.800,00	36.800,00	8.211,72	39.574,59	107,54
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.005.000,00</b>	<b>1.005.000,00</b>	<b>186.331,75</b>	<b>915.528,05</b>	<b>91,10</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	185.272,47	912.136,92	91,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.059,28	3.391,13	67,82
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-788.300,00</b>	<b>-788.300,00</b>	<b>-60.222,18</b>	<b>-430.126,42</b>	<b>54,56</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	905.000,00	854.915,00	132.606,34	678.109,41	79,32
13.1- Com Educação Infantil	150.000,00	122.915,00	21.320,72	100.731,71	81,95
13.2- Com Ensino Fundamental	755.000,00	732.000,00	111.285,62	577.377,70	78,88
14- OUTRAS DESPESAS	100.000,00	140.712,25	1.053,94	103.788,83	73,76
14.1- Com Educação Infantil	20.000,00	40.199,25	930,89	40.194,54	99,99
14.2- Com Ensino Fundamental	80.000,00	100.513,00	123,05	63.594,29	63,27
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.005.000,00	995.627,25	133.660,28	781.898,24	78,53
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					29.199,25
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					29.199,25
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					74,07
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				29.199,25	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*				29.199,25	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.311.325,00	2.311.325,00	318.218,60	1.736.454,69	75,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	509.000,00	456.114,25	49.122,48	195.427,49	42,85
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	170.000,00	163.114,25	22.251,51	140.926,25	86,40
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	339.000,00	293.000,00	26.870,87	54.501,24	18,80
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.688.837,00	2.746.203,88	227.334,72	1.357.257,74	49,42
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	835.000,00	832.513,00	111.408,67	640.971,99	76,99
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.853.837,00	1.913.690,88	115.926,05	716.285,75	37,43
25- ENSINO MÉDIO	60.500,00	60.500,00	13.851,77	44.553,09	73,64
26- ENSINO SUPERIOR	22.000,00	22.000,00	3.500,00	13.816,09	62,80
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.280.337,00	3.284.818,13	293.808,97	1.611.054,41	49,05
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-430.126,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.391,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-426.735,29
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.979.420,52
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					28,5

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	97.000,00	135.396,20	9.525,12	88.270,97	65,19
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	610.000,00	473.400,00	473.400,00	77,61
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	103.040,00	313.408,42	90.298,01	228.168,75	72,80
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	200.040,00	1.058.804,62	573.223,13	789.839,72	74,60
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.480.377,00	4.343.622,75	867.032,10	2.400.894,13	55,27
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	912.136,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.391,13	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	915.528,05	0,00

LEOBERTO LEAL, 18/11/2013

\_\_\_\_\_  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
WORLD JOSÉ KREUSCH  
Contador CRC-SC nº 14.520

\_\_\_\_\_  
DÉBORA VENTURIN  
Auditor de Controle Interno

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 29.199,25, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Anxos do 5ºbimestre

Publicação dos anexos da LRF

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>14.467.900,00</b>	<b>14.467.900,00</b>	<b>2.170.736,07</b>	<b>15,00</b>	<b>11.132.368,76</b>	<b>76,95</b>	<b>3.335.531,24</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.377.900,00</b>	<b>14.377.900,00</b>	<b>2.163.456,51</b>	<b>15,05</b>	<b>10.567.273,50</b>	<b>73,50</b>	<b>3.810.626,50</b>
RECEITA TRIBUTARIA	737.585,00	737.585,00	57.953,76	7,86	439.442,98	59,58	298.142,02
IMPOSTOS	593.685,00	593.685,00	53.775,94	9,06	357.473,21	60,21	236.211,79
TAXAS	136.200,00	136.200,00	4.177,82	3,07	80.444,78	59,06	55.755,22
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.700,00	7.700,00	0,00	0,00	1.524,99	19,81	6.175,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.200,00	180.200,00	27.675,54	15,36	131.445,67	72,94	48.754,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	70.200,00	70.200,00	12.141,34	17,30	54.598,23	77,78	15.601,77
Contribuição p/ Custeio Serviço de Iluminação Públ	110.000,00	110.000,00	15.534,20	14,12	76.847,44	69,86	33.152,56
RECEITA PATRIMONIAL	165.000,00	165.000,00	27.825,95	16,86	140.291,43	85,03	24.708,57
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	165.000,00	165.000,00	27.825,95	16,86	140.291,43	85,03	24.708,57
RECEITA DE SERVIÇOS	67.800,00	67.800,00	11.678,14	17,22	39.099,82	57,67	28.700,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.033.770,00	13.033.770,00	2.021.927,29	15,51	9.747.939,86	74,79	3.285.830,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.854.530,00	12.854.530,00	1.928.139,04	15,00	9.552.351,29	74,31	3.302.178,71
Transf. de Pessoas	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	499,00	17,82	2.301,00
Transf. de Conv.	176.440,00	176.440,00	93.788,25	53,16	195.089,57	110,57	-18.649,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.545,00	193.545,00	16.395,83	8,47	69.053,74	35,68	124.491,26
Multas e Juros de Mora	78.600,00	78.600,00	12.497,45	15,90	49.408,79	62,86	29.191,21
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.180,00	19.180,00	906,79	4,73	2.628,09	13,70	16.551,91
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	71.895,00	71.895,00	2.991,59	4,16	16.915,40	23,53	54.979,60
RECEITAS DIVERSAS	23.870,00	23.870,00	0,00	0,00	101,46	0,43	23.768,54
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>90.000,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>7.279,56</b>	<b>8,09</b>	<b>565.095,26</b>	<b>627,88</b>	<b>-475.095,26</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	2.064,35	5,16	3.531,31	8,83	36.468,69
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	2.064,35	5,16	3.531,31	8,83	36.468,69
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	4.522,21	9,04	19.997,09	39,99	30.002,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	693,00	0,00	541.566,86	0,00	-541.566,86
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	693,00	0,00	541.566,86	0,00	-541.566,86
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>82.100,00</b>	<b>82.100,00</b>	<b>12.477,08</b>	<b>15,20</b>	<b>56.719,10</b>	<b>69,09</b>	<b>25.380,90</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>82.100,00</b>	<b>82.100,00</b>	<b>12.477,08</b>	<b>15,20</b>	<b>56.719,10</b>	<b>69,09</b>	<b>25.380,90</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	82.100,00	82.100,00	12.477,08	15,20	56.719,10	69,09	25.380,90
Receitas Intra-Orçamentárias	82.100,00	82.100,00	12.477,08	15,20	56.719,10	69,09	25.380,90
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>2.183.213,15</b>	<b>15,00</b>	<b>11.189.087,86</b>	<b>76,90</b>	<b>3.360.912,14</b>

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>2.183.213,15</b>	<b>15,00</b>	<b>11.189.087,86</b>	<b>76,90</b>	<b>3.360.912,14</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	378.951,03	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.550.000,00	14.550.000,00	2.183.213,15	15,00	11.568.038,89	76,90	3.360.912,14
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.932.068,33	—	—	1.049.370,79	—	—
Superávit Financeiro	—	1.932.068,33	—	—	1.049.370,79	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.760.655,87</b>	<b>18.310.655,87</b>	<b>1.422.743,42</b>	<b>13.456.770,43</b>	<b>2.303.312,28</b>	<b>11.568.038,89</b>	<b>63,18</b>	<b>6.742.616,98</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.911.400,00</b>	<b>1.699.550,34</b>	<b>14.610.950,34</b>	<b>1.358.787,38</b>	<b>11.073.870,30</b>	<b>2.042.035,67</b>	<b>9.680.747,80</b>	<b>66,26</b>	<b>4.930.202,54</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.020.679,00	285.744,04	6.306.423,04	890.102,73	4.615.626,85	904.252,73	4.603.918,85	73,00	1.702.504,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	158.900,00	-25.000,00	133.900,00	0,00	114.100,00	10.831,17	70.238,64	52,46	63.661,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.731.821,00	1.438.806,30	8.170.627,30	468.684,65	6.344.143,45	1.126.951,77	5.006.590,31	61,28	3.164.036,99
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.635.600,00</b>	<b>2.061.105,53</b>	<b>3.696.705,53</b>	<b>63.956,04</b>	<b>2.382.900,13</b>	<b>261.276,61</b>	<b>1.887.291,09</b>	<b>51,05</b>	<b>1.809.414,44</b>
INVESTIMENTOS	1.181.400,00	2.104.105,53	3.285.505,53	63.956,04	1.998.000,13	200.500,50	1.552.479,72	47,25	1.733.025,81
INVERSOES FINANCEIRAS	30.000,00	-16.500,00	13.500,00	0,00	8.500,00	700,00	4.977,20	36,87	8.522,80
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	424.200,00	-26.500,00	397.700,00	0,00	376.400,00	60.076,11	329.834,17	82,94	67.865,83
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.760.655,87</b>	<b>18.310.655,87</b>	<b>1.422.743,42</b>	<b>13.456.770,43</b>	<b>2.303.312,28</b>	<b>11.568.038,89</b>	<b>63,18</b>	<b>6.742.616,98</b>

Continua 2/3



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.760.655,87</b>	<b>18.310.655,87</b>	<b>1.422.743,42</b>	<b>13.456.770,43</b>	<b>2.303.312,28</b>	<b>11.568.038,89</b>	<b>63,18</b>	<b>6.742.616,98</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>14.550.000,00</b>	<b>3.760.655,87</b>	<b>18.310.655,87</b>	<b>1.422.743,42</b>	<b>13.456.770,43</b>	<b>2.303.312,28</b>	<b>11.568.038,89</b>	<b>63,18</b>	<b>6.742.616,98</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

\_\_\_\_\_  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

## Município de LINDOIA DO SUL - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	14.550.000,00
Previsão Atualizada		—	14.550.000,00
Receitas Realizadas		2.183.213,15	11.189.087,86
Déficit Orçamentário		—	378.951,03
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.049.370,79
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	14.550.000,00
Créditos Adicionais		—	3.760.655,87
Dotação Atualizada		—	18.310.655,87
Despesas Empenhadas		1.422.743,42	13.456.770,43
Despesas Liquidadas		2.303.312,28	11.568.038,89
Superavit Orçamentário		—	0,00
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Despesas Empenhadas		1.422.743,42	13.456.770,43
Despesas Liquidadas		2.303.312,28	11.568.038,89
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			<b>Até o Bimestre</b>
Receita Corrente Líquida			12.873.067,29
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		-267.200,00	755.836,87
Resultado Primário		125.000,00	-142.698,05
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		27.178,94	0,00
EXECUTIVO		26.698,94	0,00
LEGISLATIVO		480,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		804.215,90	100.251,79
EXECUTIVO		804.215,90	100.251,79
<b>TOTAL:</b>		<b>831.394,84</b>	<b>100.251,79</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.207.415,22	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		964.450,68	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.887.291,09	1.809.414,44
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>2013</b>	<b>2021</b>
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de LINDOIA DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		3.531,31	36.468,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	40.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.859.760,95	15,00	18,76
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

\_\_\_\_\_  
 PEDRO ARI PARIZOTTO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
 GENECCI DELLAI  
 Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	664.210,00	664.210,00	368.719,31	55,51
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.465,00	143.465,00	83.366,67	58,11
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.100,00	72.100,00	48.117,10	66,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	308.000,00	308.000,00	155.326,77	50,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.120,00	70.120,00	70.662,67	100,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	19.500,00	19.500,00	1.950,11	10,00
Dívida Ativa dos Impostos	39.255,00	39.255,00	5.044,96	12,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.770,00	11.770,00	4.251,03	36,12
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.237.100,00	13.237.100,00	9.542.533,17	72,09
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	4.278.251,27	71,30
Cota-Parte ITR	2.500,00	2.500,00	5.668,26	226,73
Cota-Parte IPVA	370.000,00	370.000,00	298.719,41	80,73
Cota-Parte ICMS	6.690.000,00	6.690.000,00	4.866.013,38	72,74
Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	71.244,15	51,63
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.600,00	36.600,00	22.636,70	61,85
Desoneração ICMS (LC 87/96)	36.600,00	36.600,00	22.636,70	61,85
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>13.901.310,00</b>	<b>13.901.310,00</b>	<b>9.911.252,48</b>	<b>71,30</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	534.696,00	534.696,00	501.598,67	93,81
Provenientes da União	467.376,00	467.376,00	454.899,73	97,33
Provenientes dos Estados	51.050,00	51.050,00	35.506,03	69,55
Provenientes de Outros Municípios	16.270,00	16.270,00	11.192,91	68,79
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	60,79	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>534.696,00</b>	<b>534.696,00</b>	<b>501.659,46</b>	<b>93,82</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.999.951,00	3.487.328,28	2.624.676,78	75,26	2.315.819,06	66,41
Pessoal e Encargos Sociais	1.288.115,00	1.351.086,58	933.554,71	69,10	933.554,71	69,10
Outras Despesas Correntes	1.711.836,00	2.136.241,70	1.691.122,07	79,16	1.382.264,35	64,71
DESPESAS DE CAPITAL	98.900,00	166.763,90	54.991,39	32,98	45.540,56	27,31
Investimentos	98.900,00	166.763,90	54.991,39	32,98	45.540,56	27,31

Continua 1/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	98.900,00	166.763,90	54.991,39	32,98	45.540,56	27,31
Investimentos	98.900,00	166.763,90	54.991,39	32,98	45.540,56	27,31
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.098.851,00</b>	<b>3.654.092,18</b>	<b>2.679.668,17</b>	<b>73,33</b>	<b>2.361.359,62</b>	<b>64,62</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	527.596,00	762.837,18	501.598,67	18,72	501.598,67	21,24
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	527.596,00	762.837,18	501.598,67	18,72	501.598,67	21,24
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>527.596,00</b>	<b>762.837,18</b>	<b>501.598,67</b>	<b>18,72</b>	<b>501.598,67</b>	<b>21,24</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.571.255,00</b>	<b>2.891.255,00</b>	<b>2.178.069,50</b>	<b>54,61</b>	<b>1.859.760,95</b>	<b>43,38</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						<b>18,76</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						<b>373.073,08</b>

Continua 2/4



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	135.714,62	0,59	47.866,10	87.848,52	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>135.714,62</b>	<b>0,59</b>	<b>47.866,10</b>	<b>87.848,52</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.021.881,00	3.524.001,31	2.633.746,00	98,29	2.321.681,25	98,32
Vigilância Sanitária	35.570,00	88.690,87	37.559,65	1,40	35.742,85	1,51
Vigilância Epidemiológica	41.400,00	41.400,00	8.362,52	0,31	3.935,52	0,17
<b>TOTAL</b>	<b>3.098.851,00</b>	<b>3.654.092,18</b>	<b>2.679.668,17</b>	<b>100,00</b>	<b>2.361.359,62</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

\_\_\_\_\_  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	3.531,31	36.468,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	3.531,31	36.468,69
<b>TOTAL</b>	40.000,00	3.531,31	36.468,69

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Investimentos	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
<b>TOTAL</b>	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	2.991,96	3.531,31	6.523,27

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.550.000,00	18.310.655,87	1.422.743,42	13.456.770,43	2.303.312,28	11.568.038,89	100,00	63,18	6.742.616,98
Legislativa	268.400,00	265.900,00	37.959,80	194.147,76	37.761,72	193.398,52	1,67	72,73	72.501,48
Ação Legislativa	268.400,00	265.900,00	37.959,80	194.147,76	37.761,72	193.398,52	1,67	72,73	72.501,48
Administração	1.942.628,00	2.063.628,00	169.578,13	1.651.093,93	310.119,79	1.434.681,96	12,40	69,52	628.946,04
Administração Geral	1.942.628,00	2.063.628,00	169.578,13	1.651.093,93	310.119,79	1.434.681,96	12,40	69,52	628.946,04
Segurança Pública	10.000,00	10.000,00	0,00	9.232,50	0,00	9.232,50	0,08	92,33	767,50
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	9.232,50	0,00	9.232,50	0,08	92,33	767,50
Assistência Social	683.200,00	709.630,15	82.154,47	415.573,26	88.925,56	346.703,99	3,00	48,86	362.926,16
Administração Geral	145.000,00	155.000,00	28.326,83	118.997,14	28.886,83	118.837,14	1,03	76,67	36.162,86
Assistência ao Idoso	30.000,00	62.046,60	23.178,00	33.805,61	5.217,77	10.942,98	0,09	17,64	51.103,62
Assistência ao Portador de Deficiência	11.900,00	20.891,99	0,00	8.148,50	4.280,00	6.555,00	0,06	31,38	14.336,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	123.000,00	98.000,00	1.706,66	14.016,48	4.238,31	10.040,03	0,09	10,24	87.959,97
Assistência Comunitária	373.300,00	373.691,56	28.942,98	240.605,53	46.302,65	200.328,84	1,73	53,61	173.362,72
Saúde	3.266.151,00	4.077.843,79	256.413,31	2.871.073,77	501.942,21	2.493.957,26	21,56	61,16	1.583.886,53
Atenção Básica	3.021.881,00	3.524.001,31	220.372,59	2.633.746,00	460.838,78	2.321.681,25	20,07	65,88	1.202.320,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	167.300,00	423.751,61	31.000,00	191.405,60	35.973,56	132.597,64	1,15	31,29	291.153,97
Vigilância Sanitária	35.570,00	88.690,87	613,72	37.559,65	2.079,87	35.742,85	0,31	40,30	52.948,02
Vigilância Epidemiológica	41.400,00	41.400,00	4.427,00	8.362,52	3.050,00	3.935,52	0,03	9,51	37.464,48
Educação	3.530.064,00	3.901.293,86	408.285,54	3.159.866,48	568.216,50	2.790.262,56	24,12	71,52	1.111.031,30
Alimentação e Nutrição	99.860,00	91.900,00	12.765,84	68.883,78	16.392,30	67.418,54	0,58	73,36	24.481,46
Ensino Fundamental	2.840.704,00	2.941.566,17	328.646,23	2.417.364,40	431.742,66	2.119.500,40	18,32	72,05	822.065,77
Ensino Médio	24.500,00	11.420,00	0,00	6.920,00	0,00	6.920,00	0,06	60,60	4.500,00
Ensino Superior	141.000,00	144.500,00	0,00	140.197,40	26.446,33	109.951,31	0,95	76,09	34.548,69
Educação Infantil	400.000,00	670.607,69	66.873,47	491.253,18	87.385,21	463.724,59	4,01	69,15	206.883,10
Educação Especial	24.000,00	41.300,00	0,00	35.247,72	6.250,00	22.747,72	0,20	55,08	18.552,28
Cultura	56.000,00	94.000,00	2.417,70	88.019,49	8.684,23	78.688,43	0,68	83,71	15.311,57
Difusão Cultural	56.000,00	94.000,00	2.417,70	88.019,49	8.684,23	78.688,43	0,68	83,71	15.311,57
Urbanismo	360.000,00	512.000,00	46.978,57	360.686,55	63.418,28	287.746,23	2,49	56,20	224.253,77
Serviços Urbanos	360.000,00	512.000,00	46.978,57	360.686,55	63.418,28	287.746,23	2,49	56,20	224.253,77
Habitação	62.900,00	417.320,00	5.800,00	397.920,00	6.897,10	206.520,52	1,79	49,49	210.799,48
Habitação Urbana	62.900,00	417.320,00	5.800,00	397.920,00	6.897,10	206.520,52	1,79	49,49	210.799,48

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.550.000,00	18.310.655,87	1.422.743,42	13.456.770,43	2.303.312,28	11.568.038,89	100,00	63,18	6.742.616,98
Saneamento	195.000,00	187.000,00	1.027,00	177.786,28	29.459,88	132.569,46	1,15	70,89	54.430,54
Saneamento Básico Urbano	195.000,00	187.000,00	1.027,00	177.786,28	29.459,88	132.569,46	1,15	70,89	54.430,54
Gestão Ambiental	85.000,00	85.000,00	0,00	8.312,00	8.208,00	8.312,00	0,07	9,78	76.688,00
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	0,00	8.312,00	8.208,00	8.312,00	0,07	10,39	71.688,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.345.000,00	1.510.000,00	107.558,03	1.258.307,21	235.055,24	1.190.523,61	10,29	78,84	319.476,39
Saneamento Básico Rural	80.000,00	51.000,00	0,00	4.375,00	0,00	4.375,00	0,04	8,58	46.625,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	4.354,40	0,04	43,54	5.645,60
Promoção da Produção Animal	115.000,00	115.000,00	13.550,36	112.006,26	58.698,50	110.106,17	0,95	95,74	4.893,83
Abastecimento	320.000,00	339.900,00	0,00	323.269,40	4.000,00	321.717,38	2,78	94,65	18.182,62
Extensão Rural	820.000,00	994.100,00	94.007,67	808.656,55	172.356,74	749.970,66	6,48	75,44	244.129,34
Indústria	175.400,00	170.400,00	0,00	26.653,65	16.770,65	26.653,65	0,23	15,64	143.746,35
Promoção Industrial	175.400,00	170.400,00	0,00	26.653,65	16.770,65	26.653,65	0,23	15,64	143.746,35
Transporte	2.257.257,00	3.898.840,07	290.806,72	2.465.049,68	288.824,30	2.043.714,27	17,67	52,42	1.855.125,80
Transporte Rodoviário	2.257.257,00	3.898.840,07	290.806,72	2.465.049,68	288.824,30	2.043.714,27	17,67	52,42	1.855.125,80
Desporto e Lazer	210.000,00	346.300,00	13.764,15	345.447,87	138.028,82	306.471,13	2,65	88,50	39.828,87
Desporto Comunitário	210.000,00	346.300,00	13.764,15	345.447,87	138.028,82	306.471,13	2,65	88,50	39.828,87
Encargos Especiais	100.000,00	58.500,00	0,00	27.600,00	1.000,00	18.602,80	0,16	31,80	39.897,20
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	58.500,00	0,00	27.600,00	1.000,00	18.602,80	0,16	31,80	39.897,20

Continua 2/3



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.550.000,00	18.310.655,87	1.422.743,42	13.456.770,43	2.303.312,28	11.568.038,89	100,00	63,18	6.742.616,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	14.550.000,00	18.310.655,87	1.422.743,42	13.456.770,43	2.303.312,28	11.568.038,89	100,00	63,18	6.742.616,98

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

\_\_\_\_\_  
 PEDRO ARI PARIZOTTO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
 GENECCI DELLAI  
 Contadora CRC/SC 016795/O-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.350.251,22	1.540.324,14	1.247.194,11	1.335.124,83	1.062.744,51	1.179.612,68	1.435.691,67	1.263.650,02	1.212.295,72	1.216.494,68	1.187.481,12	1.222.000,80	15.252.865,50	16.940.320,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	51.137,51	36.532,34	23.058,59	51.736,85	30.724,69	58.829,13	109.173,78	40.378,21	29.850,46	37.737,51	39.325,73	18.628,03	527.112,83	737.585,00	
I.P.T.U.	843,07	2.297,62	0,00	0,00	0,00	13.173,33	58.023,60	2.430,26	3.640,86	3.078,58	2.710,07	309,97	86.507,36	143.465,00	
I.R.R.F	9.988,92	5.909,85	0,00	7.287,36	9.253,05	18.748,88	320,27	13.480,56	473,85	6.795,11	14.128,36	175,23	86.561,44	70.120,00	
I.S.S.	19.539,37	19.853,67	13.692,47	16.500,32	15.330,10	13.440,07	17.668,45	15.982,28	16.875,20	18.827,80	14.761,81	12.248,27	194.719,81	308.000,00	
I.T.B.I.	18.339,00	6.120,73	7.632,54	3.012,58	1.666,00	3.500,89	6.402,00	5.075,80	5.039,32	6.345,74	4.512,23	4.930,00	72.576,83	72.100,00	
Outras Receitas Tributárias	2.427,15	2.350,47	1.733,58	24.936,59	4.475,54	9.965,96	26.759,46	3.409,31	3.821,23	2.690,28	3.213,26	964,56	86.747,39	143.900,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	13.144,55	13.743,65	8.640,31	13.102,87	14.385,05	21.050,19	7.772,33	18.883,82	12.953,68	6.981,88	18.939,85	8.735,69	158.333,87	180.200,00	
RECEITA PATRIMONIAL	18.122,63	12.156,19	12.280,98	12.164,80	14.467,02	15.334,04	14.286,52	13.978,38	15.464,73	14.489,01	13.287,24	14.538,71	170.570,25	165.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	4.555,00	2.446,84	3.368,43	3.054,17	2.616,99	3.174,86	3.942,43	2.160,44	4.493,68	4.610,68	6.561,23	5.116,91	46.101,66	67.800,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.256.535,65	1.466.555,79	1.196.497,77	1.250.438,89	988.545,34	1.075.605,74	1.296.346,89	1.180.918,21	1.139.659,49	1.146.991,47	1.100.896,75	1.167.055,95	14.266.047,94	15.596.190,00	
Cota-Parte do F.P.M.	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	5.435.168,42	6.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	547.821,18	553.773,79	489.127,63	437.154,53	412.705,98	497.631,98	494.535,34	463.223,15	579.268,58	482.112,17	512.237,21	498.016,81	5.967.608,35	6.690.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	14.839,07	5.264,78	14.616,25	22.432,29	31.939,43	30.452,86	40.247,02	29.430,11	35.139,45	36.634,66	30.390,17	27.437,17	318.823,26	370.000,00	
Cota-Parte do ITR	36,63	126,02	35,06	6,13	0,00	9,01	264,28	676,22	12,77	18,88	2.250,93	2.394,98	5.830,91	2.500,00	
Outras Transferências Correntes	143.895,74	86.663,80	120.924,35	65.729,43	93.639,91	47.977,74	94.342,38	121.760,18	94.397,04	89.099,98	90.231,81	175.850,53	1.224.512,89	1.101.526,00	
Transferências da LC 61/1989	8.333,70	9.569,17	8.609,53	6.610,65	5.835,78	5.351,07	7.195,58	7.494,38	7.382,15	7.898,95	7.185,12	7.680,94	89.147,02	138.000,00	
Transferências da LC 87/1996	2.564,82	2.564,82	0,00	0,00	0,00	9.054,68	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	2.263,67	27.766,34	36.600,00	
Transferências do FUNDEB	98.417,65	92.303,12	103.979,21	100.693,64	88.610,28	103.348,05	108.932,15	98.405,56	95.280,01	102.833,39	103.659,55	100.728,14	1.197.190,75	1.257.564,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.755,88	8.889,33	3.348,03	4.627,25	12.005,42	5.618,72	4.169,72	7.330,96	9.873,68	5.684,13	8.470,32	7.925,51	84.698,95	193.545,00	
DEDUÇÕES (II)	202.844,24	213.868,40	194.318,68	222.175,88	167.521,61	197.539,44	218.614,25	204.277,83	195.989,04	191.011,39	193.542,21	178.095,24	2.379.798,21	2.647.420,00	
Contribuição para o FAM - Ativo	0,00	0,00	0,00	5.089,26	5.996,27	11.925,02	0,00	11.520,61	5.689,36	0,00	11.534,38	0,00	51.754,90	0,00	
Contribuição para o FAM - Inativo	0,00	0,00	0,00	283,63	283,63	758,67	0,00	606,96	303,48	0,00	606,96	0,00	2.843,33	0,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	202.844,24	213.868,40	194.318,68	216.802,99	161.241,71	184.855,75	218.614,25	192.150,26	189.996,20	191.011,39	181.400,87	178.095,24	2.325.199,98	2.647.420,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.147.406,98	1.326.455,74	1.052.875,43	1.112.948,95	895.222,90	982.073,24	1.217.077,42	1.059.372,19	1.016.306,68	1.025.483,29	993.938,91	1.043.905,56	12.873.067,29	14.292.900,00	

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ortenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.028.184,99	918.932,93	858.856,82
DEDUÇÕES (II)	2.977.529,06	2.181.700,72	2.052.364,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.004.708,00	2.398.400,07	2.435.872,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.178,94	216.699,35	383.508,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.949.344,07	-1.262.767,79	-1.193.507,20
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.949.344,07</b>	<b>-1.262.767,79</b>	<b>-1.193.507,20</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>69.260,59</b>	<b>755.836,87</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-267.200,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>14.295.000,00</b>	<b>2.148.107,64</b>	<b>10.483.701,17</b>	<b>10.041.651,62</b>
Receita Tributária	737.585,00	57.953,76	439.442,98	502.058,02
I.P.T.U.	143.465,00	3.020,04	83.366,67	78.277,00
I.S.S.	308.000,00	27.010,08	155.326,77	222.670,84
I.T.B.I.	72.100,00	9.442,23	48.117,10	66.557,61
I.R.R.F.	70.120,00	14.303,59	70.662,67	58.863,53
Outras Receitas Tributárias	143.900,00	4.177,82	81.969,77	75.689,04
Receita de Contribuição	262.300,00	40.152,62	188.164,77	204.959,86
Receitas Previdenciárias	70.200,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	192.100,00	40.152,62	188.164,77	204.959,86
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	27.825,95	140.291,43	194.686,47
(-) Aplicações Financeiras	165.000,00	27.825,95	140.291,43	194.686,47
Transferências Correntes	13.033.770,00	2.021.927,29	9.747.939,86	9.203.265,44
F.P.M.	4.800.000,00	564.289,67	3.422.601,31	3.183.803,34
I.C.M.S.	5.352.000,00	808.203,37	3.892.811,63	3.909.818,95
Convênios	176.440,00	93.788,25	195.089,57	230.279,78
Outras Transferências Correntes	2.705.330,00	555.646,00	2.237.437,35	1.879.363,37
Demais Receitas Correntes	261.345,00	28.073,97	108.153,56	131.368,30
Dívida Ativa	71.895,00	2.991,59	16.915,40	27.234,96
Diversas Receitas Correntes	189.450,00	25.082,38	91.238,16	104.133,34
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>90.000,00</b>	<b>7.279,56</b>	<b>565.095,26</b>	<b>948.630,56</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	50.000,00	4.522,21	19.997,09	19.797,67
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	2.064,35	3.531,31	1.831,45
Transferências de Capital	0,00	693,00	541.566,86	927.001,44
Convênios	0,00	693,00	541.566,86	927.001,44
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>693,00</b>	<b>541.566,86</b>	<b>927.001,44</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>14.295.000,00</b>	<b>2.148.800,64</b>	<b>11.025.268,03</b>	<b>10.968.653,06</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>14.610.950,34</b>	<b>2.042.035,67</b>	<b>9.680.747,80</b>	<b>8.661.974,06</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.306.423,04	904.252,73	4.603.918,85	3.927.583,39
Juros e Encargos da Dívida (IX)	133.900,00	10.831,17	70.238,64	107.535,76
Outras Despesas Correntes	8.170.627,30	1.126.951,77	5.006.590,31	4.626.854,91
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>14.477.050,34</b>	<b>2.031.204,50</b>	<b>9.610.509,16</b>	<b>8.554.438,30</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.696.705,53</b>	<b>261.276,61</b>	<b>1.887.291,09</b>	<b>2.609.734,40</b>
Investimentos	3.285.505,53	200.500,50	1.552.479,72	2.283.657,82
Inversões Financeiras	13.500,00	700,00	4.977,20	2.800,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	2.800,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	13.500,00	700,00	4.977,20	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	397.700,00	60.076,11	329.834,17	323.276,58
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.299.005,53</b>	<b>201.200,50</b>	<b>1.557.456,92</b>	<b>2.283.657,82</b>

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>3.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>17.779.055,87</b>	<b>2.232.405,00</b>	<b>11.167.966,08</b>	<b>10.838.096,12</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.484.055,87</b>	<b>-83.604,36</b>	<b>-142.698,05</b>	<b>130.556,94</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.049.370,79	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.049.370,79	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>125.000,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

\_\_\_\_\_  
 PEDRO ARI PARIZOTTO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
 GENECCI DELLAI  
 Contadora CRC/SC 016795/O-0



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	27.178,94	27.178,94	-	-	186.500,00	617.715,90	610.024,86	610.024,85	100.251,79	93.939,26
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	26.698,94	26.698,94	0,00	0,00	186.500,00	617.715,90	610.024,86	610.024,85	100.251,79	93.939,26
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	2.253,81	2.253,81	0,00	0,00	0,00	135.748,23	135.714,63	135.714,62	33,61	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.098,00	7.098,00	7.098,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	13.376,36	13.376,36	0,00	0,00	0,00	26.084,68	25.904,68	25.904,68	180,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM	0,00	7.815,45	7.815,45	0,00	0,00	20.000,00	347,30	20.161,46	20.161,46	185,84	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUF	0,00	1.998,89	1.998,89	0,00	0,00	0,00	366.481,06	267.397,07	267.397,07	99.083,99	-0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E	0,00	899,79	899,79	0,00	0,00	166.500,00	77.285,63	150.322,02	150.322,02	768,35	92.695,26
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC	0,00	354,64	354,64	0,00	0,00	0,00	4.671,00	3.427,00	3.427,00	0,00	1.244,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>27.178,94</b>	<b>27.178,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>186.500,00</b>	<b>617.715,90</b>	<b>610.024,86</b>	<b>610.024,85</b>	<b>100.251,79</b>	<b>93.939,26</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	664.210,00	664.210,00	55.671,08	368.719,31	55,51
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	192.345,00	192.345,00	4.097,67	89.114,02	46,33
1.1.1- IPTU	143.465,00	143.465,00	3.020,04	83.366,67	58,11
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.800,00	8.800,00	99,80	388,02	4,41
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	31.500,00	31.500,00	663,73	3.156,91	10,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.580,00	8.580,00	314,10	2.202,42	25,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	72.100,00	72.100,00	9.442,23	48.117,10	66,74
1.2.1- ITBI	72.100,00	72.100,00	9.442,23	48.117,10	66,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	329.645,00	329.645,00	27.827,59	160.825,52	48,79
1.3.1- ISS	308.000,00	308.000,00	27.010,08	155.326,77	50,43
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.700,00	10.700,00	387,41	1.562,09	14,60
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.755,00	7.755,00	153,20	1.888,05	24,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.190,00	3.190,00	276,90	2.048,61	64,22
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.120,00	70.120,00	14.303,59	70.662,67	100,77
1.4.1- IRRF	70.120,00	70.120,00	14.303,59	70.662,67	100,77
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.237.100,00	13.237.100,00	1.797.482,67	9.542.533,17	72,09
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	705.362,00	4.278.251,27	71,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	705.362,00	4.278.251,27	71,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.690.000,00	6.690.000,00	1.010.254,02	4.866.013,38	72,74
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	36.600,00	36.600,00	4.527,34	22.636,70	61,85
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	14.866,06	71.244,15	51,63
2.5- Cota-Parte ITR	2.500,00	2.500,00	4.645,91	5.668,26	226,73
2.6- Cota-Parte IPVA	370.000,00	370.000,00	57.827,34	298.719,41	80,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>13.901.310,00</b>	<b>13.901.310,00</b>	<b>1.853.153,75</b>	<b>9.911.252,48</b>	<b>71,30</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	253.360,00	253.360,00	41.770,34	193.111,87	76,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.500,00	120.500,00	20.931,42	106.936,86	88,74
5.2- Outras Transferências do FNDE	132.860,00	132.860,00	20.164,86	83.959,83	63,19
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	674,06	2.215,18	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	326,91	54.636,61	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	48.689,84	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	326,91	5.946,77	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	176.440,00	176.440,00	32.381,12	129.524,44	73,41
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>429.800,00</b>	<b>429.800,00</b>	<b>74.478,37</b>	<b>377.272,92</b>	<b>87,78</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.647.420,00	2.647.420,00	359.496,11	1.908.487,34	72,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	141.072,33	855.649,96	71,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.338.000,00	1.338.000,00	202.050,65	973.201,75	72,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.320,00	7.320,00	905,46	4.527,31	61,85
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	27.600,00	27.600,00	2.973,20	14.248,74	51,63
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	500,00	500,00	929,15	1.133,58	226,72
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	74.000,00	74.000,00	11.565,32	59.726,00	80,71
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.257.564,00	1.257.564,00	204.861,31	1.008.251,95	80,18
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.257.564,00	1.257.564,00	204.387,69	1.006.469,98	80,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	473,62	1.781,97	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.389.856,00</b>	<b>-1.389.856,00</b>	<b>-155.108,42</b>	<b>-902.017,36</b>	<b>64,90</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	754.530,00	1.294.530,00	214.438,56	980.721,60	75,76
13.1- Com Educação Infantil	120.000,00	290.000,00	66.530,40	254.818,51	87,87
13.2- Com Ensino Fundamental	634.530,00	1.004.530,00	147.908,16	725.903,09	72,26
14- OUTRAS DESPESAS	503.034,00	49.304,92	0,00	29.270,92	59,37
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	503.034,00	49.304,92	0,00	29.270,92	59,37
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.257.564,00	1.343.834,92	214.438,56	1.009.992,52	75,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.270,92
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					16.270,92
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					95,66
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				16.270,92	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				16.270,92	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	3.475.327,50	3.475.327,50	463.288,44	2.477.813,12	71,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	400.000,00	670.607,69	87.385,21	463.724,59	69,15
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	120.000,00	290.000,00	66.530,40	254.818,51	87,87
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	280.000,00	380.607,69	20.854,81	208.906,08	54,89
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.445.764,00	2.501.814,92	363.229,43	1.859.726,16	74,34
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.137.564,00	1.053.834,92	147.908,16	755.174,01	71,66
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.308.200,00	1.447.980,00	215.321,27	1.104.552,15	76,28
25- ENSINO MÉDIO	24.500,00	11.420,00	0,00	6.920,00	60,60
26- ENSINO SUPERIOR	141.000,00	144.500,00	26.446,33	109.951,31	76,09
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.011.264,00	3.328.342,61	477.060,97	2.440.322,06	73,32
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-902.017,36
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.781,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.270,92
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-883.964,47
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.207.415,22
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,36

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.500,00	153.124,25	23.220,27	84.889,30	55,44
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	374.300,00	378.527,00	61.685,26	242.303,48	64,01
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	494.800,00	531.651,25	84.905,53	327.192,78	61,54
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.506.064,00	3.859.993,86	561.966,50	2.767.514,84	71,70
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	18.041,86	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.006.469,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	974.881,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.781,97	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	51.412,69	0,00

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

\_\_\_\_\_  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm. Ordenadora de Despesas

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 16.270,92, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.696.705,53	1.887.291,09	0,00	1.809.414,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.696.705,53	1.887.291,09	0,00	1.809.414,44
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.696.705,53	-1.887.291,09		-1.809.414,44

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 13/11/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Sec.Adm.Ordenadora de Despesas

GENECI DELLAI  
Contadora CRC/SC 016795/O-0

# Luzerna

## PREFEITURA

### Aviso de Inexigibilidade de Licitação PL 073.2013 - II 004.2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

Processo Licitatório 0073/2013

Inexigibilidade 004/2013

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à "Contratação da empresa EDITORA POSITIVO LTDA, para o fornecimento de materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil destinados os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental contemplados com o Aprende Brasil, do qual a contratada é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição.

Valor contratado: R\$ 62.728,10

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, incisos I e II.

Luzerna (SC), 18 de novembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Extrato Contrato PML N° 123.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.123.13

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 066.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP,

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de uniformes para os alunos do ensino fundamental do Município de Luzerna/SC.

VALOR: R\$ 125.360,00 (cento e vinte e cinco mil trezentos e sessenta reais);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 04 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EDSON FRANCISCO RITTER

FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP

FORNECEDOR 1

### Extrato Contrato PML N° 124.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.124.13

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 066.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de uniformes para os

alunos do ensino fundamental do Município de Luzerna/SC.  
VALOR: R\$ 369,50 (trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 04 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PAULO ROBERTO COSER

COR URBANA IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA - EPP

FORNECEDOR 2

### Extrato Contrato PML N° 125.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.125.13

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 066.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: DI LUNAS IND. COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME

OBJETO: aquisição, de forma parcelada, de uniformes para os alunos do ensino fundamental do Município de Luzerna/SC.

VALOR: R\$ 4.055,00 (quatro mil e cinquenta e cinco reais);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 04 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SILVANA MARIA MANTOANI PRONER

DI LUNAS IND. COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME

FORNECEDOR 3

### Extrato Contrato PML N° 126.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.126.13

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 069.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: CARNEIRO TENDAS LTDA

OBJETO: contratação de empresa de prestação de serviços para locação, montagem e desmontagem de tendas, conforme as normas e especificações contidas no Edital e em seus anexos.

VALOR: R\$ 30.350,00 (trinta mil trezentos e cinquenta reais);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 07 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GILMAR DA SILVEIRA

CARNEIRO TENDAS LTDA ME

FORNECEDOR 1



**Extrato Contrato PML N° 127.13**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.127.13  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 049.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: contratação de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realizar viagens especiais (municipais, intermunicipais e interestaduais), de natureza descontinuada, destinadas ao transporte de atletas e membros de Grupos culturais do Município, que o representem em competições e eventos regionais, estaduais, interestaduais e nacionais  
VALOR: R\$ 25.785,00 (vinte e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco reais)  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 12 de novembro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

EITOR HOPPEN  
EMP.JOACABENSE TRANSP.COLETIVOS LTDA  
CONTRATADA

**Extrato Contrato PML N° 128.13**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.128.13  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 049.13  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES ME

OBJETO: contratação de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realizar viagens especiais (municipais, intermunicipais e interestaduais), de natureza descontinuada, destinadas ao transporte de atletas e membros de Grupos culturais do Município, que o representem em competições e eventos regionais, estaduais, interestaduais e nacionais  
VALOR: R\$ 25.764,00 (vinte e cinco mil e setecentos e sessenta e quatro reais);  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 12 de novembro de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SIDNEI RAMELLA  
SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES ME  
CONTRATADA

**Extrato de Contrato PML N° 129.13**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: PML.129.13  
MODALIDADE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA

OBJETO: o fornecimento, em favor da CONTRATANTE, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais e Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental contemplados com o Aprende Brasil.

VALOR: R\$ 62.728,10 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e dez centavos), para a execução no ano letivo de 2014.  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Luzerna/SC, 18 de novembro de 2013.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA - SC  
CONTRATANTE  
MOISÉS DIERSMANN

EDITORA POSITIVO LTDA  
CONTRATADA  
STELA MARS MANFRIN DE OLIVEIRA MACOHIN

## Mafra

### PREFEITURA

**Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 091/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2013  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar transporte de Crianças e Adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, através da Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hs do dia 11/12/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de novembro de 2013.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE      FABIANO MAURÍCIO KALIL  
Prefeito Municipal      Pregoeiro Municipal

**Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços N° 099/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2013  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças e mão de obra, destinados ao conserto dos veículos de uso das Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hs do dia 03/12/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de novembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

FABIANO MAURÍCIO KALIL  
Pregoeiro Municipal

## Maravilha

### PREFEITURA

#### Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 5.492/2013 - Modalidade Pregão Presencial  
Registro de Preços n. 045/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços de consultas médicas na área de clínico geral, para posterior contratação conforme a necessidade, conforme objeto do Edital n. 045/2013, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 29 de novembro de 2013, às 16h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 18 de novembro 2013.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita de Maravilha.

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Co 31.2013 Ad 31.2 Hospital Fase 2 - Prazo - Sifra

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 31/2013

ADITIVO Nº. 31/2

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório nº. 12/2013 - FMS

Concorrência Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a contratação de empresas para execução da obra de reforma e ampliação da atual Unidade Hospitalar do município de Massaranduba, conforme projetos, FASE II, fica prorrogado pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo como início da vigência dia 04 de Novembro de 2013, findando em 03 de Janeiro de 2014, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original

Massaranduba, 01 de Novembro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Errata da Portaria Nº 3391 de 09/10/2013

PORTARIA Nº.3391 DE 09 DE OUTUBRO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

#### RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a Srª. FRANCIELE JUSTINO, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 22/02/2009 á 14/11/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 22 de fevereiro de 2009 á 14 de novembro de 2013.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de fevereiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 09 DE OUTUBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2013.

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2013.

#### Aviso de Dispensa de Licitação Nº 172/2013

Extrato de Homologação.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2013.

PROCESSO Nº 172/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: CONÁGUA AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS DA ÁGUA TRATADA DISTRIBUÍDA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, EM CUMPRIMENTO A PORTARIA Nº 2914/2011, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.962,55 (vinte e três mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 007/2013 FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTO DE LIMPEZA E MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL PARA MANUTENÇÃO DA SEDE E ATENDIMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CREAS E AO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, ATRAVÉS DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 29/11/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 29/11/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 18/11/2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 56/2013 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2013 FMS.

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS E EPI'S PARA OS COLABORADORES DO SAMU, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC Data da entrega dos envelopes: dia 29/11/2013 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 29/11/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 18/11/13.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

### **Extrato de Contrato Nº 199/2013**

Extrato Contratual nº 199/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 199/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : CONÁGUA AMBIENTAL LTDA.

Valor : R\$ 23.962,55 (vinte e três mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 18/11/2013 Término: 18/03/2014.

Licitação : Dispensa de Licitação Nº.: 172/2013.

Recursos : Dotação: 2.115 3.390.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS DA ÁGUA TRATADA DISTRIBUÍDA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, EM CUMPRIMENTO A PORTARIA Nº 2914/2011, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Navegantes, 18 de novembro de 2013.

## **Nova Trento**

### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº 147/2013**

DECRETO nº 147/2013

CONVOCA OS APROVADOS NOS PROCESSOS SELETIVOS 07/2013 QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 18 de novembro de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º A efetiva contratação dos convocados dar-se-á a partir do dia 20 de novembro de 2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 14 de novembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 147/2013)

#### CARGO TECNICO DE ENFERMAGEM HOSPITALAR

Classificação	Nome completo
03	Rosângela de Fátima Frizzo

#### Homologação TP 011/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2013

HOMOLOGAÇÃO: 12/11/2013

CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Prestação de serviços de tratamento e destino final de resíduos domésticos produzidos no município de Nova Trento/SC durante o período de 12 (doze) meses.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.576,44 (Dez mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) por 12 meses.

DATA: 12/11/2013

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

#### Ata Chamamento Publico - Enfermeiro

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e treze, às 17:00 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO. Do Chamamento Público, publicado no DOM/SC de 06/11/2013, para contratação de 01 (um) Enfermeiro, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, demonstraram interesse: ELIANE RIBEIRO DE MORAES; SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA

Sendo selecionada, através de títulos, a seguinte candidata: SONIA SOLANGE DE SOUZA E SILVA. A profissional aprovada foi encaminhada para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual. Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde

#### Chamamento Publico de Enfermeiro

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Secretaria Municipal de Saúde

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO

O Secretário Municipal de Saúde de Nova Trento torna público que, devido ao pedido de exoneração de Camila Croceta Bianquine, necessita contratar com URGÊNCIA, 01 (um) Enfermeiro, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição,

em caráter temporário: Remuneração: R\$ 1.052,10 Insalubridade 40% sobre o Salário Mínimo Abono R\$ 113,37; Carga Horária: 40h / Semanais; Prazo do Contrato: 60 dias; Regime Jurídico: Estatutário; Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social; Forma de Seleção: Títulos.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 17:00 horas do dia 20/11/2013, munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário Municipal de Saúde. Informações pelo telefone: (48) 3267-0132, ou comparecer ao Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, falar com Izabela.

Nova Trento, 14 de Novembro de 2013.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Lei N.869/2013

LEI Nº. 869/2013

“INSTITUI O PROJETO VEREADOR MIRIM NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE E ESTABELECE NORMAS DE FUNCIONAMENTO.”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Ouro Verde o Projeto “VEREADOR MIRIM”, com o objetivo de despertar no jovem a consciência da cidadania, promovendo a interação entre o Poder Legislativo, o estabelecimento de Ensino, o seu meio social e sua comunidade, proporcionando e criando espaços oportunos para o crescimento dos anseios de jovens em direção a uma contínua aprendizagem.

Art. 2º - O projeto de “ Vereador Mirim” será composto por 09 (nove) vereadores, dentre alunos da 5ª a 7ª séries do Ensino Fundamental, das redes municipal, estadual e particular, sediados no município de Ouro Verde, mediante processos seletivos de escolha, vedada a reeleição.

§1º - O aluno candidato poderá ter no máximo 14 (quatorze) anos, completados até a data da realização da eleição.

§2º - O processo de escolha dos “Vereadores Mirins” dar-se-á por eleição, mediante voto direto e secreto, dele podendo participar como eleitores os alunos devidamente matriculados de 4ª a 8ª séries, dos estabelecimentos públicos e privados do município de Ouro Verde, bem como os servidores e professores com vínculo naquela unidade de ensino.

§3º - A campanha deverá se desenvolver internamente, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental, no período de 10 (dias) anteriores a realização da eleição priorizando o debate e exposição de idéias, sendo expressamente proibido a atuação e divulgação de Partidos Políticos, o uso de símbolos, siglas e outras formas que possam identificar qualquer influência partidária.

§4º - Compete a cada escola, interessada em participar do Projeto “Vereador Mirin” comunicar o fato a Câmara Municipal de Ouro Verde até o dia 01 de agosto, através de ofício.

§5º - A eleição se dará no dia 24 (vinte e quatro) de agosto, devendo ser incluída, desta forma nas festividades de comemoração de aniversário do município de Ouro Verde.

§6º - Competirá a Câmara Municipal de Ouro Verde a organização e coordenação da eleição dos “Vereadores Mirins”, estabelecendo através de Comissão nomeadas pelo Presidente da Câmara, normas, estipulando dias, horários e outras condições que deverão ser observadas pelos candidatos, garantindo igualdade entre os mesmos durante a campanha eleitoral.



Art. 3º - O aluno mais votado de cada escola participará de um sorteio na Câmara de Vereadores para escolha dos titulares e suplentes, na presença dos eleitos.

§1º - O mandato se dará de primeiro de Outubro a 30 de setembro do ano seguinte ao da realização da eleição.

§2º - Os candidatos tomarão posse mediante compromisso, em sessão solene a realizar-se na última semana de setembro, onde serão homenageados através do recebimento de Diplomas, que serão entregues pela Câmara de Vereadores.

§3º - A primeira reunião deverá promover a eleição para a composição da mesa diretora que conduzirá os trabalhos, mediante votação secreta, para o preenchimento dos cargos de presidente, Vice-Presidente e Secretário. Essa Votação ocorrerá sob a presidência do "Vereador Mirim" mais idoso, sendo secretariado por um "Vereador Mirim".

§4º - As sessões referentes ao Projeto "Vereador Mirim" realizar-se-ão mensalmente, tendo como local o plenário do Poder Legislativo de Ouro Verde e serão realizadas na segunda-feira de cada mês, às 17:30 horas.

§5º - Os "Vereadores Mirins" não serão remunerados, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público.

Art. 4º - Compete especificamente aos "Vereadores Mirins" apresentarem propostas que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade ouroverdense, relativas a educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança pública e outros assuntos de interesse público, cabendo ao Poder legislativo Municipal, a análise e deliberação das mesmas e posterior encaminhamento aos órgãos competentes.

Art 5º - As deliberações da Câmara Mirim serão tomadas sempre pelo quorum de maioria absoluta de votos, presente a maioria absoluta dos "Vereadores Mirins".

§1º - Para garantir quorum integral, será permitido que o suplente substitua o titular, na ausência deste, mediante simples comunicado.

§2º - O suplente assumirá a vaga do titular, nos casos de: desistência formalizada do titular; ou se este faltar a duas sessões consecutivas, sem motivo justificável; ou se sofrer punição disciplinar de sua escola; ou se deixar de tomar posse, sem motivo justificado; ou ainda transferir-se para outro estabelecimento de ensino durante seu mandato.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Ouro Verde, (SC), em 14 de Novembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

### Inegibilidade de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 0001/2013

Objeto Contratação de empresa prestadora de Serviço Móvel Pessoal - para assinatura, tráfego de voz e dados, serviços de valor adicionado, para 20 (vinte) acessos móveis para a Prefeitura Municipal, com fornecimento de equipamentos em comodato. Amparo legal lei 8.666/93 e alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 18 de novembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal.

### Extrato Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0115/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto:Fornecimento, pela CONTRATADA, de sistema de Gestão da Assistência Social, através de licença e locação de uso de software, bem como sua manutenção, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica.Valor certo e ajustado de R\$:17.100,00 (dezesete mil e cem reais).Amparo legal P.L.0059/2013 E P.P. 0025/2013 Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Ouro Verde, 11 de novembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº0105/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: MAISATIVO INTERMEDIACÃO DE ATIVOS LTDA

Objeto: Prestação de serviços, pela CONTRATADA, visando a assessoria na estruturação de leilões públicos, à alienação de ativos inservíveis do CONTRATANTE.Amparo legal 8.666/93.

Ouro Verde, 11 de novembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº0116/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: CLARO S.A

Objeto: Contratação direta por Inexigibilidade de empresa para prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP, para fornecimento de acessos móveis, com assinatura, tráfego de voz e dados e serviços e com fornecimento de equipamentos em comodato para o Município de Ouro Verde - SC.Valor certo e ajustado de R\$:14.534,40 (quatorze mil quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).Amparo legal P.L.0061/2013 e I.L.P. 0001/2013 Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Ouro Verde, 18 de novembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

**Decreto N° 1.580, de 13 de Novembro de 2013.**

DECRETO N°. 1.580, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

FÉRIAS COLETIVAS. Determina.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º do artigo 153 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica determinada férias coletivas, aos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, nos períodos de 20 a 23 de dezembro de 2013, 26 a 31 de dezembro de 2013 e de 02 a 06 de janeiro de 2014, totalizando 15 (quinze) dias de férias coletivas.

§ 1º O último dia de expediente do ano será em 19 de dezembro de 2013 e o retorno das atividades será no dia 07 de janeiro de 2014;

§ 2º Fica decretado como ponto facultativo Municipal nas repartições públicas municipais o dia 24 e de dezembro do corrente ano, para comemoração das festas natalinas;

§ 3º Os períodos de férias usufruídas nos termos do caput deverão ser compensados quando do usufruto de férias regulares pelo servidor, salvo o previsto no art. 2º deste Decreto.

Art. 2º O titular de cada órgão deverá definir quais serviços e servidores ficarão excluídos do disposto no caput do artigo 1º cabendo-lhe:

I - notificar formalmente os servidores alcançados pelo disposto no caput, especificando com clareza em quais dias cada um irá trabalhar; e

II - encaminhar a notificação à Superintendência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no caput artigo 1º serão garantidos pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 3º A Secretaria de Administração deverá elaborar relatório que demonstre a situação das férias de cada servidor, indicando o nome, matrícula, órgão, período aquisitivo, número de dias usufruídos como férias coletivas e saldo de dias a usufruir.

Art. 4º Este Decreto entra em vigência a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 13 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N° 3385/2013**

PORTARIA N° 3385/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ARI LEONEL FILHO, matrícula nº. 500002, ocupante da categoria funcional de Fiscal de Tributos, lotado (a) na Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 07/10/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo IPREV, totalizando 01 (um) ano, 01 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3386/2013**

PORTARIA N° 3386/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELIETE AVANI DA SILVA LIS-BOA, matrícula nº. 300019, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 22/10/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos, 04 (quatro) meses e 15 (quinze) dias.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3412/2013**

PORTARIA N° 3412/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SUSANA MARTINS DA ROSA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2013.



Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3420/2013**

PORTARIA N° 3420/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCOS SAUL GOMES, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3421/2013**

PORTARIA N° 3421/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JANETE SCHMITT, titular do cargo de Agente Co-munitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3377/2013.**

PORTARIA N°. 3377/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCIELLY MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Caminho do Saber, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3378/2013.**

PORTARIA N°. 3378/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIO ANTONIO RODRIGUES LEÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 20/09/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3379/2013.**

PORTARIA N°. 3379/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR GISELA MENDONÇA FOLSTER, de conformidade com

a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/09/2013 a 15/12/2013 A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3380/2013.**

PORTARIA N°. 3380/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SINARA REGINA CABRAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/09/2013 a 15/12/2013 A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretario de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3381/2013.**

PORTARIA N°. 3381/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GEOVAN VIDAL DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 09/09/2013

a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3382/2013.**

PORTARIA N°. 3382/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEANE BILESIMO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Paulo Bráulio Goulart, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3383/2013.**

PORTARIA N°. 3383/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO HELENA ZILA BOSQUETTI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Guilherme W. Filho, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/09/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3384/2013.**  
PORTARIA N°. 3384/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALINE JOSE XAVIER, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino In-fantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/09/2013 a 15/12/2013. A presente ad-missão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3387/2013.**  
PORTARIA N°. 3387/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei n°. 097 de 15 de dezembro de 2010, DEBO-RA DA SILVEIRA GASPAS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2013.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3388/2013.**  
PORTARIA N°. 3388/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração

Direta.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2013.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE	PARA
100295	Angela Maria Wagner	R\$ 600,00	R\$ 800,00
200041	Cleusa Cecilia Rachadel	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00
801079	Jose Vanderlei Fagundes	R\$ 300,00	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3389/2013.**  
PORTARIA N°. 3389/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSNI ROGÉRIO DE MENEZES, matrícula n°. 500111, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/1996 a 01/04/2001, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 24/10/2013 à 24/01/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3390/2013.**  
PORTARIA N°. 3390/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDERSON URI MALAGOTTI, matrícula n°. 300009, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/11/2004 a 20/11/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 29/10/2013 à 29/11/2013.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3391/2013.**  
PORTARIA N° 3391/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARACI DE BRITO, matrícula n°. 800209, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/03/1994 a 08/03/1999, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 23/10/2013 à 23/11/2013.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3392/2013.**  
PORTARIA N° 3392/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária confor-me anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2013.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
100586	Aline da Rosa Kieslich	R\$ 490,00
100593	Andrea de Abreu	R\$ 490,00
100432	Andreza Franzoni Alexandre	R\$ 490,00
100352	Artur Martinhago Aguiar	R\$ 490,00
100455	Bianca Melo Farias	R\$ 490,00
100622	Bruna S. Delduque Melo	R\$ 490,00
100623	Cecilia Silveira Vilamil	R\$ 490,00
100381	Cintia Gouveia Coelho	R\$ 490,00
100613	Claudemir Osmar da Silva	R\$ 490,00
100582	Cleideliz Comin	R\$ 490,00
100379	Cristiane Pires Guanabara	R\$ 490,00
100437	Daiane Edena Geib	R\$ 490,00
100492	Daniela Machado Torres da Rosa	R\$ 490,00
100416	Dayana da Silva Ferrari	R\$ 490,00

100451	Divanir C. Veloso Fagundes	R\$ 490,00
190068	Eliane Mara Dransfeld	R\$ 490,00
100628	Eveline Junckes Jaques	R\$ 1.000,00
100440	Fernanda Chagas de Almeida	R\$ 490,00
100347	Gerlaine Beuting	R\$ 490,00
100317	Helaine Cristina da Silva	R\$ 490,00
100397	Iara Regina Macedo	R\$ 490,00
100588	Ivanete Maria da Silva de Souza	R\$ 490,00
100594	Jaqueline D. Ricardo José	R\$ 490,00
100592	Jucelia Oliveira Schneider	R\$ 490,00
100624	Jucenia Judite da Silva	R\$ 490,00
200278	Karina Porto	R\$ 490,00
100299	Ledia Mara Rosa Martins	R\$ 490,00
100417	Leonildo Siviero Junior	R\$ 490,00
100621	Maria Jussara Bairros de Mello	R\$ 490,00
100291	Marta de Lourdes de Almeida Nunes	R\$ 490,00
100426	Mavia Aparecida Maier	R\$ 490,00
100585	Nara Caselli Martins	R\$ 490,00
100430	Noara Claudini da Silva	R\$ 490,00
100625	Priscila Cardoso	R\$ 490,00
100351	Priscila Netto C. da Silva	R\$ 490,00
100438	Priscilla de Macedo Pinho Ramos	R\$ 490,00
100454	Priscilla Pierri	R\$ 490,00
100639	Renata Paula G. de Almeida Jordani	R\$ 490,00
100461	Rosileide Izabel Josué	R\$ 490,00
100370	Sandra Aparecida Resende	R\$ 490,00
100587	Sara Cardoso Silva Fantini	R\$ 490,00
100635	Simere Aparecida da Silva	R\$ 490,00
100626	Suzy Conceição Marques	R\$ 490,00
100346	Tassiani Lemos Stank	R\$ 490,00
401089	Zilmar Lenita Gervasi	R\$ 490,00

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3393/2013.**  
PORTARIA N° 3393/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SARAH CRISTINA PFLEGER, matrícula n°. 800820, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/03/2006 a 04/03/2011, por 02 (dois) meses, a



com efeitos a contar de 29/10/2013 à 29/12/2013.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3394/2013.**  
PORTARIA N°. 3394/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SERGIO VIDAL JUNIOR, matrícula nº. 300074, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/05/2007 a 06/05/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 24/10/2013 à 24/11/2013.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3395/2013.**  
PORTARIA N°. 3395/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
RETIFICAR a Portaria 3281 de 25 de setembro de 2013, que Contratou por tempo De-terminado a servidora JANAINA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deverá ser JANAINA DA SILVEIRA, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3396/2013.**  
PORTARIA N°. 3396/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ARI RODÃO DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3397/2013.**  
PORTARIA N°. 3397/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCISCO JOSE GARCIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3398/2013.**  
PORTARIA N°. 3398/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO HAMILTON RAMOS DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3399/2013.**  
PORTARIA Nº. 3399/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO HELIO JOAO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3400/2013.**  
PORTARIA Nº. 3400/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAIRO EUCLIDES PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3401/2013.**  
PORTARIA Nº. 3401/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIZ PAULO DE OLIVEIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3402/2013.**  
PORTARIA Nº. 3402/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAURO DO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 3403/2013.**  
PORTARIA Nº. 3403/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NELSON CHAVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.



Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3404/2013.**

PORTARIA N° 3404/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PEDRO NEMEZIO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 018/2013, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3405/2013.**

PORTARIA N° 3405/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar retroativos a 01 de outubro de 2013.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE	PARA
100295	Angela Maria Wagner	R\$ 600,00	R\$ 800,00
200041	Cleusa Cecilia Rachadel	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00
100288	Igor Schutz dos Santos	R\$ 810,00	R\$ 1.000,00
100405	Janaina Pereira da Silva	R\$ 810,00	R\$ 1.000,00
100316	Luciana Maria da Silva	R\$ 810,00	R\$ 1.000,00

400409	Micheline Coelho	R\$ 225,00	R\$ 1.000,00
100290	Rafael Arns Stobbe	R\$ 810,00	R\$ 1.000,00
100082	Sirlene de Farias	R\$ 810,00	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3406/2013.**

PORTARIA N° 3406/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

ADVETIR de acordo com processo Administrativo nº. 4027230/12, e de acordo com o Artigo 209, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2012, o servidor MAYCON LUIZ DA SILVA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta deste Município.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3407/2013.**

PORTARIA N° 3407/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana da Silva Espindola	Professor	30	01/10/13	I - Z 76-3
Alessandra Andrea Ghizonni	ASG	70	02/10/13	I - I 82-7
Alessandra Socas	ACS	40	30/09/13	I - M 25-5
Ana Lucia do Nascimento	Meren-deira	90	17/10/13	I - Z 54-0
Ana Patricia Bruna	Professor	10	24/09/13	I - Z 76-3
Arlete Apolonia Silva Padoin	ASO	60	24/09/13	I - F 33-9
Cleude Eliza Detofol Marcio	ACS	180	25/09/13	I - Z 33
Cristiane da Silva	Professor	180	25/09/13	I - Z 33
Cristina Janaina da Cruz	Professor	07	30/09/13	I - Z 76-3
Fernanda de Castro Rosa	Médica	13	13/08/13	I - O 20, II - Z 33

Fernanda de Castro Rosa	Médica	180	26/08/13	I - O 20, II - Z 33
Fernanda Tasca Gonçalves	Bioquímico	30	25/09/13	I - Z 54-0
Fernanda Tasca Gonçalves	Bioquímico	15	24/10/13	I - Z 54-0
Flavia Coelho	Meren-deira	06	02/10/13	I - M 25-5
Helio Semann	Artífice	90	27/09/13	I - M - 75-4, II - M 75-1
Jessica Carla de Souza	ACS	60	27/09/13	I - Z 54-0
Joselino Agostinho Farias	Assistente Administrativo	16	01/10/13	I - F 39
Jucelandia da Silva	ASO	30	03/10/13	I - M 25-5, II - M 72
Judite Seresolli	ASO	05	30/09/13	I - M 25-5
Juliana Barcelos	Professor	180	30/09/13	I - Z 33
Juliana Diniz Furlanetto	ASO	10	30/09/13	I - Z 76-3
Karolina Linhares Araujo	ACS	14	16/09/13	I - Z 33
Katia Luciana Borges Pinto	Técnico em Enfermagem	07	24/09/13	I - S 60-2, II - S 40-0
Limara de Jesus Jose	ASO	06	23/10/13	I -
Livia Bringbenti	Farmacêutica	14	30/09/13	I - F 32, II - F41-1
Luciane Terezinha Sens	Enfermeira	30	27/09/13	I - Z 76-3
Maria Aparecida Constante	Professor	30	27/09/13	I - Z 76-3
Maria Helena Santiago	Orientador Educacional	60	13/10/13	I - Z 54-0
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	20	01/10/13	I - F 34
Maristela Joaquina da Rosa	ASO	35	01/10/13	I - I 82
Mariza Regina de Souza	Professor	04	22/09/13	I - Z 76-3
Mariza Regina de Souza	Professor	02	26/09/13	I - Z 76-3
Marlene Flores Cardoso Filha	ASG	30	16/10/13	I - G 56-0
Mirian Josiane de Souza	ASO	15	08/10/13	I - M 75-1, II - M 54-4
Nara Cristina Candido	Monitor	10	24/09/13	I - S 93-4
Nilson Firmino Lima	ASG	90	18/09/13	II - M 75-5, III - M 75-4
Sandra Cristina S. Ventura	Professor	15	24/09/13	I - M 25-5, II - M 65-9
Veroni Costa	ASG	27	26/09/13	I - F 43, II - F 32

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3408/2013.**  
PORTARIA N° 3408/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto

nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DETERMINAR O AFASTAMENTO TEMPERÁRIO de JANAINA DE FARIA, Matrícula nº 400420, da Superintendência da Águas de Palhoça, de acordo com o Artigo 20, Parágrafo Único, da Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3409/2013.**  
PORTARIA N° 3409/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELSA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 800639, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007 por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N° 3410/2013.**  
PORTARIA N° 3410/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA REGINA DA SILVA ZIMER-MANN, matrícula nº. 800106, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/10/1995 a 06/10/2000, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3411/2013.**  
PORTARIA N°. 3411/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PATRICIA LIBERATO SILVA, matrícula nº. 800942, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 31/03/2003 a 31/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3413/2013.**  
PORTARIA N°. 3413/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar retroativos a 01 de novembro de 2013.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
801538	Adriana Freitas Costa	R\$ 250,00
700120	Rosana Gaidos	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3414/2013.**  
PORTARIA N°. 3414/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 3152 de 01 de outubro de 2013, que Retificou o pe-ríodo de prorrogação de contrato da servidora THAIS DUTRA ALVES FENNER, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3415/2013.**  
PORTARIA N°. 3415/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 3151 de 01 de outubro de 2013, que Retificou o pe-ríodo de prorrogação de contrato da servidora VIVIANE SCHUTZ FLORES, com efeitos a contar de 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3416/2013.**  
PORTARIA N°. 3416/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LENIR HILDA DA SILVA VIEIRA, matrícula nº. 800363, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Até o final do ano, a contar de 15/10/2013, de acordo com às folhas 22, 23.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3417/2013.**  
PORTARIA N°. 3417/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei n°. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA SCHMIDT WAGNER, matrícula n°. 800506, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09/10/2013, de acordo com às folhas 26 e 27.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3418/2013.**  
PORTARIA N°. 3418/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILDA DE SOUZA WEINGARTNER, matrícula n°. 300134, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2003 a 02/06/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/11/2013 à 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Portaria N°. 3419/2013.**  
PORTARIA N°. 3419/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto n°. 1.533,

de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1243 de 10 de abril de 2013, que Instaurou Sindicância Administrativa Investigatória a fim de apurar supostas irregularidades administrativas e ilícitos referentes a movimentações financeiras (resgates, aplicações, investimentos financeiros, entre outros) ocorridas na atual gestão e nas antigas gestões administrativas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, conforme informações e denúncias realizadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Palhoça, SC, em 30 de outubro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA  
Superintendente de Recursos Humanos

**Extrato Dispensa de Licitação N° 216/2013**  
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 216/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: FEPESE FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO ECONÔMICAS

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Palhoça - Secretaria de Educação, para contratação de Professores Admitidos por Caráter Temporário (ACT), e contratação de Serviços Operacionais Admitidos por Caráter Temporário, previstos nas Leis n°s 096/2010 e 097/2010 - Plano de Cargos e Salários.

1 - Para a execução total dos serviços, o valor contratado será variável, em razão da impossibilidade de previsão do número de candidatos inscritos, ou seja, o valor será variável de acordo com o número de candidatos, conforme parâmetro contido na tabela abaixo:

Nº CADIDATOS	CUSTO TOTAL
ATÉ 1000	R\$ 142.800,00
DE 1001 A 1500	R\$ 162.240,00
DE 1501 A 2000	R\$ 180.900,00
DE 2001 A 2500	R\$ 199.680,00
DE 2501 A 3000	R\$ 218.400,00
DE 3001 A 3500	R\$ 237.120,00
ACIMA 3051	R\$ 237.120,00 + 60,00 POR CANDIDATO

2 - Os preços das taxas de inscrições: R\$ 80,00 (oitenta reais) para os cargos de nível superior, R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível médio, e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de nível fundamental, com as isenções previstas em lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "123" - 13.01.2.021.3.3.90.39.48.

FUNDAMENTO: Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 14/11/2013.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura



## Passos Maia

### PREFEITURA

#### Dispensa de Licitação

Dispensa de Licitação n. 0007/2013

Município de Passos Maia/SC

Dispensa de Licitação n.0007/2013. Objeto :Contratação de empresa especializada, para execução de show pirotécnico com profissionais e produtos para realização do evento.

Contratante: Município de Passos Maia/SC.

Contratada: DAENECKE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA-ME

Fundamento legal: Artigo 24, inciso II, da lei 8.666/93. Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Vigência: A vigência a partir de sua assinatura vigorando até a realização completa do evento ou até 29/11/2013.

Passos Maia - SC, 12 novembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

#### Extrato de Convênio 02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do Convênio nº 02/2013. Que celebram entre si o Município de Paulo Lopes e a Associação Comunitária de Assistência Social e Educacional Ebenezer, CNPJ nº 85.411.098/0001-22. O presente convênio tem por objetivo o repasse de recursos financeiros para manutenção da Associação.

Paulo Lopes, 12 de novembro de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## Pomerode

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2.807

DECRETO Nº 2.807

NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL DO EDITAL DE ALIENAÇÃO NA MODALIDADE DE LEILÃO Nº 001/2013

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município de Pomerode;

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR o senhor JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI como leiloeiro oficial dos bens móveis e imóveis declarados inseríveis à Administração Municipal, conforme Edital de Alienação na Modalidade de Leilão n. 001/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 25 de outubro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

#### Edital de Licitação Convite P/ Compras e Serviços N.º 002/2013 Menor Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS n.º 002/2013

MENOR PREÇO

Processo Administrativo n.º 005/2013.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA A XXXIª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2014, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 28/11/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 28/11/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode SC, 18 de Novembro de 2013.

ANDRÉ CRISTIANO SIEWERDT

Presidente da Fundação Cultural de Pomerode

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.154/2013

DECRETO Nº 1.154, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

ATUALIZA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,86% (oitenta e seis décimos por cento), considerando o IGP-M do mês de outubro de 2013, que passará a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2013.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,09513.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de novembro de 2013.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

## Porto União

### PREFEITURA

#### Lei Municipal N° 4.187/2013

LEI N° 4.187, de 13 de novembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraterno, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraterno, pessoa jurídica de direito privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.546, de 18 de dezembro de 2008, inscrita no CNPJ sob o nº 10.201.460/0001-31, com sede e foro na cidade de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraterno, uma subvenção no valor de R\$ 700,00 (Setecentos reais) por mês, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, totalizando R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais), para auxiliar nas despesas de manutenção geral da sede provisória da instituição.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:  
ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0209 SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ATIVIDADE 2026 Manutenção da Sec. Mun. Desenvolvimento Social  
MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraterno obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### Lei Municipal N° 4.188/2013

LEI N° 4.188, de 13 de novembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental

MODALIDADE 3190 - 113 - Aplicações Diretas 42 40.000,00

MODALIDADE 3191 - 113 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 43 25.000,00

ATIVIDADE 2009 - Manutenção Educação Infantil

MODALIDADE 3190 - 112 - Aplicações Diretas 29 600.000,00

MODALIDADE 3190 - 113 - Aplicações Diretas 44 30.000,00

MODALIDADE 3191 - 113 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 45 20.000,00

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Secretaria de Educação

MODALIDADE 3190 - 113 - Aplicações Diretas 46 165.000,00

MODALIDADE 3191 - 113 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 47 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 900.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do presente exercício nas Fontes 112 e 113, do FUNDEB.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Lei Municipal N° 4.189/2013

LEI N° 4.189, de 13 de novembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0207 - SEC.MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS

ATIVIDADE 1012 - Pavimentação de Vias Urbanas

MODALIDADE 4490 - 173 - Aplicações Diretas novo 3.000.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 3.000.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados



recursos provenientes de Operação de Crédito.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Decreto N° 326/2013

DECRETO N° 326, de 04 de novembro de 2013.

Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2014", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999, e no disposto no Artigo 56 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2014 é o seguinte:

#### JANEIRO - 2014

Dia 1º (Quarta-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

#### MARÇO - 2014

Dia 04 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo  
Dia 05 (Quarta-feira) Cinzas - Ponto Facultativo até 12:00 horas

#### ABRIL - 2014

Dia 18 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal  
Dia 20 (Domingo) Páscoa - Feriado Nacional  
Dia 21 (Segunda-feira) Tiradentes - Feriado Nacional

#### MAIO - 2014

Dia 1º (Quinta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

#### JUNHO - 2014

Dia 19 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

#### SETEMBRO - 2014

Dia 05 (Sexta-feira) Emancipação do Município - Feriado Municipal  
Dia 07 (Domingo) Independência do Brasil - Feriado Nacional

#### OUTUBRO - 2014

Dia 07 (Terça-feira) Nossa Senhora das Vitórias- Ponto Facultativo  
Padroeira do Município  
Dia 12 (Domingo) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional  
Dia 28 (Terça-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

#### NOVEMBRO - 2014

Dia 02 (Domingo) Finados - Feriado Nacional  
Dia 15 (Sábado) Proclamação da República - Feriado Nacional

#### DEZEMBRO - 2014

Dia 25 (Quinta-feira) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Durante a Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol, a União poderá declarar feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos poderão declarar feriado ou ponto facultativo os dias de sua ocorrência em seu território.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Decreto N° 331/2013

DECRETO N° 331, de 12 de novembro de 2013.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, alínea a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais à Servidora Pública Municipal Sra. NITTA BUENO DA SILVA, portadora do RG nº 1.106.604 SSP/SC e CPF nº 496.316.329-20, no Cargo de Agente de Serviços Públicos - Nível 01, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

**Decreto N° 332/2013**

DECRETO N° 332, de 12 de novembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais n°s 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

## DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 33.492,79 (Trinta e três mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATIVIDADE 2011 - Programa de Alimentação Escolar  
MODALIDADE 3390 - 109 - Aplicações Diretas 2 33.492,79

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 33.492,79

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, na Fonte 109.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto N° 333/2013**

DECRETO N° 333, de 12 de novembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais n°s 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

## DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATIVIDADE 2011 - Programa de Alimentação Escolar  
MODALIDADE 3390 - 109 - Aplicações Diretas 2 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação Ocorrido, Fonte 109.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto N° 334/2013**

DECRETO N° 334, de 14 de novembro de 2013.

Dispõe sobre férias coletivas e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Porto União, no período de 23 de dezembro de 2013 a 21 de janeiro de 2014, com exceção dos serviços essenciais que, pelas suas naturezas, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º Consideram-se neste período, serviços essenciais, os relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos, à manutenção/limpeza da Rodoviária Municipal e o Departamento de Urbanismo.

Art. 3º As férias coletivas dos servidores públicos municipais que exercem suas funções junto ao Edifício Sede do Município serão de 23 de dezembro de 2013 a 10 de janeiro de 2014, salvo se as tarefas administrativas que têm prazos legais específicos de execução vencerem antes do prazo estipulado, ficando suspenso o atendimento ao público durante o período acima citado.

Parágrafo único. O Setor de Tributação do Município atenderá nos dias 26, 27 e 30 de dezembro de 2013, no período das 12 às 18 horas.

Art. 4º Recomenda-se aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional para que, durante todo o período estabelecido no caput do artigo 1º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Decreto N° 335/2013**

DECRETO N° 335, de 14 de novembro de 2013.

Altera Incisos do Artigo 1º do Decreto nº 790, de 30 de março de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os Incisos VIII, X, XI e XII, do Artigo 1º,

do Decreto nº 790, de 30 de março de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º ( )  
I a VII- ( )

VIII- representantes dos Profissionais da Educação Pública Municipal com formação em Administração, Supervisão ou Orientação educacional:

Titular: Berenice Aparecida Guerelus Gonçalves

Suplente: Gisele Casagrande;

IX- ( )

X- representantes do Ensino Superior:

Titular: Luciani Giraldi

Suplente: Cleuza Dallazuana;

XI- representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Rita Bloot Volanick

Suplente: Alcemir Teixeira;

XII- representantes do Conselho do FUNDEB:

Titular: Moira de Cássia Ferreira

Suplente: Afonso Wasmann Neto;

XIII- ( )

XIV- ( )

XV- ( )”

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 790, de 30 de março de 2012, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 14 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2013 - FAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 029/2013 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 019/2013 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de equipamentos para a nova Sede do CRAS - no Bairro Bela Vista. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 04 de Dezembro de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 14 de Novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Aditivo 171/2013**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 171/2013

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 056/2013

Partes: Município de Porto União e Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda

### **CLAUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL**

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 659,50 (seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 22 de Outubro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Convênio N° 031/2013**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI – CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL

### **CONVÊNIO N° 031/13**

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI – CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, com sede no Município de Porto União – SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União-SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI – CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, com sede na Rua Matos Costa, 131 – Centro – Porto União – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.201.460/0001-31, doravante denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada pela sua Presidente Sra. LAURETE DUB PINTO CONTE, brasileira, residente e domiciliada na Rua D. Pedro II, nº 131 – Centro – Porto União – SC, portadora da CI nº 5.026.607-9 – SSP – PR e do CPF nº 752.337.979-68, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.187, de 13 de novembro de 2013 celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto**

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, a título de subvenção, para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos visando à integração social:

assistência a todos os pacientes que necessitam de tratamento oncológico, que residam fora da área de União da Vitória – PR e Porto União – SC, além de outras cidades circunvizinhas, com dificuldade de deslocamento e principalmente que não possuam recursos financeiros para manutenção durante o tratamento da doença;  
promoção social.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do valor e liberação dos recursos**

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor de R\$ 700,00 (Setecentos reais) por mês, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, totalizando R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais) em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Família Zalewski – Casa de Apoio Amor Fraternal, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0209	SEC.MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATIVIDADE	2026	Manutenção Sec. Mun. Desenvolvimento Social
MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

**CLÁUSULA TERCEIRA – Da utilização dos recursos**

Os recursos liberados visam auxiliar nas despesas de manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

**CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações****I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

**II – Do CONVENIADO:**

O CONVENIADO obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

**CLÁUSULA QUINTA – Da legislação aplicável**

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

**CLÁUSULA SEXTA – Da transmissão de documentos**

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a associação conveniada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da fiscalização e auditoria**

O CONCEDENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

**CLÁUSULA OITAVA – Da publicidade**

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – Dos casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Da vigência**

O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão**

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da restituição**

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

quando da não execução do objeto do convênio;  
quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;  
quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;  
quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e  
quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do foro**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 13 de novembro de 2013.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação Família Zalewski – Casa de Apoio Amor Fraternal
TESTEMUNHAS:	
1.Nome: Paulo Rubens Buch CPF nº 485.157.019-87	2. Nome: Ricardo Dragoni CPF nº 420.445.539-53

**Rio do Sul**

**PREFEITURA**

**Decreto 3706**

DECRETO Nº 3706, 01 de novembro de 2013.

“EXONERA SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010.

**DECRETA:**

Art.1º - Exonera a pedido, a servidora SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Educação Especial da Secretaria de Educação, sendo 30/10/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito.  
01 de novembro de 2013.  
JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

**Decreto 3714**

DECRETO N° 3714, de 06 de novembro de 2013.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 074/2013".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 10.520/02.

**DECRETA**

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto n° 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial n° 074/2013, de 02.08.2013 cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- IPM Informática Ltda.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
06 de novembro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração.

**ANEXO AO DECRETO N° 3714/2013**

Pregão Presencial N° 074/2013 de 02.08.2013

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para fornecer licença de uso de sistemas de gestão pública municipal da Prefeitura de Rio do Sul. Secretarias e Fundações.

**Participantes:**

- Betha Sistemas Ltda;  
- IPM Informática Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- IPM Informática Ltda.

**Decreto 3719**

DECRETO N° 3719, de 08 de novembro de 2013.  
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária n° 5.358 de 13/12/12.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.651,56 (um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis

centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.039 Manutenção Depto. De Serviços Urbanos

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.651,56

TOTAL R\$ 1.651,56

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ R\$ 1.651,56 (um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.039 Manutenção Depto. De Serviços Urbanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.651,56

TOTAL R\$ 1.651,56

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
08 de novembro de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul.

**Portaria N° 1269/RH**

PORTARIA N° 1269/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 07/10/2013 a 05/12/2013 a servidora municipal MARGRIT FELDMANN MIRAMBEL PUIGDEFABREGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1270/RH**  
PORTARIA N° 1270/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 13/10/2013 até a emissão do ato aposentatório, concedida por meio da Portaria n. 0922/RH de 23/07/2013 a servidora municipal MARLENE ISRAEL FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1271/RH**  
PORTARIA N° 1271/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 17/10/2013 a 15/12/2013 concedida por meio da Portaria n. 1043/RH de 26/08/2013 a servidora municipal LUCI MARIZE MEES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1272/RH**  
PORTARIA N° 1272/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255,

da Lei Complementar N° 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 09/10/2013 a 07/12/2013, a servidora municipal JOSIANI SEVEGNANI CONZATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1273/RH**  
PORTARIA N° 1273/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar N° 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 18/10/2013 a 16/12/2013, a servidora municipal ANGELITA BATISTA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Outubro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1284/RH**  
PORTARIA N° 1284/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar N° 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 13/09/2008 a 11/09/2013 ao servidor municipal ADRIANO MENDES ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1285/RH**  
PORTARIA N° 1285/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,



**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 09/09/2008 a 07/09/2013 ao servidor municipal AGOSTINHO TOMIO SOBRINHO ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1286/RH**

PORTARIA Nº 1286/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 01/10/2008 a 29/09/2013 a servidora municipal ANA PAULA MENEGHETTI FIAMONCINI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1287/RH**

PORTARIA Nº 1287/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 29/03/2007 a 26/03/2012 a servidora municipal ANELISE BOEING ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1288/RH**

PORTARIA Nº 1288/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 06/09/2008 a 04/09/2013 a servidora municipal CLAUDETE DE SOUZA LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1289/RH**

PORTARIA Nº 1289/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 06/09/2008 a 04/09/2013 a servidora municipal CRISTIANI REGINA PETRIS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1290/RH**

PORTARIA Nº 1290/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 20/10/2008 a 18/10/2013 a servidora municipal DIOVANA MAY MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1291/RH**

PORTARIA Nº 1291/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 08/09/2008 a 06/09/2013 a servidora municipal ERMENI PEREIRA NILSEN ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1292/RH**

PORTARIA Nº 1292/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 06/09/2008 a 04/09/2013 a servidora municipal FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1293/RH**

PORTARIA Nº 1293/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 26/09/2008 a 24/09/2013 ao servidor municipal GILMAR BLEMER ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1294/RH**

PORTARIA Nº 1294/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 21/09/2008 a 19/09/2013 a servidora municipal GORETTI SCHLICKMANN LEHMKUHL ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1295/RH**

PORTARIA Nº 1295/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 15/09/2008 a 13/09/2013 ao servidor municipal HELIO BRAND ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1296/RH**

PORTARIA Nº 1296/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 11/10/2008 a 09/10/2013 ao servidor municipal IVO RONALDO WESSNER ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1297/RH**

PORTARIA Nº 1297/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 17/09/2008 a 15/09/2013 a servidora municipal JOICE RONCHI ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1298/RH**

PORTARIA Nº 1298/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 29/09/2008 a 27/09/2013 ao servidor municipal LEANDRO DA SILVA FERREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1299/RH**

PORTARIA Nº 1299/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 07/10/2008 a 05/10/2013 a servidora municipal LUCIANE ARAUJO MATTANA ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1300/RH**

PORTARIA Nº 1300/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 16/09/2008 a 14/09/2013 a servidora municipal LUCIANE DAS GRACAS RIBEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1301/RH**

PORTARIA Nº 1301/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 08/09/2008 a 06/09/2013 a servidora municipal LUCIANI SOUZA LOPES ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1302/RH**

PORTARIA Nº 1302/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 12/09/2008 a 10/09/2013 a servidora municipal MARGARETE MARIA EISSMANN ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1303/RH**

PORTARIA Nº 1303/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 20/09/2008 a 18/09/2013 a servidora municipal MARIA TEREZINHA BARBOZA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1304/RH**

PORTARIA N° 1304/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 14/10/2008 a 12/10/2013 a servidora municipal MARIZETE LEXANDRA DEMEDA BUTH ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1305/RH**

PORTARIA N° 1305/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 01/10/2008 a 29/09/2013 a servidora municipal PATRICIA SARDA ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1306/RH**

PORTARIA N° 1306/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 08/09/2008 a 06/09/2013 a servidora municipal RITA DE CASSIA GUTJAHR ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1307/RH**

PORTARIA N° 1307/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 20/10/2008 a 18/10/2013 ao servidor municipal ROMULO AUGUSTO BORGES ocupante do cargo de provimento efetivo Farmacêutico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1308/RH**

PORTARIA N° 1308/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 17/09/2008 a 15/09/2013 ao servidor municipal SILVIO LUIZ SCHNEIDER ocupante do cargo de provimento efetivo Vigia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1309/RH**

PORTARIA N° 1309/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 28/10/2008 a 26/10/2013 a servidora municipal SIMONI GROSCH ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1310/RH**

PORTARIA Nº 1310/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 12/10/2008 a 10/10/2013 a servidora municipal VALDIZIA FERREIRA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1311/RH**

PORTARIA Nº 1311/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 13/09/2008 a 11/09/2013 ao servidor municipal VALSONIR JOAO JASPER ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1312/RH**

PORTARIA Nº 1312/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 17/09/2008 a 15/09/2013 a servidora municipal VERA LUCIA RODRIGUES PRADE ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1313/RH**

PORTARIA Nº 1313/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 29/09/2008 a 27/09/2013 a servidora municipal MARIA TEREZINHA DOS ANJOS ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Fundação de Desportos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1314/RH**

PORTARIA Nº 1314/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, ao servidor municipal LUIZ DIAZIR ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1323/RH**

PORTARIA Nº 1323/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,



**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/10/2013 a 18/01/2014, concedida por meio da Portaria n. 940/RH de 29/07/2013 ao servidor municipal AUGUSTO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1324/RH**

PORTARIA Nº 1324/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 14/10/2013 a 11/01/2014, concedida por meio da Portaria n. 0938/RH de 29/07/2013 ao servidor municipal VOLNI ROGERIO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1325/RH**

PORTARIA Nº 1325/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Convalidar com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 21/10/2013 a 30/10/2013, concedida por meio da Portaria n. 1209/RH de 04/10/2013 a servidora municipal TAISA ADAM ERN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1326/RH**

PORTARIA Nº 1326/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 24/10/2013 a 20/11/2013 a servidora municipal SANDRA FIGUEREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1327/RH**

PORTARIA Nº 1327/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 18/10/2013 a 16/12/2013 ao servidor municipal PEDRO PAULO FELIPE, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 1333/RH**

PORTARIA Nº 1333/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 23/10/2013 a 20/01/2014 concedida por meio da Portaria n. 1102/RH de 09/09/2013 a servidora municipal NELZI TEREZINHA PIETRASCK, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rio do Sul, 06 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1334/RH**  
PORTARIA N° 1334/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 146, parágrafos 2º e 7º, da Lei Complementar N° 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, no período de 30/09/2013 a 13/12/2013, a servidora municipal LORENA NIENKOETTER HINCKEL, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1335/RH**  
PORTARIA N° 1335/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar N° 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Gestante, no período de 04/11/2013 a 03/03/2014, a servidora municipal JULIANA TRISTAO CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1336/RH**  
PORTARIA N° 1336/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar N° 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 15/11/2013 a 13/01/2013, a

servidora municipal SHIRLEI APARECIDA WARMLING, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria N° 1338/RH**  
PORTARIA N° 1338/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar N° 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 01/10/2013 a 29/11/2013, a servidora municipal BEATRIZ SELHORST PEREIRA DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Novembro de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**Chamada Pública 114/2013**

Edital da Chamada Pública n.º 114/2013

A Prefeitura de Rio do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 25 de Julho n.º 01, inscrita no CNPJ sob n.º 83102574/0001-06 representada neste ato pelo Prefeito de Rio do Sul, o Senhor Garibaldi Antônio Ayroso no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE n.º 25, 04 de Julho de 2012, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Rio do Sul, SC, durante o período de 20 de novembro de 2013 a 29 de novembro de 2013, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do Art. 22 da Resolução/CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009 e Resolução/CD/FNDE n.º 25 de 04 de Julho de 2012.

1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no Art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 25, de 25/07/2012.

3. Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

4. As amostras dos produtos deverão ser entregues até o dia 29 de novembro de 2013, até as 11h, no Depósito Central de Alimentação Escolar, maiores informações na sede da Secretaria Municipal de Educação na Rua Wenceslau Borini, n.º 2950, Rio do Sul/SC pelos telefones (47) 3531-1100, no horário 7h30min às 11h. As especificações e as quantidades dos produtos estarão disponíveis nas Secretarias de Educação e Agricultura.

5. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Wenceslau Borini, n.º 2950, Rio do Sul/SC, às segundas-feiras de manhã até às 8 horas, conforme o cronograma de entrega pré-estabelecido pelo Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

6. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, com uma programação semanal e mensal de entrega mediante tabela específica. Os pagamentos serão mediante a entrega dos produtos pelos fornecedores, mensalmente.

7. O valor para aquisição dos gêneros alimentícios citados, seguirá a seguinte prescrição abaixo, conforme recursos recebidos do FNDE para a alimentação escolar. (De acordo com a Lei 11.947/2009, Resolução CD/FNDE n.º 38/2009; Resolução CD/FNDE n.º 67/2009); Resolução CFN n.º 465/2010 e Resolução /CD/FNDE n.º 25/2012.

100 % para o MAIS EDUCAÇÃO 08.02.2126.3.3.90.30.07.00.00.00 (67/2013);

8. Todos os produtos a serem entregues deverão seguir o cronograma da programação prevista pelo Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Rio do Sul, 18 de Novembro de 2013.

Registre-se e publique-se.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito Municipal

REGINA GARCIA FERREIRA  
Secretária Municipal de Educação

### **Chamada Pública 117/2013**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 117/2013

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.574/0001-06, com sede no Centro, representado por seu Prefeito, Sr.º Garibaldi Antônio Ayroso, CONVIDA as empresas do ramo da construção civil, com comprovada Capacidade Técnica, a manifestarem interesse na apresentação de proposta para a produção de unidades habitacionais, conforme as condições e especificações constantes neste Edital.

Este Edital de Chamamento Público, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão disponíveis, a partir de 20/11/2013 até 06/12/2013 das 08h00min h às 13h30 min junto ao Setor de Licitações do Município de RIO DO SUL, localizado junto à Prefeitura Municipal.

#### **1 - DO OBJETO:**

1.1 - O presente Edital tem por objeto a seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para construção de habitação de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para atendimento de famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) e operado pela Caixa Econômica Federal, nos termos do preconizado pela Portaria n. 168 de 12 de abril de 2013 e pela Portaria 521, de 22 de outubro de 2012 e alterações, do Ministério das Cidades, obedecidos aos termos da Lei Federal n. 11.977 de 07 de julho de 2009 e alterações.

1.2 - As Unidades habitacionais de que trata este Edital deverão ser construídas em terreno de propriedade do Município e que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial de acordo com a Lei Complementar n. 421, de 27 de julho de 2012, que assim o autoriza.

1.3 - A seleção das empresas participantes deste Edital não implicará na sua contratação pelo agente financeiro autorizado - Caixa Econômica Federal. A contratação dependerá de aprovação dos projetos e sua adequação ao Programa Minha Casa Minha Vida.

1.4 - A identificação dos terrenos constitui o ANEXO I deste Edital.

1.5 - Todos os levantamentos topográficos, aprovações de projetos, estudos e licenças ambientais, taxas e emolumentos, infraestrutura, etc. necessários à aprovação e execução dos projetos, conforme legislações municipal, estadual e federal vigentes, ficarão ao encargo da empresa selecionada.

1.6 - Também deverá elaborar e executar projeto de gerenciamento de construção civil, conforme Resolução nº307/02 - CONAMA.

#### **2 - DA HABILITAÇÃO:**



2.1 - Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deve estar habilitada nos seguintes termos:

- a) Ter aderido ao PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, junto ao Ministério das Cidades;
- b) Possuir conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente, junto à Caixa Econômica Federal;
- c) Apresentar situação regular junto ao Município.

2.2 - A participação da interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Edital, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida.

2.3 - A empresa proponente deverá apresentar, devidamente preenchida, até 10h00min horas do dia 17/11/2013 no Setor de Licitações, em um único envelope, os documentos descritos no subitem 2.4. O envelope deverá constar na parte externa os seguintes dizeres:

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 117/2013  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

2.4- Para a habilitação, o envelope a ser protocolado pela empresa interessada deverá conter:

I - Prova de ramo de atividade compatível com o objeto deste Edital, por meio de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas últimas alterações que importaram em modificações do quadro societário, objeto social, do capital e da administração da empresa e lhe conferiram a feição atual, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

II - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - Prova de regularidade com o INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

IV - Prova de regularidade de situação - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, conforme a Lei n. 8.036/1990;

V - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

VII - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

VIII - Prova de regularidade fiscal com o Município de RIO DO SUL conforme Código Tributário Nacional;

IX- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei Federal n. 12.440/2011;

X - Declaração manifestando o interesse na produção de unidades habitacionais, no âmbito do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, nos termos do ANEXO II deste Edital;

XI - Declaração de conhecimento do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, instituído pela Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009,

e suas alterações posteriores, com diretrizes gerais definidas pelo Ministério das Cidades através da Portaria n. 168 de 12/04/2013 e alterações posteriores, nos termos do ANEXO III deste Edital;

XII - Declaração assinada pelo representante legal da empresa interessada, comprovando que o mesmo vistoriou os terrenos descritos no ANEXO I, tomando conhecimento de todas as condições em que os mesmos se encontram, nos termos do ANEXO IV deste Edital;

XIII - Prova de que está inscrito no PBQP-H - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, junto ao Ministério das Cidades;

XIV - Declaração de que possui conceito ("rating") de análise de risco de crédito favorável junto a Caixa Econômica Federal, nos termos da Portaria n. 168 de 12 de abril de 2013 e alterações posteriores, do Ministério das Cidades;

XV - Declaração com a indicação do número de unidade produzidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV;

XVI - Declaração com indicação do número de unidades HABITACIONAIS produzidas nos últimos 4 (quatro) anos;

XVII - Prova de regularidade junto ao CREA do(s) profissional (is) de engenharia responsável (is) pela empresa interessada, mediante apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física, nos termos da Lei n. 5.194/1966 e Resoluções n. 218/1973 e 266/1979 do CONFEA;

XVIII - Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA, em nome do responsável técnico pela empresa interessada, acompanhada de Atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando for o caso, que comprove que o mesmo já executou no mínimo 50 (cinquenta) unidades habitacionais em uma única obra ou em diversos locais enquadrados em Programas Habitacionais do Governo Federal;

2.5 - A participação da empresa interessada implicará na aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Chamamento, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), instituído pela Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009, e suas alterações posteriores, com diretrizes gerais definidas pelo Ministério das Cidades através das Portarias n. 168 e 521.

2.6 - Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos deste Edital.

### 3 - DA SELEÇÃO:

3.5 - Entre as empresas que manifestarem interesse nos termos deste Edital, será selecionada pelo Município para apresentação da proposta definitiva junto à Caixa Econômica Federal aquela que apresentar:

a) O melhor conceito no nível de qualificação no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQPH;

b) Em caso de empate no item anterior, o critério de maior experiência em construção civil no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com o maior número de unidades já construídas;

c) Em caso de novo empate, o desempate será efetuado pela empresa que apresentar a maior quantidade de imóveis habitacionais produzidos nos últimos 4 (quatro) anos;

d) Por fim, persistindo empate no resultado da apuração dos itens "a", "b" e "c", a Empresa vencedora será escolhida por sorteio, na



presença dos representantes das empresas presentes e do Município, em data e local a ser indicado pelo Município.

3.6 - Cumpridos os procedimentos dos subitens anteriores, serão declaradas CLASSIFICADAS as empresas cujos requerimentos atendam às exigências deste Edital e DESCLASSIFICADAS aquelas que não atendam, estabelecida uma ordem geral de classificação.

3.7 - Homologado o processo, o Município de RIO DO SUL emitirá o competente TERMO DE SELEÇÃO, indicando a empresa selecionada, conforme ANEXO VII deste Edital.

#### 4 - DA PROPOSTA

4.1 - A empresa selecionada deverá apresentar à Caixa Econômica Federal, no prazo de 10 DIAS proposta de implantação das unidades e em 30 (trinta) dias após a emissão do termo de seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal.

4.2 - Além das exigências contidas neste Edital, a empresa vencedora deverá atender às demais condições de contratação do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira autorizada a executar o PMCMV.

4.3 - A proposta a ser apresentada pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicadas pelo Município, conforme ANEXO deste Edital.

4.4 - A não aprovação da empresa selecionada nas análises econômico-financeira e cadastral, pela Caixa Econômica Federal, implicará na desclassificação e exclusão da empresa do processo, independente de procedimento administrativo, assegurando ao Município de RIO DO SUL a convocação dos participantes remanescentes, na ordem de classificação, ou mesmo o lançamento de novo chamamento.

4.5 - Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 4.1, ou os projetos não tenham sido aprovados, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo de escolha e assim, sucessivamente, até que a empresa obtenha êxito na contratação.

#### 5 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

5.1 - A seleção realizada na forma preconizada neste Edital somente terá eficácia se for celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida entre a empresa e a Caixa Econômica Federal, não cabendo ao Município ou a Caixa ressarcir a empresa por qualquer valor despendido.

5.2 - O presente processo de seleção poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. O Município de RIO DO SUL poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das inscrições.

5.3 - Cada empresa interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo de seleção. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação, ou, caso tenha sido o vencedor, na revogação do Termo de Seleção, sem o prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.4 - Fica sob inteira responsabilidade dos participantes o acompanhamento do processo de seleção, bem como de eventuais erratas, aditivos, respostas a questionamentos, alterações que eventualmente venham a ser introduzidas no Edital e seus anexos, seja no site do Município de RIO DO SUL (<http://www.RIO DO SUL.sc.gov.br/>), no Quadro de Avisos ou no Diário Oficial dos Municípios.

5.5 - As decisões referentes a este processo de seleção serão comunicadas aos participantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

#### 6 - DOS ANEXOS DO EDITAL:

ANEXO I - Documentação do terreno

ANEXO II - Manifestação de interesse

ANEXO III - Declaração de Conhecimento do PMCMV

ANEXO IV - Declaração de Vistoria dos Terrenos

ANEXO V - Especificações

ANEXO VI - Comunicado de Seleção

Município de RIO DO SUL, 18 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de RIO DO SUL

#### ANEXO I

#### CÓPIA DAS MATRÍCULAS E DEMAIS DOCUMENTOS DOS TERRE- NOS



ESTADO DE SANTA CATARINA  
REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIO DO SUL  
Zuleida Luciano - Oficiala Titular  
Maristela Sueli Schlemper Gonçalves - Oficiala Substituta

#### Certidão de Inteiro Teor

Certifico que esta é a certidão de Inteiro Teor da Matrícula número 44.613 do Livro nº 2, conforme imagem abaixo:

REGISTRO DE IMÓVEIS	
Registro Geral	
Livro N. 02	Fls. 01
<b>MATRÍCULA - 44.613</b>	
<b>18 de Novembro de 2011</b>	
<p>IMÓVEL: Um terreno situado no perímetro urbano desta cidade, na Rua Leopoldo Kurth, Bairro Rainha, representado pela Área remanescente, Quadra A, do desmembramento do município de Rio do Sul, com a área de <b>7.764,38</b> (Sete mil, setecentos e sessenta e quatro metros quadrados, e trinta e oito decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em para a Rua Leopoldo Kurth em 25,90 metros, fundos em 60,00 metros com os lotes de número 14, 15, 16, 17, 18 e 19 e mais 1,88 metros com o lote de número 13, todos do referido desmembramento de propriedade do município de Rio do Sul, lado direito em 03 (tres) linhas quebradas, sendo a primeira a partir da rua em 30,00 metros, a segunda em 6,00 metros, ambas com terras de Sueli Teresinha Lins Baldo e Bento Alberto Baldo; a terceira em 110,00 metros com os lotes de número 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, todos do referido desmembramento de propriedade do município de Rio do Sul e lado esquerdo em em tres linha quebradas, sendo a primeira a partir da rua em 24,13 metros, a segunda em 30,00 metros, ambas com terras de Nathalia Thiel Westphal e Edgar Westphal a terceira em 115,43 metros com terras de Edgar Westphal e outros.</p> <p>PROPRIETÁRIO: <b>MUNICÍPIO DE RIO DO SUL</b>, CNPJ 83.102.574/0001-06, pessoa jurídica de direito público, com sede em praça 25 de julho, nº 01, centro, nesta cidade.</p> <p>REGISTRO ANTERIOR: R-1-44204, do Livro 2 de Registro Geral, deste Oficial.</p> <p>Protocolo: nº 136.699 aos 18 de Novembro de 2011. Emolumentos: Nihil.</p>	

 **ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RIO DO SUL**  
Zuleida Luciano - Oficiala Titular  
Maristela Sueli Schlemper Gonçalves - Oficiala Substituta

Continuação da Matrícula 44.613 do Livro nº 2. O referido é verdade e dou fé.  
Rio do Sul, 21 de Novembro de 2011.

  
Zuleida Luciano - Oficiala Titular  
Maristela Sueli Schlemper Gonçalves - Oficiala Substituta  
João Carlos Luciano - Escrevente Substituto

**Emolumentos:**  
01 Certidão - Isento ..... R\$ 0,00  
Selos: R\$ 0,00 Total: R\$ 0,00

  
Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Isento  
CMU95332-PRIO  
Confira os dados do ato em:  
[selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

A presente certidão tem validade de 30 dias a contar da data de sua expedição.

Av. Sete de Setembro, nº 158, Ed. Ervin Dolzan, 1º Andar - Centro ..... Página 2/2  
Fone: (47)3521-0501 - CNPJ: 83.545.715/0001-57  
Documento impresso por meio eletrônico. Qualquer rasura ou indicio de adulteração será considerado fraude.

## ANEXO II

## MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Pelo presente termo, a (nome da Construtora), inscrita no CNPJ sob n. (número do CNPJ da Construtora), sediada a (endereço da Construtora), neste ato representada por (nome do representante legal da Construtora), inscrito no CPF sob n. (número do CPF do representante legal da Construtora), vem manifestar junto ao Município de RIO DO SUL, seu interesse em apresentar proposta de produção de unidades habitacionais nos terrenos descritos no ANEXO I do Edital de Chamamento Público no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Declara comprovação da regularidade e qualificação no processo de habilitação e apresenta anexa a esta manifestação de interesse a documentação solicitada.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PMCMV

Pela presente declaração, a (nome da construtora), inscrita no CNPJ (número do CNPJ da construtora), sediada na (endereço da construtora), neste ato representada por (nome do representante legal da construtora), inscrito no CPF sob n. (número do CPF do representante da construtora) DECLARA para os devidos fins de participação no processo de seleção de Chamamento n. xx/2012, que tem total conhecimento do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), instituído pela Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009, e alterações posteriores, e Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com diretrizes gerais definidas pelo Ministério das Cidades, através da Portaria n. 168 E 521, e alterações posteriores, tendo como Agente Executor do Programa a Caixa Econômica Federal, Instituição Financeira Oficial autorizada, submetendo-se a todas as regras ali fixadas.

Local e Data

Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO TERRENO

Pela presente declaração, a (nome da construtora), inscrita no CNPJ sob n. (número do CNPJ da construtora), sediada na (endereço completo da construtora), neste ato representado por (nome do representante legal da construtora), DECLARA para os devidos fins de participação no processo de seleção de Chamamento, que VISTORIOU os terrenos descritos no ANEXO I, informando estar ciente de todas as condições em que os mesmos se encontram.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

## ANEXO V

## ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Obedecendo a legislação vigente e as regras do Programa Minha Casa Minha Vida - PAC 2, a empresa selecionada deverá desenvolver proposta técnica para implantação de unidades habitacionais de 2 e 3 dormitórios, respeitando as dimensões mínimas do PMCMV, incluídos a infra-estrutura, o tratamento urbano e



paisagístico do entorno, levando em conta os planos de expansão das redes públicas de água, energia, esgoto e de drenagem e respeitando as diretrizes ambientais, urbanísticas e edilícias do Município de RIO DO SUL e outros dispositivos aplicados à área do empreendimento.

Maiores esclarecimentos e detalhamento das especificações serão oferecidos à(s) empresa(s) pela equipe técnica da Secretaria Municipal.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2013.

GAIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
PREFEITO DE RIO DO SUL

#### ANEXO VI

COMUNICADO DE SELEÇÃO A SER ENCAMINHADO PARA A CONSTRUTORA SELECIONADA E PARA A CAIXA ECONOMICA FEDERAL

COMUNICADO DE SELEÇÃO DE EMPRESA PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), POR FORÇA DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA NO PROCESSO DE CHAMAMENTO.

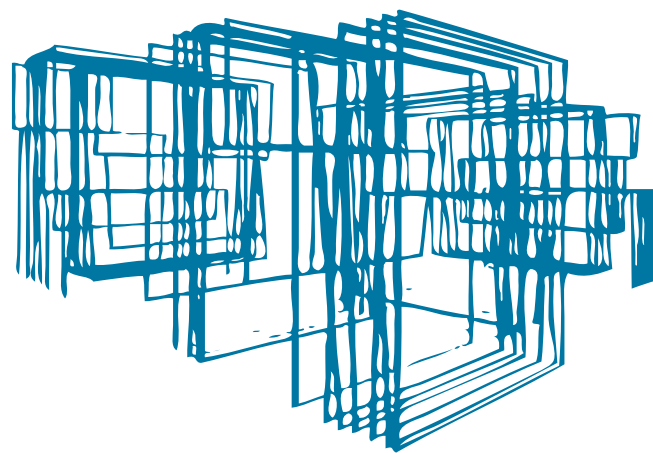
Fica a (qualificação completa da empresa selecionada) autorizada a apresentar junto à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 10 dias a proposta de implantação e em 30 (trinta) dias contados após a emissão deste Termo de Seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV).

A proposta a ser apresentada pela empresa selecionada deverá atender às condições de contratação do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), conforme critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, além de considerar as especificações indicadas pelo Município de RIO DO SUL.

O não cumprimento do prazo estipulado ou a não aprovação do projeto proposto pela empresa selecionada implicará na imediata desclassificação e exclusão da empresa do processo, independente de procedimento administrativo, assegurando ao Município de RIO DO SUL a convocação dos participantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

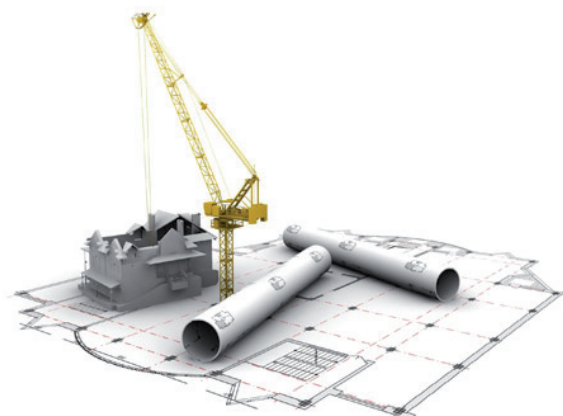
RIO DO SUL, 18 de NOVEMBRO de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de RIO DO SUL



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Cientificação dos Resultados

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS  
APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº  
10.520  
DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE  
AS NORMAS  
DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES  
POSTERIORES.

Modalidade ..... : Pregão Presencial

Número ..... : 43/2013

Data Início Processo: 22/10/2013

Abertura Propostas.: 30/10/2013

Objeto...: AQUISIÇÃO DE ITENS PARA DECORAÇÃO NATALINA  
O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições

que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- JOMADE MARCENARIA LTDA, com um valor total de R\$ 6.234,00 (Seis mil, duzentos e trinta e quatro reais);  
-ACACIA LTDA, com um valor de 11.430,00 (Onze mil, quatrocentos e trinta reais)

SALTO VELOSO, 14 de novembro de 2013.

#### Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2013  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 045/2013, que se realizará conforme dispõe Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

ONDE SE LÊ: Objeto:Aquisição de torre de som e palco para festividades

LEIA-SE: Objeto: Aquisição de torre de som e palco para festividades, bem como itens adjacentes

Entrega dos Envelopes: 25/11/2013 até as 09h00min.

Abertura: 25/11/2013, às 09h15min.

ONDE SE LÊ PP Nº 043/2013

LEIA SE – PP Nº 045/2013

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 18 de novembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2013 –DL Nº 63/2013  
CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

DO OBJETO: Serviços de assistência técnica e extensão rural pela EPAGRI S.A, para o Município de Santa Rosa do Sul/SC.

DO VALOR:R\$ 21.000,00(Vinte e um mil reais)

Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

JUSTIFICATIVAS: A Dispensa de Licitação justifica-se por inviabilidade de competição, Por ser a única no ramo pertinente na região da AMESC e estar dentro do preço de mercado.

DA VIGENCIA: 14/11/2013 à 31/12/2013.

WILFRIED HEMMER

Presidente da CPL

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 125/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Medicamentos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ALOPÁTICOS, ÉTICOS, SIMILARES E GÊNERICOS PRESCRITOS POR MÉDICOS PARA PACIENTES DO SUS DESTA MUNICÍPIO, CONFORME REVISTA ABC FARMA, QUE NÃO FAÇAM PARTE DA FARMÁCIA BÁSICA, conforme Pregão Presencial nº 73/2013.

DO VALOR: R\$ 100.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses a contar desta data.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, como Contratada.

#### Extrato de Termo Aditivo Nº 227/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 227/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso nº 179/2003, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, em 29 de JULHO de 2003, conforme Edital de

**Concorrência Pública nº 05/95.**

Considerando o objeto do Contrato nº 179/2003 a outorga de Permissão para exploração dos serviços funerários no Município de São Bento do Sul, sem caráter de exclusividade;

Considerando a necessidade de prorrogação do Contrato nº 179/2003, visto que os serviços previstos no objeto contratado são de caráter continuado e a Permissionária é prestadora de serviços públicos, sendo portanto imprescindíveis ao bom andamento das atividades junto a municipalidade, e os serviços só podem ser prestados exclusivamente pela Permissionária;

Considerando que a prorrogação faz-se necessária visto que houve a necessidade de elaborar um novo Edital de Concorrência Pública para concessão dos serviços adequando-o a novos regramentos para a concessão dos citados serviços. É necessário também a realização de um amplo levantamento sobre os preços praticados no mercado, pois os preços dos serviços permissionários estabelecidos pelo município foram atualizados pela última vez através do Decreto nº 108 de 19/05/2009, tendo aí um espaço de tempo de 04 (quatro) anos. Além disso, o processo de concessão de serviços públicos, como já dito, é realizado através da modalidade de licitação Concorrência, e conforme estabelece a Instrução Normativa nº TC-05/2008 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, os dados do processo devem ser informados aquele tribunal até o dia seguinte da primeira publicação do edital, podendo aquela egrégia casa inclusive determinar a adoção de medidas para correção de eventuais falhas, sustar ou até determinar a anulação do processo, conforme previsto nos artigos 5º e 6º da já citada Instrução Normativa. O Edital de Concorrência tem como prazo de publicação o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de acordo com o previsto no artigo 21, parágrafo 2º, inciso I a Lei nº 8.666/93, e em caso de eventuais alterações reinicia-se a contagem do prazo; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Prorrogar a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 30 de julho de 2013 e com término em 29 de novembro de 2013.

Todas as demais cláusulas do Contrato de Permissão de Uso, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, como Contratada.

**Errata****ERRATA:**

No Diário Oficial Municipal nº 1369, de 18 de novembro de 2013, página 223, na publicação do Decreto nº 345/2013 no local que se lê "Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais)" leia-se "Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)".

**Aviso de Licitação - Pregão Nº 75/2013 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2013

MAIOR DESCONTO SOBRE A REVISTA ABC

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 05 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE

PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E/OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS - MAIOR DESCONTO POR PARTE DO FORNECEDOR SOBRE O CATÁLOGO DO FABRICANTE, PARA OS VEÍCULOS E MOTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL - SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

**Extrato de Termo Aditivo Nº 228/2013****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 228/2013**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso nº 183/2003, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME, em 01 de AGOSTO de 2003, conforme Edital de Concorrência Pública nº 05/95.

Considerando o objeto do Contrato nº 183/2003 a outorga de Permissão para exploração dos serviços funerários no Município de São Bento do Sul, sem caráter de exclusividade;

Considerando a necessidade de prorrogação do Contrato nº 183/2003, visto que os serviços previstos no objeto contratado são de caráter continuado e a Permissionária é prestadora de serviços públicos, sendo portanto imprescindíveis ao bom andamento das atividades junto a municipalidade, e os serviços só podem ser prestados exclusivamente pela Permissionária;

Considerando que a prorrogação faz-se necessária visto que houve a necessidade de elaborar um novo Edital de Concorrência Pública para concessão dos serviços adequando-o a novos regramentos para a concessão dos citados serviços. É necessário também a realização de um amplo levantamento sobre os preços praticados no mercado, pois os preços dos serviços permissionários estabelecidos pelo município foram atualizados pela última vez através do Decreto nº 108 de 19/05/2009, tendo aí um espaço de tempo de 04 (quatro) anos. Além disso, o processo de concessão de serviços públicos, como já dito, é realizado através da modalidade de licitação Concorrência, e conforme estabelece a Instrução Normativa nº TC-05/2008 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, os dados do processo devem ser informados aquele tribunal até o dia seguinte da primeira publicação do edital, podendo aquela egrégia casa inclusive determinar a adoção de medidas para correção de eventuais falhas, sustar ou até determinar a anulação do processo, conforme previsto nos artigos 5º e 6º da já citada Instrução Normativa. O Edital de Concorrência tem como prazo de publicação o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de acordo com o previsto no artigo 21, parágrafo 2º, inciso I a Lei nº 8.666/93, e em caso de eventuais alterações reinicia-se a contagem do prazo; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Prorrogar a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 01 de agosto de 2013 e com término em 30 de novembro de 2013.

Tendo em vista o Décimo Instrumento de Alteração do Contrato Social da Empresa "SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA ME", CNPJ nº 75.508.820/0001-98, transfere o endereço de sua Filial (01) da Rua Antonio Kaesemodel nº 2597, Bairro Oxford, na cidade de São Bento do Sul/SC, CEP 89.290-000 para a Rua Germano Brand, nº 68, Bairro Schramm, CEP 89.280-708, São Bento do Sul



/SC.

Todas as demais cláusulas do Contrato de Permissão de Uso, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME, como Contratada.

### **Aviso de Licitação - Pregão N° 311/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 311/2013

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessa possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 9:00 horas do dia 05 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOTOSOM PARA DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA PREFEITURA NOS BAIRROS, TOTALIZANDO 450 HORAS PELO PERÍODO DE 12 MESES, DE NOVEMBRO/2013 A NOVEMBRO/2014 COM DATAS A DEFINIR. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

### **Extrato de Termo Aditivo N° 315/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 315/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens nº 010/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 07 de janeiro de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 3/2013. Considerando o objeto do Contrato nº 010/2013, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os servidores públicos da Prefeitura Municipal, sendo passagens sem seguro de São Bento do Sul para Mafra, Rio Negrinho, Campo Alegre e Rio Preto;

Considerando que devido à contratação de novos funcionários e aumento da demanda de vale transportes no decorrer do ano letivo de 2013 e que as condições que determinaram a Inexigibilidade de Licitação continuam vigentes (inviabilidade de competição), faz-se necessário aditar o referido Contrato conforme Cláusula Oitava seguintes termos;

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 5.397,50 (cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), para pagamentos de acordo com o Contrato original;

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de janeiro de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2013.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

### **Extrato de Rescisão do Contrato N° 018/2013 Fmd** EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 018/2013

DA ESPÉCIE: Fica rescindido a partir de 31 de outubro de 2013, o Contrato entre a Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, e a empresa Betha Sistemas Ltda, cujo objeto consiste na prestação de serviços de manutenção na área de informática para licença de uso dos softwares para gestão pública dos sistemas da FMD, conforme previsto na Cláusula Décima Quarta do referido Contrato, em virtude de o novo Processo Licitatório – Pregão Presencial (n. 203/2013) efetuado pela Administração Pública abrangendo diversos órgãos da Administração Direta e Fundacional já estar devidamente concluído.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2013.

ASS: JOSÉ ERMINIO GREIN, pela Fundação.

GUILHERME KAASTRUP BALSINI, pela Empresa Contratada.

### **Extrato de Termo Aditivo N° 320/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 320/2013

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Blocos de Passagem de nº 008/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, em 07 de JANEIRO de 2013, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 1/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 010/2013, que consiste no fornecimento de 4.300 (quatro mil e trezentos) blocos de passagens (vale-transporte) com 20 (vinte) passagens cada bloco, para servidores públicos municipais;

Considerando que devido à contratação de novos funcionários e aumento da demanda de vale transportes no decorrer do ano letivo de 2013 e que as condições que determinaram a Inexigibilidade de Licitação continuam vigentes (inviabilidade de competição), faz-se necessário aditar o referido Contrato conforme Cláusula Sétima nos seguintes termos;

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) conforme tabela abaixo, para pagamentos de acordo com o Contrato original;

Quantidade	Valor Unitário	R\$ Total
500 blocos c/ 20 passes	R\$ 56,00	R\$ 28.000,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de janeiro de 2013, Termo Aditivo 207/2013 de 28 de junho de 2013 e Termo Aditivo 210/2013 de 05 de julho de 2013 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de outubro de 2013.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

### **Aviso de Licitação - Pregão N° 335/2013**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 335/2013

MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 29 de novembro de 2013, em sua sede na Rua

Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA GERAL, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE COPA DO PRÉDIO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL E DEPARTAMENTOS DO PRÉDIO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE TURISMO E DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, JUNTAMENTE COM TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS NA LIMPEZA, MANUTENÇÃO E COPA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 18 de novembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

### Extrato de Contrato N° 029/2013 Fmd

EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços na área de Informática, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: Contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada dos sistemas de Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio Público e Folha de Pagamento, pelo período de 12 meses, conforme Pregão Presencial nº 203/2013 (Prefeitura).

DO VALOR: R\$ 8.664,00– Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01 de novembro de 2013 e com término em 31 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2013.

ASS: JOSÉ ERMINIO GREIN, pela Fundação.

GUILHERME KAASTRUP BALSINI, pela Empresa Contratada.

### Aviso de Licitação - Pregão N° 328/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 328/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 03 de dezembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS JURIDICOS PARA O SETOR DE PROCURADORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO I TERMO DE REFERENCIA. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### Extrato de Termo Aditivo N° 226/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 226/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso nº 178/2003, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa FUNERÁRIA SÃO BENTO LTDA ME, em 29 de JULHO de 2003, conforme Edital de Concorrência Pública nº 05/95.

Considerando o objeto do Contrato nº 178/2003 a outorga de Permissão para exploração dos serviços funerários no Município de São Bento do Sul, sem caráter de exclusividade;

Considerando a necessidade de prorrogação do Contrato nº 178/2003, visto que os serviços previstos no objeto contratado são de caráter continuado e a Permissionária é prestadora de serviços públicos, sendo portanto imprescindíveis ao bom andamento das atividades junto a municipalidade, e os serviços só podem ser prestados exclusivamente pela Permissionária;

Considerando que a prorrogação faz-se necessária visto que houve a necessidade de elaborar um novo Edital de Concorrência Pública para concessão dos serviços adequando-o a novos regimentos para a concessão dos citados serviços. É necessário também a realização de um amplo levantamento sobre os preços praticados no mercado, pois os preços dos serviços permissionários estabelecidos pelo município foram atualizados pela última vez através do Decreto nº 108 de 19/05/2009, tendo aí um espaço de tempo de 04 (quatro) anos. Além disso, o processo de concessão de serviços públicos, como já dito, é realizado através da modalidade de licitação Concorrência, e conforme estabelece a Instrução Normativa nº TC-05/2008 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, os dados do processo devem ser informados aquele tribunal até o dia seguinte da primeira publicação do edital, podendo aquela egrégia casa inclusive determinar a adoção de medidas para correção de eventuais falhas, sustar ou até determinar a anulação do processo, conforme previsto nos artigos 5º e 6º da já citada Instrução Normativa. O Edital de Concorrência tem como prazo de publicação o prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de acordo com o previsto no artigo 21, parágrafo 2º, inciso I a Lei nº 8.666/93, e em caso de eventuais alterações reinicia-se a contagem do prazo; Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Prorrogar a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 30 de julho de 2013 e com término em 29 de novembro de 2013.

Todas as demais cláusulas do Contrato de Permissão de Uso, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

FUNERÁRIA SÃO BENTO LTDA ME, como Contratada.



**SAMAE****Portaria/SAMAE /SBS/Nº 234 de 12 de Novembro de 2013.**

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 234 de 12 de novembro de 2013.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Designar Pregoeiros e Equipe de Apoio.

Art. 1º Designar para atuarem como Pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul, os servidores:

Alexsandra Carvalho Suominski – matrícula 396

Edelson Ilg – matrícula 336

Paulo Schwirkowski – matrícula 474

Sibele Vanessa Jantsch – matrícula 392

Parágrafo Único - Em caso de impossibilidade de participação do pregoeiro indicado no Edital de cada certame, este poderá ser substituído por qualquer outro pregoeiro citado acima.

Art. 2º – Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul, os servidores:

Alexsandra Carvalho Suominski – matrícula 396

Adair Chaves – matrícula 350

Fridolino Van Den Boom – matrícula 140

Ivana Aparecida Pereira – matrícula 370

Osvalcir Peters – matrícula 355

Osni Paulo Langa – matrícula 152

Paulo Schwirkowski – matrícula 474

Valdecir Ribeiro – matrícula 330

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de sua publicação, revogando-se a portaria nº 126/2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

**Portaria/SAMAE/SBS Nº 235, de 12 de Novembro de 2013.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 235, de 12 de novembro de 2013.

"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCO RODRIGO REDLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO II, licença prêmio em pecúnia, conforme consta no

Processo 042/2013.

Art. 2º - A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2010/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

**São João do Sul****PREFEITURA****Edital N.º 002/2013 – CMDCA de São João do Sul**

EDITAL N.º 002/2013 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOÃO DO SUL – CMDCA/SJS, FAZ SABER QUE ESTARÃO ABERTAS, DE 19/11/2013 A 22/11/2013 AS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SUPLEMENTAR PARA HABILITAÇÃO E REGISTRO DE CANDIDATURAS PARA CONCORREREM À VAGA REMANESCENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR DE SÃO JOÃO DO SUL, GESTÃO 2013/2016, COORDENADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOÃO DO SUL E FISCALIZADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

**1. DO PROCESSO DE ESCOLHA**

1.1. O presente processo de escolha está disciplinado com base na Lei Municipal n.º 1.202/2004, com as alterações dadas pelas Leis n.º 1.554/2010 e n.º 1.642/2012 e na Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) com as modificações introduzidas pela Lei Federal n.º 12.696/12, e ainda, de acordo com a Resolução n.º 152, de 09 de agosto de 2012, do CONANDA. Pelo presente edital, o CMDCA/SJS nomeia a Comissão Eleitoral e convoca as entidades sociais registradas no CMDCA/SJS e demais instituições juridicamente constituídas há mais de 24 meses, que atuem na área de educação e assistência social de crianças e adolescentes que poderão compor o Colégio Eleitoral, já credenciadas no CMDCA/SJS por ocasião do processo de escolha lançado pelo Edital n.º 001/2013, para eleger os membros do Conselho Tutelar de São João do Sul – gestão 2013/2016 e, dá orientação quanto ao processo eleitoral.

**1.2. DAS VAGAS**

1.2.1. O processo de escolha do membro remanescente do Conselho Tutelar de São João do Sul, gestão 2013/2016, destina-se ao preenchimento de 01 (uma) vaga para Conselheiro Tutelar titular de São João do Sul, sendo que os demais classificados serão considerados Conselheiros Suplentes obedecendo à ordem de classificação do pleito.

**1.3. DOS IMPEDIMENTOS**

1.3.1. Não poderão participar do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, Gestão 2013/2016, os Conselheiros Tutelares que já foram empossados com titularidade por duas vezes consecutivas.

1.3.2. São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

1.3.3. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação nos órgãos do Poder Judiciário competente para apreciar a aplicação desta lei.

**1.4. CARGA HORÁRIA SEMANAL**

1.4.1. O Conselheiro Tutelar exercerá suas atividades em regime de dedicação exclusiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, mais 24 (vinte e quatro horas de plantão) a ser cumprido de 05 (cinco) em 05 (cinco) dias, de forma alternada entre todos os membros do Conselho.

#### 1.5. DO MANDATO

1.5.1. - O mandato do Conselheiro Tutelar eleito no presente pleito será exercido até a data da posse dos Conselheiros Tutelares eleitos no primeiro processo de escolha unificado a partir da vigência da Lei 12.696/12, ou seja, até 09/01/2016.

#### 1.6. DA REMUNERAÇÃO

1.6.1. O Conselheiro Tutelar receberá do Município de São João do Sul, a título de "Remuneração da função", através do Fundo Municipal de Assistência Social, o rendimento que corresponde a R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) mensais, com cobertura previdenciária, férias anuais remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, gratificação natalina (13º Salário), dentre outras previstas em lei.

1.6.2. A função de Conselheiro Tutelar não gera qualquer vínculo empregatício ou profissional com o Poder Público do Município de São João do Sul, não adquirindo, ao término da sua gestão, qualquer direito a indenizações, a efetivação ou a estabilidade nos quadros da administração pública municipal, conforme orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

#### 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. O candidato deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos, na data da inscrição, para candidatar-se:

I – Idoneidade moral, comprovada por meio de Certidão de Antecedentes para Fins Criminais (disponível no site: [www.tjsc.jus.br/certidoes](http://www.tjsc.jus.br/certidoes)) e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II – Idade superior a 21 (vinte e um) anos, até o encerramento das inscrições;

III – Residir no município de São João do Sul, há mais de 2 (dois) anos;

IV – Estar no gozo de seus direitos políticos;

V – Apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão de curso equivalente ao Ensino Médio (2º Grau);

VI – Submeter-se a 01 (uma) avaliação psicológica de caráter eliminatório antecedendo a prova de conhecimentos específicos, que o declarará apto ou não para seguir no processo de escolha;

VII – Submeter-se a uma prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n.º 8.069/90), a ser formulada e aplicada pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul, cujo aproveitamento de acertos, deve ser de no mínimo 60% (sessenta por cento), para seguir no processo de escolha;

VIII – Deter Carteira Nacional de Habilitação – CNH, a ser comprovada mediante apresentação de cópia autenticada do documento no ato da posse;

IX – Comprovar, mediante apresentação de Certidão da Justiça Eleitoral, que não é filiado a qualquer partido político. (disponível no site: [http://www.tre-sc.jus.br/site/eleitores/certidoes-eleitorais-e-comprovan-tes-de-votacao/indexfe6a.html?no\\_cache=1](http://www.tre-sc.jus.br/site/eleitores/certidoes-eleitorais-e-comprovan-tes-de-votacao/indexfe6a.html?no_cache=1))

#### 3. DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO DO CONSELHEIRO TUTELAR

3.1. São atribuições do Conselheiro Tutelar definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

#### 4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição somente será efetuada pessoalmente ou por procurador devidamente constituído com poderes específicos, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São João do Sul, sita na Secretaria Municipal de Assistência Social e CRAS, localizados na Rua Anselmo Borba, n.º 574, Centro de São João do Sul; Telefone (48) 3539-0230, no período de 19/11/2013 à 22/11/2013.

4.1.1. O número da inscrição determinará o número que o candidato receberá na cédula eleitoral. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

4.1.2. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Antecedentes para Fins Criminais acessível no seguinte endereço eletrônico: [www.tjsc.jus.br/certidoes](http://www.tjsc.jus.br/certidoes) e, Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II – Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, comprovando idade superior a 21 (vinte e um) anos até a data de encerramento das inscrições;

III - Comprovante de residência, o candidato tem que residir no município há pelo menos 02 (dois) anos; (Anexo II)

IV – Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão comprovando que não é filiado a nenhum partido político expedida pela Justiça Eleitoral; (disponível no endereço eletrônico: [http://www.tre-sc.jus.br/site/eleitores/certidoes-eleitorais-e-comprovan-tes-de-votacao/indexfe6a.html?no\\_cache=1](http://www.tre-sc.jus.br/site/eleitores/certidoes-eleitorais-e-comprovan-tes-de-votacao/indexfe6a.html?no_cache=1))

V - Certificado de reserva ou de Dispensa da incorporação para os candidatos do sexo masculino;

VI – Certificado de conclusão do ensino médio ou Diploma, devidamente reconhecido pelo MEC;

VII – Para os Conselheiros Tutelares que se candidatarem à recondução, Atestado de tempo de serviço, emitido pela Secretaria Municipal de Administração de São João do Sul.

VIII – Termo de Compromisso assumindo a responsabilidade de cumprir o horário de funcionamento e Plantão do Conselho Tutelar. (Anexo III)

4.2. Sendo o número de inscritos inferior ao número de vagas suficientes para o preenchimento da vaga remanescente necessário à composição integral do Conselho Tutelar titular e seus respectivos suplentes no prazo supracitado, tal prazo será prorrogado até que preencham as vagas para 01 (um) conselheiro titular e no mínimo 05 (cinco) conselheiros suplentes.

4.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4. Concluído o processo de inscrição, será publicada no mural do CMDCA e site da Prefeitura Municipal de São João do Sul e em jornal de circulação local, em 25/11/2013, a lista dos candidatos

inscritos.

4.5. Da listagem dos inscritos caberá impugnação por parte de qualquer cidadão, acima de 18 (dezoito) anos e capaz, no prazo de 01 (um) dia, o qual será processado de acordo com as normas previstas neste Edital. O candidato eventualmente impugnado, terá o prazo de 02 (dois) dias após notificado, para apresentar defesa administrativa.

4.6. Julgadas as impugnações e recursos pela Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha do Membro Remanescente do Conselho Tutelar de São João do Sul, Gestão 2013/2016, e após oficiado o Ministério Público, será publicada no mural do CMDCA e site da PMSJS, em 29/11/2013, lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, que poderão realizar a avaliação psicológica, de caráter eliminatório.

#### 5 - DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

5.1. O Processo de Escolha de que trata este Edital será realizado em 03 (três) etapas, sendo:

Primeira etapa – Prova Psicológica;

Segunda etapa – Prova de Conhecimentos específicos;

Terceira etapa – Eleição com entidades credenciadas no CMDCA/SJS.

##### 5.1.1 - DA PRIMEIRA ETAPA - PROVA PSICOLÓGICA

5.1.1.1 - Os candidatos com inscrição deferida passarão por uma avaliação psicológica, de caráter eliminatório, antecedendo a prova de conhecimentos específicos, que os declararão aptos ou não a seguir no processo de seleção, a realizar-se no dia 02/12/2013, na Secretaria de Assistência Social e CRAS, no horário compreendido das 13:00h às 19:00h, segundo ordem de inscrição deferida e para cujas sessões (horários) serão os candidatos previamente convocados.

5.1.1.2 – O profissional que fará a avaliação psicológica não pertence ao quadro de servidores do Município.

##### 5.1.2 – DA SEGUNDA ETAPA - PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.1.2.1 - Os candidatos declarados aptos pela avaliação psicológica, serão submetidos à prova eliminatória de conhecimentos específicos, a qual versará unicamente sobre a Lei Federal n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). A prova será composta de duas partes, tratando a primeira parte sobre as "Medidas de Proteção", "Prática de Ato Infracional", "Medidas pertinentes aos pais ou responsável", e "Conselho Tutelar" (arts. 98 a 140) e, a segunda parte versará sobre os demais dispositivos da referida norma.

5.1.2.2 – Na Prova Objetiva escrita, com 02 (duas) horas de duração, conterà 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha, quatro alternativas de resposta em cada questão e somente uma correta. Durante a realização da prova, o candidato não poderá consultar textos legais, livros, apostilas ou anotações.

5.1.2.3 - A prova objetiva será aplicada pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul e será realizada no dia 05/12/2013, das 09:00 às 11:00h (horário oficial de Brasília), na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Nereu Ramos, n.º 70, Centro, São João do Sul.

5.1.2.4 - O candidato deverá comparecer ao local designado para realização da prova com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para seu início, munido, obrigatoriamente, com documento de identificação original, cujo número foi informado no requerimento de inscrição, além de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, sob pena de ser eliminado.

5.1.2.5 - Será eliminado, igualmente, do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, Gestão 2013/2016, o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pendrive, MP3 ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie,

óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chaparia, tais como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda cachecol ou similar, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha.

5.1.2.6 - O candidato só poderá retirar-se da sala após 01 (uma) horado início das provas.

5.1.2.7 – Os 03 (três) últimos candidatos que permanecerem na sala das provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente.

5.1.2.8 – Cada questão da prova valerá 0,50 (zero vírgula cinquenta) pontos e serão classificados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de acertos, que corresponde à nota 6,00 (seis), para serem considerados aptos a concorrer à terceira etapa do processo de seleção, ou seja, a eleição a cargo das entidades credenciadas no CMDCA/SJS.

5.1.2.9 - A relação dos candidatos classificados será publicada no mural do CMDCA e site da PMSJS, no dia 09/12/2013, cabendo recurso no prazo de 01 (um) dia útil, mediante requerimento devidamente motivado, na Secretaria Executiva do CMDCA/SJS.

##### 5.1.3 - TERCEIRA ETAPA – ELEIÇÃO COM ENTIDADES SOCIAIS/ INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS NO CMDCA/SJS.

5.1.3.1 - A escolha do Conselheiro Tutelar remanescente dar-se-á através de um Colégio Eleitoral, composto por representantes de entidades sociais e instituições do município ativas e legalmente constituídas há mais de 24 (vinte e quatro) meses, que atuem na área de educação e assistência social de crianças e adolescentes, já credenciadas no CMDCA/SJS por ocasião do primeiro processo de escolha lançado pelo Edital n.º 001/2013, sendo elas:

a) Entidades de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

b) Entidades de Assistência Social;

c) Associações de Moradores;

d) Associações de Pais e Professores - APPs;

e) CAEPs;

f) Clubes de Serviços;

g) Conselhos Municipais (Assistência Social, Educação, Saúde e Agricultura)

h) Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

i) Pastorais (Criança, Idoso, Saúde e outras)

j) Associação dos Servidores municipais;

l) Centro de Tradições Gaúchas - CTG.

5.1.3.2 - O representante legal da instituição/entidade ou seu suplente terão direito a voto para eleger o Conselheiro Tutelar titular e os membros suplentes, no entanto, deverão, se tratar de pessoas residentes e domiciliadas no município de São João do Sul, maiores de dezoito anos, cujas inscrições já foram realizadas por ocasião do processo de escolha lançado pelo Edital n.º 001/2013 do CMDCA/SJS, somente se fazendo necessário novo credenciamento caso haja necessidade de substituição dos representantes já indicados.

5.1.3.3 - O representante e seu suplente não poderão ter parentesco de até 3º grau com nenhum dos candidatos.

5.1.3.4 - Para compor o Colégio Eleitoral as entidades apresentaram os seguintes documentos:

I – Requerimento solicitando a inscrição no colégio eleitoral, indicando o nome dos Representantes da entidade sendo: 1 (um) titular e 1 (um) suplente sendo que (o suplente só terá direito a voto na ausência do titular);

II – Cópia dos Documentos de Identidade;

III – Credencial de Eleitor preenchida conforme modelo fornecido pelo CMDCA/SJS;

5.1.3.5 - O local onde se efetivam as inscrições/credenciamento das instituições/entidades sita na Rua Anselmo Borba, n.º 574, centro, São João do Sul, na Secretaria de Assistência Social e CRAS e eventual modificação deverá ser efetivada no mesmo local, no horário das 13:00 às 17:00h.

5.1.3.6 - Aos candidatos a função de Conselheiro Tutelar, somente será permitida a propaganda em vias e logradouros públicos que atente aos limites impostos pela legislação e Código de Posturas municipais.

5.1.3.7 - É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou



entregar ao votante bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

5.1.3.8 - A campanha só será permitida por meio de distribuição de "currículo vitae" e, apresentação pessoal até o dia que antecede a votação.

5.1.3.9 - A eleição será realizada no dia 12/12/2013 (quinta-feira), no Centro de Convivência da Terceira Idade, sito na Rua José Silveira Filho, n.º 104, Centro, São João do Sul/SC, no horário das 13h30min às 17h00min;

5.1.3.10 - Cada representante das entidades sociais/instituições credenciadas para a eleição poderá votar em até 05 (cinco) candidatos, sendo que será considerado eleito titular o candidato mais votado, ficando todos os demais como membros suplentes.

5.1.3.11 - Encerrada a votação, se procederá imediatamente à contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público, que proclamará o resultado, após decididos os eventuais recursos, providenciando a publicação de edital no mural do CMDCA e site da PMSJS na data provável de 13/12/2013, com os nomes dos candidatos votados e suas respectivas votações.

5.1.3.12. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que obteve melhor desempenho na segunda etapa da seleção. Permanecendo o empate, será considerado eleito o candidato com maior idade.

#### 6 - DA POSSE

6.1. Os membros escolhidos, titular e suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata, e será oficiado ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados com a respectiva publicação nos murais públicos e em um jornal de circulação do Município e após, empossado 01 (um) Conselheiro Tutelar titular.

6.2. Ocorrendo vacância nos cargos, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos.

6.3. O membro escolhido como titular será submetido a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e, a treinamentos promovidos por uma Comissão a ser designada pelo CMDCA/SJS e pelo Ministério Público Estadual.

#### 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha do membro remanescente do Conselho Tutelar de São João do Sul, Gestão 2013/2016 e, se necessário, com consulta ao CMDCA/SJS e ao Ministério Público.

7.2. O processo eleitoral seguirá cronograma fixado no Anexo I, deste edital.

São João do Sul, 19 de novembro de 2013.

Maria Cláudia Maciel de Quadros

Presidente do CMDCA/SJS

#### ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO PARA VAGA REMANESCENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR DE SÃO JOÃO DO SUL – GESTÃO 2013/2016 REFERENTE AO EDITAL CMDCA/SJS n.º 002/2013

Publicação do Edital: 19/11/2013

19/11/2013 à 22/11/2013 - Inscrição dos candidatos a Conselheiro Tutelar

Local: Secretaria de Assistência Social e CRAS – Rua Anselmo Borba, n. 574, centro de São João do Sul;

25/11/2013: Publicação da relação dos candidatos

26/11/2013: Prazo para impugnação das candidaturas

28/11/2013: Prazo para resposta da impugnação

29/11/2013: Publicação da relação dos candidatos após as impugnações

02/12/2013: Avaliação Psicológica de caráter eliminatório

Local: Secretaria de Assistência Social e CRAS – Rua Anselmo Borba, n. 574, centro de São João do Sul;

Horário: 13:00h às 19:00h

05/12/2013: Prova Escrita de conhecimentos específicos

Local: Secretaria Municipal de Educação (ao lado da Prefeitura)

– Avenida Nereu Ramos, n. 70, centro de São João do Sul;

Horário: 09:00h às 11:00h

09/12/2013: Divulgação do resultado da prova escrita

10/12/2013: Prazo para recurso da prova

11/12/2013: Divulgação dos resultados finais da prova escrita

12/12/2013: Eleição

Local: Centro de Convivência da Terceira Idade – Rua José Silveira Filho, n. 104, centro de São João do Sul;

Horário: 13:30h às 17:00h

13/12/2013: Publicação dos Resultados

17/12/2013: Posse do Conselheiro Tutelar eleito para vaga remanescente

#### ANEXO II

##### TERMO DE COMPROMISSO

Eu \_\_\_\_\_, cadastrado no CPF: \_\_\_\_\_ (nacionalidade) e RG: \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em/na \_\_\_\_\_ em São João do Sul - SC; Candidato a Conselheiro(a) Tutelar, sob o Número de Inscrição: \_\_\_\_\_, tenho ciência das obrigações e responsabilidades inerentes a função de Conselheiro(a) Tutelar de acordo com o Art. 25 itens I, II, III e IV e, Art. 28 da Lei Municipal n° 1.554 de 21 de setembro de 2010.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_

Data Assinatura do candidato

#### ANEXO III

##### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo de Escolha de Membro do Conselho Tutelar de São João do Sul, gestão 2013/2016, que resido no município de São João do Sul há mais de 02 (dois) anos, no seguinte endereço \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Complemento \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

São João do Sul, \_\_\_\_\_ de novembro de 2013.

Assinatura do Candidato



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São José

## PREFEITURA

**Decreto N°1686/2013**

DECRETO N°1686/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital n° 001/2011;

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ROBERTA GERENT VOGES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria da Receita.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 14 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto N° 1.688/2013**

DECRETO N° 1688/2013

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013 da Secretaria de Administração;

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

Nome	Função	Lotação	Data Admissão	CARGA HORÁRIA
Rita de Cássia Francisca da Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Enedina Souza Vieira	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Maria Elizete Saraiva Pereira	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Vera Lúcia Hardt	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Claudia Regina Mallmann de Deus	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Ana Lucia Barbosa	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Berenice Vas	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Valmíria Machado	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Marilda Valeria de Souza	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Tatiana Pereira Saturnino	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Márcia Leites dos Santos	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Maria Madalena dos Santos	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Valmira de Souza	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Erci Pilger	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Isabel Beirão	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Rita de Cássia Bernardino	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Simone Cristina Schultz de Oliveira	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Suede dos Santos Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Vanderléia Fernandes Lutz	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Adelaide Kuhn da Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Angela Maria Schotten Duarte	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Ruth Helena Weber	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Marileia Borba de Souza	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Helena Maria de Souza Rodrigues	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S



Silvana Lucia Cardoso Binotti	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Deizi Bernardes	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Maria Aparecida Hames Barcelos	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Viviane Fernandes Lutz	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Everton Waltrick dos Santos	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Maria de Lourdes Souza	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Joice Rafaela Correa	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Stela Mary Macario	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Sabrina Martins	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Maria Gorete da Silva de Sousa	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Rosana Fátima da Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Rosi Cleia de Souza	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Tatiane Salese da Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Bruna Silveira de Vargas Terra	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Rosania Maria Oliveira da Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Honorio Antonio Moraes Costa	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Maria Helena Zucco	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Anderson Lazaro da Silva	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Rosana Pereira Sarmento	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Claudia Regina da Costa	Agente Serviços Gerais	Educação	20/11/2013	40H/S
Antonio Carlos dos Santos Pires	Agente Serviços Gerais	Infraestrutura	20/11/2013	40H/S
Luiz Arthur Ventura Cazonatti	Agente Serviços Gerais	Fundação de Esportes	20/11/2013	40H/S
Emerson Nunes Marques	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Aldenor Fernandes	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Izidoro Schmitz Neto	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Teresinha Martins da Silva	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Mercia Simone Rachadel	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Guilherme de Souza	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Dalmy Custódio dos Santos	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Administração	20/11/2013	40H/S
Gisele Madalena de Souza	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	20/11/2013	40H/S
Sonia Maria Torres	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	20/11/2013	40H/S
Maria Eucaristia de Souza Oliveira	Agente serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	20/11/2013	40H/S
Paulo Roberto Souza Mazarem	Motorista	Secretaria de Assistência Social	20/11/2013	40H/S
Vera Lucia Vieira	Agente Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	20/11/2013	40H/S
Sandra de Souza	Agente Serviços Gerais	Fundação do Meio Ambiente	20/11/2013	40H/S
Thaine Aparecida Silva Machado	Agente Serviços Gerais	Fundação Esportes	20/11/2013	40H/S
Clara Aparecida Xavier Mendes da Luz	Agente Serviços Gerais	Fundação de Esportes	20/11/2013	40H/S
Maria de Lourdes Correia	Agente Serviços Gerais	Secretaria da Saúde	20/11/2013	40H/S
Maria Salete Mangrich	Agente Serviços Gerais	Fundação Educacional	20/11/2013	40H/S

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### Convênio NO 098/PMSJ/SEMAS/FIA/2013

CONVÊNIO NO 098/PMSJ/SEMAS/FIA/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ E A ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DA SÍNDROME DE DOWN – AMIGO DOWN.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. JOSÉ NATAL PEREIRA, portador da C.I. nº 297.605, inscrito no CPF nº 245.489.879-91, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ, representado pela Gestão do FIA,



neste ato representado pela Sr<sup>a</sup> LUCIANA PEREIRA DA SILVA, Secretária Adjunta Municipal de Assistência Social, portadora da C.I. nº 2.789.795-8, inscrita no CPF nº 801.016.749-53, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Associação Dos Portadores Da Síndrome De Down – Amigo Down, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 85.306.991/0001-98, estabelecido(a) à Rua Nove de Julho, 900, Bairro Ipiranga, São José/SC, representado pelo(a) Presidente, Sr<sup>a</sup> RENATA TRILHA ÁVILA, portadora da C.I. nº 3585471, CPF nº 027942709-31, ajustam o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Resolução nº 019/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o presente convênio destina-se à concessão à CONVENIENTE de repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados, conforme o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, à “adaptação no atendimento aos usuários”. Possui como objetivo geral a aquisição de materiais e equipamentos com vistas a oferecer um Centro de Atendimento e apoio com maiores recursos direcionados para o desenvolvimento e integração das pessoas com Síndrome de Down, além melhorar suas potencialidades; oportunizar o crescimento e desenvolvimento físico, psicológico e pessoal dos alunos através da estimulação com filmes e a rede social; desenvolver atividades recreativas dentro e fora da instituição, estimulando a integração, o lazer ativo e uma melhor qualidade de vida; acesso a rede social e as atualidades disponíveis; registro de fotos dos momentos importantes dos usuários e seus familiares junto a instituição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na ordem total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) em uma única parcela. Os recursos financeiros serão repassados através do Órgão/Unidade: 2701, Projeto Atividade 2432, Elemento Despesa 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0040.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na Cláusula Primeira - à “adaptação no atendimento aos usuários” -, observado estritamente o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convenial.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda;  
Prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos programas que estejam relacionados com o objeto deste convênio;  
Fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados;  
Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;  
Prorrogar “de ofício” a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;  
Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;  
Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- a) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;
- b) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outro fim, senão o previsto na Cláusula Terceira deste instrumento;
- c) Entregar à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na cláusula seguinte;
- d) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;
- f) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- g) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior ao do presente instrumento;
- h) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;
- i) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pela diretoria da CONCEDENTE;
- j) Ter uma conta específica para este convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- a) - Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;
- b) - Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:  
Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;  
Nome e endereço da Entidade;  
Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;  
Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;  
A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.
- c) - Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.
- d) - Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;
- e) - Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono;
- f) - Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF e do INSS, do mês de assinatura do convênio.
- g) - Entrega de três (03) orçamentos dos produtos utilizados na realização do projeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.  
Parágrafo-Único – Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da

consecução do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA– DA RESCISÃO:

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Parágrafo-Único – Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO:

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de trinta (30) dias após o recebimento da parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA primeira - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 07 de novembro de 2013.

JOSÉ NATAL PEREIRA LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício Secretária Adjunta de Assistência Social

P/ CONVENIENTE: \_\_\_\_\_  
RENATA TRILHA ÁVILA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### Termo Aditivo/TA N° 337/2011-03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 337/2011-03 – CC 001/2011 – Processo 068/2011 – Contratado: SETEP Construções S/A. Objeto: contratação de empresa de engenharia, para a execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçadas em concreto e drenagem, em vias públicas do Município de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução por mais 03 (três) meses e de vigência por mais 04 (quatro) meses, iniciando a partir de 19/11/2013. Data da assinatura: 24 de outubro de 2013.

#### Decreto N° 1685/2013

DECRETO N° 1685/2013

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, “a pedido”, CAMILLE MACEDO NUNES WEISER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, matrícula nº 32.286, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2013.

Paço Municipal, em São José (SC), 31 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### Decreto N° 1691/2013

DECRETO N° 1691/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, DIEGO DE MESQUITA ANDRADE do cargo de Coordenador de Análise Técnica – CCM5, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### Convênio N0 093/Pmsj/Semas/FIA/2013

CONVÊNIO N0 093/PMSJ/SEMAS/FIA/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ E A SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS – EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São

José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 08.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. JOSÉ NATAL PEREIRA, portador da C.I. nº 297.605, inscrito no CPF nº 245.489.879-91, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ, representado pela Gestão do FIA, neste ato representado pela Sr<sup>a</sup> LUCIANA PEREIRA DA SILVA, Secretária Adjunta Municipal de Assistência Social, portadora da C.I. nº 2.789.795-8, inscrita no CPF nº 801.016.749-53, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis – Educandário Santa Catarina, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 79.427.944.0001-08, estabelecido(a) à Rua João Grumiche, s/nº, Roçado, São José/SC, representado pelo(a) Presidente, Sr<sup>a</sup> MARLY ZILIO GOMES, portadora da C.I. nº 516174, CPF nº 22066713953, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Resolução nº 012/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o presente convênio destina-se à concessão à CONVENIENTE de repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados, conforme o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, à "atualização de material de odontopediatria e educação para saúde bucal, segmento despertar – espaço criança III". Objetiva a aquisição de materiais para a assistência dentária; prestação de atendimento social, odontológico, saúde, psicológico e pedagógico às crianças visando à garantia de seus direitos básicos; oferecer no contraturno escolar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 100 crianças de 06 a 11 anos pertencentes a famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na ordem total de R\$ 4.766,89 (quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos) em uma única parcela. Os recursos financeiros serão repassados através do Órgão/Unidade: 2701, Projeto Atividade 2432, Elemento Despesa 3.3.50.43.00.00.00.0.00.01.0040.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na Cláusula Primeira - "atualização de material de odontopediatria e educação para saúde bucal, segmento despertar – espaço criança III" -, observado estritamente o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convencional.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda;  
Prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos programas que estejam relacionados com o objeto deste convênio;  
Fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados;  
Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;  
Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;  
Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;

Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- a) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;
- b) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outro fim, senão o previsto na Cláusula Terceira deste instrumento;
- c) Entregar à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na cláusula seguinte;
- d) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;
- f) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- g) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior ao do presente instrumento;
- h) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;
- i) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pela diretoria da CONCEDENTE;
- j) Ter uma conta específica para este convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- a) - Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;
- b) - Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:  
Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;  
Nome e endereço da Entidade;  
Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;  
Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;  
A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.
- c) - Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.
- d) - Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;
- e) - Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono;
- f) - Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF e do INSS, do mês de assinatura do convênio.
- g) - Entrega de três (03) orçamentos dos produtos utilizados na realização do projeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

Parágrafo-Único – Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA– DA RESCISÃO:

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Parágrafo-Único – Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO:

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 07/11/2013 a 20/12/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA primeira - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 07 de novembro de 2013.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Secretária Adjunta de Assistência Social

P/CONVENIENTE: \_\_\_\_\_

MARLY ZILIOOTTO GOMES

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### Decreto N° 1.689/2013

DECRETO Nº 1689/2013

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA LEILÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão permanente para Leilão de Veículos, Equipamentos e Bens Inservíveis do Município de São José/SC:

Presidente: WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Vice Presidente: MANOEL PORTO DO LAGO

Secretária: KELEN BITTENCOURT

Membro: ADRIANA SILVA PACHECO PEDRO

Membro: MONICA BARCELLA

Membro: LUIZ CARLOS DAMS JUNIOR

Membro: OSVALDO PEIXOTO

Membro: ETELVINO WERLICH

Art. 2º – Ficam concedidos à Comissão, poderes para assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos legais para o certame e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da realização dos Leilões.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### Convênio NO 094/PMSJ/SEMAS/FIA/2013

CONVÊNIO Nº 094/PMSJ/SEMAS/FIA/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ E A SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS – EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. JOSÉ NATAL PEREIRA, portador da C.I. nº 297.605, inscrito no CPF nº 245.489.879-91, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ, representado pela Gestão do FIA, neste ato representado pela Srª LUCIANA PEREIRA DA SILVA, Secretária Adjunta Municipal de Assistência Social, portadora da C.I. nº 2.789.795-8, inscrita no CPF nº 801.016.749-53, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis – Educandário Santa Catarina, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 79.427.944.0001-08, estabelecido(a) à Rua João Grumiche, s/nº, Roçado, São José/SC, representado pelo(a) Presidente, Srª MARLY ZILIOOTTO GOMES, portadora da C.I. nº 516174, CPF nº 22066713953, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Resolução nº 013/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o presente convênio



destina-se à concessão à CONVENIENTE de repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados, conforme o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, à "aquisição de playground, segmento despertar". Objetiva a aquisição e 01 "playground", proporcionando lazer às crianças com vistas a auxiliar no desenvolvimento físico, mental, social, etc.; oferecer no contraturno escolar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 100 crianças de 06 a 11 anos pertencentes a famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na ordem total de R\$ 24.390,00 (vinte e quatro mil, trezentos e noventa reais) em uma única parcela. Os recursos financeiros serão repassados através do Órgão/Unidade: 2701, Projeto Atividade 2432, Elemento Despesa 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0040.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na Cláusula Primeira - "aquisição de playground, segmento despertar" -, observado estritamente o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convenial.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda;

Prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos programas que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

Fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados;

Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;

Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;

Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

a) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;

b) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outro fim, senão o previsto na Cláusula Terceira deste instrumento;

c) Entregar à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na cláusula seguinte;

d) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;

e) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;

f) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;

g) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior ao do presente instrumento;

h) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;

i) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pela diretoria da CONCEDENTE;

j) Ter uma conta específica para este convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

a) - Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;

b) - Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:

Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;

Nome e endereço da Entidade;

Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;

Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;

A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.

c) - Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.

d) - Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;

e) - Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono;

f) - Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF e do INSS, do mês de assinatura do convênio.

g) - Entrega de três (03) orçamentos dos produtos utilizados na realização do projeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

Parágrafo-Único - Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA- DA RESCISÃO:

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Parágrafo-Único - Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO:

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de

07/11/2013 a 20/12/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA primeira - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 07 de novembro de 2013.  
JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal em exercício

LUCIANA PEREIRA DA SILVA  
Secretária Adjunta de Assistência Social

P/CONVENIENTE: \_\_\_\_\_  
MARLY ZILIOOTTO GOMES

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### Decreto N°1687/2013

DECRETO N°1687/2013  
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital n° 001/2011;

#### DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LUCIENNE MARA BATTISTI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria de Finanças.

Art. 2º– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 14 de novembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### Termo Aditivo/TA N° 335/2011-03

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA n° 335/2011-03 – CC 001/2011 – Processo 068/2011 – Contratado: Britagem Vogelsanger Ltda. Objeto: contratação de empresa de engenharia, para a execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçadas em concreto e drenagem, em vias públicas do Município de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução e vigência por mais 03 (três) meses, iniciando a partir de 19/11/2013. Data da assinatura: 22 de outubro de 2013.

#### Decreto N° 1690/2013

DECRETO N° 1690/2013  
DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA FUNÇÃO DE ASSESSOR DO CORREGEDOR-GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º, inciso II da Lei N.º 5.215 de 09 de Julho de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o servidor ANDERSON DE CAMPOS, Matrícula 15.692 para exercer a função de ASSESSOR DO CORREGEDOR-GERAL da Guarda Municipal de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### Convênio NO 095/Pmsj/Semas/FIA/2013

CONVÊNIO NO 095/PMSJ/SEMAS/FIA/2013  
CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ E A SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS – EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o no 82.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. JOSÉ NATAL PEREIRA, portador da C.I. no 297.605, inscrito no CPF no 245.489.879-91, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ, representado pela Gestão do FIA, neste ato representado pela Srª LUCIANA PEREIRA DA SILVA, Secretária Adjunta Municipal de Assistência Social, portadora da C.I. n° 2.789.795-8, inscrita no CPF n° 801.016.749-53, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis – Educandário Santa Catarina, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o no 79.427.944.0001-08, estabelecido(a) à Rua João Grumiche, s/n°, Roçado, São José/SC, representado pelo(a) Presidente, Srª MARLY ZILIOOTTO GOMES, portadora da C.I. no 516174, CPF no 22066713953, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Em observância à Resolução nº 014/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o presente convênio destina-se à concessão à CONVENIENTE de repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados, conforme o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, à "segurança, segmento despertar – espaço criança II". Objetiva a aquisição de materiais para segurança, eletrodomésticos e móveis, além da construção de um banheiro para cadeirante; oferecer no contraturno escolar serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 100 crianças de 06 a 11 anos pertencentes a famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na ordem total de R\$ 37.187,66 (trinta e sete mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos) em uma única parcela. Os recursos financeiros serão repassados através do Órgão/Unidade: 2701, Projeto Atividade 2432, Elemento Despesa 3.3.50.43.00.00.00.00.00.01.0040.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na Cláusula Primeira - "segurança, segmento despertar – espaço criança II" -, observado estritamente o Projeto Técnico / Plano de Aplicação, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convenial.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda;

Prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos programas que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

Fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados;

Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;

Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;

Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE**

a) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;

b) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outro fim, senão o previsto na Cláusula Terceira deste instrumento;

c) Entregar à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na cláusula seguinte;

d) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;

e) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;

- f) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- g) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior ao do presente instrumento;
- h) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;
- i) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pela diretoria da CONCEDENTE;
- j) Ter uma conta específica para este convênio.

**CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

a) - Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;

b) - Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:

Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;

Nome e endereço da Entidade;

Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;

Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;

A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.

c) - Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.

d) - Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;

e) - Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono;

f) - Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF e do INSS, do mês de assinatura do convênio.

g) - Entrega de três (03) orçamentos dos produtos utilizados na realização do projeto.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

Parágrafo-Único – Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

**CLÁUSULA OITAVA– DA RESCISÃO:**

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Parágrafo-Único – Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA NONA – DAS DÚVIDAS**

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas

pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO:

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 07/11/2013 a 20/12/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA primeira - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 07 de novembro de 2013.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

LUCIANA PEREIRA DA SILVA

Secretária Adjunta de Assistência Social

P/CONVENENTE: \_\_\_\_\_

Marly Ziliotto Gomes

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### Decreto N° 1693/2013

DECRETO N° 1693/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada, ALINE PANDOLFO, para exercer o cargo de Coordenador de Análise Técnica – CCM5, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### Decreto N° 1692/2013

DECRETO N° 1692/2013

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, DIEGO DE MESQUITA ANDRADE para exercer o cargo de Assessor Técnico Jurídico – CCM8, com lotação na Procuradoria Geral, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

**Decreto N° 4.766, de 18 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº4.766, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar -por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e no inciso II, §1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.049 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0064	11	Aplicação Direta	R\$ 60.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013 e o inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de novembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório N° 006/2013, Modalidade Pregão Presencial N° 006/2013 - FMS**

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Saúde, Sr. Sérgio Hentz, brasileiro, casado, portador do RG nº 17/R 1.693.579 e inscrito no CPF sob nº 492.474.509-00, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LS MERCADO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 925, sala, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.841.640/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Neusa Ana Gabriel, brasileira, empresária, inscrita no CPF sob nº 729.866.979-68 e portadora de Cédula de Identidade sob nº 12/R-2.168.061, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 006/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2013 - FMS, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 24,73% (vinte e quatro vírgula setenta e três por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa complementar a quantidade de materiais de higiene, limpeza e cozinha a serem utilizados pelas ESFs e Policlínica Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.022,50 (um mil e vinte e dois reais e cinquenta centavos) o que perfaz aproximadamente 24,73% (vinte e quatro vírgula setenta e três por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 006/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2013 - FMS, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA COZINHA PARA USO NAS ESFs E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Contratada: LS MERCADO LTDA ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VL R UNIT.	VALOR TOTAL
07	Cotonete caixa com 75 unidades	05	R\$ 0,89	R\$ 4,45





14	Rodo de espuma	12	R\$ 3,70	R\$ 44,4
18	Vassoura de nylon	02	R\$ 2,73	R\$ 5,46
19	Escova para limpeza de unha	07	R\$ 2,05	R\$ 14,35
22	Inseticida aerossol 300ml	01	R\$ 5,34	R\$ 5,34
23	Sabão em barra	17	R\$ 0,89	R\$ 15,13
28	Cravo da índia em grão 12g	05	R\$ 1,14	R\$ 5,70
29	Filme de pvc 28cm x 30m rolo	02	R\$ 2,25	R\$ 4,50
34	Saco plástico royalpak 23 x 36 xm c/ 100	03	R\$ 2,48	R\$ 7,44
35	Café em pó 500g extra forte	95	R\$ 9,45	R\$ 897,75
36	Papel alumínio rolo 45 x 4m	07	R\$ 2,00	R\$ 14,00
44	Rodo de borracha aprox. 45cm sem cabo	01	R\$ 3,98	R\$ 3,98
TOTAL				R\$ 1.022,50

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.022,50 (um mil e vinte e dois reais e cinquenta centavos).  
São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

NEUSA ANA GABRIEL

Ls Mercado Ltda Me

SÉRGIO HENTZ

Secretário Municipal de Saúde

#### **Extrato da Ata do Processo Licitatório N° 013/2013 - IcsI**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/2013 - ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório N° 013/2013 – Pregão Presencial N° 007/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO NATAL 2013, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE PALCO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ITENS PARA INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA E MANUTENÇÃO DAS MESMAS.

FORNECEDOR:ACACIA LTDA – ME - CNPJ: 12.672.329/0001-88.

VALOR:39.470,00 (trinta e nove mil quatrocentos e setenta reais).

FORNECEDOR:PROJETEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP - CNPJ: 82.095.456/0001-47.

VALOR:16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

FORNECEDOR:WEBER SEGURANÇA LTDA ME - CNPJ: 07.544.527/0001-26.

VALOR:4.095,00 (quatro mil e noventa e cinco reais).

FORNECEDOR:P.A. SONORIZAÇÃO E ESTOFARIA LTDA ME - CNPJ: 10.621.526/0001-42.

VALOR:36.700,00 (trinta e seis mil e setecentos reais).

FORNECEDOR:ON SERVIÇOS DE PROPAGANDA LTDA ME - CNPJ: 13.337.567/0001-08.

VALOR:8.300,00 (oito mil e trezentos reais).

TOTAL:105.365,00 (cento e cinco mil e trezentos e sessenta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA:13/11/2013.

VIGÊNCIA:13/11/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49)3344-8588.

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais – 11/11/2013 A 14/11/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 11/11/2013 até 14/11/2013

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>541.788,51</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	186.173,23
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	65,71
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	65,71
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	39,42
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	16,43
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	9,86
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	186.107,52
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	47.801,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Saúde da Família - SF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	77.863,43
4.1.7.2.1.33.12.00.00	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	33.000,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Saúde Mental - CAPS	5.661,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	200.295,66
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	200.295,66
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	120.177,40
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	80.118,26
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	155.332,76
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	155.332,76
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-13,14
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-13,14
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-13,14

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/11/2013

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N.º 015/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N.º 015/2013, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CLARICIA ELIANI KNISS.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhorita CLARICIA ELIANI KNISS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob N.º 005.480.159-10, residente e domiciliada a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº 141 – Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula nona do contrato de trabalho nº. 015/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterada temporariamente a carga horária de 20 horas para 30 horas semanais, no período de 18/11/2013 a 13/12/2013, devido à necessidade de atendimento junto às crianças do C.E.I. Frei Ático.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 18 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

### Portaria N.º 312/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 312/2013  
Concede férias ao servidor EMERSON DE OLIVEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor EMERSON DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 18/11/2013 a 17/12/2013, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### Portaria N.º 313/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 313/2013

Concede férias à servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 18/11/2013 a 17/12/2013, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Schroeder

## PREFEITURA

## Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 27/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 23/2013

Número do Registro de Preços: 23/2013      Data do Registro: 18/11/2013      Válido até: 18/11/2014

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo endotraqueal n°3,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 3.0 mm, diâmetro externo 4.7 mm, comprimento do tubo 140 mm	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	1,9000	1
2	Tubo endotraqueal n°3,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 3.5, diâmetro externo 5.3 mm, comprimento do tubo: 160 mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	1,9000	1
3	Tubo endotraqueal n°4,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4,0, diâmetro externo: 6,0, comprimento do tubo 180 mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	1,9000	1
4	Tubo endotraqueal n°4,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.5 mm, diâmetro externo: 6.7 mm, comprimento do tubo 220 mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	1,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 2/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013****Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Tubo endotraqueal nº5,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 5,0mm, diâmetro externo: 7,3 mm, comprimento do tubo: 240 mm	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1
6	Tubo endotraqueal nº5,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curva de magill que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 5,5mm diâmetro externo 8,0mm, comprimento do tubo : 260mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1
7	Tubo endotraqueal nº6,0 com cuff: - Tubo transparente, em PVC, descartável e estéril; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação oral e nasal durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 6,0 mm, diâmetro externo: 8,7mm, comprimento do tubo 280 mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1
8	Tubo endotraqueal nº6,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. diâmetro interno 6,5 mm, diâmetro externo 9,4 mm, comprimento do tubo 280mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013**

Página: 3/8

**Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Tubo endotraqueal nº7,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 7.0mm, diâmetro externo 10.0 mm, comprimento do tubo 300mm	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1
10	Tubo endotraqueal nº8,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 8.0 mm, diâmetro externo 11.0 mm, comprimento do tubo 310 mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1
11	Tubo endotraqueal nº9,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.0 mm, diâmetro externo 12.3 mm, comprimento do tubo 310mm	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	SOLIDOR	0	2,5000	1
12	Tubo endotraqueal nº9,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.5 mm, diâmetro externo 13.3 mm, comprimento do tubo 310 mm.	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED TRAQUE	0	2,5000	1
14	Eletrodo cardiológico cardioclip de membros infantil, transparente fibra.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Bionet	0	33,3500	1
16	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho infantil.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Missouri	0	17,9000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013**

Página: 4/8

**Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho adulto.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Missouri	0	10,7000	1
18	Soro Ringer Lactato. Composição: Cloreto de Sódio - 0,60g, Cloreto de Potássio - 0,030g, Cloreto de Cálcio - 0,02g, Lactato de Sódio - 0,30g. Frascos de polietileno de 500ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Fresenius Kabi	0	2,6500	1
19	Fio para sutura agulhado de nylon monofilamento preto 2/0 45 cm agulha 20 mm 3/8 triangular.	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	SHALON	0	0,9700	1
20	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 1. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SURGIFIX	0	100,0000	1
21	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 3. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SURGIFIX	0	129,0000	1
22	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 5. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SURGIFIX	0	172,0000	1
23	Máscara descartável para procedimentos com elástico. Cor branca.	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	LABOR	0	0,0500	1
24	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho nº18 (18 x 1,3 45mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,5200	1
25	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho nº 20 (20 x 1,1 x 33mm) 61 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,5200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013**

Página: 5/8

**Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Cateter Intravenoso n°22 G. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração (Permanência de até 72 horas na veia). Cateter periférico de uso único, descartável confeccionado em teflon, radiopaco. Constituído de agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, siliconizado flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, conector luer lock codificado em cores, câmara de refluxo em plástico transparente e trama da câmara de refluxo com micro-estrias. Angiocath 22G, calibre 0,8mm, comprimento: 2,5cm, cor azul. Que proporciona conexão segura com o equipo de infusão contínua e permite a infusão intermitente de medicamentos	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,5200	1
27	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho n° 24 (24 x 0,7 x 19mm) 20ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	0,5500	1
28	Avental descartável sem manga branco dimensões 1,00 x 1,30m na gramatura de 20g hipoalergenico 100%. Pacote com 10 unidades.	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	SKY	0	6,9900	1
29	Equipo Multivias Adulto 2 viasLuer Lock; Composição básica Quatro extremidades proximais com conectores luer lock fêmea.Quatro extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha).Três intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso.(POLIFIX 2 vias).	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	VITAL	0	0,4800	1
30	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 11 cm. N°11.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Embramac	0	0,1490	1
31	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 15 cm. N°15	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	MED BLADE	0	0,1500	1
32	Scapl N° 23.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Pharmatex	0	0,1460	1
33	Atadura de crepom 6 cm x 1,20m repouso13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	TEXCARE	0	1,9400	1
34	Atadura de crepom 8 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	2,5200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 6/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013****Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Atadura de crepom 10 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades	PC	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Andreoni Textil	0	3,2200	1
36	Atadura de crepom 12 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	3,8400	1
37	Atadura de crepom 15 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	4,8600	1
38	Atadura de crepom 20 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	TEXCARE	0	6,2500	1
39	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 20 x 5,5. Caixa com 100 unidades.	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SOLIDOR	0	3,9900	1
40	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x 6. Caixa com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	SOLIDOR	0	3,9900	1
41	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 30 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	SOLIDOR	0	3,9900	1
42	Bobinas para empacotamento de artigos odonto e hospitalares para utilização em esterilização em autoclave a vapor. Papel de grau cirúrgico e filme laminado. 80mmx10mts	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	VEDAMAX	0	15,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 7/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013****Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Bobinas para empacotamento de artigos odonto e hospitalares para utilização em esterilização em autoclave a vapor. Papel de grau cirúrgico e filme laminado. 120mmx100mts	UN	DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (7471)	HOSPFLEX	0	35,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 8/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2013****Número do Registro de Preços: 23/2013****Data do Registro: 18/11/2013****Válido até: 18/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2013****PROCESSO Nº 85/2013**

(6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

(7110) - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

(7471) - DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

(7473) - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Schroeder, 18 de Novembro de 2013.

**Extrato de Contrato Registro de Preço N°. 130/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 130/2013-FMS

Processo de licitação nº. 85/2013 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 27/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.501.603/0001-65, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos, nº. 205, sala 02, Centro, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
19	Fio para sutura agulhado de nylon monofilamento preto 2/0 45 cm agulha 20 mm 3/8 triangular.	96	Unidade	0,97	93,12
23	Máscara descartável para procedimentos com elástico. Cor branca.	1000	Unidade	0,05	50,00
28	Avental descartável sem manga branco dimensões 1,00 x 1,30m na gramatura de 20g hipoalergenico 100%. Pacote com 10 unidades.	500	Unidade	6,99	3.495,00
29	Equipo Multivias Adulto 2 viasLuer Lock; Composição básica Quatro extremidades proximais com conectores luer lock fêmea.Quatro extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha). Três intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso.(POLIFIX 2 vias).	500	Unidade	0,48	240,00
33	Atadura de crepom 6 cm x 1,20m repouso13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	1,94	970,00
38	Atadura de crepom 20 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	6,25	3.125,00
40	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 25 x 6. Caixa com 100 unidades.	10	Caixa	3,99	39,90
41	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 30 x 7. Caixa com 100 unidades.	10	Caixa	3,99	39,90
VALOR R\$ TOTAL					8.052,92

Valor do contrato: R\$ 8.052,092 (oito mil, e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Data da Assinatura: 18/11/2013 – Vigência: 18/11/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços N°. 104/2013-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N°. 104/2013-PMS

PROCESSO N°. 225/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para revelação de fotos para a Secretaria de Saúde e Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo, Procon, Conselho Tutelar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de dezembro de 2013 às 10h45min.  
Abertura do Processo: 03 de dezembro de 2013 às 11h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 19 de novembro de 2013.

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **Portaria N° 5.301/2013, de 18 de Novembro de 2013.**

PORTARIA N° 5.301/2013, de 18 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Barbara Lais Junkes em 16 de outubro de 2013;

Considerando a realização do Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS;

Considerando o Decreto n°. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Mirian Massaneiro, para exercer o cargo de Recepcionista, percebendo o nível salarial n° 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar n° 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público n°. 001/2009/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK HALINA TEMOTHIO  
Prefeito Municipal Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Extrato de Contrato Registro de Preço N°. 133/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço n°. 133/2013-FMS

Processo de licitação n°. 85/2013 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 27/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 03.505.263/0001-40 e Inscrição Estadual n° 253.962.625, estabelecida na Rua Gustavo Salinger, n° 702, sala 05, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89030-310.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte

integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
20	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 1. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	30	Caixa	100,00	3.000,00
21	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 3. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	30	Caixa	129,00	3.870,00
22	Rede tubular elástica (bandagem malha) para fixação de curativos, NÚMERO 5. Composição: confeccionada em fios de poliéster, poliamida e látex ou material igual ou superior ao descrito. Caixa com 25 metros esticados e/ou 10 m em repouso/linear.	30	Caixa	172,00	5.160,00
24	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho n° 18 (18 x 1,3 45mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	400	Unidade	0,52	208,00
25	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho n° 20 (20 x 1,1 x 33mm) 61 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	500	Unidade	0,52	260,00
26	Cateter Intravenoso n°22 G. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração (Permanência de até 72 horas na veia). Cateter periférico de uso único, descartável confeccionado em teflon, radiopaco. Constituído de agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, siliconizado flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, conector luer lock codificado em cores, câmara de refluxo em plástico transparente e trama da câmara de refluxo com micro-estrias. Angiocath 22G, calibre 0,8mm, comprimento: 2,5cm, cor azul. Que proporciona conexão segura com o equipo de infusão contínua e permite a infusão intermitente de medicamentos.	500	Unidade	0,52	260,00
27	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho n° 24 (24 x 0,7 x 19mm) 20ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	500	Unidade	0,55	275,00
34	Atadura de crepom 8 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	2,52	1.260,00
36	Atadura de crepom 12 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	800	Pacote	3,84	3.072,00
37	Atadura de crepom 15 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	500	Pacote	4,86	2.430,00
39	Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 20 x 5,5. Caixa com 100 unidades.	10	Caixa	3,99	39,90
42	Bobinas para empacotamento de artigos odonto e hospitalares para utilização em esterilização em autoclave a vapor. Papel de grau cirúrgico e filme laminado. 80mmx10mts	10	Unidade	15,00	150,00
VALOR R\$ TOTAL					19.984,90

Valor do contrato: R\$ 19.984,90 (dezenove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 18/11/2013 – Vigência: 18/11/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Inexigibilidade N° 04/2013-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> Nr.: 4/2013 - IL
	<b>Processo Nr.: 98/2013</b> <b>Data: 14/11/2013</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> LIBERTE VEÍCULOS LTDA. Endereço: RUA PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 01.796.973/0004-94	<b>Código:</b> 10629  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa para revisão de veículo Renault Master placa MKN 0196 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	evisão de veículo Renault Master placa MKN 0196	UN	416,55	416,55

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**JUSTIFICATIVA**

Revisão de veículo Renault Master placa MKN - 0196, a urgência desta revisão se dá devido a alta necessidade da Secretaria de Saúde a Assistência Social em utilizar este veículo para transporte de pacientes, e como a quilometragem está a maior (ultrapassou os 7000 KM) que seria a recomendada para a revisão. Como a Secretaria está defasada por ter veículos em manutenção, necessita de máxima urgência desta revisão para que possa fazer o transporte de pacientes e atender a demanda de emergências do Município de Schroeder. Neste processo há somente um orçamento devido a Concessionária Renault ter vendido o veículo em questão, e se a revisão for feita em outro local, perde-se e a garantia do veículo.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 14 de Novembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 4/2013 - IL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 98/2013  
Data: 14/11/2013**

Folha: 2/2

12/11/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 12 de Novembro de 2013

**Valor da Despesa:**

416,55 (quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

**Extrato de Contrato Registro de Preço N° 132/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 132/2013-FMS

Processo de licitação nº. 85/2013 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 27/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 05.531.725/0001-20, estabelecida na Avenida Ary Miguel da Silveira, nº 391, Brejaru, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.133-500.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Tubo endotraqueal nº 3,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 3.0 mm, diâmetro externo 4.7 mm, comprimento do tubo 140 mm	20	Unidade	1,90	38,00
02	Tubo endotraqueal nº 3,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 3.5, diâmetro externo 5.3 mm, comprimento do tubo: 160 mm.	20	Unidade	1,90	38,00
03	Tubo endotraqueal nº 4,0 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.0, diâmetro externo: 6.0, comprimento do tubo 180 mm.	20	Unidade	1,90	38,00
04	Tubo endotraqueal nº 4,5 sem cuff: - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, descartável, estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência ; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondada, atraumática, possuindo olho de Murphy, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4.5 mm, diâmetro externo: 6.7 mm, comprimento do tubo 220 mm.	20	Unidade	1,90	38,00

05	Tubo endotraqueal nº 5,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 5.0mm, diâmetro externo: 7.3 mm, comprimento do tubo: 240 mm.	20	Unidade	25,00	50,00
06	Tubo endotraqueal nº 5,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curva de magill que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 5,5mm diâmetro externo 8.0mm, comprimento do tubo : 260mm.	20	Unidade	25,00	50,00
07	Tubo endotraqueal nº 6,0 com cuff: - Tubo transparente, em PVC, descartável e estéril; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação oral e nasal durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff , de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 6.0 mm, diâmetro externo: 8.7mm, comprimento do tubo 280 mm.	20	Unidade	25,00	50,00
08	Tubo endotraqueal nº 6,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 6.5 mm, diâmetro externo 9.4 mm, comprimento do tubo 280mm.	20	Unidade	25,00	50,00
09	Tubo endotraqueal nº 7,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 7.0mm, diâmetro externo 10.0 mm, comprimento do tubo 300mm	20	Unidade	25,00	50,00
10	Tubo endotraqueal nº 8,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 8.0 mm, diâmetro externo 11.0 mm, comprimento do tubo 310 mm.	20	Unidade	25,00	50,00
11	Tubo endotraqueal nº 9,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.0 mm, diâmetro externo 12.3 mm, comprimento do tubo 310mm	20	Unidade	25,00	50,00

12	Tubo endotraqueal nº 9,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril translúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação, Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9.5 mm, diâmetro externo 13.3 mm, comprimento do tubo 310 mm.	20	Unidade	25,00	50,00
31	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 15 cm. Nº 15.	400	Unidade	0,15	60,00
43	Bobinas para empacotamento de artigos odonto e hospitalares para utilização em esterilização em autoclave a vapor. Papel de grau cirúrgico e filme laminado. 120mmx100mts	30	Unidade	35,00	1.050,00
VALOR R\$ TOTAL					1.662,00

Valor do contrato: R\$ 1.662,00 (um mil, seiscentos e sessenta e dois reais).

Data da Assinatura: 18/11/2013 – Vigência: 18/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 239/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 239/2013 - PMS

Processo de licitação nº. 189/2013 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA ,inscrita no CNPJ sob o no 75.415.075/0002-13, estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, nº. 1450, Bairro Corticeira, na Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Óleo Diesel/S500	25.000	Litro	2,20	55.000,00
TOTAL R\$					55.000,00

Valor do contrato: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Data da Assinatura: 14/11/2013 – Vigência: 14/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços Pregão Presencial N° 83/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 68/2013****Número do Registro de Preços: 68/2013****Data do Registro: 14/11/2013****Válido até: 14/11/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; S

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum	LT	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	2,8300	1
2	Álcool Comum	LT	POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	2,3700	1
3	ÓLEO DIESEL/S500	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)		0	2,2000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2013****Número do Registro de Preços: 68/2013****Data do Registro: 14/11/2013****Válido até: 14/11/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; S

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)		0	2,3600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 68/2013****Número do Registro de Preços: 68/2013****Data do Registro: 14/11/2013****Válido até: 14/11/2014**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; S

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2013****PROCESSO Nº 189/2013**

(9634) - POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13

(10452) - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Schroeder, 14 de Novembro de 2013.



**Extrato de Contrato Registro de Preço N° 131/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 131/2013-FMS

Processo de licitação nº. 85/2013 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 27/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
14	Eletrodo cardiológico cardioclip de membros infantil, transparente fibra.	6	Unidade	33,35	200,10
16	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho infantil.	6	Unidade	17,90	107,40
17	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho adulto.	6	Unidade	10,70	64,20
18	Soro Ringer Lactato. Composição: Cloreto de Sódio – 0,60g, Cloreto de Potássio – 0,030g, Cloreto de Cálcio – 0,02g, Lactato de Sódio – 0,30g. Frascos de polietileno de 500ml.	24	Unidade	2,65	63,60
30	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 11 cm. Nº 11.	400	Unidade	0,149	59,60
32	Scapl Nº 23.	2000	Unidade	0,146	292,00
35	Atadura de crepom 10 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades	800	Pacote	3,22	2.576,00
VALOR R\$ TOTAL					3.362,90

Valor do contrato: R\$ 3.362,90 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 18/11/2013 – Vigência: 18/11/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Registro de Preço N° 238/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 238/2013 - PMS

Processo de licitação nº. 189/2013 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: POSTO AGRICOPEL LTDA – FILIAL 13, inscrita no CNPJ sob o no 83.488.882/0014-28, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco nº. 3490, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Gasolina Comum	50.000	Litro	2,83	141.500,00
02	Álcool Comum	2.500	Litro	2,37	5.925,00
TOTAL R\$					147.425,00

Valor do contrato: R\$ 147.425,00 (cento e quarenta e sete mil e quatrocentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 14/11/2013 – Vigência: 14/11/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Registro de Preço N° 131/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 131/2013-FMS

Processo de licitação nº. 85/2013 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 27/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para os postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
14	Eletrodo cardiológico cardioclip de membros infantil, transparente fibra.	6	Unidade	33,35	200,10
16	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho infantil.	6	Unidade	17,90	107,40
17	Eletrodo de sucção para pino banana + pera tamanho adulto.	6	Unidade	10,70	64,20
18	Soro Ringer Lactato. Composição: Cloreto de Sódio – 0,60g, Cloreto de Potássio – 0,030g, Cloreto de Cálcio – 0,02g, Lactato de Sódio – 0,30g. Frascos de polietileno de 500ml.	24	Unidade	2,65	63,60
30	Lâmina de bisturi aço inox - est. Cobalto 60 x 11 cm. Nº 11.	400	Unidade	0,149	59,60
32	Scapl Nº 23.	2000	Unidade	0,146	292,00
35	Atadura de crepom 10 cm x 1,20m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades	800	Pacote	3,22	2.576,00
VALOR R\$ TOTAL					3.362,90

Valor do contrato: R\$ 3.362,90 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).

Data da Assinatura: 18/11/2013 – Vigência: 18/11/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Extrato Contratual N° 108-2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2013	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.:	108/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens n° 17 e 21, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital PP n° 052/2013. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão n° 052/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor .....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 12.200,00 (Doze mil e duzentos reais).
Vigência....	19/11/2013 à 30/12/2013.
Dotação .....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico – Despesa 50 - 44.90.00 DR 0002 - 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde- Despesa 8 – DR 0002 44.90.00 prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.
SERRA ALTA, 19 de novembro de 2013.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### Extrato Contratual N° 113-2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2013	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.:	113/2013

Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens n° 05, 06, 09, 13, 18, 19 e 20, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital PP n° 052/2013. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão n° 052/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor .....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 13.702,90 (Treze mil, setecentos e dois reais e noventa centavos).
Vigência....	19/11/2013 à 30/12/2013.
Dotação .....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico – Despesa 50 - 44.90.00 DR 0002 - 2.200 – Manutenção do Gabinete do Prefeito – Despesa 3 – 44.90.00 DR 0001 - 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde- Despesa 10 – DR 0034 44.90.00 prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.
SERRA ALTA, 19 de novembro de 2013.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### Extrato Contratual N° 109/2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2013	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.:	109/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA



Contratada	COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA ME.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer o item nº 02, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital PP nº 052/2013. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 052/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor .....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais).
Vigência....	19/11/2013 á 30/12/2013.
Dotação .....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico – Despesa 50 - 44.90.00 DR 0002 prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.
SERRA ALTA, 19 de novembro de 2013.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**Extrato Contratual N° 110/2013**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2013	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.: 110/2013	
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 07, 08, 10 e 12, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital PP nº 052/2013. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 052/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

Valor .....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.780,00 (Seis mil, setecentos e oitenta reais).
Vigência....	19/11/2013 á 30/12/2013.
Dotação .....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Despesa 10 – DR 0034 44.90.00 prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.
SERRA ALTA, 19 de novembro de 2013.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**Extrato Contratual N° 111/2013**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2013	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.: 111/2013	
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	MB CATARINENSE LTDA ME.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01, 14, 15 e 16, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital PP nº 052/2013. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 052/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor .....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 5.834,00 (Cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais).

Vigência....	19/11/2013 á 30/12/2013.
Dotação .....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico – Despesa 50 - 44.90.00 DR 0002 – 2.400 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças – Despesa 25 – 44.90.00 DR 0001 - 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde- Despesa 10 – DR 0034 44.90.00 prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.
SERRA ALTA, 19 de novembro de 2013.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**Extrato Contratual N° 112/2013**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2013	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.:	112/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	PAULINÉIA LOTTERMANN REIS ME.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens n° 03, 04 e 11, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital PP n° 052/2013. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão n° 052/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor .....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.970,00 (Dois mil, novecentos e setenta reais).
Vigência....	19/11/2013 á 30/12/2013.
Dotação .....	As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Despesa 10 – DR 0034 44.90.00 prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

SERRA ALTA, 19 de novembro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

**Sombrio****PREFEITURA****Decreto 202/13**

DECRETO N° 202 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea "d" da Lei n° 1.414 de 20 de Maio de 2003.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor AMILTO DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Executivo, Nível DAI – 03.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica Revogado o Decreto n° 081, de 01 de março de 2013.

Município de Sombrio-SC, 13 de novembro de 2013.  
ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

JOSÉ SIDNEI JANUÁRIO  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



Programa de  
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### Portaria 94/2013

PORTARIA Nº 92, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013.  
CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio a Servidora ANALOR PANATTO NÁPOLI, matrícula nº 357, ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, por um período de 180 dias referente ao período aquisitivo 2003 a 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Novembro de 2013.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 179/2013

DECRETO Nº. 179, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida ANALICE PIZZOLO STECANELLA, CPF: 814.069.089-91 e RG: 1.444.253-1, para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo - 40 hs, Nível 0990, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 178/2013

DECRETO Nº 178, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DEMITE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam demitidos os Servidores abaixo identificados do Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

ANALICE PIZZOLO STECANELLA MATRICULA 2796	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SIRLENE DALPONT DA SILVA MATRICULA 2822	MONITOR DE CRECHE E PRÉ ESCOLAR

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial Nº 07/2013

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013  
PROCESSO LICITATORIO Nº 15/2013

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Germano Brandes, 711, sala 11, Centro, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 09/2013, de 18/02/2013, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93 procedeu à abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 07/2013, objeto do Processo Licitatório nº 15/2013, destinado à contratação empresa especializada para promover a limpeza do prédio da nova sede da Câmara Municipal de Timbó, situado na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), conforme Anexo I, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo III, do Edital de Pregão Presencial nº 07/2013. Aberta a sessão pública do Pregão no horário estabelecido pelo Edital, o Pregoeiro constatou que nenhuma empresa acudiu ao chamado da Câmara Municipal de Timbó, restando deserta a licitação. Nada mais havendo a relatar, o Pregoeiro encerrou a Sessão com a lavratura desta ata, assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes presentes. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PREGOEIRO:  
AILTON BERTOLDI

Equipe de Apoio:  
EVERTON BICA PEDROSO CLARA WEISS RONCALIO  
RUBEN PARNO

**Termo de Homologação - Processo Licitatório : 16/2013 - Pregão Presencial N° 08/2013**

Termo de Homologação

Processo Licitatório : 16/2013.

Modalidade: Pregão Presencial nº 08/2013.

Objeto: Aquisição de armários, mesas, gaveteiro e persianas para a Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbó, Rubens Borchardt, CPF nº 381.777.579-20, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo na Lei 8.666/93, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa o Processo Licitatório nº 16/2013.

Timbó, 18 de Novembro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

**SAMAE****Portaria N. SAMAE- 116, de 07 de Novembro de 2013**

PORTARIA N. SAMAE- 116, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JEFERSON LEANDRO STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	07/11/1995	105.760.319-40	44 horas	08/11/2013 a 31/12/2013
JANETE APARECIDA COLARITES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/06/1978	042.557.449-04	44 horas	11/11/2013 a 31/12/2013
ADRIANO OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	01/05/1987	062.415.999-99	44 horas	07/11/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de novembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**Turvo****PREFEITURA****Portaria 304/2013**

PORTARIA Nº 304/13, de 14 de Novembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas



semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
2762	Solange Aparecida Barbosa Correa	025.662.369-41

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 14 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 301/2013

PORTARIA Nº 301/13, de 13 de Novembro de 2013.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 13.11.2013 a 12.12.2013, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1260	Maria Isolete Alexandre	01.07.2011 a 30.06.2012
1858	Gisele Pereira Manenti	06.05.2011 a 05.05.2012

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 297/2013

PORTARIA Nº 297/13, de 13 de Novembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fiscal de Obras e

Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Marilene Bristot Niero	059.106.719-60	2748

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Leilao PMT 61/2013

Aviso de Licitação - Modalidade de Leilão

A Prefeitura Municipal de Turvo – SC, através de seu Leiloeiro torna a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão Publico a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 61/2013 – Modalidade – LEILÃO nº. 61/2013 – Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: O objeto da presente licitação é a Alienação de Lixo Recicláveis Inservível a Administração Publica do Município de Turvo – SC.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 09:00 horas do dia 04/12/2013. Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100.

Turvo – SC, em 18 de Novembro de 2013

SOELI FATIMA FERNANDES

Leiloeira

### Portaria 305/2013

PORTARIA Nº 305/13, de 14 de Novembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
2932	Giane Pereira Ferreira	035.507.089-80

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 14 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício



Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Decreto 54/2013

DECRETO Nº 054/13, de 13 de Novembro de 2013.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.142/12 (Lei Orçamentária Anual), de 11/12/2012.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) assim classificados:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - PLAMAS

10.302.0049.2.052 – MANUTENÇÃO DO PLAMAS

3.3.90.00.00.00.00.0080 (1) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0080 no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 298/2013

PORTARIA Nº 298/13, de 13 de Novembro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE FINANCEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Financeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Gilda Rosso Cibien	072.398.809-90	2757
Soeli Fatima Fernandes	066.356.759-90	2756

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Lei 2175/2013

LEI Nº 2.175/13, de 12 de novembro de 2013.  
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.173/13, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Municipal nº 2.173/13, de 22 de Outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder através de Cessão de Uso ao ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, nº 4600, Km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.951.229/001-76, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com sede na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.509.770/0001-88, pessoa jurídica de direito privado, um terreno de área de 1.180,50 m² (um mil cento e oitenta metros e cinquenta centímetros quadrados), dentro de uma área de propriedade do Município de Turvo com área de 2.891,41 m² (dois mil e oitocentos e noventa e um metros e quarenta e um centímetros quadrados) sito na Rua José Roberto Triches, S/N, Bairro São Luiz, neste Município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo sob o nº 27.234.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 12 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### Portaria 302/2013

PORTARIA Nº 302/13, de 13 de Novembro de 2013.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Greice Kelly G. Alves	056.134.069-28	2950

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 299/2013

PORTARIA Nº 299/13, de 13 de Novembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 20 de Dezembro de 2013, a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Monia Bardini Pietsch	047.245.879-54	2879

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Lei 2176/2013

Lei nº 2.176/13, de 13 de Novembro de 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a firmar convênio com o Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ nº 86.513.124/0001-96, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com o objetivo de auxiliar na aquisição de um equipamento de videolaparoscopia para realização de cirurgias.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 12 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

### Portaria 303/2013

PORTARIA Nº 303/13, de 14 de Novembro de 2013.

ADMITE AGENTE ADMINISTRATIVO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Sra. EDESIA PEREIRA, CPF nº 020.113.499-31, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Novembro de 2013 e encerrará em 15 de Maio de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 300/2013

PORTARIA Nº 300/13, de 13 de Novembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 20 de Dezembro de 2013, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Priscila Tramontin Bianchini	070.516.489-69	2759
Talita Manenti Roque	074.816.239-96	2752

Wilian Heinzen Severino	053.134.539-47	2753
-------------------------	----------------	------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de Novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 296/2013

PORTARIA Nº 296/13, de 12 de Novembro de 2013.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Dezembro de 2013 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA	SERVIDOR (A)	CPF
2959	Juanita Panatto Daros	052.916.229-62

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Videira

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 10.656/13

DECRETO Nº 10.656/13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor RICIERI DE BARROS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 034/2013,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor RICIERI DE BARROS, inscrito no CPF sob o nº 183.286.289-53, no RG nº 1.101.602 e no PIS/PASEP nº 102.59318.46-6, detentor da matrícula funcional nº 1854, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.966,59 (dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 14/11/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração



## Programa de Gestão Tributária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Decreto N° 10.654/13**

DECRETO N° 10.654/13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	74.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>74.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Ata N° 0187/13**

Ata nº 187/2013 - Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e treze, reuniram-se em reunião extraordinária os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, sito a Rua Lauro Muller, 288, Bairro Alvorada, cidade de Videira - Santa Catarina para deliberarem a seguinte ordem: 1) Aprovação da proposta da Lei de Regulamentação da Concessão de Benefícios A Senhora Rosani Luiza Schneider presidente do Conselho no uso de suas atribuições deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos. Deu início a reunião levantando o primeiro assunto da pauta: 1) Aprovação da proposta da Lei de Regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais pela Política Municipal de Assistência Social; Todos os membros participaram da leitura da lei. JUSTIFICATIVA. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS define como um de seus princípios fundamentais a regulamentação legal de todos os seus benefícios considerados direitos socioassistenciais. Os benefícios eventuais integram as seguranças de renda e de sobrevivência previstas na Lei nº 8742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e na Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, referendados na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, através da Resolução do CNAS, nº 33 de 12 de dezembro de 2012, sob-responsabilidade das instâncias municipais, com co-financiamento estadual. O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que

integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos. E, para a comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias. Considerando que os Benefícios Eventuais da Assistência Social, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de Julho de 2011, integram o conjunto de proteções da Política de Assistência Social e, neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento de modo a garantir o acesso à proteção social ampliando e qualificando as ações protetivas; Considerando a Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social; Considerando que o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, dispõe sobre os Benefícios Eventuais e define em seu artigo 9º que as "provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social"; Considerando a Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde. RESOLVE: LEI Nº /2013 Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais pela Política Municipal de Assistência Social. O PREFEITO MUNICIPAL de Videira, no uso das atribuições que lhe são conferidas; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 1º. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º. Conforme Relatório do Levantamento Nacional dos Benefícios Eventuais, elaborado em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Art. 2o. Os benefícios eventuais configuram modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos. § 1º Os benefícios eventuais são prestados aos cidadãos em razão de morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. § 2º O benefício eventual deve integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas. § 3º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual. § 4º Fica vedada a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza. § 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e pessoas afetadas por situação de emergência e de calamidade pública. § 6º Os benefícios eventuais não devem ser restritos a prestações únicas, caso de morte, perdas e danos, mas devem incluir provisões preventivas e em casos de calamidades e de situações de emergência, devem ser: a) Provisões para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos; b) Distributivos gratuitos e não sujeitos a condicionalidades ou contrapartidas; c) Desfocalizados da indigência, da idade mínima de 65 anos e deficiências; d) Desburocratizados; e) Divulgados ampla e periodicamente para oportunizar e permitir o acesso e fruição por todos que deles necessitarem; f) Desvinculados de meios ou comprovações rigorosa, complexas, constrangedoras. Art. 3º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros. Parágrafo único. As contingências sociais são situações que podem deixar as



famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade, tais como acidentes, mortes, desempregos, enfermidades, calamidades, situações de emergência, entre outros. Art. 4º. Os benefícios eventuais podem ser destinados a todos os segmentos sociais e a todos os tipos de carências desde que emergenciais. § 1º As famílias ou indivíduos requerentes devem estar cadastrados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS de seu território, ou na ausência deste, no Órgão Gestor da Política de Assistência Social. § 2º O critério de acesso estabelece o limite de até 01 salário e 1/2 (um salário e meio) salário mínimo por família, com referência ao valor do salário mínimo federal vigente. § 3º Em casos extraordinários, em que o requerente ou a família não se enquadrem no critério de acesso acima descrito, a concessão poderá ser avaliada mediante os instrumentos de estudo socioeconômico e social realizado por assistente social da Política Municipal de Assistência Social, que auxiliem na concessão dos benefícios eventuais. Art. 5º. São formas de benefícios eventuais: I - auxílio funeral; II - vulnerabilidade temporária; III - calamidade pública; CAPÍTULO II - DO AUXÍLIO FUNERAL Art. 6º. O auxílio funeral constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou urna mortuária correspondente a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos vigentes, destinado a reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família. Parágrafo único. Em caso de necessidade poderá o usuário requerer o serviço de traslado do falecido, mediante avaliação e parecer do Assistente Social. Art. 7º. O auxílio funeral atenderá preferencialmente ao custeio das despesas funerárias, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária, podendo ser requerido até 30 (trinta) dias após o óbito. § 1º São documentos necessários para requerer o auxílio funeral: I - Atestado de óbito; II - Comprovante de residência no nome do falecido ou de quem com ele comprovadamente residia, desde que o comprovante de residência seja do Município; III - Documentos pessoais do falecido e do requerente. § 2º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade (Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, entre outros), o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral. § 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, o Órgão Gestor da Política de Assistência Social se responsabilizará pelo auxílio funeral. Art. 8º. O auxílio funeral poderá ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, irmão, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração pública outorgada pelo representante legal. Parágrafo único. O auxílio funeral será devido à família em número igual ao da ocorrência desse evento. CAPÍTULO III - DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA. Art. 9º. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos na falta de: I - Alimentação; II - Deslocamento (passagem); III - Domicílio. § 1º São documentos essenciais para concessão de auxílio em situações de vulnerabilidade temporária: a) Comprovante de residência; b) Comprovante de renda de todos os membros familiares; c) Documentos pessoais (CPF e Carteira de Identidade), ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CADUNICO. § 2º Em caso de perda dos documentos comprobatórios, o benefício poderá ser concedido mediante avaliação realizada por assistente social da Política Municipal de Assistência Social através dos instrumentos de estudo socioeconômico e social. § 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária e de situações emergenciais, será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo social realizado quando necessário. Art. 10º. O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou alimentos para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições

socioeconômicas para aquisição de mantimentos com qualidade e quantidade de forma a garantir uma alimentação saudável e com segurança às famílias beneficiárias. Art. 11º. O benefício auxílio alimentação é destinado às famílias beneficiárias e terá, preferencialmente, os seguintes critérios: I - Insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável com qualidade e quantidade; II - Deficiência nutricional causada pela falta de alimentação balanceada e nutritiva; III - Desemprego, morte e/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar; IV - Nas situações de emergência e calamidade pública; V - Grupos vulneráveis. Parágrafo único. O auxílio alimentação terá seus valores fixados em 1/8 (um oitavo) do salário mínimo vigente até 4 (quatro) pessoas por família e de 1/5 (um quinto) do salário mínimo vigente para famílias com mais de 5 (cinco) pessoas. Art. 12º. O benefício eventual em forma de auxílio deslocamento constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia e/ou em passagem, de forma a garantir ao cidadão e às famílias condições dignas de retorno à cidade de origem, visitas especiais (presídios e instituições de abrigo) ou falecimento de parentes em outros Municípios. Art. 13º. O alcance do benefício auxílio deslocamento é destinado à família e terá, preferencialmente, os seguintes critérios: I - Necessidade de retorno ao Município de origem. II - Visita a familiares que se encontram em presídios ou instituições de abrigo em outros Municípios. III - Falecimento de parentes consanguíneos ou afins até segundo grau, que residam em outros Municípios, mediante apresentação de laudo médico ou atestado de óbito, ou comprovação de Instituição Pública ou Privada do município de destino. CAPÍTULO IV - CALAMIDADE PÚBLICA Art. 14º. Para atendimento de vítimas de calamidade pública e situações de emergência, o benefício eventual deve asseverar-lhes a segurança e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 03 de dezembro de 1993. § 1º Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes. § 2º Compreendem os benefícios de calamidade pública aqueles instituídos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que visem atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, os quais deverão estar de acordo com a presente Lei. § 3º Os benefícios eventuais em casos de calamidade pública e situações de emergência são os seguintes: I - Abrigos adequados; II - Aluguel social; III - Produtos de higiene pessoal; IV - Outros benefícios necessários devidamente comprovados pela Defesa Civil e/ou Assistente Social. § 3º O benefício de auxílio domicílio poderá ser fornecido em forma de pecúnia, para pagamento de aluguel, não ultrapassando ½ (meio) salário mínimo vigente, sendo que o benefício tem por limite o prazo de 04 (quatro) meses. § 4º Fica vedada a utilização de hospedagem em hotel ou similar como forma de benefício de auxílio domicílio. Art. 15º. No caso de calamidade pública e situações de emergência deve ser realizada, especialmente, ação conjunta das políticas setoriais municipais no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias, buscando implementar ações complementares constantes da Lei Complementar nº 74/2009 e Decreto nº 9200/2009 e, procurando criar e aperfeiçoar o protocolo de ações da política setorial de assistência social. Parágrafo único. Fica vedada a concessão de medicamentos, órteses e próteses, face ao art. 6º, da Lei Federal nº 8080/90, tendo em vista que estes benefícios estão assegurados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Art. 16º. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município: I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento total ou compartilhado com outras esferas de governo; II - Efetuar estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; III - Expedir as instruções



e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais; IV – Realizar avaliação técnica por Assistente Social quanto às condições para o recebimento do benefício, conforme regulamentação municipal existente. V – Articular com a rede de proteção social básica e especial, entidades não governamentais e as políticas setoriais ações que possibilitem o exercício da cidadania das famílias, seus membros, indivíduos e cidadãos que necessitam do benefício eventual, através da inserção social em programas, projetos e serviços que potencializem suas habilidades em atividades de geração de renda. Art. 17º. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a fiscalização da aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, bem como a eficácia destes no Município, propondo, sempre que necessário, a revisão anual da regulamentação de concessão do valor dos mesmos. Art. 18º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS em cada exercício financeiro. Art. 19º. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 39/2010. Art. 20º. A regulamentação dos benefícios eventuais e a sua inclusão na Lei Orçamentária do Município dar-se-á até o mês junho de cada exercício, a contar da data da publicação dessa Lei. Art. 21º. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o controle e monitoramento da concessão dos benefícios eventuais preconizada nesta Lei. Art. 22º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Videira SC, 11 de outubro de 2013. Lourenço Becker PREFEITO MUNICIPAL INTERINO. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC no uso de suas atribuições encaminha proposta de lei relativa ao regramento da concessão dos benefícios eventuais no município. Após serem esclarecidas todas as dúvidas foi colocada em votação a qual foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Rosani agradeceu a presença de todos os conselheiros, e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Dejanira Antunes Cruz, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Videira 11 (onze) de novembro de dois mil e treze.

### Decreto N° 10.655/13

DECRETO N° 10.655/13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012;

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

21 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA	
01 – INSITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA	
2.078 – MANUTENÇÃO DO INPREVID	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0200.000200 – Aplicações Diretas	500.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	500.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### Portaria N° 0801/13

PORTARIA nº 0801/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.232/2013,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSELY TWARDOWSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, de 1º de fevereiro de 2014 até 1º de maio de 2014, referente ao quinquênio de 05 de junho de 2006 até 04 de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2014.

Videira, 12 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

### Lei N° 3.020/13

LEI N.º 3.020/13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso do bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso das dependências de uma sala de aula da Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso, localizada na Rua Saul Brandalise, nº 1656, Bairro Dois Pinheiros, de propriedade do Município, a fim de ser utilizado por Vilmar Monteiro, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Dois Pinheiros, inscrita no CNPJ nº 06.213.620/0001-95, nos termos da minuta anexa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

#### MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.020/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. Lourenço Becker; e do outro lado, VILMAR MONTEIRO, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Dois Pinheiros, inscrita no CNPJ nº 06.213.620/0001-95, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 3.020/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências de uma sala de aula na Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso, localizada na Rua Saul Brandalise, nº 1656, Bairro Dois Pinheiros, com a finalidade de realizar a eleição da diretoria da Associação dos Moradores do Bairro Dois Pinheiros, no dia 15 de novembro de 2013, das 08:00 às 12:00 horas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZATÁRIA

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 15 de novembro de 2013, das 08:00 às 12:00 horas.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedada a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público, devendo devolvê-los nas mesmas condições em que receberam, respondendo ainda, por eventuais danos causados aos mesmos;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

O Município fica isento de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de

Educação, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências da Escola de Educação Básica Municipal Paulo Fioravante Penso, quando da devolução da mesma.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data especificada na cláusula primeira, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER	VILMAR MONTEIRO
Prefeito Municipal Interino	Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Decreto Nº 10.654/13

DECRETO Nº 10.654/13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	74.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	74.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino



Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0802/13**

PORTARIA n° 0802/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar n° 130/12 – Estatuto dos Profissionais do Magistério,

**RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora CLECIANE TARUHN TEDESCO, Professora, a partir do dia 11 de novembro de 2013 até 10 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2013.

Videira, 12 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria N° 0803/13**

PORTARIA n° 0803/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar n° 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo n° 17.525/2013,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIA AUXILIA-DORA DOS SANTOS, Merendeira, de 02 de janeiro de 2014 até 02 de abril de 2014, referente ao quinquênio de 1° de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2014.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Retificação do Extrato do Contrato N° 246/2013**

Retificação do Extrato do Contrato n° 246/2013 (originalmente publicado em 14/11/2013)

Contrato n°: 246/2013

Data de Assinatura: 08/11/2013

Fornecedor....: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA

Valor ..... : R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Licitação ..... : Pregão Presencial n° 58/2013-FMS

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LAVADORA DE ROUPAS FRONTAL, EXTRATORA, 20 KG PARA SER INSTALADA NO PAME 24 HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Lei N° 3.021/13**

LEI N.º 3.021/13, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bens imóveis pertencentes ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito da Praça do Atleta, bem como do Estacionamento da Prefeitura Municipal, de propriedade do Município a fim de ser utilizado por Ivori Berto, pessoa física, inscrito no CPF sob o n° 508.310.709-00, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI N° 3.021/13**

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, o Sr. IVORI BERTO, inscrito no CNPJ sob o n° 508.310.709-00, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº3.021/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso da Praça do Atleta, bem como, do Estacionamento da Prefeitura Municipal, no dia 17 de novembro de 2013, das 10:00 às 20:00 horas, com a finalidade de realizar o lançamento do Projeto Amigos do Rio, bem como uma mateada gospel.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá

ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 17 de novembro de 2013, das 10:00 às 20:00 horas.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Segurança no local do evento;
  - Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
  - Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
  - Pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
  - Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
  - Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
  - Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
  - Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
  - Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente na data constante no item II, da Cláusula Segunda, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER	IVORI BERTO
Prefeito Municipal Interino	Representante

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

#### Edital de Convocação N° 081/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 081/2013

PROCESSO SELETIVO N° 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, n° 188, no

Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo n° 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 – Lili Lidia Pilke	Auxiliar de Serviços Gerais
2 – Wanderli Maccharini	Auxiliar de Serviços Gerais
3 – Rosane Aparecida Trindade Lagos	Auxiliar de Serviços Gerais
4 – Graziela Patrícia Novello	Auxiliar de Serviços Gerais
5 – Adriana Zachin Bender	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:  
 Realização de Exame Médico Admissional;  
 Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;  
 Uma foto 3x4;  
 Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;  
 Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;  
 Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;  
 Comprovante do tipo sanguíneo;  
 Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;  
 Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;  
 Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;  
 Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;  
 Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;  
 Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;

Declaração de bens;

Certidão negativa de antecedentes criminais;

Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 12 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

#### Decreto N° 10.652/13

DECRETO N° 10.652/13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia Odontólogo – Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal n° 1.942/07 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA CAROLINA OLIVEIRA PERES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital n° 005/2012, homologado em 25 de junho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo – Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal n° 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.



Videira, 12 de novembro de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria N° 030/2013

PORTARIA N° 030/2013  
Prorroga a nomeação de LEEDY MARI PAZIN na Função Gratificada criada através da Lei Municipal n° 3100/2013.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Prorrogar a nomeação de LEEDY MARI PAZIN, servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Nível Superior da Prefeitura Municipal para exercer a função Gratificada Símbolo FG-3, até que se regularize o afastamento da contadora efetiva da Câmara.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08.

Videira (SC) 19 de novembro de 2013.  
CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI MARCELO KUMM  
Presidente Vice-Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
1ª Secretária

## INPREVID

### Prorrogação do Edital de Eleições do INPREVID 001.2013

EDITAL DE ELEIÇÕES INPREVID N° 002/2013  
PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE ELEIÇÕES INPREVID N° 001/2013

A Comissão Eleitoral, através de seu Presidente, Sr. Celso Brancher, torna pública a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÕES DAS CHAPAS CANDIDATAS AOS CARGOS DE MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAL E ADMINISTRATIVO E PARA PRESIDENTE DO INPREVID. Segue abaixo o novo cronograma atualizado:

DIA DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES: 03/12/2013  
HORÁRIO DE INÍCIO: 08:30 HORAS  
HORÁRIO DO TÉRMINO: 17:00 HORAS  
LOCAL: URNA FIXA NO HALL DA PREFEITURA;URNAS ITINERANTES FARÃO O TRAJETO COM HORÁRIOS E LOCAIS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO ELEITORAL, QUE SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DAS CANDIDATURAS.

O RECEBIMENTO DE INSCRIÇÕES DAS CHAPAS CANDIDATAS AOS CARGOS DE MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAL E ADMINISTRATIVO E PARA PRESIDENTE DO INPREVID, DAR-SE-Á NA SEDE DO INSTITUTO, LOCALIZADA NA RUA FIORINDO PIRES, N° 15, ESQUINA COM A AVENIDA MANOEL ROQUE, EDIFÍCIO VT

COMERCIAL, SALA 101, BAIRRO ALVORADA, VIDEIRA/SC, NO PERÍODO DE 14/11/2013 a 20/11/2013, DAS 07:00h as 13:00h.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID, através da Comissão Eleitoral, nomeada pelo Decreto n° 10.641/13 de 25 de Outubro de 2013, torna público que estão abertas as inscrições para participar do processo eleitoral para composição dos membros dos Conselhos Fiscal e Administrativo, bem como para a vaga de Presidente do INPREVID, devendo as candidaturas das chapas serem apresentadas até a data, horário e local acima indicados, de conformidade com o disposto no Regimento Eleitoral e na forma da Lei Complementar n° 023/2002 e suas posteriores alterações. O Regimento das Eleições, a lista de documentos para efetivação das inscrições e o edital na íntegra se encontram a disposição dos interessados na sede do INPREVID, sito na RUA FIORINDO PIRES, N° 15, ESQUINA COM A AVENIDA MANOEL ROQUE, EDIFÍCIO VT COMERCIAL, SALA 101, BAIRRO ALVORADA – EM FRENTE AO PAÇO MUNICIPAL – VIDEIRA/SC – FONE (49) 3566-6415. Quaisquer informações relativas ao presente processo eleitoral serão prestadas pela Comissão Eleitoral, na sede do INPREVID, diariamente no período das 07:00 às 13:00 horas.

Videira/SC, 14 de Novembro de 2013.  
CELSE BRANCHER  
Presidente da Comissão Eleitoral

## Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Portaria N° 210/2013 P O R T A R I A N° 210/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:  
de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal n°. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PAULO JOÃO PEIXE FILHO  
Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 21/11/2013 a 20/12/2013, referentes ao período aquisitivo de 31/12/2011 a 30/12/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 0659/09 e do Decreto n° 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 18 DE NOVEMBRO DE 2013.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO N°. 055/11.



## CIM-AMAVI

ANEXO I - RECEITA PREVISTA

Página 1

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.04.00.00.02	Prestação Serviços	104.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.04.00.00.03	Aquisição Compartilhada	104.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.04.00.00.04	Rateio - Geral	104.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.05.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Braço do Trombudo</b>	<b>105</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.05.00.00.01	Rateio - abrigo	105.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.05.00.00.02	Prestação Serviços	105.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.05.00.00.03	Aquisição Compartilhada	105.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.05.00.00.04	Rateio - Geral	105.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.06.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Chapadão do Lagea</b>	<b>106</b>	<b>25.713,93</b>	<b>27.256,77</b>	<b>28.892,17</b>	<b>30.625,70</b>
4.1.7.2.3.37.06.00.00.01	Rateio - abrigo	106.1	22.713,93	24.076,77	25.521,37	27.052,65
4.1.7.2.3.37.06.00.00.02	Prestação Serviços	106.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.06.00.00.03	Aquisição Compartilhada	106.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.06.00.00.04	Rateio - Geral	106.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.07.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Dona Emma</b>	<b>107</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.07.00.00.01	Rateio - abrigo	107.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.07.00.00.02	Prestação Serviços	107.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.07.00.00.03	Aquisição Compartilhada	107.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.07.00.00.04	Rateio - Geral	107.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.08.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Ibirama</b>	<b>108</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.08.00.00.01	Rateio - abrigo	108.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.08.00.00.02	Prestação Serviços	108.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.08.00.00.03	Aquisição Compartilhada	108.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.08.00.00.04	Rateio - Geral	108.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.09.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Imbuia</b>	<b>109</b>	<b>49.901,13</b>	<b>52.895,20</b>	<b>56.068,91</b>	<b>59.433,04</b>
4.1.7.2.3.37.09.00.00.01	Rateio - abrigo	109.1	46.901,13	49.715,20	52.698,11	55.860,00
4.1.7.2.3.37.09.00.00.02	Prestação Serviços	109.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.09.00.00.03	Aquisição Compartilhada	109.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.09.00.00.04	Rateio - Geral	109.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.10.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Ituporanga</b>	<b>110</b>	<b>185.816,15</b>	<b>196.965,11</b>	<b>208.783,02</b>	<b>221.310,00</b>
4.1.7.2.3.37.10.00.00.01	Rateio - abrigo	110.1	182.816,15	193.785,11	205.412,22	217.736,95
4.1.7.2.3.37.10.00.00.02	Prestação Serviços	110.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.10.00.00.03	Aquisição Compartilhada	110.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.10.00.00.04	Rateio - Geral	110.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.11.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – José Boiteux</b>	<b>111</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.11.00.00.01	Rateio - abrigo	111.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.11.00.00.02	Prestação Serviços	111.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.11.00.00.03	Aquisição Compartilhada	111.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.11.00.00.04	Rateio - Geral	111.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.12.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Laurentino</b>	<b>112</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.12.00.00.01	Rateio - abrigo	112.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.12.00.00.02	Prestação Serviços	112.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.12.00.00.03	Aquisição Compartilhada	112.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.12.00.00.04	Rateio - Geral	112.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

<b>4.1.7.2.3.37.13.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Lontras</b>	<b>113</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.13.00.00.01	Rateio - abrigo	113.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.13.00.00.02	Prestação Serviços	113.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.13.00.00.03	Aquisição Compartilhada	113.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.13.00.00.04	Rateio - Geral	113.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.14.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Mirim Doce</b>	<b>114</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.14.00.00.01	Rateio - abrigo	114.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.14.00.00.02	Prestação Serviços	114.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.14.00.00.03	Aquisição Compartilhada	114.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.14.00.00.04	Rateio - Geral	114.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.15.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Petrolândia</b>	<b>115</b>	<b>53.379,80</b>	<b>56.582,58</b>	<b>59.977,54</b>	<b>63.576,19</b>
4.1.7.2.3.37.15.00.00.01	Rateio - abrigo	115.1	50.379,80	53.402,58	56.606,74	60.003,14
4.1.7.2.3.37.15.00.00.02	Prestação Serviços	115.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.15.00.00.03	Aquisição Compartilhada	115.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.15.00.00.04	Rateio - Geral	115.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.16.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Pouso Redondo</b>	<b>116</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.16.00.00.01	Rateio - abrigo	116.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.16.00.00.02	Prestação Serviços	116.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.16.00.00.03	Aquisição Compartilhada	116.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.16.00.00.04	Rateio - Geral	116.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.17.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Presidente Getúlio</b>	<b>117</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.17.00.00.01	Rateio - abrigo	117.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.17.00.00.02	Prestação Serviços	117.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.17.00.00.03	Aquisição Compartilhada	117.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.17.00.00.04	Rateio - Geral	117.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.18.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Presidente Nereu</b>	<b>118</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.18.00.00.01	Rateio - abrigo	118.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.18.00.00.02	Prestação Serviços	118.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.18.00.00.03	Aquisição Compartilhada	118.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.18.00.00.04	Rateio - Geral	118.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.19.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Rio do Campo</b>	<b>119</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.19.00.00.01	Rateio - abrigo	119.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.19.00.00.02	Prestação Serviços	119.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.19.00.00.03	Aquisição Compartilhada	119.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.19.00.00.04	Rateio - Geral	119.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.20.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Rio do Oeste</b>	<b>120</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.20.00.00.01	Rateio - abrigo	120.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.20.00.00.02	Prestação Serviços	120.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.20.00.00.03	Aquisição Compartilhada	120.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.20.00.00.04	Rateio - Geral	120.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.21.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Rio do Sul</b>	<b>121</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.21.00.00.01	Rateio - abrigo	121.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.21.00.00.02	Prestação Serviços	121.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.21.00.00.03	Aquisição Compartilhada	121.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.21.00.00.04	Rateio - Geral	121.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.22.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Salete</b>	<b>122</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.22.00.00.01	Rateio - abrigo	122.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.22.00.00.02	Prestação Serviços	122.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.22.00.00.03	Aquisição Compartilhada	122.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.22.00.00.04	Rateio - Geral	122.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.23.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Santa Terezinha</b>	<b>123</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.23.00.00.01	Rateio - abrigo	123.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.23.00.00.02	Prestação Serviços	123.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.23.00.00.03	Aquisição Compartilhada	123.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.23.00.00.04	Rateio - Geral	123.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.24.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Taió</b>	<b>124</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.24.00.00.01	Rateio - abrigo	124.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.24.00.00.02	Prestação Serviços	124.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.24.00.00.03	Aquisição Compartilhada	124.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.24.00.00.04	Rateio - Geral	124.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.25.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Trombudo Central</b>	<b>125</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.25.00.00.01	Rateio - abrigo	125.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.25.00.00.02	Prestação Serviços	125.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.25.00.00.03	Aquisição Compartilhada	125.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.25.00.00.04	Rateio - Geral	125.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.26.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Vidal Ramos</b>	<b>126</b>	<b>54.689,51</b>	<b>57.970,88</b>	<b>61.449,13</b>	<b>65.136,08</b>
4.1.7.2.3.37.26.00.00.01	Rateio - abrigo	126.1	51.689,51	54.790,88	58.078,33	61.563,03
4.1.7.2.3.37.26.00.00.02	Prestação Serviços	126.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.26.00.00.03	Aquisição Compartilhada	126.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.26.00.00.04	Rateio - Geral	126.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.27.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Vitor Meireles</b>	<b>127</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.27.00.00.01	Rateio - abrigo	127.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.27.00.00.02	Prestação Serviços	127.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.27.00.00.03	Aquisição Compartilhada	127.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.27.00.00.04	Rateio - Geral	127.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.28.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Witmarsum</b>	<b>128</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.28.00.00.01	Rateio - abrigo	128.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.28.00.00.02	Prestação Serviços	128.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.03	Aquisição Compartilhada	128.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.04	Rateio - Geral	128.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.28.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – outros conveniados</b>	<b>129</b>	<b>30.665,90</b>	<b>32.505,85</b>	<b>34.456,20</b>	<b>36.523,57</b>
4.1.7.2.3.37.28.00.00.01	Rateio	129.1	27.665,90	29.325,85	31.085,40	32.950,52
4.1.7.2.3.37.28.00.00.02	Prestação Serviços	129.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.03	Aquisição Compartilhada	129.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.04	Rateio - Geral	129.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.2.0.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>10.129.000,00</b>	<b>1.030.740,00</b>	<b>1.092.584,40</b>	<b>1.158.139,46</b>

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

<b>4.2.4.0.0.00.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		<b>10.129.000,00</b>	<b>1.030.740,00</b>	<b>1.092.584,40</b>	<b>1.158.139,46</b>
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	-	10.129.000,00	1.030.740,00	1.092.584,40	1.158.139,46
<b>4.2.4.2.1.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Transferência da União</b>	-	<b>10.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.060.000,00</b>	<b>1.123.600,00</b>
4.2.4.2.1.37.00.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	130	10.000.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.123.600,00
<b>4.2.4.2.2.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados</b>	-	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.4.2.2.37.00.00.00.00.00	Transferência Consórcios Públicos	131	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.2.4.2.3.00.00.00.00.00.00</b>	<b>Transferência dos Municípios</b>	-	<b>29.000,00</b>	<b>30.740,00</b>	<b>32.584,40</b>	<b>34.539,46</b>
4.2.4.2.3.37.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	-	29.000,00	30.740,00	32.584,40	34.539,46
4.2.4.2.3.37.01.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agrolândia	101	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.02.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agronômica	102	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.03.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Atalanta	103	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.04.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Aurora	104	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.05.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Braço do Trombudo	105	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.06.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Chapadão do Lageado	106	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.07.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Dona Emma	107	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.08.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ibirama	108	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.09.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Imbuia	109	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.10.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ituporanga	110	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.11.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – José Boiteux	111	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.12.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Laurentino	112	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.13.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Lontres	113	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.14.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Mirim Doce	114	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.15.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Petrolândia	115	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.16.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Pouso Redondo	116	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.17.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Getúlio	117	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.18.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Nereu	118	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.19.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Campo	119	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.20.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Oeste	120	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.21.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Sul	121	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.22.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Saleté	122	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.23.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Santa Terezinha	123	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.24.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Taió	124	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.25.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Trombudo Central	125	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.26.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vidal Ramos	126	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.27.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vitor Meireles	127	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.28.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Witmarsum	128	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.29.00.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI - Outros	129	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
	<b>TOTAL</b>		<b>10.645.759,37</b>	<b>1.578.504,93</b>	<b>1.673.215,23</b>	<b>1.773.608,14</b>


HUGO LEMBECK



ANEXO I - RECEITA PREVISTA

Prefeito de Taió  
Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I - Programa 1 - Investi

 <p>CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI</p> <p>ORÇAMENTO PARA 2014</p>		
PROGRAMA 001 – INVESTIMENTOS SANEAMENTO ALTO VALE		
AÇÃO: 1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
<p>O CIM-AMAVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, é constituído por 28 (vinte e oito) pequenos municípios, com baixo adensamento populacional e características predominantemente agrícolas, totalizando 7.524,810 km², localizados na parte alta da bacia do Rio Itajaí, na região central de Santa Catarina, contando atualmente com aproximadamente 270.000 (duzentos setenta mil) habitantes, destes, 130.000 locados no meio urbano. A geração mensal de resíduos está em 3.266 toneladas, sendo que deste total, 9,56% é coletado através da coleta seletiva, objetivamos com a implantação atingir a meta de 59%.</p> <p>Com o intuito de atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, foi elaborado em dezembro de 2012, através de forma consorciada, via o CIM-AMAVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, consórcio este constituído de acordo com a Lei 11.107/2005, o Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS, o qual foi aprovado como lei nos 28 municípios constituintes do consórcio.</p> <p>Atualmente a coleta nos 28 municípios é realizada através de caminhões compactadores, tanto de forma terceirizada como pelo poder público, sendo realizada de porta a porta da área urbana, em 54.000 domicílios, o que compromete o atendimento as metas da coleta seletiva, aja vista a dificuldade da segregação dos resíduos compactados.</p> <p>A coleta automatizada e segregada em secos e úmidos, facilitará o atendimento das metas estabelecidas, tanto no plano nacional de resíduos sólidos, como no PGIRS, atualmente, a velocidade do caminhão de coleta convencional é em média de 5 (cinco) a 7 (sete) km/h, aja vista a necessidade do veículo coletor, ter que parar em cada residência para efetuar a coleta, com o investimento em análise implantado, a velocidade média aumentará consideravelmente em virtude da diminuição do número de paradas para realização da coleta, considerando que para o cálculo de dimensionamento dos contêineres foi considerado o adensamento populacional e também uma distancia máxima de 200 (duzentos) metros entre cada equipamento, ou seja, o veículo coletor, realizará uma parada a cada 200 (duzentos) metros no máximo, aja que a coleta atualmente é realizada em aproximadamente 54.000 (cinquenta e quatro mil) domicílios e na forma automatizada serão aproximadamente 2.300 (dois mil e trezentos) pontos para coleta.</p> <p>Devido a utilização de somente de 1 (um) trabalhador (motorista / operador do equipamento hidráulico) em substituição a 3 (três) trabalhadores que são usados na coleta convencional (um motorista e dois garis), possibilitará diminuição do uso de mão de obra em uma atividade insalubre, principalmente a dos garis, e de alto risco a vida humana, aja vista que o trabalhador é exposto a toda a gama de materiais descartados nos RSU. Este mesmo trabalhador terá uma condição digna de trabalho na valoração dos materiais coletados de forma seca e limpa.</p> <p>A implantação da coleta automatizada em contêineres para materiais recicláveis e rejeitos de forma sistematizada, evitará o descarte inadequado dos resíduos sólidos urbanos em espaços públicos, tais como, áreas verdes e áreas para equipamentos comunitários, evitando a proliferação de vetores causadores de doenças, trazidos por animais atraídos por restos de alimentos contidos nos</p>		
META FÍSICA:	Quantidade	Valor
Aquisição Equipamentos	10 EQUIPAMENTOS	10.144.000,00
META FINANCEIRA:		

## ANEXO I - Programa 1 - Investi


ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
4.4.90.00.00.00.00.00	-	100
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
4.4.90.00.00.00.00.00	10.010.000,00	130
4.4.90.00.00.00.00.00	105.000,00	131
TOTAL	10.144.000,00	

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I - Programa 2 - manutenç

<div>  <div> <div>CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI</div> <div>ORÇAMENTO PARA 2014</div> </div> </div>		
PROGRAMA 002 – MANUTENÇÃO		
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MODALIDADE71)		
AÇÃO: 2.001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
<p>O CIM-AMAVI foi concebido com o intuito de realizar ações de múltiplas finalidades para os entes consorciados, buscando o desenvolvimento de políticas públicas regionais no âmbito do Alto Vale do Itajaí.</p> <p>No processo recente de fortalecimento dos governos locais no Brasil, identifica-se a emergência de diferentes formas de cooperação intergovernamental que parecem resultar da confluência entre fatores institucionais e a vontade política dos governos locais.</p> <p>O principal objetivos do consórcio público é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. O Consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e com o ganho de escala melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira. Também é possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou pólos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de serviços públicos.</p>		
META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do CIS-AMAVI	12 meses	34.500,00
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.3.90.00.00.00.00.00	5.500,00	100
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123

## ANEXO I - Programa 2 - manutenç

3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
3.3.90.00.00.00.00.00		130
3.3.90.00.00.00.00.00		131
TOTAL	34.500,00	


HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração



## ANEXO I - Programa 3 - pessoal

<div>  <div> <div>CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI</div> <div>ORÇAMENTO PARA 2014</div> </div> </div>		
PROGRAMA 003 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - PESSOAL (RATEIO - MODALIDADE 71)		
AÇÃO: 2.002 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL ABRIGO INSTITUCIONAL		
As ações realizadas através do CIM-AMAVI exigem a contratação de pessoal para garantir da gestão burocrática da entidade, seja no âmbito do controle orçamentária, financeiro e patrimonial ou através da disponibilização das ferramentas necessárias à implementação das ações.		
META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do Pessoal	12 meses	29.000,00
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.1.90.00.00.00.00.00		100
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
3.1.90.00.00.00.00.00		130
3.1.90.00.00.00.00.00		131

## ANEXO I - Programa 3 - pessoal

TOTAL	29.000,00
-------	-----------

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI



ORÇAMENTO PARA 2014

PROGRAMA 004. – MANUTENÇÃO CIM-AMAVI

AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE BENS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

AÇÃO: 2.003 - AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE BENS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

Os municípios do Alto Vale do Itajaí, através de ações que viabilizem a aquisição compartilhada de bens, mercadorias e serviços, cumprem com o papel fundamental da otimização dos recursos públicos através da economia de escala, melhorando a capacidade técnica, gerencial e financeira da gestão pública, através de um processo amplo e transparente. A utilização da ferramenta do pregão eletrônico vem crescendo na região do Alto Vale do Itajaí, garantindo maior competitividade na aquisição.

META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do CIS-AMAVI	12 meses	29.000,00
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	100
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
3.3.90.00.00.00.00.00		130
3.3.90.00.00.00.00.00		131

TOTAL	29.000,00
-------	-----------

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI



ORÇAMENTO PARA 2014

PROGRAMA 005 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS  
(RATEIO - MODALIDADE 71 )

AÇÃO: 2.004 - MANUTENÇÃO ABRIGO INSTITUCIONAL ALBERTINA BERKEMBROCK

O Sistema único da Assistência Social - SUAS estabelece, nos serviços de Proteção Social Especial, a segurança às populações em situação de risco pessoal e social.

O Acolhimento é um serviço de alta complexidade de caráter transitório, onde as pessoas, vítimas de violência em com direitos violados ou ameaçados, são acolhidas com atendimento integral.

Direitos são violados ou ameaçados nos casos de abandono, maus tratos, negligência, quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário.

O objetivo é proporcionar proteção integral aos indivíduos em situação de risco, assegurar seus direitos, restabelecer vínculos e referências familiares e comunitários, e promover a inclusão social.

O Abrigo Institucional Albertina Berkembrock foi constituído na comarca de Ituporanga, englobando o município de Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia, Vidal Ramos e, de forma conveniada, o município de Leoberto Leal. Organizado em parceria com o Ministério Público, atende crianças e adolescentes provenientes daquela Comarca.

META FÍSICA:	Quantidade	Valor
CRIANÇAS	25	409.259,37
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.1.90.00.00.00.00.00		100
3.3.90.00.00.00.00.00	500,00	100
3.1.90.00.00.00.00.00		101
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	101
3.1.90.00.00.00.00.00		102
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	102
3.1.90.00.00.00.00.00	21.674,38	103
3.3.90.00.00.00.00.00	5.418,59	103
3.1.90.00.00.00.00.00		104
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	104
3.1.90.00.00.00.00.00		105
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	105
3.1.90.00.00.00.00.00	18.171,14	106
3.3.90.00.00.00.00.00	4.542,79	106
3.1.90.00.00.00.00.00		107
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	107
3.1.90.00.00.00.00.00		108
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	108
3.1.90.00.00.00.00.00	37.520,90	109
3.3.90.00.00.00.00.00	9.380,23	109
3.1.90.00.00.00.00.00	146.252,92	110
3.3.90.00.00.00.00.00	36.563,23	110
3.1.90.00.00.00.00.00		111
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	111



3.1.90.00.00.00.00.00		112
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	112
3.1.90.00.00.00.00.00		113
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	113
3.1.90.00.00.00.00.00		114
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	114
3.1.90.00.00.00.00.00	40.303,84	115
3.3.90.00.00.00.00.00	10.075,96	115
3.1.90.00.00.00.00.00		116
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	116
3.1.90.00.00.00.00.00		117
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	117
3.1.90.00.00.00.00.00		118
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	118
3.1.90.00.00.00.00.00		119
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	119
3.1.90.00.00.00.00.00		120
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	120
3.1.90.00.00.00.00.00		121
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	121
3.1.90.00.00.00.00.00		122
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	122
3.1.90.00.00.00.00.00		123
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	123
3.1.90.00.00.00.00.00		124
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	124
3.1.90.00.00.00.00.00		125
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	125
3.1.90.00.00.00.00.00	41.351,60	126
3.3.90.00.00.00.00.00	10.337,90	126
3.1.90.00.00.00.00.00		127
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	127
3.1.90.00.00.00.00.00		128
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	128
3.1.90.00.00.00.00.00	22.132,72	129
3.3.90.00.00.00.00.00	5.533,18	129
3.1.90.00.00.00.00.00		130
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	130
3.1.90.00.00.00.00.00		131
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	131
TOTAL	409.259,37	

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I - Compatibilidade das F

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI  
ORÇAMENTO PARA 2014



## COMPATIBILIDADE DAS FONTES DE RECURSO

RECEITA		DESPESA	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
	2014		2014
100 – Recurso Ordinário	5.500,00	3.3.90.00.00.00.00.00	5.500,00
	5.500,00		5.500,00
101 – Agrolândia		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
102 – Agronômica		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
103 – Atalanta		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	30.092,97	3.3.90.00.00.00.00.00	7.418,59
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	22.674,38
	31.092,97		31.092,97
104 – Aurora		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
105 – Braço do Trombudo		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
106 – Chapadão do Lageado		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	25.713,93	3.3.90.00.00.00.00.00	6.542,79
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	19.171,14
	26.713,93		26.713,93
107 – Dona Emma		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
108 – Ibirama		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
109 – Imbuia		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	49.901,13	3.3.90.00.00.00.00.00	11.380,23
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	38.520,90
	50.901,13		50.901,13
110 – Ituporanga		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	185.816,15	3.3.90.00.00.00.00.00	38.563,23
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	147.252,92
	186.816,15		186.816,15
111 – José Boiteux		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
112 – Laurentino		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00

## ANEXO I - Compatibilidade das F

113 – Lontras		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
114 – Mirim Doce		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
115 – Petrolândia		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	53.379,80	3.3.90.00.00.00.00.00	12.075,96
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	41.303,84
	54.379,80		54.379,80
116- Pouso Redondo		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
117 – Presidente Getúlio		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
118 – Presidente Nereu		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
119 – Rio do Campo		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
120 – Rio do Oeste		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
121 – Rio do Sul		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
122 – Salete		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
123 – Santa Terezinha		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
124 – Taió		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
125 – Trombudo Central		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
126 – Vidal Ramos		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	54.689,51	3.3.90.00.00.00.00.00	12.337,90
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	42.351,60
	55.689,51		55.689,51
127 – Vitor Meireles		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00

ANEXO I - Compatibilidade das F			
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
128 – Witmarsum		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
129 – Outros Municípios		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	30.665,90	3.3.90.00.00.00.00.00	7.533,18
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	23.132,72
	31.665,90		31.665,90
130 – Recursos da União		4.4.90.00.00.00.00.00	10.010.000,00
Receita Corrente		3.3.90.00.00.00.00.00	0,00
Receita Capital	10.010.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	0,00
	10.010.000,00		10.010.000,00
131 – Recursos do Estado		4.4.90.00.00.00.00.00	105.000,00
Receita Corrente		3.3.90.00.00.00.00.00	
Receita Capital	105.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	
	105.000,00		105.000,00
TOTAL	10.645.759,37		10.645.759,37

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA



## DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

## ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2014 - 2017

código	Discriminação	FONTE	2014	2015	2016	2017
		RECURSOS				
<b>4.0.0.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITAS</b>		<b>10.645.759,37</b>	<b>1.578.504,93</b>	<b>1.673.215,23</b>	<b>1.773.608,14</b>
<b>4.1.0.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>516.759,37</b>	<b>547.764,93</b>	<b>580.630,83</b>	<b>615.468,68</b>
<b>4.1.1.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>4.1.1.1.0.00.00.00.00.00</b>	<b>IMPOSTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.1.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e Renda	-	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto sobre proventos de qualquer natureza	-	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ outros rendimentos	100	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.1.3.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	-	<b>20.000,00</b>	<b>21.200,00</b>	<b>22.472,00</b>	<b>23.820,32</b>
<b>4.1.3.2.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS</b>	-	<b>20.000,00</b>	<b>21.200,00</b>	<b>22.472,00</b>	<b>23.820,32</b>
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	-	20.000,00	21.200,00	22.472,00	23.820,32
4.1.3.2.5.03.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Abrigo	100	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
4.1.3.2.5.04.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recursos OG	130	10.000,00	10.600,00	11.236,00	11.910,16
4.1.3.2.5.05.00.00.00.00	Remuneração Depósitos Bancários Recursos Est	131	5.000,00	5.300,00	5.618,00	5.955,08
<b>4.1.6.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	-	<b>500,00</b>	<b>530,00</b>	<b>561,80</b>	<b>595,51</b>
<b>4.1.6.0.0.13.00.00.00.00</b>	<b>Serv. Administrativos</b>	-	<b>500,00</b>	<b>530,00</b>	<b>561,80</b>	<b>595,51</b>
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. De Venda de Editais	100	500,00	530,00	561,80	595,51
<b>4.1.7.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	-	<b>496.259,37</b>	<b>526.034,93</b>	<b>557.597,03</b>	<b>591.052,85</b>
4.1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferência à Consórcios Públicos	-	496.259,37	526.034,93	557.597,03	591.052,85
<b>4.1.7.2.3.37.01.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Agrolândia</b>	<b>101</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.01.00.00.01	Rateio - abrigo	101.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.01.00.00.02	Prestação Serviços	101.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.01.00.00.03	Aquisição Compartilhada	101.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.01.00.00.04	Rateio - Geral	101.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.02.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Agronômica</b>	<b>102</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.02.00.00.01	Rateio - abrigo	102.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.02.00.00.02	Prestação Serviços	102.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.02.00.00.03	Aquisição Compartilhada	102.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.02.00.00.04	Rateio - Geral	102.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.03.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Atalanta</b>	<b>103</b>	<b>30.092,97</b>	<b>31.898,55</b>	<b>33.812,46</b>	<b>35.841,21</b>
4.1.7.2.3.37.03.00.00.01	Rateio - abrigo	103.1	27.092,97	28.718,55	30.441,66	32.268,16
4.1.7.2.3.37.03.00.00.02	Prestação Serviços	103.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.03.00.00.03	Aquisição Compartilhada	103.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.03.00.00.04	Rateio - Geral	103.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.04.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Aurora</b>	<b>104</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.04.00.00.01	Rateio - abrigo	104.1	0,00	0,00	0,00	0,00



## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.04.00.00.02	Prestação Serviços	104.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.04.00.00.03	Aquisição Compartilhada	104.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.04.00.00.04	Rateio - Geral	104.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.05.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Braço do Trombudo</b>	<b>105</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.05.00.00.01	Rateio - abrigo	105.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.05.00.00.02	Prestação Serviços	105.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.05.00.00.03	Aquisição Compartilhada	105.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.05.00.00.04	Rateio - Geral	105.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.06.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Chapadão do Lagea</b>	<b>106</b>	<b>25.713,93</b>	<b>27.256,77</b>	<b>28.892,17</b>	<b>30.625,70</b>
4.1.7.2.3.37.06.00.00.01	Rateio - abrigo	106.1	22.713,93	24.076,77	25.521,37	27.052,65
4.1.7.2.3.37.06.00.00.02	Prestação Serviços	106.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.06.00.00.03	Aquisição Compartilhada	106.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.06.00.00.04	Rateio - Geral	106.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.07.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Dona Emma</b>	<b>107</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.07.00.00.01	Rateio - abrigo	107.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.07.00.00.02	Prestação Serviços	107.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.07.00.00.03	Aquisição Compartilhada	107.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.07.00.00.04	Rateio - Geral	107.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.08.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Ibirama</b>	<b>108</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.08.00.00.01	Rateio - abrigo	108.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.08.00.00.02	Prestação Serviços	108.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.08.00.00.03	Aquisição Compartilhada	108.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.08.00.00.04	Rateio - Geral	108.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.09.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Imbuia</b>	<b>109</b>	<b>49.901,13</b>	<b>52.895,20</b>	<b>56.068,91</b>	<b>59.433,04</b>
4.1.7.2.3.37.09.00.00.01	Rateio - abrigo	109.1	46.901,13	49.715,20	52.698,11	55.860,00
4.1.7.2.3.37.09.00.00.02	Prestação Serviços	109.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.09.00.00.03	Aquisição Compartilhada	109.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.09.00.00.04	Rateio - Geral	109.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.10.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Ituporanga</b>	<b>110</b>	<b>185.816,15</b>	<b>196.965,11</b>	<b>208.783,02</b>	<b>221.310,00</b>
4.1.7.2.3.37.10.00.00.01	Rateio - abrigo	110.1	182.816,15	193.785,11	205.412,22	217.736,95
4.1.7.2.3.37.10.00.00.02	Prestação Serviços	110.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.10.00.00.03	Aquisição Compartilhada	110.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.10.00.00.04	Rateio - Geral	110.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.11.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – José Boiteux</b>	<b>111</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.11.00.00.01	Rateio - abrigo	111.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.11.00.00.02	Prestação Serviços	111.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.11.00.00.03	Aquisição Compartilhada	111.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.11.00.00.04	Rateio - Geral	111.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.12.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Laurentino</b>	<b>112</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.12.00.00.01	Rateio - abrigo	112.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.12.00.00.02	Prestação Serviços	112.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.12.00.00.03	Aquisição Compartilhada	112.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.12.00.00.04	Rateio - Geral	112.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

<b>4.1.7.2.3.37.13.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Lontras</b>	<b>113</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.13.00.00.01	Rateio - abrigo	113.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.13.00.00.02	Prestação Serviços	113.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.13.00.00.03	Aquisição Compartilhada	113.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.13.00.00.04	Rateio - Geral	113.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.14.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Mirim Doce</b>	<b>114</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.14.00.00.01	Rateio - abrigo	114.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.14.00.00.02	Prestação Serviços	114.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.14.00.00.03	Aquisição Compartilhada	114.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.14.00.00.04	Rateio - Geral	114.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.15.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Petrolândia</b>	<b>115</b>	<b>53.379,80</b>	<b>56.582,58</b>	<b>59.977,54</b>	<b>63.576,19</b>
4.1.7.2.3.37.15.00.00.01	Rateio - abrigo	115.1	50.379,80	53.402,58	56.606,74	60.003,14
4.1.7.2.3.37.15.00.00.02	Prestação Serviços	115.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.15.00.00.03	Aquisição Compartilhada	115.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.15.00.00.04	Rateio - Geral	115.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.16.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Pouso Redondo</b>	<b>116</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.16.00.00.01	Rateio - abrigo	116.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.16.00.00.02	Prestação Serviços	116.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.16.00.00.03	Aquisição Compartilhada	116.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.16.00.00.04	Rateio - Geral	116.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.17.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Presidente Getúlio</b>	<b>117</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.17.00.00.01	Rateio - abrigo	117.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.17.00.00.02	Prestação Serviços	117.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.17.00.00.03	Aquisição Compartilhada	117.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.17.00.00.04	Rateio - Geral	117.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.18.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Presidente Nereu</b>	<b>118</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.18.00.00.01	Rateio - abrigo	118.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.18.00.00.02	Prestação Serviços	118.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.18.00.00.03	Aquisição Compartilhada	118.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.18.00.00.04	Rateio - Geral	118.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.19.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Rio do Campo</b>	<b>119</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.19.00.00.01	Rateio - abrigo	119.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.19.00.00.02	Prestação Serviços	119.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.19.00.00.03	Aquisição Compartilhada	119.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.19.00.00.04	Rateio - Geral	119.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.20.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Rio do Oeste</b>	<b>120</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.20.00.00.01	Rateio - abrigo	120.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.20.00.00.02	Prestação Serviços	120.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.20.00.00.03	Aquisição Compartilhada	120.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.20.00.00.04	Rateio - Geral	120.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.21.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Rio do Sul</b>	<b>121</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.21.00.00.01	Rateio - abrigo	121.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.21.00.00.02	Prestação Serviços	121.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

4.1.7.2.3.37.21.00.00.03	Aquisição Compartilhada	121.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.21.00.00.04	Rateio - Geral	121.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.22.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Salete</b>	<b>122</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.22.00.00.01	Rateio - abrigo	122.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.22.00.00.02	Prestação Serviços	122.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.22.00.00.03	Aquisição Compartilhada	122.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.22.00.00.04	Rateio - Geral	122.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.23.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Santa Terezinha</b>	<b>123</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.23.00.00.01	Rateio - abrigo	123.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.23.00.00.02	Prestação Serviços	123.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.23.00.00.03	Aquisição Compartilhada	123.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.23.00.00.04	Rateio - Geral	123.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.24.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Taió</b>	<b>124</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.24.00.00.01	Rateio - abrigo	124.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.24.00.00.02	Prestação Serviços	124.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.24.00.00.03	Aquisição Compartilhada	124.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.24.00.00.04	Rateio - Geral	124.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.25.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Trombudo Central</b>	<b>125</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.25.00.00.01	Rateio - abrigo	125.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.25.00.00.02	Prestação Serviços	125.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.25.00.00.03	Aquisição Compartilhada	125.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.25.00.00.04	Rateio - Geral	125.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.26.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Vidal Ramos</b>	<b>126</b>	<b>54.689,51</b>	<b>57.970,88</b>	<b>61.449,13</b>	<b>65.136,08</b>
4.1.7.2.3.37.26.00.00.01	Rateio - abrigo	126.1	51.689,51	54.790,88	58.078,33	61.563,03
4.1.7.2.3.37.26.00.00.02	Prestação Serviços	126.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.26.00.00.03	Aquisição Compartilhada	126.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.26.00.00.04	Rateio - Geral	126.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.27.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Vitor Meireles</b>	<b>127</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.27.00.00.01	Rateio - abrigo	127.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.27.00.00.02	Prestação Serviços	127.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.27.00.00.03	Aquisição Compartilhada	127.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.27.00.00.04	Rateio - Geral	127.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.28.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – Witmarsum</b>	<b>128</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.180,00</b>	<b>3.370,80</b>	<b>3.573,05</b>
4.1.7.2.3.37.28.00.00.01	Rateio - abrigo	128.1	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.37.28.00.00.02	Prestação Serviços	128.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.03	Aquisição Compartilhada	128.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.04	Rateio - Geral	128.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.1.7.2.3.37.28.00.00.00</b>	<b>Transferência CIM-AMAVI – outros conveniados</b>	<b>129</b>	<b>30.665,90</b>	<b>32.505,85</b>	<b>34.456,20</b>	<b>36.523,57</b>
4.1.7.2.3.37.28.00.00.01	Rateio	129.1	27.665,90	29.325,85	31.085,40	32.950,52
4.1.7.2.3.37.28.00.00.02	Prestação Serviços	129.2	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.03	Aquisição Compartilhada	129.3	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.1.7.2.3.37.28.00.00.04	Rateio - Geral	129.4	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
<b>4.2.0.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>RECEITA DE CAPITAL</b>		<b>10.129.000,00</b>	<b>1.030.740,00</b>	<b>1.092.584,40</b>	<b>1.158.139,46</b>

## ANEXO I - RECEITA PREVISTA

<b>4.2.4.0.0.00.00.00.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		<b>10.129.000,00</b>	<b>1.030.740,00</b>	<b>1.092.584,40</b>	<b>1.158.139,46</b>
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	-	10.129.000,00	1.030.740,00	1.092.584,40	1.158.139,46
<b>4.2.4.2.1.00.00.00.00.00</b>	<b>Transferência da União</b>	-	<b>10.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.060.000,00</b>	<b>1.123.600,00</b>
4.2.4.2.1.37.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	130	10.000.000,00	1.000.000,00	1.060.000,00	1.123.600,00
<b>4.2.4.2.2.00.00.00.00.00</b>	<b>Transferências dos Estados</b>	-	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.4.2.2.37.00.00.00.00	Transferência Consórcios Públicos	131	100.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>4.2.4.2.3.00.00.00.00.00</b>	<b>Transferência dos Municípios</b>	-	<b>29.000,00</b>	<b>30.740,00</b>	<b>32.584,40</b>	<b>34.539,46</b>
4.2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	-	29.000,00	30.740,00	32.584,40	34.539,46
4.2.4.2.3.37.01.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agrolândia	101	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.02.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Agronômica	102	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.03.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Atalanta	103	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.04.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Aurora	104	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.05.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Braço do Trombudo	105	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.06.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Chapadão do Lageado	106	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.07.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Dona Emma	107	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.08.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ibirama	108	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.09.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Imbuia	109	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.10.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Ituporanga	110	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.11.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – José Boiteux	111	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.12.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Laurentino	112	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.13.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Lontras	113	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.14.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Mirim Doce	114	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.15.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Petrolândia	115	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.16.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Pouso Redondo	116	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.17.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Getúlio	117	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.18.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Presidente Nereu	118	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.19.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Campo	119	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.20.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Oeste	120	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.21.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Rio do Sul	121	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.22.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Saleté	122	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.23.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Santa Terezinha	123	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.24.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Taió	124	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.25.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Trombudo Central	125	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.26.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vidal Ramos	126	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.27.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Vitor Meireles	127	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.28.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI – Witmarsum	128	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
4.2.4.2.3.37.29.00.00.00	Transferência CIM-AMAVI - Outros	129	1.000,00	1.060,00	1.123,60	1.191,02
	<b>TOTAL</b>		<b>10.645.759,37</b>	<b>1.578.504,93</b>	<b>1.673.215,23</b>	<b>1.773.608,14</b>


HUGO LEMBECK

ANEXO I - RECEITA PREVISTA

Prefeito de Taió  
Presidente do Conselho de Administração



## ANEXO I - Programa 1 - Investi

 <p>CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI</p> <p>DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014</p>		
PROGRAMA 001 – INVESTIMENTOS SANEAMENTO ALTO VALE		
AÇÃO: 1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
<p>O CIM-AMAVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, é constituído por 28 (vinte e oito) pequenos municípios, com baixo adensamento populacional e características predominantemente agrícolas, totalizando 7.524,810 km², localizados na parte alta da bacia do Rio Itajaí, na região central de Santa Catarina, contando atualmente com aproximadamente 270.000 (duzentos setenta mil) habitantes, destes, 130.000 locados no meio urbano. A geração mensal de resíduos está em 3.266 toneladas, sendo que deste total, 9,56% é coletado através da coleta seletiva, objetivamos com a implantação atingir a meta de 59%.</p> <p>Com o intuito de atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, foi elaborado em dezembro de 2012, através de forma consorciada, via o CIM-AMAVI – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, consórcio este constituído de acordo com a Lei 11.107/2005, o Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS, o qual foi aprovado como lei nos 28 municípios constituintes do consórcio.</p> <p>Atualmente a coleta nos 28 municípios é realizada através de caminhões compactadores, tanto de forma terceirizada como pelo poder público, sendo realizada de porta a porta da área urbana, em 54.000 domicílios, o que compromete o atendimento as metas da coleta seletiva, aja vista a dificuldade da segregação dos resíduos compactados.</p> <p>A coleta automatizada e segregada em secos e úmidos, facilitará o atendimento das metas estabelecidas, tanto no plano nacional de resíduos sólidos, como no PGIRS, atualmente, a velocidade do caminhão de coleta convencional é em média de 5 (cinco) a 7 (sete) km/h, aja vista a necessidade do veículo coletor, ter que parar em cada residência para efetuar a coleta, com o investimento em análise implantado, a velocidade média aumentará consideravelmente em virtude da diminuição do número de paradas para realização da coleta, considerando que para o cálculo de dimensionamento dos contêineres foi considerado o adensamento populacional e também uma distancia máxima de 200 (duzentos) metros entre cada equipamento, ou seja, o veículo coletor, realizará uma parada a cada 200 (duzentos) metros no máximo, aja que a coleta atualmente é realizada em aproximadamente 54.000 (cinquenta e quatro mil) domicílios e na forma automatizada serão aproximadamente 2.300 (dois mil e trezentos) pontos para coleta.</p> <p>Devido a utilização de somente de 1 (um) trabalhador (motorista / operador do equipamento hidráulico) em substituição a 3 (três) trabalhadores que são usados na coleta convencional (um motorista e dois garis), possibilitará diminuição do uso de mão de obra em uma atividade insalubre, principalmente a dos garis, e de alto risco a vida humana, aja vista que o trabalhador é exposto a toda a gama de materiais descartados nos RSU. Este mesmo trabalhador terá uma condição digna de trabalho na valoração dos materiais coletados de forma seca e limpa.</p> <p>A implantação da coleta automatizada em contêineres para materiais recicláveis e rejeitos de forma sistematizada, evitará o descarte inadequado dos resíduos sólidos urbanos em espaços públicos, tais como, áreas verdes e áreas para equipamentos comunitários, evitando a proliferação de vetores causadores de doenças, trazidos por animais atraídos por restos de alimentos contidos nos</p>		
META FÍSICA:	Quantidade	Valor
Aquisição Equipamentos	10 EQUIPAMENTOS	10.144.000,00
META FINANCEIRA:		

## ANEXO I - Programa 1 - Investi

ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
4.4.90.00.00.00.00.00	-	100
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
4.4.90.00.00.00.00.00	10.010.000,00	130
4.4.90.00.00.00.00.00	105.000,00	131
TOTAL	10.144.000,00	

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I - Programa 2 - manutenç

<div> <div> </div> <div> <b>CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI</b>  <b>DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014</b> </div> </div>		
<b>PROGRAMA 002 – MANUTENÇÃO</b>		
<b>(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MODALIDADE71)</b>		
<b>AÇÃO: 2.001 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>		
<p>O CIM-AMAVI foi concebido com o intuito de realizar ações de múltiplas finalidades para os entes consorciados, buscando o desenvolvimento de políticas públicas regionais no âmbito do Alto Vale do Itajaí.</p> <p>No processo recente de fortalecimento dos governos locais no Brasil, identifica-se a emergência de diferentes formas de cooperação intergovernamental que parecem resultar da confluência entre fatores institucionais e a vontade política dos governos locais.</p> <p>O principal objetivos do consórcio público é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. O Consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e com o ganho de escala melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira. Também é possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou pólos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de serviços públicos.</p>		
<b>META FÍSICA:</b>	<b>Quantidade/Unidade</b>	<b>Valor</b>
Manutenção do CIS-AMAVI	12 meses	34.500,00
<b>META FINANCEIRA:</b>		
<b>ELEMENTO</b>	<b>Valor</b>	<b>Fonte de Recursos</b>
3.3.90.00.00.00.00.00	5.500,00	100
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123

## ANEXO I - Programa 2 - manutenç


3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
3.3.90.00.00.00.00.00		130
3.3.90.00.00.00.00.00		131
TOTAL	34.500,00	

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I - Programa 3 - pessoal

<div> <div>  </div> <div> CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI  DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014 </div> </div>		
PROGRAMA 003 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - PESSOAL (RATEIO - MODALIDADE 71)		
AÇÃO: 2.002 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL ABRIGO INSTITUCIONAL		
As ações realizadas através do CIM-AMAVI exigem a contratação de pessoal para garantir da gestão burocrática da entidade, seja no âmbito do controle orçamentária, financeiro e patrimonial ou através da disponibilização das ferramentas necessárias à implementação das ações.		
META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do Pessoal	12 meses	29.000,00
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.1.90.00.00.00.00.00		100
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
3.1.90.00.00.00.00.00		130
3.1.90.00.00.00.00.00		131



## ANEXO I - Programa 3 - pessoal

TOTAL	29.000,00
-------	-----------

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI



DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

PROGRAMA 004. – MANUTENÇÃO CIM-AMAVI

AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE BENS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

AÇÃO: 2.003 - AQUISIÇÃO COMPARTILHADA DE BENS, MERCADORIAS E SERVIÇOS

Os municípios do Alto Vale do Itajaí, através de ações que viabilizem a aquisição compartilhada de bens, mercadorias e serviços, cumprem com o papel fundamental da otimização dos recursos públicos através da economia de escala, melhorando a capacidade técnica, gerencial e financeira da gestão pública, através de um processo amplo e transparente. A utilização da ferramenta do pregão eletrônico vem crescendo na região do Alto Vale do Itajaí, garantindo maior competitividade na aquisição.

META FÍSICA:	Quantidade/Unidade	Valor
Manutenção do CIS-AMAVI	12 meses	29.000,00
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	100
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	101
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	102
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	103
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	104
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	105
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	106
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	107
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	108
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	109
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	110
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	111
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	112
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	113
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	114
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	115
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	116
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	117
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	118
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	119
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	120
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	121
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	122
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	123
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	124
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	125
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	126
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	127
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	128
3.3.90.00.00.00.00.00	1.000,00	129
3.3.90.00.00.00.00.00		130
3.3.90.00.00.00.00.00		131

TOTAL	29.000,00
-------	-----------

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI



DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

PROGRAMA 005 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS  
(RATEIO - MODALIDADE 71 )

AÇÃO: 2.004 - MANUTENÇÃO ABRIGO INSTITUCIONAL ALBERTINA BERKEMBROCK

O Sistema único da Assistência Social - SUAS estabelece, nos serviços de Proteção Social Especial, a segurança às populações em situação de risco pessoal e social.

O Acolhimento é um serviço de alta complexidade de caráter transitório, onde as pessoas, vítimas de violência em com direitos violados ou ameaçados, são acolhidas com atendimento integral.

Direitos são violados ou ameaçados nos casos de abandono, maus tratos, negligência, quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário.

O objetivo é proporcionar proteção integral aos indivíduos em situação de risco, assegurar seus direitos, restabelecer vínculos e referências familiares e comunitários, e promover a inclusão social.

O Abrigo Institucional Albertina Berkembrock foi constituído na comarca de Ituporanga, englobando o município de Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia, Vidal Ramos e, de forma conveniada, o município de Leoberto Leal. Organizado em parceria com o Ministério Público, atende crianças e adolescentes provenientes daquela Comarca.

META FÍSICA:	Quantidade	Valor
CRIANÇAS	25	409.259,37
META FINANCEIRA:		
ELEMENTO	Valor	Fonte de Recursos
3.1.90.00.00.00.00.00		100
3.3.90.00.00.00.00.00	500,00	100
3.1.90.00.00.00.00.00		101
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	101
3.1.90.00.00.00.00.00		102
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	102
3.1.90.00.00.00.00.00	21.674,38	103
3.3.90.00.00.00.00.00	5.418,59	103
3.1.90.00.00.00.00.00		104
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	104
3.1.90.00.00.00.00.00		105
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	105
3.1.90.00.00.00.00.00	18.171,14	106
3.3.90.00.00.00.00.00	4.542,79	106
3.1.90.00.00.00.00.00		107
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	107
3.1.90.00.00.00.00.00		108
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	108
3.1.90.00.00.00.00.00	37.520,90	109
3.3.90.00.00.00.00.00	9.380,23	109
3.1.90.00.00.00.00.00	146.252,92	110
3.3.90.00.00.00.00.00	36.563,23	110
3.1.90.00.00.00.00.00		111
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	111

3.1.90.00.00.00.00.00		112
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	112
3.1.90.00.00.00.00.00		113
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	113
3.1.90.00.00.00.00.00		114
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	114
3.1.90.00.00.00.00.00	40.303,84	115
3.3.90.00.00.00.00.00	10.075,96	115
3.1.90.00.00.00.00.00		116
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	116
3.1.90.00.00.00.00.00		117
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	117
3.1.90.00.00.00.00.00		118
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	118
3.1.90.00.00.00.00.00		119
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	119
3.1.90.00.00.00.00.00		120
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	120
3.1.90.00.00.00.00.00		121
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	121
3.1.90.00.00.00.00.00		122
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	122
3.1.90.00.00.00.00.00		123
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	123
3.1.90.00.00.00.00.00		124
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	124
3.1.90.00.00.00.00.00		125
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	125
3.1.90.00.00.00.00.00	41.351,60	126
3.3.90.00.00.00.00.00	10.337,90	126
3.1.90.00.00.00.00.00		127
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	127
3.1.90.00.00.00.00.00		128
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	128
3.1.90.00.00.00.00.00	22.132,72	129
3.3.90.00.00.00.00.00	5.533,18	129
3.1.90.00.00.00.00.00		130
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	130
3.1.90.00.00.00.00.00		131
3.3.90.00.00.00.00.00	0,00	131
TOTAL	409.259,37	

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração



## ANEXO I - Compatibilidade das F

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIO DA AMAVI - CIM-AMAVI  
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014



## COMPATIBILIDADE DAS FONTES DE RECURSO

RECEITA		DESPESA	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
	2014		2014
100 – Recurso Ordinário	5.500,00	3.3.90.00.00.00.00.00	5.500,00
	5.500,00		5.500,00
101 – Agrolândia		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
102 – Agronômica		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
103 – Atalanta		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	30.092,97	3.3.90.00.00.00.00.00	7.418,59
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	22.674,38
	31.092,97		31.092,97
104 – Aurora		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
105 – Braço do Trombudo		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
106 – Chapadão do Lageado		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	25.713,93	3.3.90.00.00.00.00.00	6.542,79
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	19.171,14
	26.713,93		26.713,93
107 – Dona Emma		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
108 – Ibirama		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
109 – Imbuia		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	49.901,13	3.3.90.00.00.00.00.00	11.380,23
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	38.520,90
	50.901,13		50.901,13
110 – Ituporanga		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	185.816,15	3.3.90.00.00.00.00.00	38.563,23
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	147.252,92
	186.816,15		186.816,15
111 – José Boiteux		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
112 – Laurentino		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00

## ANEXO I - Compatibilidade das F

113 – Lontras		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
114 – Mirim Doce		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
115 – Petrolândia		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	53.379,80	3.3.90.00.00.00.00.00	12.075,96
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	41.303,84
	54.379,80		54.379,80
116- Pouso Redondo		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
117 – Presidente Getúlio		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
118 – Presidente Nereu		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
119 – Rio do Campo		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
120 – Rio do Oeste		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
121 – Rio do Sul		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
122 – Salete		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
123 – Santa Terezinha		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
124 – Taió		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
125 – Trombudo Central		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
126 – Vidal Ramos		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	54.689,51	3.3.90.00.00.00.00.00	12.337,90
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	42.351,60
	55.689,51		55.689,51
127 – Vitor Meireles		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00

ANEXO I - Compatibilidade das F			
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
128 – Witmarsum		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	3.000,00	3.3.90.00.00.00.00.00	2.000,00
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	1.000,00
	4.000,00		4.000,00
129 – Outros Municípios		4.4.90.00.00.00.00.00	1.000,00
Receita Corrente	30.665,90	3.3.90.00.00.00.00.00	7.533,18
Receita Capital	1.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	23.132,72
	31.665,90		31.665,90
130 – Recursos da União		4.4.90.00.00.00.00.00	10.010.000,00
Receita Corrente		3.3.90.00.00.00.00.00	0,00
Receita Capital	10.010.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	0,00
	10.010.000,00		10.010.000,00
131 – Recursos do Estado		4.4.90.00.00.00.00.00	105.000,00
Receita Corrente		3.3.90.00.00.00.00.00	
Receita Capital	105.000,00	3.1.90.00.00.00.00.00	
	105.000,00		105.000,00
TOTAL	10.645.759,37		10.645.759,37

HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió

Presidente do Conselho de Administração

**CINCO****At0022\_2013 - Atestado de Aprovação Marcas Mat. Ambulatorial Edital 0008 - Produvale**

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 0008/2013, COMPLEMENTAR AO EDITAL N° 0005/2013

MATERIAIS AMBULATORIAIS

## ANEXO IV

## ATESTADO DE APROVAÇÃO N° AT0022

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa Produvale Produtos Hospitalares Ltda

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
142	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 06 de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 13,3g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA
143	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 10cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 21,8g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA
144	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 15cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 32,7g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA
145	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 20cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 42,8g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA

Fraiburgo SC, 14 de novembro de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 029/2013

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 029/2013

JOSILEI Z. PAGNUSSATT

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 029/2013

# Relação de Todas As Marcas com Atestado de Aprovação de Materiais Ambulatoriais



**MARCAS APROVADAS NOS EDITAIS DE CHAMAMENTOS PÚBLICOS DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS N° 0005/2012, N° 0005/2013 E N° 0008/2013**

## MATERIAIS AMBULATORIAIS

### LISTA GERAL DE TODAS AS MARCAS APROVADAS NOS ATESTADOS

ITEM		DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
01	caixa	<b>Agulha 13x4, agulha hipodérmica de segurança</b> , estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,40mm e comprimento de 13mm, bisel trifacetado, canhão de cor cinza e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA. Caixa com 100 unidades.	BD
02	caixa	<b>Agulha 13x4,5</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
03	caixa	<b>Agulha 20x5,5</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
04	caixa	<b>Agulha 25x6, agulha hipodérmica de segurança</b> , estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,60mm e comprimento de 25mm, bisel trifacetado, canhão de cor azul e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA. Caixa com 100 unidades.	BD
05	caixa	<b>Agulha 25x6</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
06	caixa	<b>Agulha 25x7, agulha hipodérmica de segurança</b> , estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,70mm e comprimento de 25mm, bisel trifacetado, canhão de cor preta e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA. Caixa com 100 unidades.	BD
07	caixa	<b>Agulha 25x7</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
08	caixa	<b>Agulha 25x8, agulha hipodérmica de segurança</b> , estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,80mm e comprimento de 25mm, bisel trifacetado, canhão de cor verde e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA. Caixa com 100 unidades.	BD
09	caixa	<b>Agulha 25x8</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
10	caixa	<b>Agulha 30x7</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD, DESCARPACK, SOLIDOR, LABOR



11	caixa	<b>Agulha 30x8</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
12	caixa	<b>Agulha 40x12, agulha hipodérmica de segurança</b> , estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 1,20mm e comprimento de 40mm, bisel trifacetado, canhão de cor rosa e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA. Caixa com 100 unidades.	BD
13	caixa	<b>Agulha 40x12</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
14	caixa	<b>Agulha 40x8</b> , bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibre identificados por cores diferentes. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	DESCARPACK, PROCARE, SOLIDOR, RMDESC, MED NEEDLE, BD, LABOR, PROCARE
15	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 13x4.5</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD
16	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 20x5.5</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD
17	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 25x6.0</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD
18	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 25x7.0</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD
19	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 25x8.0</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD
20	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 30x8.0</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD





21	caixa	<b>Agulha</b> descartável hipodérmica, <b>calibre 40x12</b> , haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Caixa com 100 unidades.	BD
22	caixa	<b>Agulha gengival nº27</b> , longa, com BPF (Boas Práticas de Fabricação), caixa com 100 unidades.	PROCARE, BD, INJEX, SOLIDOR, LABOR
23	caixa	<b>Agulha gengival nº30</b> , curta, com BPF (Boas Práticas de Fabricação), caixa com 100 unidades.	BD, INJEX, SOLIDOR, LABOR, PROCARE
24	caixa	<b>Agulha 25x5, agulha hipodérmica de segurança</b> , estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,50mm e comprimento de 25mm, bisel trifacetado, canhão de cor laranja e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA. Caixa com 100 unidades.	BD
25	pacote	<b>Algodão em bolas hidrófilo</b> , com fibras 100%, algodão deve ser altamente absorvente. Pacote com 100 gramas.	POLAR FIX
26	rolo	<b>Algodão hidrófilo</b> , com fibras 100% algodão altamente absorvente. Rolo 500 gramas.	NÉVOA, NATHALYA
27	rolo	<b>Algodão hidrófilo</b> , com fibras 100% algodão altamente absorvente. Rolo com 1.0 kg.	NÉVOA, NATHALYA
28	unidade	<b>Algodão</b> , para uso ortopédico rolo com 12cm.	NEVE, POLAR FIX, ORTOFEN, CREMER
29	unidade	<b>Atadura de algodão</b> , para uso ortopédico medindo 20cm de largura 150cm de comprimento, espessura mínima de 3mm.	ORTOFEN, UNITEX, NEVE, MEDI HOUSE
30	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 06cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
31	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 08cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
32	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 10cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
33	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 12cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
34	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 15cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
35	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 20cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
36	unidade	<b>Atadura de crepom 18 fios, 06cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER
37	unidade	<b>Atadura de crepom 18 fios, 08cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER
38	unidade	<b>Atadura de crepom 18 fios, 10cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER
39	unidade	<b>Atadura de crepom 18 fios, 12cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER
40	unidade	<b>Atadura de crepom 18 fios, 15cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER
41	unidade	<b>Atadura de crepom 18 fios, 20cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER
42	unidade	<b>Atadura de crepom 06cm x 3m</b> (1,20m em repouso), confeccionada com tecido cru, fios com densidade de 13 fios por cm. Deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
43	unidade	<b>Atadura de crepom 08cm x 3m</b> (1,20m em repouso), confeccionada com tecido cru, fios com densidade de 13 fios por cm. Deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
44	unidade	<b>Atadura de crepom 10cm x 3m</b> (1,20m em repouso), confeccionada com tecido cru, fios com densidade de 13 fios por cm. Deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
45	unidade	<b>Atadura de crepom 12cm x 3m</b> (1,20m em repouso), confeccionada com tecido cru, fios com densidade de 13 fios por cm. Deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
46	unidade	<b>Atadura de crepom 15cm x 3m</b> (1,20m em repouso), confeccionada com tecido cru, fios com densidade de 13 fios por cm. Deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS
47	unidade	<b>Atadura de crepom 20cm x 3m</b> (1,20m em repouso), confeccionada com tecido cru, fios com densidade de 13 fios por cm. Deve atender as	MEDI HOUSE, NEVE, CREMER, BIOTÉXTIL PLUS



		normas da ABNT.	
48	caixa	<b>Bolsa de Colostomia</b> intestinal de uma peça, drenável, com barreira a prova de odor e vazamento, transparente/opaca, placa de barreira de pele de resina a base de hidrocolóides (Pectina, Gelatina e Carboximetilcelulose Sódica) placa com diâmetro recortável de 19 a 64mm, caixa com 10 unidades.	CONVATEC ACTIVE LIFE DRENAVEL
49	pacote	<b>Compressa campo alva</b> , 04 camadas, com cadaço, 45cmx50cm, deve atender as normas da ABNT, pacote com 50 unidades.	NEVE, AMÉRICA, BIOTÊXTIL PLUS
50	caixa	<b>Compressa de gaze confeccionada em rayon</b> , não esteril, embebida em óleo composto de AGE, ácidos graxos essenciais e triglicerídeos de cadeia média, óleo de melaleuca e copaíba, lícitina de soja, vitaminas A e E 9 (7,5x7,5cm) com três ml de óleo. Caixa contendo 24 sachet embalados individualmente.	PIELSANA DBS
51	caixa	<b>Compressa de gaze confeccionada em rayon</b> , não esteril, embebida em óleo composto de AGE, ácidos graxos essenciais e triglicerídeos de cadeia média, óleo de melaleuca e copaíba, lícitina de soja, vitaminas A e E 9 (7,5x15cm) com cinco ml de óleo. Caixa contendo 24 sachet embalados individualmente.	PIELSANA DBS
52	rolo	<b>Compressa de gaze hidrófila em rolo tipo queijo</b> , tamanho 20cmx20cm, com 8 dobras e 13 fios, não esteril.	AMÉRICA/NATALY, NEVE
53	pacote	<b>Compressa de gaze hidrófila</b> , tamanho 7,5x7,5cm, com 05 dobras, 08 camadas, 11 fios, 100% algodão, esteril. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Pacote com 10 unidades.	MEDI HOUSE, NEVE, AMÉRICA/HÉRICA, BIOTÊXTIL HEMOGAZE PLUS
54	unidade	<b>Compressa de gaze tipo queijo</b> , confeccionada com 13 fios, em tamanho nominal 91x91cm, cor branca, bordas devidamente voltadas para dentro, embaladas individual em pacote plástico, deve atender as normas da ABNT, peso mínimo 1450 gramas.	AMÉRICA/CATARINA, MEDI HOUSE, CREMER, NEVE
55	unidade	<b>Curativo cirúrgico esteril (Chumaço)</b> , 10x15cm, 100% algodão, esterilizado por E.T.O, pronto uso, super absorvente.	MEDI HOUSE, AMÉRICA/CATARINA, CREMER, NEVE
56	pacote	<b>Compressa de gaze hidrófila</b> , confeccionada com 13 fios, em tamanho 10x10cm e 20x40cm aberta, com 5 dobras, 8 camadas, bordas devidamente voltada para dentro, com peso mínimo de 950gr por pacote, deve atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843, embalada em pacotes com 500 peças por pacote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	AMÉRICA CATARINA, MEDI HOUSE, CREMER, NEVE
57	pacote	<b>Compressa de gaze hidrófila</b> , confeccionada com 13 fios, em tamanho 7,5x7,5cm e 15x30cm aberta, com 5 dobras, 8 camadas, bordas devidamente voltada para dentro, com peso mínimo de 450gr por pacote, deve atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843, embalada em pacotes com 500 peças por pacote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	AMÉRICA CATARINA, MEDI HOUSE, CREMER, NEVE, BIOTÊXTIL HEMOGAZE PLUS
58	pacote	<b>Compressa de gaze hidrófila</b> , confeccionada com 21 fios, em tamanho 10x10cm e 20x40cm aberta, com 5 dobras, 8 camadas, bordas devidamente voltada para dentro, deve atender as normas da ABNT e especificações da NBR 13843, embalada em pacotes com 500 peças por pacote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	AMÉRICA
59	caixa	<b>Compressa de gaze</b> embebida em álcool isopropílico a 70%, adequado para antissepsia dos pontos de aplicação de injeção e punção, e assepsia do frasco e ampola, embalagem unitária, aproximadamente 2,5x3,5cm. Acondicionado em sache hermeticamente fechado, que proporciona maior segurança e higiene. Caixa com 100 unidades.	BD
60	caixa	<b>Curativo hidrocolóide</b> de baixo perfil, com bordas delgadas, translúcido, revestido com uma película lisa fricção e linha demarcatória que indica o momento ideal de troca do curativo. Produto esteril composto por uma camada interna com 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica), poliisobutileno e polímeros elastoméricos adicionados à fórmula para controle da formação de gel com uma camada externa de poliuretano que oferece uma barreira bacteriana e viral. Com registro na ANVISA. Caixa com 5 curativos de 10x10cm.	CONVATEC DUODERM SIGNAL
61	rolo	<b>Curativo transparente em rolo</b> , não esteril, hipoalergênico, constituído por uma película de poliuretano transparente, permeável ao oxigênio e vapor d'água, atuando como barreira contra líquidos e bactérias, tamanho 10cmx10mt.	3M
62	caixa	<b>Curativo tratamento placa</b> , com hidrofibra antimicrobiano composto de fibras com 100% de carboximetilcelulose sódica e prata Iônica altamente absorvente, que interage com o exudato da ferida formando um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal a cicatrização, auxilia no desbridamento, autolítico e remoção	AQUACEL



		sem causar trauma ao tecido recém formado, com drenagem vertical avançada e lateral controlada, mantém o fluido distante da ferida e pele circundante, o fluido retido dentro das fibras é convertido imediatamente em gel translúcido, absorvendo 25 vezes seu peso em fluidos. Com registro na ANVISA. Caixa com 05 curativos de 15x15cm.	
63	caixa	<b>Curativo tratamento placa</b> , com hidrofibra antimicrobiano composto de Fibras com 100%, de carboximetilcelulose sódica e prata Iônica altamente absorvente, que interage com o exudato da ferida formando um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal a cicatrização, auxilia no desbridamento, autolítico e remoção sem causar trauma ao tecido recém formado, com drenagem vertical avançada e lateral controlada, mantém o fluido distante da ferida e pele circundante, o fluido retido dentro das fibras é convertido imediatamente em gel translúcido, absorvendo 25 vezes seu peso em fluidos. Com registro na ANVISA. Caixa com 10 curativos de 10x10cm.	AQUACEL
64	caixa	<b>Curativo tratamento placa</b> , interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica) revestido de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente, flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, <b>espessura média</b> , para prevenção e tratamento de úlcera de pressão limpa. Com registro na ANVISA. Caixa com 5 curativos de 10x10cm.	CONVATEC DUODERM CGF
65	caixa	<b>Curativo tratamento placa</b> , interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica) revestido de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente, flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, <b>espessura média</b> , para prevenção e tratamento de úlcera de pressão limpa. Com registro na ANVISA. Caixa com 5 curativos de 20x20 cm.	CONVATEC DUODERM
66	caixa	<b>Curativo tratamento placa</b> , interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica) revestido de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e outros agentes externos, absorvente, flexível, auto aderente, ação bacteriostática, estéril, <b>espessura fina</b> , para prevenção e tratamento de úlcera de pele superficiais e feridas pós cirúrgicas. Caixa com 05 curativos tamanho 10x10cm.	CONVATEC DUODERM EXTRA FINO
67	frasco	<b>Detergente enzimático</b> , para limpeza de artigos médicos hospitalares composto por 5 enzimas, protease, peptidase, amilase, celulase e lipase, detergente não iônico/aniônico, pH neutro, biodegradável, não corrosivo para metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecida para processos de limpeza manual ou automatizado, de ação rápida, volume de 5.000ml, diluição de 2,0ml por litro, pouca formação de espuma, sem odor agressivo na forma concentrada ou diluída, sem corante. Frasco com 1litro.	3M
68	galão	<b>Detergente enzimático</b> , para limpeza de artigos médicos hospitalares composto por 5 enzimas, protease, peptidase, amilase, celulase e lipase, detergente não iônico/aniônico, pH neutro, biodegradável, não corrosivo para metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecida para processos de limpeza manual ou automatizado, de ação rápida, volume de 5.000ml, diluição de 2,0ml por litro, pouca formação de espuma, sem odor agressivo na forma concentrada ou diluída, sem corante. Galão com 5 litros.	3M
69	unidade	<b>Equipo macrogotas</b> , flexível composto de lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução, câmara flexível e transparente para visualização do gotejamento, controlador de fluxo tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso.	MEDPLAST, LABOR, MED GOLDMAN, RMDESC, MED EQUIPO
70	unidade	<b>Equipo microgotas</b> , ponta perfurante com tampa protetora, câmara flexível, gotejadora em microgotas, tubo em PVC de 1,50cm, pinça rolete pra controle de volume, conexão luer.	MEDPLAST, LABOR, MED GOLDMAN, RMDESC, MED EQUIPO
71	unidade	<b>Equipo para nutrição enteral</b> , tubo em PVC com 1,50cm, controlador tipo pinça rolante, conexão tipo luer, embalado individualmente.	MEDPLAST, BIOSANI, EMBRAMED
72	rolo	<b>Esparadrapo 10cmx4,5m</b> , tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, com massa adesiva á base de borracha natural, óxido de zinco e resina, embalagem com capa protetora.	CREMER
73	unidade	<b>Espéculo lubrificado esterilizado grande</b> , produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão lumino. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável.	ADLIN
74	unidade	<b>Espéculo lubrificado esterilizado médio</b> , produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão lumino. Valvas	ADLIN



		anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável.	
75	unidade	<b>Espéculo lubrificado esterilizado pequeno</b> , produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão lumino. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável.	ADLIN
76	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>2.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 2.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
77	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>2.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 3.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
78	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>3.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 2.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
79	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>3.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 2.5cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
80	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>3.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 3.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
81	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>4.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 2.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
82	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>5.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 2.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
83	caixa	<b>Fio de sutura agulhado</b> de nylon monofilamento com agulha curta <b>6.0</b> nylon preto, poliamida monofilamento, não absorvível, estéril em raio gama, 45cm, agulha micro ponta plástica nº 2.0cm, registro na ANVISA, caixa com 24 unidades.	BIOLINE, SHALON, MED LINE, PROCARE
84	rolo	<b>Fita adesiva branca</b> de uso hospitalar 16mmx50m embalada individualmente, com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	3M, CREMER
85	rolo	<b>Fita adesiva de autoclave 19mmx30m</b> , dorso de papel crepado á base de borracha natural, na outra face, fina camada impermeabilizada de resina acrílica, com indicador de esterilização (listas diagonais de tinta termo reativa que quando esterilizadas mudam a coloração de branco para preto). Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	CREMER, 3M
86	caixa	<b>Indicador Biológico para vapor</b> , do tipo auto-contido, com tempo de resposta final negativa em 48 horas, para o monitoramento biológico de ciclos de esterilização a vapor saturado sob pressão, composto por uma tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e padronizados de geobacillus stearothermophilus (ATCC 7953 com certificado de Qualidade Assegurada). A tira contendo esporos está acondicionada em uma ampola plástica termorresistente, contendo em seu interior uma ampola de vidro lacrada, com um caldo nutriente próprio para crescimento dos microorganismos. A ampola plástica é fechada por uma tampa perfurada e protegida por papel de filtro hidrofóbico, cada ampola possui um rótulo externo que informa o nome do produto, lote, prazo de validade, contendo campos para identificação da ampola e um indicador químico de exposição que diferencia as ampolas processadas das não-processadas. Caixa com 100 ampolas.	3M
87	caixa	<b>Indicador químico do tipo integrador</b> , classe 5, que permite efetuar o monitoramento de todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor, com performance equivalente ou superior à curva de morte microbiana do geobacillus stearothermophilus. A embalagem deverá contemplar 3 valores declarados: 121°C, 135°C e uma temperatura intermediária, correlacionadas com o tempo de morte microbiana, e na temperatura de 121 °C deverá reagir a partir de 16,5 minutos. Composto de uma mecha de papel e de uma pílula química	3M





		sensível à temperatura, tempo e vapor, acondicionadas em uma embalagem composta por papel/filme e alumínio laminado. Integrador de mudança de limite/movimento frontal, onde durante a esterilização a vapor, a substância química funde e migra como um líquido de coloração escura através da mecha de papel. A migração é visível através da janela identificada por "REJECT" (rejeitado), e deverá atingir a área denominada "ACCEPT" (aceito) se todas as condições necessárias para a eliminação de microorganismos no interior da embalagem forem alcançadas. A extensão da migração é proporcional ao tempo de exposição ao vapor e a temperatura. Caixa com 100 unidades.	
88	caixa	<b>Indicador químico multiparamétrico</b> , classe 4, para monitoramento da penetração do vapor saturado no interior das embalagens, composto por uma tira de papel de 1,5 centímetros de largura por 20 centímetros de comprimento, picotada ao meio, coberta por uma substância química que muda da cor bege claro para o espectro de cores compreendido entre o marrom escuro e o preto, quando exposta às condições mínimas de tempo, temperatura e vapor necessários ao processo de esterilização, apresenta um gabarito de cor no centro da tira que indica a viragem ideal esperada para o indicador químico. Caixa com 240 unidades.	3M
89	caixa	<b>Lancetas</b> com sistema de punção digital, descartável, estéril, de utilização única para coleta de amostra de sangue capilar, com perfuração de 1,5mm, com retração automática da agulha. Deve atender a NR 32 da ANVISA. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação ANVISA). Caixa com 200 unidades.	ROCHE DIAGNÓSTICA, BD
90	par	<b>Luva cirúrgica tam. 6,5</b> - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com punho reforçado liso.	EMBRAMAC, DESCARPACK, MUCAMBO, LENGGRUBER, SANRO
91	par	<b>Luva cirúrgica tam. 7,0</b> - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com punho reforçado liso.	EMBRAMAC, DESCARPACK, MUCAMBO, LENGGRUBER, SANRO
92	par	<b>Luva cirúrgica tam. 7,5</b> - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com punho reforçado liso.	EMBRAMAC, DESCARPACK, MUCAMBO, LENGGRUBER, SANRO
93	par	<b>Luva cirúrgica tam. 8,0</b> - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com punho reforçado liso.	EMBRAMAC, DESCARPACK, MUCAMBO, LENGGRUBER, SANRO
94	par	<b>Luva cirúrgica tam. 8,5</b> - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bio-absorvível. Espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com punho reforçado liso.	EMBRAMAC, DESCARPACK, MUCAMBO, LENGGRUBER, SANRO
95	caixa	<b>Luva de procedimentos tamanho G</b> - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades	SEMPERD, SUPERMAX, NUGARD, SATARI, DESCARPACK
96	caixa	<b>Luva de procedimentos tamanho M</b> - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	SEMPERD, SUPERMAX, NUGARD, SATARI, DESCARPACK
97	caixa	<b>Luva de procedimentos tamanho P</b> - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	SEMPERD, SUPERMAX, NUGARD, SATARI, DESCARPACK
98	caixa	<b>Luva de procedimentos tamanho PP</b> - em látex, lubrificada com pó bio-absorvível, espessura mínima de 0,17mm e comprimento mínimo de 280mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50mg por u. Caixa com 100 unidades.	SEMPERD, SUPERMAX, NUGARD, SATARI, DESCARPACK
99	pacote	<b>Manta SMS</b> , 40x40cm, 45g, pacote com 100 unidades.	SANTÉ
100	pacote	<b>Manta SMS</b> , 50x50cm, 45g, pacote com 100 unidades.	SANTÉ
101	pacote	<b>Manta SMS</b> , 60x60cm, 45g, pacote com 100 unidades.	SANTÉ
102	caixa	<b>Máscara</b> , confeccionada em não tecido, 3 dobras com filtro, tripla proteção, sendo as camadas soldadas eletronicamente por ultrassom. <b>Tipo elástico</b> . Caixa com 50 unidades.	DESCARPACK, EMBRAMAC, OLIMED
103	caixa	<b>Máscara</b> , confeccionada em não tecido, 3 dobras com filtro, tripla proteção, sendo as camadas soldadas eletronicamente por ultrassom. <b>Tipo tiras</b> . Caixa com 50 unidades.	DESCARPACK, EMBRAMAC, OLIMED



104	rolo	<b>Micropore</b> , fita hipoalérgica microporosa, confeccionada com substrato de não tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hipoalergênico, <b>2,5cmx10m</b> , produto com capa protetora, com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	3M, CREMER
105	rolo	<b>Micropore</b> , fita hipoalérgica microporosa, confeccionada com substrato de não tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hipoalergênico, <b>5cmx10m</b> , produto com capa protetora, com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	3M, CREMER
106	unidade	<b>Seringa 03ml</b> , seringa hipodérmica de segurança, sem agulha, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro primário, cilindro secundário, êmbolo e graduação até 1ml, cilindro primário dividido em corpo com siliconização interna, flange, cilindro secundário o dispositivo de segurança que possibilita a retração da agulha, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha, escala da graduação de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Embaladas individualmente com papel grau cirúrgico, esterilizado a óxido de etileno, de acordo com a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
107	unidade	<b>Seringa 05ml</b> , seringa hipodérmica de segurança, sem agulha, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro primário, cilindro secundário, êmbolo e graduação até 1ml, cilindro primário dividido em corpo com siliconização interna, flange, cilindro secundário o dispositivo de segurança que possibilita a retração da agulha, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha, escala da graduação de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Embaladas individualmente com papel grau cirúrgico, esterilizado a óxido de etileno, de acordo com a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
108	unidade	<b>Seringa 10mL LL</b> (bico rosca), hipodérmica, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro e êmbolo, cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer Lok e flange, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha (látex free) esterilizado a óxido de etileno, com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro na ANVISA. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	BD
109	unidade	<b>Seringa 10ml</b> , seringa hipodérmica de segurança, sem agulha, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro primário, cilindro secundário, êmbolo e graduação até 1ml, cilindro primário dividido em corpo com siliconização interna, flange, cilindro secundário o dispositivo de segurança que possibilita a retração da agulha, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha, escala da graduação de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Embaladas individualmente com papel grau cirúrgico, esterilizado a óxido de etileno, de acordo com a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
110	unidade	<b>Seringa 1ml (BCG)</b> , com agulha fixa, capacidade para 100U.I, escala de 2 em 2 unid., agulha 12,7x0,3mm. Embaladas em conjunto de 10 unidades. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	INJEX, BD, LABOR
111	unidade	<b>Seringa 1ml (insulina)</b> , Seringa hipodérmica de segurança, com agulha de 13x0,33 estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro primário, cilindro secundário, êmbolo e graduação até 1ml, cilindro primário dividido em corpo com siliconização interna, flange, cilindro secundário o dispositivo de segurança que possibilita a retração da agulha, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha, escala da graduação de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Embaladas individualmente com papel grau cirúrgico, esterilizado a óxido de etileno, de acordo com a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
112	unidade	<b>Seringa 1ml (insulina)</b> , stopper fino, êmbolo com anel de retenção, sem espaço morto, capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 em 1 unidade, com agulha de 12,7x0,3mm de calibre.	INJEX, BD, LABOR
113	unidade	<b>Seringa 1ml (insulina)</b> , stopper fino, êmbolo com anel de retenção, sem espaço morto, capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 em 1 unidade, com agulha de 12,7x0,3 mm de calibre. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	BD
114	unidade	<b>Seringa 20mL LS</b> (bico liso), ipodérmica, estéril, descartável, de uso	BD





		único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro e êmbolo, cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer Lok e flange, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha (latex free) esterilizado a óxido de etileno, com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro na ANVISA. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	
115	unidade	<b>Seringa 3mL LL</b> (bico rosca), ipodérmica, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro e êmbolo, cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer Lok e flange, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha (latex free) esterilizado a óxido de etileno, com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro na ANVISA. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	BD
116	unidade	<b>Seringa 5mL LL</b> (bico rosca), ipodérmica, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro e êmbolo, cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer Lok e flange, êmbolo dividido em haste e rolha de borracha (latex free) esterilizado a óxido de etileno, com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro na ANVISA. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	BD
117	unidade	<b>Seringa descartável 1ml para insulina</b> , com agulha de 13 X 3.8.	BD
118	unidade	<b>Seringa descartável de 0,5ml, com agulha fixa 8,0x0,33mm</b> , graduada em 50 unidades, escala de uma em uma unidade, a seringa não deverá ter espaço morto e deverá ter êmbolo de corte reto garantindo a precisão na dosagem, embalagem individual estéril, com dados de identificação e procedência, data e tipo de esterilização e tempo de validade, ideal para criança, adolescente e adulto magro (IMC até 25). Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	BD, INJEX
119	unidade	<b>Seringas descartável de 03ml</b> , sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino, embôlo com anel de retenção.	DESCARPACK, INJEX, BD, LABOR, PROCARE
120	unidade	<b>Seringas descartável de 05ml</b> , sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino, embôlo com anel de retenção.	DESCARPACK, INJEX, BD, LABOR, PROCARE
121	unidade	<b>Seringas descartável de 10ml</b> , sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino, embôlo com anel de retenção.	DESCARPACK, INJEX, BD, LABOR, PROCARE
122	unidade	<b>Seringas descartável de 20ml</b> , sem agulha, bico com rosca dupla, stopper fino, embôlo com anel de retenção.	DESCARPACK, INJEX, BD, LABOR, PROCARE
123	unidade	<b>Seringas descartável de 60ml</b> , sem agulha, bico de cateter. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	BD
124	tubo	<b>Curativo de hidrocolóide e alginato de cálcio e sódio</b> , constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbomero 940, trietanolamina, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína, conservantes importantes para a manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlcera de perna (venosa e arterial) pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1ª e 2ª graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com pH neutro, com tampa flip top. Tubo com 85gr.	CONVATEC SAF GEL
125	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 25cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE
126	unidade	<b>Atadura de crepom 13 fios, 30cm x 4,5m</b> (1,80m em repouso), deve atender as normas da ABNT.	MEDI HOUSE, NEVE
127	rolo	<b>Atadura de ryon</b> , não estéril, tamanho 7,5cm x 5m, confeccionada em fibras sintéticas 100% rayon, livre de impurezas, rasgos, fios soltas e manchas, atóxica e apirrogênica. Indicado para curativos ou onde necessite de alta absorção e baixa aderência tecidual como no caso de curativos para queimaduras.	POLAR FIX
128	unidade	<b>Esparadrapo 2,5cmx4,5m</b> , tecido 100% algodão com resina acrílica	CREMER



		impermeabilizante, com massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Embalagem com capa protetora.	
129	kit	<b>Kit papanicolau deve conter:</b> 1 espêculo descartável modelo collin, tamanho M, 1 escova cervical, com as cerdas num formato levemente cônico, fabricada em fios de nylon com ponta protegida e haste plástica, com 18cm de comprimento; 1 espátula de ayres, fabricada em madeira de 19cm de comprimento; 1 caixa porta-lâminas de 2,8cm x 8,4cm, com 1 lâmina de vidro de 2,5cmx7,5cm e 1mm de espessura, sendo que apresenta uma pequena parte fosca para identificação do paciente;	ADLIN
130	kit	<b>Kit papanicolau deve conter:</b> 1 espêculo descartável modelo collin, tamanho P, 1 escova cervical, com as cerdas num formato levemente cônico, fabricada em fios de nylon com ponta protegida e haste plástica, com 18cm de comprimento; 1 espátula de ayre, fabricada em madeira de 19cm de comprimento; 1 caixa porta-lâminas de 2,8cmx8,4cm, com 1 lâmina de vidro de 2,5cm x 7,5cm e 1mm de espessura, sendo que apresenta uma pequena parte fosca para identificação do paciente.	ADLIN
131	kit	<b>Kit Papanicolau</b> , tamanho "M", o kit deverá conter: 01 espêculo vaginal descartável, 01 escova cervical, 01 espátula de ayres em madeira, 01 luva E.V.A., 01 estojo porta-lâminas e 01 lâmina de vidro.	ADLIN
132	unidade	<b>Micropore Transparente</b> , fita hipoalérgica microporosa, confeccionada com substrato de não tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliácrlato hipoalergênico, <b>2,5cmx4,5m</b> , produto com capa protetora, com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	3M
133	unidade	<b>Seringa 10ml, seringa hipodérmica de segurança</b> , sem agulha, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação até 10ml. Cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange e dispositivo de segurança articulado pré acoplado ao corpo da seringa. Êmbolo dividido em haste e rolha de borracha. Escala da graduação é de 1ml nos traços longos e de 0,2ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. Deve atender a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
134	unidade	<b>Seringa 1ml (insulina)</b> , stopper fino, êmbolo com anel de retenção, sem espaço morto, capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 em 1 unidade, com agulha de 8mm x 0,3mm de calibre.	INJEX, BD
135	unidade	<b>Seringa 3ml, seringa hipodérmica de segurança</b> , sem agulha, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação até 3ml. Cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange e dispositivo de segurança articulado pré acoplado ao corpo da seringa. Êmbolo dividido em haste e rolha de borracha. Escala da graduação é de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. Deve atender a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
136	unidade	<b>Seringa 5ml, seringa hipodérmica de segurança</b> , sem agulha, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos, seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro, êmbolo e graduação até 5ml. Cilindro dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange e dispositivo de segurança articulado pré acoplado ao corpo da seringa. Êmbolo dividido em haste e rolha de borracha. Escala da graduação é de 1ml nos traços longos e de 0,2ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. Deve atender a NR 32, com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	BD
137	unidade	<b>Seringa com trava de segurança 20ml</b> , sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Êmbolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	LABOR IMPORT



138	unidade	<b>Seringa com trava de segurança 3ml</b> , sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	LABOR IMPORT, BD
139	unidade	<b>Seringa com trava de segurança 5ml</b> , sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	LABOR IMPORT, BD
140	unidade	<b>Seringa com trava de segurança 10ml</b> , sem agulha, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca dupla que permita o uso de todas as marcas de agulha e que atenda a NR 32. Embolo com anel interno emborrachado para melhor retenção de líquido. Graduada em escala numérica para ml com números nítidos, visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. embalada individualmente em papel grau cirúrgico contendo as informações sobre: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número de lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma.	LABOR IMPORT, BD
141	unidade	<b>Termômetro com aferição digital</b> , de temperatura corporal, confeccionado em termoplástico, com aviso sonoro, visor digital de fácil visualização, resistente à água, deverá possuir selo de qualidade do INMETRO.	INCOTERM
142	pacote	<b>Atadura de Crepom</b> tipo I medindo 06 de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 13,3g por unidade, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA, NEVE
143	pacote	<b>Atadura de Crepom</b> tipo I medindo 10cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 21,8g por unidade, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA, NEVE
144	pacote	<b>Atadura de Crepom</b> tipo I medindo 15cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 32,7g por unidade, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	MEDI HOUSE/BRUNA, NEVE
145	pacote	<b>Atadura de Crepom</b> tipo I medindo 20cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 42,8g por unidade, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas	MEDI HOUSE/BRUNA, NEVE



		devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	
--	--	---	--

**Fraiburgo SC, 14 de novembro de 2013.**

**Luiz Fernando Raldi**  
**Responsável pelo Departamento de Compras**

**At0023\_2013 - Atestado de Aprovação Marcas Mat. Ambulatorial Edital 0008 - Dimaci**

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS N° 0008/2013, COMPLEMENTAR AO EDITAL N° 0005/2013

MATERIAIS AMBULATORIAIS

## ANEXO IV

## ATESTADO DE APROVAÇÃO N° AT0023

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de materiais, APROVAMOS os seguintes com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pela empresa Dimaci SC Material Cirurgico Ltda

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
142	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 06 de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 13,3g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	NEVE
143	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 10cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 21,8g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	NEVE
144	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 15cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 32,7g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	NEVE
145	Pacote	Atadura de Crepom tipo I medindo 20cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 42,8g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente, pacote com 12 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056.	NEVE

Fraiburgo SC, 14 de novembro de 2013.

CAMILA STRAPAZZON

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 029/2013

ELIZETE APARECIDA GIRARDI

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 029/2013

JOSILEI Z. PAGNUSSATT

Membro da Comissão Especial/Resolução n° 029/2013



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão



**www.ciga.sc.gov.br**



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br